



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 088 – QUARTA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL) 1ª VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR) 1º SECRETÁRIO Flexa Ribeiro - (PSDB-PA) 2ª SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)	3º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) 4º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Magno Malta - (PR-ES) 2º - Jayme Campos - (DEM-MT) 3ª - João Durval - (PDT-BA) 4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 92ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE JUNHO DE 2013

1.1 – ABERTURA 35712

1.2 – EXPEDIENTE 35712

1.2.1 – Pareceres

Nº 509, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 43, de 2013 (**conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 36, de 2013**)..... 35714

Nº 510, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 44, de 2013 (**conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 37, de 2013**)..... 35720

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 36 e 37, de 2013, resultantes de pareceres lidos anteriormente. 35729

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 596, de 2013, de autoria do Senador Cyro Miranda, solicitando a oitiva da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2006. 35729

Nº 597, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 464, de 2003; do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004; e dos Projetos de Lei do Senado nº 260 e 413, de 2008; 91, de 2010; 542 e 561, de 2011; e 77, de 2012..... 35729

Nº 598, de 2013, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de aplauso ao Governador do Estado do Pará, Sr. Simão Robson de Oliveira Jatene. 35729

1.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2013, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos hospitalares dispor de unidades de terapia intensiva*. 35730

1.2.5 – Ofício do Grupo Parlamentar Brasil-França

Nº 3/2013, na origem, referente à eleição e posse da Diretoria do referido Grupo (**vide item 3.2**)..... 35731

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Apoio à implantação do curso de Medicina na Universidade Regional de Ijuí, no interior do Estado do Rio Grande do Sul; e outros assuntos. 35731

SENADOR FRANCISCO DORNELLES, como Líder – Reflexões a respeito do transporte aéreo no Brasil..... 35735

SENADOR ANIBAL DINIZ – Defesa dos interesses dos servidores do Estado do Acre, ameaçados de demissão, em razão de recente decisão do STF; e outro assunto. 35737

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Relato sobre a participação de S. Ex^a, semana passada, da reunião da *Globe International* que teve como objetivo debater questões ambientais. 35739

SENADOR CASILDO MALDANER – Comentários sobre matéria publicada na revista **Viagem e Turismo**, intitulada “Serra Nova, Uva Nova”, que destaca o trabalho das vinícolas catarinenses; e outro assunto..... 35744

SENADORA LÍDICE DA MATA – Apelo por atenção das autoridades ao armazenamento dos grãos produzidos pela agricultura brasileira. 35745

1.2.7 – Comunicação

Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 618, de 2013 (Ofício nº 163/2013). Designação do Deputado Mandetta, como titular, e do Deputado Rodrigo Maia, como suplente, para comporem a referida Comissão. 35747

1.2.8 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Sr^a Presidente da República, em 6 de junho de 2013, e publicação em 7 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 619, de 2013, que *autoriza a Companhia Nacional de Abasteci-*

mento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 128/2013-Bloco Parlamentar União e Força/SF, 32/2013-DEM/SF e 164/2013-DEM/CD). 35747

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR CYRO MIRANDA – Alerta para a necessidade de o Governo Federal dar um novo rumo à economia brasileira. 35749

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG, como Líder – Registro do início das obras de construção do Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília..... 35751

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à gestão do Programa Bolsa Família; e outros assuntos. ... 35752

SENADOR ACIR GURGACZ, como Líder – Sugestão de medidas para amenizar a falta de médicos no interior do País. 35754

SENADOR JORGE VIANA – Defesa da permanência dos servidores do Estado do Acre, ameaçados de demissão, após decisão do STF. 35755

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Lembrança sobre a criação, há 70 anos, do Território Federal de Roraima, hoje Estado de Roraima, e comemoração pelos avanços conquistados nos últimos 25 anos..... 35757

SENADOR MÁRIO COUTO – Apresentação de requerimento de voto de censura. 35759

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 599, de 2013, de autoria do Senador Mário Couto, solicitando voto de censura ao Prefeito Municipal de Santa Cruz do Arari-PA, Sr. Marcelo Pamplona..... 35760

Nº 600, de 2013, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 397, 413, 457 e 458, de

2012; com os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012..... 35760

Nº 601, de 2013, de autoria do Senador Delcídio Amaral, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 459 e 464, de 2012; 5, 22 e 24, de 2013; com os Projetos de Lei do Senado nºs 281 a 283, de 2012. 35760

1.3 – ORDEM DO DIA 35761

1.3.1 Item 10 (Inversão de pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 561, de 2013, de iniciativa da Comissão Temporária destinada a propor soluções ao Financiamento do Sistema de Saúde do Brasil, solicitando a prorrogação de seu prazo por mais noventa dias. **Aprovado**..... 35761

1.3.2 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 36, de 2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil, no interesse da Controladoria-Geral da União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 18,000,000.00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (PROPREVINE)”. **Aprovado**. 35761

Redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 2013 (**Parecer nº 511, de 2013-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 35762

1.3.3 Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Resolução nº 37, de 2013, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de até US\$ 112,000,000.00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento parcial do Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste - Ceará (PROINFUTUR). **Aprovado**, tendo usado da palavra o Senador José Pimentel..... 35764

Redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 2013 (**Parecer nº 512, de 2013-CDIR**). **Aprovada**. À promulgação..... 35765

1.3.4 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA..... 35767

1.4.1 – Leitura de requerimentos

Nº 602, de 2013, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando a oitiva da Comissão

de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2012.	35768	<i>SENADOR WELLINGTON DIAS</i> – Apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Neto.	35785
Nº 603, de 2013, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 52, de 2010; e 341, de 2012.	35769	1.4.4 – Leitura de requerimento	
Nº 604, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142, de 2003; 341, de 2012; 162 e 175, de 2013.	35769	Nº 608, de 2013, de autoria do Senador Wellington Dias, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Neto.	35786
Nº 605, de 2013, de autoria do Senador José Agripino, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 129, de 2007; e 278, de 2012.	35769	1.4.5 – Discursos (continuação)	
Nº 606, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 392, de 2007; e 335, de 2011.	35769	<i>SENADOR MAGNO MALTA</i> , como Líder – Defesa da redução da maioria penal no Brasil; e outros assuntos.	35789
Nº 607, de 2013, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Rafael Jardelino da Costa.	35769	<i>SENADOR EDUARDO BRAGA</i> – Relato dos investimentos realizados no setor elétrico do Estado do Amazonas.	35790
1.4.2 – Comunicação		1.4.6 – Comunicação	
Da Comissão de Assuntos Econômicos, de que foi dado conhecimento aos membros da aquele Órgão técnico do inteiro teor do Aviso nº 22/2013, com posterior envio ao Arquivo (Ofício nº 102/2013).	35769	Da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Ofício nº 197/2013). <i>Designação do Senador Pedro Simon, como suplente, para compor a referida Comissão.</i>	35793
1.4.3 – Discursos		1.4.7 – Discursos (continuação)	
<i>SENADOR MÁRIO COUTO</i> , como Líder – Denúncia de corrupção que teria ocorrido no Estado do Pará.	35770	<i>SENADOR WELLINGTON DIAS</i> , como Líder – Registro de investimentos na produção agrícola do Piauí; e outros assuntos.	35793
<i>SENADORA ANGELA PORTELA</i> – Registro da importância de dispositivo do novo Código Florestal que beneficia o Estado de Roraima; e outro assunto.	35772	<i>SENADOR WALTER PINHEIRO</i> , como Líder – Anúncio da inauguração de Centros Integrados de Controle e Comando em diversas cidades brasileiras; e outros assuntos.	35799
<i>SENADOR EDUARDO AMORIM</i> , como Líder – Registro da importância dos caminhoneiros para a economia do Município de Itabaiana (SE), conhecido como Capital Nacional do Caminhão.	35774	1.4.8 – Comunicações	
<i>SENADOR ROMERO JUCÁ</i> , como Líder – Protesto contra recomendação, do Ministério Público Federal do Amazonas, de paralisação das obras de construção da linha de transmissão de energia entre Manaus e Boa Vista.	35775	Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 615, de 2013, de designação do Relator Revisor (Ofícios nºs 2/2013 e 554/2013-PT/CD).	35803
<i>SENADOR ROBERTO REQUIÃO</i> – Críticas ao tratamento dado pela sociedade às populações indígenas.	35777	Da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em diversas comissões (Ofícios nºs 273 a 275/2013). <i>Designação do Deputado Jorge Corte Real, como titular, e do Deputado Josué Bengston, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 617, de 2013. Designação do Deputado Sérgio Moraes, como titular, e do Deputado Walney Rocha, como suplente, para comporem a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 618, de 2013. Designação do Deputado Alex Canziani, como titular, para compor a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 619, de 2013.</i>	35803
<i>SENADORA KÁTIA ABREU</i> , como Líder – Defesa dos produtores rurais em conflito com populações indígenas.	35779	1.4.9 – Discursos (continuação)	
<i>SENADORA ANA AMÉLIA</i> – Manifestação de repúdio à PEC que retira o poder investigatório do Ministério Público e de outros órgãos.	35782	<i>SENADOR FLEXA RIBEIRO</i> – Apresentação de propostas para a melhoria das condições de vida da população do Arquipélago do Marajó, no Pará.	35805
		<i>SENADOR EDUARDO SUPLICY</i> – Apresentação de requerimentos de votos de aplauso e de pesar.	35805

1.4.10 – Leitura de requerimentos

Nº 609, de 2013, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Wellington Dias, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Roberto Eugéne Appy..... 35810

Nº 610, de 2013, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Wellington Dias, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Sr. Paulo Vannuchi. 35811

1.4.11 – Pareceres

Nº 513 a 515, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012. 35812

Nº 516 a 518, de 2013, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (1º Pronunciamento); de Direitos Humanos e Legislação Participativa (2º Pronunciamento); e de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008 (tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007; e 92, de 2010)..... 35837

1.4.12 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 65/2013-CI)...... 35863

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007; 375, de 2008; e 92, de 2010, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário (**Ofício nº 133/2013-CAE**). 35863

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 35863

1.5 – ENCERRAMENTO..... 35865

2 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO**2.1 – Convênio**

Nº 8, de 2010 (Processo nº 023.300/09-4), entre o Senado Federal e o Banco Matone S/A (Primeiro Termo Aditivo). 35866

2.2 – Grupo Parlamentar Brasil-França

Ata da Reunião de eleição e posse da Diretoria, realizada em 23 de maio de 2013. 35872

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 35878

Bancadas dos Partidos 35879

Por ordem alfabética 35880

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 35881

5 – LIDERANÇAS 35882

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 35886

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 35887

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos ... 35907

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 35908

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 35912

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 35918

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle 35923

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa 35933

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional 35941

CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.... 35950

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo 35956

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária 35962

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática..... 35966

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993) 35970

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)..... 35971

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995) 35972

Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013) 35973

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005) 35973

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001) 35974

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)..... 35976

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)... 35978

Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)..... 35980

Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012)..... 35982

CONGRESSO NACIONAL**10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006) 35984

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008).. 35988

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	35992
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	35993
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	35994
Comissões Mistas Especiais	35997

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	36001
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	36002
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	36003

Ata da 92ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 11 de junho de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Cyro Miranda,
das Sr^{as}. Kátia Abreu e Lúcia Vânia e dos Srs. Sérgio Souza e Walter Pinheiro*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se
às 20 horas e 43 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

54ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

92ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 11/06/13 07:00 até 11/06/13 20:45

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X
PT	SP	EDUARDO SUPLEY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X
PP	RO	IVO CASSOL	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X

PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/

PTB – RR) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 509, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 43, de 2013 (nº 220/2013, na origem), de iniciativa da Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que a República Federativa do Brasil seja autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

RELATOR: Senador FRANCISCO DORNELLES

I – RELATÓRIO

A Presidente da República submete ao exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do *Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (PROPREVINE)*.

Esse Programa, conforme parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo à Mensagem, visa *promover a consolidação da capacidade institucional da Controladoria-Geral da União, com vistas ao fortalecimento da integridade e da transparência e à ampliação de suas frentes de atuação junto aos gestores públicos e à sociedade, de forma a aumentar a sua capacidade de resposta na prevenção e combate à corrupção*.

Ainda de acordo com dados disponibilizados nesse parecer, são previstos dispêndios totais no montante de US\$ 30 milhões, a serem desembolsados em cinco anos. Além dos recursos provenientes do empréstimo pretendido de US\$ 18 milhões, o Programa contará com contrapartida do Tesouro Nacional no valor de até US\$ 12 milhões.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o nº TA613745.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BID, geralmente mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas domésticas ou internacionais. Ele será contratado na modalidade *empréstimo do Mecanismo Unimonetário* com juros vinculados à LIBOR, mais despesas diversas e margem relativa à remuneração de seu capital ordinário, e, de acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o seu custo efetivo deverá ser da ordem de 4,38% ao ano.

II – ANÁLISE

A operação de crédito pretendida pela União sujeita-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que, para operações externas, exigem sua prévia e específica autorização.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada.

A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio de seu Parecer nº 486/GEOPE/CODIP/SUBSECIII, de 28 de março de 2013, concluiu favoravelmente à operação de crédito em exame. Destacou ainda, com fundamento nas informações constantes do Relatório de Gestão Fiscal da União para o 3º quadrimestre de 2012, que há margem para a contratação da pleiteada operação, conforme os limites estabelecidos pelo Senado Federal na mencionada Resolução nº 48, de 2007.

O Parecer PGFN/COF/nº 981, de 23 de maio de 2013, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, também encaminhado ao Senado Federal, conclui pelo encaminhamento da matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal. Foram consideradas cumpridas as formalidades prévias à contratação de operações de crédito prescritas na Constituição Federal, nas resoluções do Senado Federal e demais instrumentos normativos que tratam da matéria.

Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria do Tesouro Nacional que os valores previstos no PPA 2012/2015 são suficientes para suportar os gastos do Programa.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o ingresso de recursos externos, para o pagamento dos serviços do empréstimo e para a contrapartida nacional, serem elas suficientes para dar suporte ao Programa no presente exercício.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 4,38% a.a., situa-se em um patamar aceitável, em face do custo médio atual de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado internacional.

Por fim, há a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – VOTO

Somos, assim, favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem nº 43, de 2013, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2013

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do *Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (PROPREVINE)*.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito referida no art. 1º são as seguintes:

I – devedor: República Federativa do Brasil;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – valor total: até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV – modalidade: empréstimo do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na *LIBOR*;

V – prazo de desembolso: cinco anos, contados a partir da data de vigência do contrato;

VI – amortização: em parcela única, a ser paga no prazo de até 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos, contados da data de assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela *LIBOR* trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na *LIBOR*, mais a margem (*spread*) para empréstimos do capital ordinário;

VIII – comissão de crédito: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a data de assinatura do contrato;

IX – despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, sendo que, em um semestre determinado, se assim requerer o BID, o valor devido para atender essas despesas não poderá

ser superior ao referido 1% do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

§ 2º Fica facultado ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, solicitar a conversão da taxa de juros do empréstimo, de variável para fixa e vice-versa, de parte ou da totalidade de seus saldos devedores, com pagamento de comissão ao BID.

§ 3º O cronograma de amortização poderá ser alterado, desde que o prazo final de até 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos, contados a partir da vigência do contrato, e a Vida Média Ponderada do Contrato a ser estabelecida na data de sua assinatura, não sejam extrapolados.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de junho de 2013.

SEN. LINDBERGH FARIAS



, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

MENSAGEM (SF) Nº 43, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 30ª REUNIÃO, DE 11/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Aníbal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Graziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyrol Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

PARECER

Nº 510, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 44, de 2013 (nº 221/2013, na origem), de iniciativa da Presidência da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Estado do Ceará e Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste – Ceará (PROINFOTUR)”.

RELATOR: Senador RODRIGO ROLLENBERG

I – RELATÓRIO

A Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Ceará, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste – Ceará (PROINFOTUR)”.

O Programa objetiva *promover e impulsionar uma estratégia de desenvolvimento econômico, social e turístico na zona de influência dos 12 municípios localizados ao longo do litoral oeste da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Os 12 municípios e as localidades beneficiadas estão situados ao longo de uma faixa de cerca de 350 Km que se estende de Fortaleza até o oeste do Estado do Ceará.*

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil, e suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o número TA631197.

O financiamento será contratado com taxa de juros baseada na LIBOR semestral, acrescida de uma margem (*spread*) de até 2,55% ao ano. De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo do empréstimo será da ordem de 3,20% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR, e, portanto, em patamar aceitável àquela Secretaria, considerando o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que, com custo total estimado em US\$ 160 milhões, o referido programa contará com contrapartida estadual no montante de US\$ 48 milhões, a ser desembolsado em até três anos, juntamente com os recursos do empréstimo em exame.

II – ANÁLISE

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que disciplinam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de governo.

De acordo com o Parecer nº 466, de 23 de abril de 2013, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM) da STN, o Estado do Ceará atende os limites e condições definidas pelas referidas Resoluções, inexistindo óbices à contratação da operação de crédito externo pretendida.

Em particular, a operação enquadra-se nos limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual de operações de crédito passível de contratação, do comprometimento máximo da Receita Corrente Líquida com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, e do montante da dívida consolidada líquida do Estado.

No referido parecer, consta que, já considerado o empréstimo em exame, o Estado do Ceará apresenta reduzido nível de endividamento consolidado, equivalente a 0,64 vezes a sua Receita Corrente Líquida (RCL), portanto comprometendo apenas 31,99% do limite de 2 vezes fixado pela Resolução nº 40, de 2001.

Verifica-se ainda que, com o empréstimo, o montante global de operações realizadas em um exercício determinado, relativamente às projeções da RCL, é decrescente até 2017, último ano da projeção realizada, quando atingirá valor de 2,46%.

Já o comprometimento anual da RCL do Estado com o serviço de sua dívida será de 6,1% em 2013, com tendência declinante 2024. Nesse período, no qual haverá pagamentos previstos da operação pretendida, a média de comprometimento será de 5,22%, bem inferior aos 11,5% fixados como limite máximo pelo Senado Federal.

Com o objetivo de orientar as decisões do Poder Executivo quanto à concessão de garantia a operações de crédito de interesse dos estados e dos municípios, a STN procede à avaliação, nos termos da Portaria MF nº 306, de 2012, da capacidade de pagamento desses entes.

Nesse aspecto, o Estado do Ceará, de acordo com a análise de sua capacidade de pagamento consignada na Nota nº 813, de 4 de outubro de 2012, da Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM) da STN, foi classificado na categoria "C*3", que significa risco de crédito alto e não atendimento dos indicadores de Endividamento e de Serviço da

Dívida. Esses parâmetros são utilizados para orientar a concessão da garantia solicitada.

Assim, nos termos do art. 9º da referida Portaria MF nº 306, de 2012, pode o Secretário do Tesouro Nacional considerar o Estado elegível para fins de obtenção da garantia da União, desde que apresente situação fiscal favorável. O Estado do Ceará foi enquadrado nessa situação, manifestando-se o Senhor Secretário do Tesouro favoravelmente ao pleito, ou seja, considerando o Estado do Ceará elegível para a obtenção de garantia da União.

Isso porque, nos termos do estudo sobre o comprometimento das transferências federais e receitas próprias do Estado do Ceará, a STN conclui que as contragarantias oferecidas pelo Estado são consideradas suficientes caso a União venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

A STN informa-nos ainda que o Estado se encontra adimplente com as metas e os compromissos assumidos nos programas de financiamento e refinanciamento contratados com a União e que a operação pretendida não implica violação de suas cláusulas.

Com vistas à concessão da Garantia da União, que está submetida ao que determina o art. 40 da LRF, e aos limites e condições previstos na Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, em seus arts. 9º e 10, examinam-se os aspectos orçamentários, a situação de adimplência do Estado em relação à União e as contragarantias oferecidas.

Assim, verifica-se que a Lei Estadual nº 15.268, de 28 de dezembro de 2012, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2013, contempla dotações para o Programa objeto da operação. Há declaração do Governo do Estado informando que o ingresso de recursos relativos à operação está previsto e contemplado na referida lei estadual, cujas dotações serão suplementadas na ocorrência de eventuais acréscimos.

Está também atendida a exigência de autorização legislativa para a operação. A Lei Estadual nº 15.117, de 27 de fevereiro de 2012, autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com a CAF, no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América). A lei autoriza, também, o Poder Executivo a vincular, como contragarantias à garantia da União, as parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Relativamente à comprovação de adimplência do Estado do Ceará, tanto financeira como da prestação de contas de recursos recebidos da União, poderá ser atestada por ocasião da assinatura do contrato, conforme determinação da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

Ademais, não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Governo do Estado do Ceará nos últimos anos; em decorrência de garantias concedidas, estando ainda o Estado adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme o Relatório de Gestão Fiscal da União para o terceiro quadrimestre de 2012, existe margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal nos termos do art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por sua vez, atestou o cumprimento das formalidades prévias à contratação, verificando que foram estipuladas as condições contratuais usuais das operações de crédito celebradas com a CAF. Atestou, também, que foi observado o que reza o art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras ou que implique compensação automática de débitos e créditos.

Em suma, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado do Ceará apresenta capacidade financeira suficiente para

contratar a operação em exame e, fundamentada nos parâmetros que utiliza para avaliar a capacidade de pagamento do Estado e o risco da União na concessão da garantia solicitada, manifestou-se favoravelmente à sua concessão.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas referidas Resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União, contidas no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

III – VOTO

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Ceará para contratar a operação de crédito externo, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 37, DE 2013

Autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar parcialmente o "Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste – Ceará (PROINFUTUR)".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Ceará;

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: três anos, contados a partir da vigência do contrato de empréstimo;

VI – amortização: 16 parcelas semestrais e consecutivas, de valores preferencialmente iguais, vencendo-se a primeira aos 54 meses a contar da data de assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor com base na taxa de juros LIBOR semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de uma margem (*spread*) anual de até 2,55% ao ano, sendo admitido o financiamento pela CAF, nos primeiros 8 anos da vigência do contrato, de parcela correspondente a até 1% da taxa de juros, a critério da CAF;

VIII – comissão de compromisso: de até 0,35% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura do contrato;

IX – comissão de financiamento (flat): 0,65% sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato e, no mais tardar, na oportunidade em que se realize o primeiro desembolso;

X – despesas relativas ao custo de avaliação: US\$ 45.000,00, debitada do financiamento no momento do primeiro desembolso;

XI – juros de mora: 2,00% ao ano, acrescidos aos juros em caso de mora.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

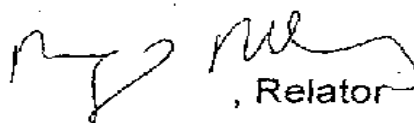
§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Ceará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 11 de junho de 2013.

SEN. LINDBERGH FARIAS, Presidente


, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
MENSAGEM (SF) Nº 44, de 2013

ASSINAM O PARECER, NA 30ª REUNIÃO, DE 11/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 509 e 510, de 2013**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos **Projetos de Resolução nºs 36 a 37, de 2013**.

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 596, DE 2013

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado n.º 129, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Acréscenta o § 4º ao art. 25 da Lei nº 8.692, de 28 de julho de 1993, que define planos de reajustamento nos contratos de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões em – Senador **Cyro Miranda**.

REQUERIMENTO Nº 597, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no *caput* do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 464, de 2003 (que já tramita em conjunto com outras matérias); do PLC nº 25 de 2004; do PLS nº 260, de 2008; do PLS nº 413, de 2008; do PLS nº 91 de 2010; do PLS nº 542, de 2011; do PLS nº 561, de 2011; e do PLS nº 77, de 2012, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, em – Senador **José Pimentel**.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2013

Fundamentado no que preceitua o Art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Pará, Simão Robson de Oliveira Jatene, pelo lançamento do Plano de Combate à Criminalidade no Pará, ocorrido no dia 7 deste mês,

quando o Governador expressou a seguinte frase: “Será que não é violência alguém que vai para a vida pública sem eira e nem beira e acaba cheio de beiras e de eiras?”.

Justificação

O Pará, como todos os demais Estados brasileiros, vem sofrendo com a violência que obriga os cidadãos de bem a se manter presos dentro de casa. O Governo Federal pouco ou quase nada investe na segurança pública, jogando para as mãos dos governos estaduais toda a responsabilidade de combate à criminalidade.

O Mapa da Violência de 2013 – Mortes por Armas de Fogo revelou que no ano de 2010 o Brasil manteve a taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes. É o oitavo pior índice entre 100 países consultados. Índice que possivelmente aumentou com o aumento do consumo de drogas, como o crack, e dos casos de sequestro relâmpago em Brasília, capital do País.

Pois o Governador Simão Jatene, desde que foi eleito, tem se mantido atento e preocupado com esse enorme problema e lançou, em Belém, o Plano de Combate à Criminalidade no Pará. Entre as medidas, a renovação e ampliação da frota do Sistema de Segurança Pública, que era de 660 e passou para 1.000 viaturas e mais 443 motos, 60 cavalos e 04 helicópteros.

Também foram criados o Corpo Voluntário de Militares da Reserva, o que permite a liberação desse efetivo para reforçar o policiamento nas ruas, e o Programa de Participação em Resultados para os policiais, que serão premiados pela apreensão de cada arma de fogo ilegal, em circulação. A recompensa vai variar de R\$ 300 a R\$ 1,8 mil.

Para valorizar o policial e o bombeiro militar, o Governador Simão Jatene anunciou o aumento dos valores do seguro de vida e invalidez para a categoria. O seguro de morte acidental, por exemplo, passou de R\$ 10 mil para R\$ 70 mil; e o de invalidez permanente, de R\$ 5 mil para R\$ 30 mil. Além disso, em agosto deste ano será lançado concurso público para a contratação de dois mil novos policiais.

Mas para o Governador outro tipo de violência precisa ser efetivamente combatido: a corrupção, o assalto aos cofres públicos por políticos que se aproveitam da função para enganar a população e deixá-la na pobreza e na miséria. O assalto aos cofres públicos é violência “tão bárbara” quanto outros assaltos, lembrou o Simão Jatene.

“Não é violência a gente ver alguém que não foi outra coisa na vida, a não ser político, e

de repente virar milionário”, questiona o Governador do Pará. “Será que não é violência alguém que vai para a vida pública sem eira e bem beira e acaba cheio de eiras e de beiras?”.

Diante dessa iniciativa tão importante para os paraenses, de combate à criminalidade, e do brilhante discurso que ratifica o compromisso do Governador Simão Jatene de atacar políticos corruptos é que considero de extrema relevância o Voto de Aplausos ao Chefe do Executivo do Pará, como forma de mostrar que o Senado Federal está comprometido com iniciativas que valorizam a ética e o bem-estar social.

Sala das sessões, 11 de junho de 2013. – Senador **Mário Couto**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2013

Dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos hospitalares disporem de unidades de terapia intensiva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos hospitalares, públicos e privados, disporão, obrigatoriamente, de unidade de terapia intensiva (UTI) com número de leitos correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do total dos leitos existentes.

§ 1º As UTI poderão especializar-se no atendimento a grupos etários específicos ou a determinados agravos, de acordo com as características assistenciais do hospital, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º Excluem-se da obrigatoriedade estabelecida no *caput* os hospitais que, pelas suas características, não se destinam ao atendimento de pacientes em situação clínica ou cirúrgica de alto risco, de acordo com o regulamento.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I – estabelecimentos hospitalares: unidades de saúde que possuem, no mínimo, 50 (cinquenta) leitos para internação;

II – leitos de UTI: leitos destinados a pacientes em situação clínica grave ou de alto risco, que neces-

sitam de cuidados médicos, de enfermagem e de fisioterapia intensivos, ininterruptos e providos por meio de equipamentos e recursos humanos especializados, além de monitorização contínua durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia.

Art. 3º Os hospitais habilitados para o atendimento de gestantes de alto risco deverão dispor de leitos de terapia intensiva para adultos e neonatais em número correspondente a, no mínimo, 6% (seis por cento) do total dos leitos obstétricos existentes.

Art. 4º Os hospitais terão o prazo de 2 (dois) anos para se adequarem às disposições desta Lei, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º A inobservância do disposto nesta Lei configura infração à legislação sanitária federal e sujeita seus infratores às penalidades previstas no inciso II do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A atenção universal e integral à saúde é um direito constitucionalmente estabelecido. No entanto, embora sejam inegáveis os avanços alcançados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos últimos anos, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de garantir uma atenção à saúde equitativa, integral, humanizada e de qualidade. A integralidade da atenção continua a ser um grande desafio para os gestores e os formuladores das políticas públicas de saúde.

Uma lacuna assistencial importante diz respeito à atenção ao paciente crítico, que demanda assistência ininterrupta e que envolve recursos tecnológicos e humanos altamente especializados, como a provida nas unidades de terapia intensiva (UTI).

Porém, a despeito da responsabilidade do Estado de garantir que a população tenha acesso a esse tipo de serviço, o cenário atual é de grave insuficiência e desigualdade na oferta de leitos de UTI no País.

Assim, no sentido de contribuir para o equacionamento da necessidade inquestionável de leitos de terapia intensiva, especialmente nas regiões mais desprovidas de recursos, apresentamos esta proposição, que visa a determinar que os hospitais – exceto aqueles que, por características particulares, não lidam com pacientes críticos – disponham desse tipo de unidade.

Portanto, pela relevância social e sanitária da medida proposta, conclamamos os nobres Pares a emprestarem o seu apoio à aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões, – Senador **Alfredo Nascimento**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 6.437, DE 201 DE AGOSTO DE 1977****Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
Das Infrações e Penalidades**

Art. 10 – São infrações sanitárias:

I – construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes:

pena – advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença, e/ou multa.

II – construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

pena – advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Of. GP-BR/FR nº 3/2013

Brasília, 24 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que foi eleita e empossada, em 23 do corrente, a nova Diretoria do Grupo Parlamentar Brasil – França, para o biênio 2013/2015. Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte da mesma como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 27/90, de 17 de maio de 1990, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº 211/89, de autoria do então Deputado Evaldo Gonçalves, da Paraíba, visava criar o referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Francesa. Na atual Legislatura, o Grupo é formado por 54 Deputados e 22 Senadores.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, cópia da Ata da Reunião de Eleição e Posse da nova Diretoria do Grupo Parlamentar Brasil – França na 54ª Legislatura, a relação dos Parlamentares que o integram e a composição de sua Diretoria. Tive a satisfação de ser escolhido pelos meus pares do Congresso Nacional para presidir este importante Grupo Parlamentar no próximo biênio.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas para aprimorar o relacionamento entre nossos Parlamentos, antecipo os meus agradecimentos.

Atenciosamente, – Deputado **Hugo Napoleão**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – França.

Os documentos a que se refere este ofício encontram-se publicados neste Diário (vide item 3.2).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por permuta com o Senador Jorge Viana.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Com a aquiescência do Senador Paim, que já está na tribuna, eu concedo...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Quero pedir minha inscrição no período de breves comunicações.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, quero pedir minha inscrição pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^{as} já estão inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente desta sessão, primeiro, como sou o orador nº 1, na ordem, naturalmente, eu me dou o direito de dedicar a introdução do meu tempo para cumprimentá-lo. Já fizemos uma homenagem hoje na Comissão de Assuntos Sociais

a V. Ex^a, que está de aniversário no dia de hoje. Fica aqui o carinho, tenho certeza absoluta, de todo o Senado da República, do povo do seu Estado e do povo brasileiro. V. Ex^a é um Senador que orgulha esta Casa e o País. Eu diria: vida longa ao Senador Mozarildo Cavalcanti! Parabéns!

Senador Mozarildo Cavalcanti, eu quero fazer dois registros. Em seguida, temos uma reunião com os trabalhadores em hotéis, restaurantes e similares, para discutir questão de interesse desta categoria.

Então, registro, primeiro, que recebi o Reitor da Unijuí, Universidade Regional de Ijuí, Prof. Dr. Martinho Luís Kelm; também o Prefeito daquela cidade, Fioravante Batista Ballin; e o Vereador Valmir Seifert. Na oportunidade, eles me trouxeram um pouco da história da região e principalmente da universidade e a sua relevância para o desenvolvimento daquela parte tão importante do meu Rio Grande.

Situada na área noroeste do Estado gaúcho, a instituição contempla a difusão do conhecimento em 53 Municípios. Essa inserção e vivência conferem à universidade a legitimidade para identificar as demandas sociais e buscar atendê-las dentro de suas capacidades.

Atualmente, o corpo docente pleiteia a implantação do curso de Medicina devido à escassez de profissionais em áreas totalmente desassistidas. O projeto se alia à proposta do Governo Federal de aumentar o número de médicos no País com o objetivo de atender as áreas, principalmente do interior, que enfrentam dificuldades na fixação de médicos.

Diferente de outras iniciativas que exigem a construção de estruturas novas, com alta complexidade e grandes custos, o projeto da Unijuí utilizará toda a estrutura já instalada e disponível para a comunidade.

Outra justificativa plausível que corrobora a implantação do curso de Medicina é a relação do número de médicos por habitantes. A região dispõe de menos de um médico para cada mil habitantes, enquanto a média do Estado gaúcho é de 2,31 médicos por mil habitantes. Os dados, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, demonstram a necessidade de formação de profissionais que atendam a população, e a situação é ainda mais crítica na fronteira e região oeste.

Ademais, a universidade formulou a construção de um projeto pedagógico diferenciado que objetiva formar profissionais multiquificados, adequados à realidade do SUS, alicerçado nos princípios humanistas da prevenção e da constante qualificação nos diferentes níveis de atenção à saúde.

O projeto, Sr. Presidente, irá beneficiar 50% da área do Estado, com uma estrutura de alta complexidade e de saúde básica, sem qualquer investimento

estatal, garantindo condições efetivas de dignidade à pessoa humana.

Neste momento, em que o Ministério da Educação está prestes a divulgar edital para a habilitação e a instauração de novos cursos de Medicina, é importante levantar essa questão.

Estudos formulados pela Unijuí demonstram a necessidade de novos cursos no Estado do Rio Grande do Sul, bem como a capacidade de a universidade assumir essa vocação. O que precisamos é que o Ministério da Educação inclua a região oeste do Rio Grande no edital destinado à ampliação dos cursos de Medicina.

Sr. Presidente, como Senador do Rio Grande, não posso deixar de expressar essa necessidade evidenciada nos estudos formulados pela Unijuí. A melhoria do atendimento à saúde no Brasil passa necessariamente pela formação de profissionais em demanda suficiente para o atendimento da população.

Sr. Presidente, quero ainda fazer outro rápido registro.

Recebi, há poucos dias, mensagem da Federação Riograndense da Terceira Idade – Fritid, com documentos da diretoria executiva, que aqui passo a comentar.

Em complemento, encaminham também a pesquisa “A população idosa no mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre” e uma reportagem do jornal *O Sul* sobre os idosos, com detalhes.

Consta também da ata da reunião realizada pela Federação Riograndense da Terceira Idade que, neste ano, será iniciado o processo de filiação de entidades de Porto Alegre, região metropolitana e interior do Estado.

A notícia de que nas cidades existe ainda uma entidade representativa e reivindicativa da terceira idade, com certeza, traz alegria a todos. Será feito um trabalho centralizado para a criação da mesma, a partir de uma representação reconhecida como legal pelo órgão correspondente, em cada localidade.

Dessa forma, a Federação acredita que os idosos terão um agudo instrumento de suporte popular, defendendo a representação da terceira idade nas suas reivindicações e nos desejos mais sentidos, nos instrumentos mais importantes da cidadania como o orçamento participativo, o que mais se assenta à política e à vida da terceira idade, mas também em todas as outras formas de esforço da melhoria da qualidade de vida de cada cidadão.

Eles também buscarão junto aos Parlamentares, às personalidades de todas as espécies, o avanço em políticas públicas para esse setor tão importante.

Sr. Presidente, considero o trabalho dessa entidade e de outras, como o Sindicato Nacional dos Aposentados, que me convidou para participar amanhã, aqui em Brasília,

de seu congresso, e a Cobap – já participei de encontros em quase todos os Estados e vou participar, no fim deste ano, de seu congresso nacional em Florianópolis –, com aposentados, pensionistas e idosos, já que nem todos são aposentados, muito importante. É importante que o idoso possa contar com uma entidade que o represente, que lhe dê suporte em seus direitos e anseios.

Nós bem sabemos que os idosos enfrentam situações difíceis ao longo do envelhecimento. A defasagem nas aposentadorias, como aqui seguidamente falo, é uma delas. Como arcar com despesas que só fazem aumentar, diante de um salário que só diminui? Muitos idosos têm buscado novos empregos como forma de complementar sua renda.

Como eu disse no início da minha fala, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, o envelhecimento da população brasileira observado nas últimas décadas trouxe uma conformação à pirâmide etária da região metropolitana da capital, revelando um expressivo aumento de segmentos mais maduros, em especial daqueles com mais de 60 anos que têm que voltar ao trabalho, enquanto...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – ... os indivíduos com menos anos de vida se encontram numa situação preocupante, porque, se têm mais de 50, não conseguem emprego e, se têm mais de 60, alegam que já estão aposentados. Enfim, é preciso que a gente busque alternativas para assegurar que o cidadão, seja homem seja mulher, com mais de 50 anos, tenha o direito ao trabalho.

Os dados da pesquisa mostram que, entre 1993 e 2007, a população idosa, como força de trabalho, encontra a maior dificuldade em ser absorvida na atividade produtiva. A sua inserção no mercado de trabalho geralmente se dá em condições desfavoráveis, com postos de trabalho menos qualificados e, não raro, principalmente para as mulheres, remuneração inferior.

Assim, o processo de envelhecimento da população impõe a nós todos desafios no sentido de proporcionar condições dignas de vida a esse segmento tão importante da nossa população.

Na análise das diferentes formas de inserção da população idosa na ocupação, chama atenção a baixa concentração de indivíduos em ocupações com vínculos mais estáveis e de melhor qualidade.

Outro ponto que verificamos na pesquisa é que, tomando-se apenas o benefício recebido através da aposentadoria ou pensão pelos idosos inativos, esse grupo tem rendimento médio inferior à média do total de ocupados. e, se pegarmos uma faixa entre um e

três salários mínimos, acima disso é claro que é muito, muito pior.

O Brasil, Sr. Presidente, precisa olhar com mais atenção a questão do envelhecimento. O debate sobre a situação dos idosos, ou melhor, a tomada de iniciativas que melhorem as condições de vida do nosso povo e de toda a nossa gente não pode ser adiada.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O envelhecimento, quando Deus o permite, bate à porta de cada um de nós, e, em breve, o número de portas será cada vez mais expressivo, porque mais idosos estarão batendo a essas portas. Consequentemente, o melhor é olhar com carinho para essa situação.

Enfim, agradeço à Federação Riograndense da Terceira Idade pelos dados enviados e pela disposição de mobilizar, lutar e fortalecer esse segmento junto às outras entidades.

Termino dizendo, Sr. Presidente, que a preocupação de todos nós com a chamada terceira idade ou com a idade em que estamos envelhecendo aumenta a cada dia que passa, tanto é que verificamos, recentemente, a situação do Aerus.

Eu falava, ainda ontem, com o Senador Alvaro Dias sobre um requerimento que fizemos – eu, ele e a Senadora Ana Amélia – ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, já que pediu vista de um processo que estava no Plenário para votação, para que ele devolva e que a matéria seja apreciada pelo Plenário do Supremo, para que os idosos, aposentados e pensionistas do Aerus não fiquem sem salários a partir dos próximos trinta dias.

O Senador Alvaro Dias, ainda ontem, ligou para o Supremo e a informação que recebeu e passou para mim e para a Senadora Ana Amélia é a de que, logo após o recesso do Supremo Tribunal Federal, a matéria será pautada e votada.

Então, nós estamos na expectativa de que haja tolerância por parte do Executivo, de forma que continuem pagando os aposentados do Aerus, embora de forma ainda muito aquém daquilo que eles teriam de direito, para que, quem sabe, no mais tardar em agosto, essa situação, com a decisão do Supremo, já que o parecer da Ministra Relatora...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... é favorável, seja resolvida de uma vez por todas.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a e peço que considere, na íntegra, os meus dois pronunciamentos.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Pronunciamento sobre a Universidade Regional de Ijuí – UNIJUI.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi em audiência o reitor da UNIJUI – Universidade Regional de Ijuí – Prof. Dr. Martinho Luiz Kelm, o Prefeito da cidade Fioravante Batista Ballin e o vereador Valmir Seifert.

Na oportunidade, trouxeram um pouco da história da Universidade e sua relevância para o desenvolvimento do município e da região.

Situado na área noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a instituição contempla a difusão do conhecimento em 53 municípios.

Essa inserção e vivência conferem a Universidade legitimidade para identificar as demandas sociais e buscar atendê-las dentro de suas capacidades.

Atualmente, o seu corpo docente pleiteia a implantação do curso de medicina devido à escassez de profissionais em áreas totalmente desassistidas.

O projeto se alia a proposta do Governo Federal em aumentar o número de médicos no país, com o objetivo de atender as áreas interioranas, que enfrentam dificuldades na fixação desses profissionais.

Diferente de outras iniciativas, que exigem a construção de estruturas novas com alta complexidade e grandes custos, o projeto da UNIJUI utilizará toda a estrutura já instalada e disponível para estas comunidades.

Outra justificativa plausível, que corrobora com a implantação do curso de medicina, é a relação do número de médicos por habitante.

A região dispõe de 0,79 médicos para cada mil habitantes, enquanto que a média do Estado gaúcho é de 2,31 médicos por mil habitantes.

Os dados demonstram a necessidade de formação de profissionais que atendam essa comunidade.

A situação é ainda mais crítica na fronteira e região oeste.

Ademais, a Universidade formulou a construção de um projeto pedagógico diferenciado, que objetiva formar profissionais multiquificados adequado a realidade do SUS, alicerçado nos princípios humanistas, da prevenção e da constante qualificação nos diferentes níveis de atenção à saúde.

O projeto irá beneficiar 50% da área do Estado com uma estrutura de alta complexidade e de saúde básica, sem qualquer investimento estatal, garantindo condições efetivas de dignidade da pessoa humana.

Neste momento, em que o Ministério da Educação está prestes a divulgar edital para habilitação e instauração de novos cursos de medicina, é importante levantar essa questão.

Estudos formulados pela UNIJUI demonstram a necessidade de novos cursos no estado do Rio Grande do Sul bem como a capacidade da Universidade de assumir essa vocação.

O que precisamos é que o Ministério da Educação inclua a região oeste do Rio Grande do Sul no edital destinado a ampliação dos cursos de medicina.

Como senador de todos os gaúchos não posso deixar de expressar essa necessidade evidenciada nos estudos formulados pela UNIJUI.

A melhoria do atendimento à saúde no Brasil passa necessariamente pela formação de profissionais em demanda suficiente para o atendimento da população.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre mensagem encaminhada pela Federação Riograndense da Terceira Idade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, há poucos dias, mensagem da Federação Riograndense da Terceira Idade – FRITID com a Ata da Reunião de Diretoria Executiva FRITID, de 29 de abril passado.

Em complemento, encaminham, também a pesquisa “A POPULAÇÃO IDOSA NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE e, ainda, Reportagem do Jornal “O Sul” sobre idosos.

Consta da Ata da reunião realizada pela Federação Riograndense da Terceira Idade que neste ano será iniciado o processo de filiação de entidades de Porto Alegre, Região Metropolitana e interior do Estado.

Fiquei muito feliz com a notícia de que nas cidades onde não existe ainda uma entidade representativa e reivindicativa da terceira idade, será feito um trabalho centralizado para a criação da mesma a partir de uma representação reconhecida como legal pelo Cartório correspondente, em cada localidade e pela Fritid.

Dessa forma, a Federação acredita que os idosos terão um agudo instrumento de suporte popular, defendendo a representação da terceira idade, nas suas reivindicações e desejos mais sentidos, nos instrumentos mais importantes da cidadania como o Orçamento Participativo, o que mais se assenta à política e a vida da terceira idade, mas também em todas as outras formas de esforço cidadão.

Eles também buscarão junto aos parlamentares, personalidades de todas as espécies, personalidades políticas e religiosas e, também, de todos os aparelhos de Governo, meios de fortalecer a cidadania da população idosa.

Considero esse trabalho muito positivo. É importante que o idoso possa contar com uma entidade que

o representante, que lhe dê suporte em seus direitos e anseios.

Nós bem sabemos que os idosos enfrentam situações difíceis ao longo do envelhecimento. A defasagem nas aposentadorias é uma delas. Como arcar com despesas que só fazem aumentar, diante de um salário que só faz diminuir???

Sr^{as} e Srs. Senadores, muitos idosos têm buscado novos empregos como forma de complementar sua renda, mas encontrar trabalho numa idade mais avançada não é tão simples assim!

A Fritid enviou, como eu disse no início da minha fala, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na região metropolitana de Porto Alegre.

O envelhecimento da população brasileira observado nas últimas décadas trouxe uma nova conformação à pirâmide etária da Região Metropolitana de Porto Alegre, revelando um expressivo aumento dos segmentos mais maduros, em especial daqueles com 60 anos e mais, enquanto o número de indivíduos com menos de 10 anos apresentou redução.

Essa redistribuição da pirâmide etária, por sua vez, impactou na composição etária da População Economicamente Ativa (PEA).

Os dados da Pesquisa mostram que a PEA idosa, entre 1993 e 2007, mostram que, a população idosa, como força de trabalho, encontra maior dificuldade em ser absorvida na atividade produtiva.

A sua (re)inserção no mercado de trabalho geralmente se dá em condições mais desfavoráveis – menores possibilidades de emprego, vínculos empregatícios mais frágeis, postos de trabalho menos qualificados e, não raro, principalmente para as mulheres, remunerações inferiores.

Assim, o processo de envelhecimento da população impõe novos desafios à sociedade no sentido de proporcionar condições dignas de vida a esse segmento populacional.

Na análise das diferentes formas de inserção da população idosa na ocupação, chama atenção a baixa concentração de indivíduos em ocupações com vínculos mais estáveis e de melhor qualidade – emprego assalariado no setor público e no setor privado com carteira assinada.

Outro fato pontuado na pesquisa é de que, tomando-se apenas o benefício recebido através da aposentadoria e/ou pensão pelos idosos inativos, percebe-se que esse grupo tem rendimento médio inferior à média do total de ocupados.

Sr. Presidente, o Brasil precisa olhar com mais atenção para a questão do envelhecimento, de tudo que faz parte desse processo; de tudo que está ligado ao envelhecer.

O debate sobre a situação dos idosos, ou melhor, a tomada de iniciativas que melhorem suas condições de vida, não poderá ser adiado para sempre.

O envelhecimento, ... quando Deus o permite,... bate à porta de cada um de nós e, dentro em breve o número de portas será bastante expressivo. Não seria melhor olhar para isso o quanto antes???

Agradeço à Federação Riograndense da Terceira Idade pelos dados enviados e pela sua disposição em fortalecer o segmento.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Mário Couto, com a palavra V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer a minha inscrição para após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Como Líder?

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – E quero que V. Ex^a me informe, como bom nortista que é, se eu sou o primeiro Líder a falar após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Sim.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Tenho informações, Senador Mozarildo, bombásticas para dar ao povo do Estado do Pará.

Vou pedir a Nossa Senhora que a Ordem do Dia seja curta e que eu possa falar na tarde de hoje.

Eu agradeço a inscrição. Vou esperar a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra, neste momento, pela Liderança do PP, ao Senador Francisco Dornelles, do PP do Rio de Janeiro.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, Presidente Mozarildo Cavalcanti, eu queria, inicialmente, cumprimentar V. Ex^a pelo aniversário de hoje. Pela fisionomia, são poucos anos de idade; pela história, são 200 anos de sabedoria.

Parabéns a V. Ex^a.

Estudo da lata, Sr. Presidente, mostra que o setor de aviação contribui com 1% do PIB brasileiro. O setor gera pelo menos 1,2 milhão de empregos, dos quais 179 mil diretamente ligados à aviação civil.

No ano passado, 101 milhões de passageiros usaram o modal aéreo como meio de transporte, quase o triplo de uma década atrás.

O Brasil é, hoje, o terceiro maior mercado doméstico do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China. Estimativas apontam que o setor pode chegar ao início da década transportando mais de 210 milhões de passageiros.

Para não frear o seu crescimento, o setor aéreo precisa superar alguns desafios em curto prazo.

Em valores absolutos, os dois principais fatores de custo que afetam a competitividade das empresas são combustível e infraestrutura.

Os resultados apresentados pelos operadores domésticos em 2012, muitos deles negativos, vêm consolidar a necessidade de ações integradas entre o setor público e o privado, no sentido de preservar a viabilidade do transporte aéreo brasileiro dentro de um escopo tarifário que contribua para o desenvolvimento econômico nacional.

No âmbito de gestão dos operadores, as principais empresas têm realizado ações administrativas com o objetivo de alterar o cenário financeiro que ora se apresenta. Contudo, todos os diagnósticos indicam a necessidade de iniciativas no âmbito do setor público para uma desoneração do setor aeroviário, de forma a se atingir um ambiente adequado para o desenvolvimento de atividade aérea comercial no País.

Uma conquista importante do setor foi a aprovação da alíquota de 1% sobre a receita, com a desoneração da folha de pagamento.

Já o combustível de aviação, representa 43% do custo do transporte aéreo. Cálculos da IATA mostram que, no Brasil, o preço do combustível é, em média, 30% maior quando comparado à média global.

Incidem ainda sobre o preço do combustível de aviação, no Brasil, PIS/Cofins e ICMS. Com relação ao ICMS, a falta de homogeneidade na alíquota aplicada pelos Estados gera ineficiência operacional para as empresas, guerra fiscal e aumento da emissão de gases poluentes.

A questão das tarifas aeroportuárias também merece atenção. A partir de 2011, tem-se observado um aumento dos custos dos operadores aéreos extremamente elevado.

A concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília, aos quais em breve se somarão Confins e Galeão, e o programa de investimentos federais apontam para um caminho certo, mas seguem fortes os impactos gerados pelas deficiências existentes, o que gera custos para as empresas, para os consumidores e para a sociedade em geral.

O exposto mostra, Sr. Presidente, a necessidade de um esforço conjunto entre operadores aéreos, autoridades da aviação civil, autoridades econômicas,

administradores aeroportuários, de maneira consistente e coordenada, para a redução dos custos do setor.

A Medida Provisória 617 retirou o PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita de prestação de serviços de transporte terrestre. Apresentei emenda estendendo esse benefício aos serviços prestados pelas empresas de navegação aérea pela necessidade fundamental de reduzir os seus custos.

A presença do ex-Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, na Secretaria de Estado de Aviação, por sua larga competência gerencial, é uma garantia de que todos os problemas por que passa o setor terão forte enfrentamento.

Sr. Presidente, muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FRANCISCO DORNELLES

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O SETOR AÉREO

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, estudo da IATA – International Air Transport Association, entidade que representa e vocaliza a indústria aérea em todo o mundo, divulgado em 2012, mostra que o setor de aviação contribui com 1% do PIB brasileiro, aproximadamente R\$ 32 bi. O setor gera pelo menos 1,2 milhão de empregos, dos quais 179 mil diretamente na área de aviação civil.

A política econômica governamental e os esforços do setor foram responsáveis pelo rápido crescimento do transporte aéreo comercial de cargas e passageiros. No ano passado (2012), de acordo com dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), 101 milhões de passageiros usaram o modal aéreo como meio de transporte, quase o triplo de uma década atrás.

O Brasil é hoje o 3o maior mercado doméstico do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China. E estimativas apontam que o setor pode chegar ao início da próxima década transportando mais de 210 milhões de passageiros.

Para não frear o seu crescimento, o setor aéreo precisa superar alguns desafios no curto prazo. Os principais obstáculos dizem respeito ao aumento da competitividade das companhias aéreas, à gestão dos recursos humanos e à sustentabilidade ambiental das operações.

Em valores absolutos, os dois principais fatores de custo e que afetam a competitividade das empresas são combustível e infraestrutura.

Os resultados apresentados pelos operadores aéreos em 2012, muitos deles negativos, vêm consolidar a necessidade de ações integradas entre o setor público e privado no sentido de preservar a viabilidade

do transporte aéreo brasileiro dentro de um escopo tarifário que contribua efetivamente para o desenvolvimento econômico nacional.

No âmbito de gestão dos operadores, as principais empresas têm realizado ações administrativas com objetivo de alterar o cenário financeiro que ora se apresenta, tais como: reestruturação administrativa e operacional e fusões. Contudo, adicionalmente, todos os diagnósticos indicam para a necessidade de iniciativas no âmbito do setor público para uma desoneração do setor aeroviário, de forma a se atingir um ambiente adequado para o desenvolvimento de atividade aérea comercial no país.

Uma conquista importante do setor foi a aprovação da alíquota de INSS de 1% sobre a receita, conquistada em setembro 2012, com a desoneração da folha de pagamento.

Já o QAV – Combustível de Aviação, representa 43% do custo do transporte aéreo e a composição do preço do insumo inclui itens que devem ser revistos. Cálculos da IATA mostram que no Brasil o preço do combustível é, em média, 30% maior quando comparado à média global.

Incidem ainda sobre o preço do Combustível de Aviação (QAV) no Brasil, PIS/COFINS e ICMS. Com relação ao ICMS, a falta de homogeneidade na alíquota aplicada pelos Estados gera ineficiência operacional para as empresas, guerra fiscal e aumento da emissão de gases poluentes. Atualmente, o ICMS varia de 12% a 25% nos principais aeroportos.

A questão das Tarifas Aeroportuárias também merece atenção. A partir de 2011, como consequência da recente mudança na política de remuneração da utilização de áreas aeroportuárias e dos serviços aeroportuários e aeronáuticos, tem-se observado um aumento dos custos dos operadores aéreos extremamente elevado.

A concessão dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília, aos quais em breve se somarão Confins e Galeão, e o programa de investimentos federais com grande foco na aviação regional, apontam para um caminho acertado, mas seguem fortes os impactos gerados pelas deficiências existentes, que gera custos para as empresas, para os consumidores e sociedade em geral.

O exposto mostra claramente a necessidade de um esforço conjunto entre os operadores aéreos, autoridades da aviação civil, autoridades econômicas, administradores aeroportuários, de maneira consistente e coordenada, para a redução dos custos do setor, melhorando assim sobremaneira, as condições logísticas da indústria nacional, com benefícios a sociedade brasileira como um todo.

A Medida provisória 617, de 2013, retirou o PIS / PASEP e COFINS incidentes sobre a receita de pres-

tação de serviços de transporte terrestre. Apresentei emendas estendendo esse benefício aos serviços prestados por empresas de navegação aérea pela necessidade fundamental do setor de reduzir seus custos.

A presença do Governador do Rio de Janeiro, Moreira Franco, na Secretaria de Estado, por sua larga competência gerencial, é uma garantia de que todos os problemas por que passa o setor terão forte enfrentamento.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Anibal Diniz.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone*) – Sr. Presidente, eu pediria que meu pronunciamento fosse publicado na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Anibal Diniz, como orador regularmente inscrito.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna, nesta tarde, para prestar contas de duas atividades que dizem respeito diretamente ao Acre e à Bancada federal do Acre.

O primeiro assunto diz respeito ao esforço que toda a Bancada federal, juntamente com o Governo do Estado, o Governador Tião Viana, a Procuradoria Geral do Estado e os procuradores todos que estão envolvidos nesta causa em defesa dos 11 mil servidores do Estado do Acre que estão ameaçados de demissão, por conta de terem sido contratados no período anterior à Constituição de 1988, alguns no período de transição da aplicação da Constituição de 1988. Agora, recentemente, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, no sentido de tornar esses contratos nulos de efeito. Dessa maneira, há um grande clamor entre milhares de servidores do Estado do Acre.

Hoje, tivemos duas audiências consecutivas. Estava presente toda a Bancada federal: os oito Deputados Federais e os três Senadores. Estivemos, inicialmente, com a Ministra Carmem Lúcia, quando pudemos expor as razões dos servidores, as preocupações todas que envolvem essa situação e, principalmente, a busca de uma alternativa para amenizar o transtorno que será essa recomendação para a demissão de milhares de servidores. E sabemos o quanto o trabalho dignifica as pessoas. É o trabalho que dá dignidade, que dá sustento à família e que dá sentido à vida. Portanto, estamos todos empenhados, no sentido de garantir o emprego desses servidores e no sentido de tentar sensibilizar os ministros do Supremo Tribunal Fede-

ral que votaram pela inconstitucionalidade da PEC à Constituição estadual, proposta pela então Deputada Naluh Gouveia, que tornava esses contratos de acordo com a Constituição. Mas os ministros do Supremo consideraram essa PEC inconstitucional e, agora, estamos numa nova batalha no sentido de encontrar um caminho para a modulação dos efeitos dessa medida.

Estivemos com a Ministra Carmem Lúcia e, depois, com o Ministro Marco Aurélio de Mello, e os dois puderam ouvir, atentamente, os argumentos postos e os clamores. Queremos, aqui, fazer esse registro, porque o empenho da Bancada federal tem sido total nesse sentido, assim como tem sido o empenho do Governador Tião Viana.

Na realidade, o Governador que recebeu a primeira recomendação para demissão dos servidores foi o Governador Jorge Viana, ainda em 2005, mas o Governador Jorge Viana assumiu, com muita firmeza, a defesa desses servidores, e conseguiu, com vários recursos jurídicos, a partir da Procuradoria-Geral do Estado, manter esses servidores. Depois, o Governador Binho Marques também manteve a mesma posição, o mesmo enfrentamento, para evitar a demissão desse grande número de servidores. E, agora, nós temos a mesma posição do Governador Tião Viana, que mobiliza a Procuradoria-Geral do Estado, mobiliza toda a capacidade jurídica do Estado em defesa dos servidores, para que não haja essa demissão, para que haja uma modulação de maneira a minimizar o impacto do que seria uma tragédia para a economia do Acre, para a vida dessas pessoas, desses milhares de servidores, que dependem do seu trabalho para sobreviver.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV, presto contas, neste momento, desse trabalho que aconteceu, em conjunto com a Bancada federal, os oito Deputados Federais mais os três Senadores. Sob a coordenação do Senador Petecão, estivemos com esses dois ministros do Supremo Tribunal Federal, agora à tarde, no sentido de sensibilizá-los e de buscar uma consideração a mais para com esses milhares de servidores do Acre.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, de extrema gravidade para o povo do Acre também, é a péssima notícia de que, mais uma vez, a licitação para a contratação da obra da ponte sobre o Rio Madeira vai ser suspensa, aliás, está suspensa por ordem judicial. Isso já foi denunciado aqui no passado e vale a pena a gente recapitular.

A ponte sobre o Rio Madeira é uma espécie de entrave, e, mesmo as bancadas federais do Acre e de Rondônia se unificando, nunca conseguimos superar esse entrave. Ninguém sabe exatamente por quê. Nós só sabemos que existe um grupo empresarial que opera

o sistema de balsa ali no Rio Abunã. É um serviço extremamente deficitário, que causa um transtorno terrível para todos que precisam se deslocar de Rio Branco para Porto Velho ou de Porto Velho para Rio Branco, tanto para o transporte de cargas quanto para o transporte de pessoas. Todos os veículos têm que passar por essas balsas e, no período de verão, é um transtorno total porque o rio tem o seu nível rebaixado, e, a partir daí, as balsas não conseguem a mesma capacidade para a travessia, formando filas quilométricas todos os anos.

Levamos esse assunto à Presidenta Dilma, que deu ordem expressa ao Ministério dos Transportes para que fosse dado encaminhamento para a construção dessa ponte. Isso porque nós temos a ligação com o Pacífico a partir da BR-364 e da BR-317, só que temos um gargalo ali, na localidade do Abunã, com a não construção da ponte sobre o Rio Madeira. E toda vez que se avança no processo de licitação, algo invisível, algo que não está nessa dimensão entra e impede que essa licitação aconteça. Assim vem ocorrendo há vários anos. E a ponte sobre o Rio Madeira não sai.

Agora, temos mais uma notícia. Estava para ser aberta a licitação no dia 26 de junho, mas hoje, Senador Mozarildo, já temos aqui uma decisão judicial suspendendo a licitação, porque dizem que foram detectadas irregularidades nos editais.

Não sabemos quais irregularidades são essas, mas sabemos que cada dia de atraso para a licitação e para a contratação da obra de construção da ponte sobre o Rio Madeira significa mais um período de exploração desse pessoal que lucra com esse trabalho de balsas. E quem paga o pato é a população.

A população sofre, mas sofre muito quando tem de se deslocar de Rio Branco para Porto Velho ou de Porto Velho para Rio Branco, principalmente no período de verão, que é este período que nós estamos vivendo agora, daqui até outubro, novembro. Quando o volume das águas fica bem menor, a fila que se forma chega a cinco, seis, dez, quinze quilômetros de distância de carros esperando pela travessia. Às vezes, caminhões que transportam produtos perecíveis têm suas cargas estragadas no caminho, exatamente por conta desse gargalo.

Infelizmente, a péssima notícia que temos hoje é que, mais uma vez, a licitação para a construção da ponte sobre o Rio Madeira foi suspensa (...)

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – (...) por ordem judicial. Dessa maneira, como o objetivo era iniciar essa obra ainda no mês de julho ou agosto para, até o final de 2014, termos a ponte concluída, com essa notícia, certamente teremos um atraso de não

se sabe mais quanto tempo para o início das obras da ponte sobre o Rio Madeira.

Trago aqui este lamento, porque eu não sei quais razões levaram o Juiz Federal de Rondônia a decidir pela suspensão dessa licitação, mas sei que isso causa um grande transtorno à população do Acre e à população de Rondônia que dependem dessa ponte para transitar de um lado para o outro, de um Estado para o outro, seja a serviço, seja a passeio. Esse é um transtorno incalculável e, ao mesmo tempo, eu posso afirmar que aqueles que operam o serviço de balsa agradecem por essa decisão judicial, porque eles vão continuar lucrando, lucrando muito, sobre essa deficiência, porque eles lucram mais quanto pior estiver esse serviço, porque mais eles cobram pela travessia dos carros, dos caminhões e das pessoas na balsa sobre o Rio Madeira.

Então, infelizmente, não teremos o início das obras da ponte sobre o Rio Madeira, conforme estava programado, e, aí, vale, mais uma vez, reforçar às Bancadas do Acre e de Rondônia: Deputados e Senadores precisam, novamente, se juntar para ir ao Ministério dos Transportes, para ir até o Juiz Federal de Rondônia que tomou essa decisão, para saber quais foram os motivos, para que as pendências que foram apontadas sejam resolvidas o mais depressa possível, para que haja essa licitação e essa obra seja executada, porque o povo do Acre merece o respeito de ter uma ponte sobre o Rio Madeira, para que (...)

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – (...) o transporte e as viagens entre Rondônia e Acre, entre Porto Velho e Rio Branco, possam acontecer sem esse transtorno terrível que é a travessia da balsa sobre o Rio Madeira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras, Sr. Presidente, é com muita alegria que falo nesse momento, visto que, semana passada, dia 5, comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente para falar de um tema ligado diretamente ao meio ambiente.

Estivemos, no período de 6 a 8 deste mês, participando de uma importante reunião da Globe International. Trata-se de um organismo internacional que congrega, agrega parlamentares de vários países do mundo e que tem como objetivo principal o debate acer-

ca das questões ambientais que movimentam os países do mundo inteiro. Foi uma reunião muito importante.

A convite da Globe International, eu que presido o grupo parlamentar brasileiro dessa organização, estive lá participando desse evento. Também este presente o Senador João Capiberibe, representando o Senado Federal, e o Deputado Márcio Macêdo, que representou a Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, além do Brasil, diversas representações parlamentares participaram: África do Sul, a própria Alemanha, que recebeu a todos com muita hospitalidade, Costa Rica, Dinamarca, França, Gana, Geórgia, Índia, Japão, México, Nigéria e Marrocos, além de representantes do Parlamento Europeu, do Peru e do Reino Unido.

O debate principal girou em torno de questões relativas ao capital natural, à natureza, debate sobre o qual os países todos travam internamente, ou seja, a necessidade não só do reconhecimento do capital natural, mas da sua valoração para que possa ele ser computado, Sr. Presidente, nos sistemas econômicos internos de cada país.

Contamos com presenças importantes, nesse evento, como a do Ministro da Cooperação Econômica e Desenvolvimento Sustentável da Alemanha, Dirk Niebel; a do Dr. Pavan Sukhdev, que fez a apresentação principal do evento, que foi um estudo, já lançado no Brasil há algum tempo, por ele próprio, das Nações Unidas acerca de “A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade” – TEEB.

Contamos também com a presença da Presidente da GEF, que é a Facilidade Ambiental Global, importante órgão financiador também de políticas ambientais em diversos países do mundo.

Contamos com a presença do Primeiro-Ministro da Geórgia; do Diretor de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial, Diretor Juergen Voegelé. Enfim, inúmeras pessoas que debatem muito esse tema internacionalmente, não apenas debatem, mas tomam decisões, orientam na aplicação de projetos.

Um momento importante desse evento de que participamos foi o lançamento, pela Globe International, de um estudo que realizou acerca da legislação sobre capital natural em seis países.

O Brasil não fez parte desse estudo, mas, sem dúvida alguma, nós deveremos, e assim pleiteamos, participar desses estudos internacionais.

Esse primeiro estudo acerca da legislação que trata do capital natural foi desenvolvido na Botswana, Colômbia, Costa Rica, Geórgia, Alemanha, Peru, Filipinas e Reino Unido, Sr. Presidente.

De nossa parte, o Governo brasileiro, através do Ministério do Meio Ambiente e do Ipea, desenvolve o TEEB Brasil, que conhecemos como o estudo da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade.

Temos também a exata noção de que o Parlamento contribui para o avanço nacional quanto à busca do desenvolvimento econômico sustentável, do ponto de vista social e ambiental. Isso porque não podemos, Sr. Presidente, dissociar em momento algum, e isso está muito claro, não só nos debates da Globe International que envolve parlamentares, mas no debate também das Nações Unidas, no debate do Banco Mundial, da necessidade de se garantir a erradicação da pobreza, como um componente fundamental para a busca do desenvolvimento sustentável.

Por fim, Sr. Presidente, durante o evento, nós aprovamos um comunicado, que consideramos como uma carta de princípios e de orientação ao mesmo tempo. Aprovamos com algumas modificações apresentadas por várias delegações, inclusive pelo Brasil.

Eu gostaria aqui, Sr. Presidente, neste tempo que me resta, de fazer a leitura de algumas partes da carta que aprovamos no evento e que considero fundamental. A nossa participação nessa reunião foi importante para vermos o quanto países têm avançado nessa questão. A Costa Rica, por exemplo, é um país que tem um exemplo muito importante a dar ao mundo em relação ao tratamento com o meio ambiente, ao tratamento com o desenvolvimento.

Na Costa Rica, Senador Cyro Miranda, já há alguns anos, existe uma legislação que institui o pagamento pela prestação de serviços ambientais. Aqui no Brasil, um projeto que trata da matéria tramita desde 2007; na sequência, o próprio Governo Federal encaminhou um projeto de lei. Ou seja, há um projeto do Poder Executivo apensado ao do Deputado Anselmo de Jesus e que tramita desde 2007.

Nós, na Comissão de Mudanças Climáticas, em nosso plano de trabalho, aprovamos como uma das prioridades a aprovação dessa lei importante para o Brasil, porque a preservação, a conservação da natureza só será possível – repito – com o fim da pobreza e com a inclusão social de todos os brasileiros e de todas as brasileiras, assim como de todos os povos do mundo.

Por fim, Sr. Presidente, nesse nosso comunicado, na condição de parlamentares e reconhecendo o papel crucial dos parlamentares e dos parlamentos nas

diversas nações no que diz respeito à criação de estruturas políticas e econômicas de marco legal necessárias a apoiar a contabilidade do capital natural, nos comprometemos com o seguinte – aí vem uma série de sugestões: trazer para o debate, em cada um dos parlamentos, essa questão da discussão dos projetos relativos ao capital natural; estreitar os laços e também no debate, na discussão, com o Ministério de Meio Ambiente e com o Ministério da Fazenda de cada um de nossos países, de tal modo que possamos avançar de uma forma mais equilibrada no mundo inteiro.

Por fim, o documento final aprova uma convocatória de todos os parlamentares dos parlamentos que compõem a Globe International para participação entre 6 a 8 de junho de 2014, ano que vem, da II Cúpula de Legisladores para o Meio Ambiente, visto que a primeira aconteceu em 2012, aqui no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Então, é com muita alegria, Sr. Presidente, que quero repassar à Mesa uma cópia do estudo desenvolvido pela Globe International, que envolve seis nações, e também do comunicado aprovado pelos parlamentares.

Nós tivemos oportunidade não só de debater, de conhecer as experiências de outras nações, mas também de apresentar os avanços que o Brasil tem feito nesse aspecto. Foi muito importante porque quando estávamos lá – já concluo, Sr. Presidente –, exatamente no dia em que estávamos lá soubemos da divulgação pelo governo brasileiro de dados relativos ao desmatamento da Amazônia. Foi o menor índice dos últimos 25 anos. Isso não acontece por acaso; acontece devido a uma política que entendemos correta, mas uma política que precisa avançar no sentido de garantir, efetivamente, o desenvolvimento sustentável do Brasil e, principalmente, da Amazônia, com a inclusão de toda a sua população.

Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º do Regimento Interno.)

1ª Cúpula GLOBE sobre Capital Natural

Parlamento Alemão - *Bundestag*, Berlim, 6 a 8 de junho de 2013

COMMUNICADO

1. Nós, parlamentares da GLOBE da África do Sul, da Alemanha, de Botsuana, do Brasil, da Costa Rica, da Dinamarca, da França, de Gana, da Geórgia, da Índia, do Japão, do México, da Nigéria, do Marrocos, do Parlamento Europeu, do Peru e do Reino Unido, ao considerar o Plano de Ação sobre Capital Natural de Nagóia, o Plano Estratégico para a Biodiversidade e as Metas de Aichi, a Declaração de Gaborone e o Documento Final da Rio +20 sobre O Futuro Que Queremos, nos reunimos em Berlim, Alemanha, de 6 a 8 de junho de 2013, com representantes das Nações Unidas, do Banco Mundial, da Facilidade Ambiental Global (GEF na sigla em inglês) e do Governo alemão, a fim de promover uma melhor compreensão do Capital Natural e da importância que uma avaliação adequada do mesmo deve desempenhar na proteção do nosso ambiente natural, bem como na promoção do desenvolvimento econômico humano e na erradicação da pobreza de forma sustentável;

2. Ao reconhecer o capital natural como base para todo o valor econômico, seja na forma de matérias primas não renováveis, como minerais e combustíveis fósseis, seja na forma de recursos finitos, porém renováveis e serviços ecossistêmicos, tais como lenha, fornecimento de água doce e polinização;

3. Ao reconhecer que a erosão da capacidade da natureza de fornecer produtos e serviços ecossistêmicos terá um efeito profundo e negativo na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e no crescimento econômico verde, ao passo que aumentará os riscos de desastres naturais e de interrupção das cadeias de suprimento geridas pelo setor privado;

4. Ao reconhecer que o Produto Interno Bruto é uma importante, mas apenas parcial medida da riqueza e do bem estar nacionais, a qual não representa adequadamente nem os benefícios não-mercantis dos ecossistemas, nem os custos ambientais do crescimento;

5. Ao notar que o estudo “A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade” (TEEB na sigla em inglês) estimou, recentemente, que, no período de 50 anos até 2050, as perdas acumuladas da economia global oriundas da degradação dos ecossistemas serão equivalentes a 7 por cento do PIB global;
6. Ao reconhecer que o capital natural equivale a 80% das riquezas dos povos indígenas e a importância que o conhecimento tradicional exerce na conservação e no uso da biodiversidade;
7. Ao notar a crescente conscientização da comunidade empresarial sobre o impacto ecológico de suas atividades e a importância da gestão dos recursos do capital natural para o aumento da produtividade, redução do lixo, promoção do comércio justo, garantia do crescimento sustentável e minimização dos riscos às cadeias de suprimento;
8. Ao congratular o Estudo GLOBE sobre Legislação de Capital Natural, bem como o progresso, relatado no mesmo, que muitos países alcançaram na avaliação adequada do capital natural no âmbito das políticas públicas e da tomada de decisões econômicas;
9. Ao reconhecer a importância da realização de Avaliações Nacionais dos Ecossistemas para o fornecimento de dados primários sob os quais uma avaliação coerente dos ativos de capital natural e dos custos associados à sua destruição pode ser estabelecida;
10. Ao recordar as obrigações dos países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica de produzir Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação para garantir que os ativos de capital natural sejam protegidos e mantidos e ao notar a importância de mantê-los atualizados regularmente;
11. Ao reconhecer a adoção, pelas Nações Unidas, do Sistema de Contas Econômicas Ambientais revisado, como a primeira Norma Internacional de Contabilidade para a produção de estatísticas comparáveis sobre o meio ambiente e sua relação com a economia;
12. Ao congratular a Meta 9 do relatório do Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes sobre a Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015 e sua ênfase na gestão sustentável de ativos de recursos naturais;

13. Solicitamos que, até 2020, nossos governos e os governos de todo o mundo incorporem plenamente o valor do capital natural nas estruturas de contabilidade nacionais e regulamentem de modo que o setor privado declare, de forma transparente e aberta ao escrutínio público, suas externalidades ambientais, como seu impacto sobre o capital natural, em seus relatórios anuais aos acionistas.

14. Na busca destes objetivos e ao reconhecer o papel crucial que os parlamentares e os parlamentos desempenharão na criação das estruturas políticas e econômicas necessárias para apoiar a contabilidade do capital natural, nos comprometemos ao seguinte:

- Promover a conscientização e compreensão da contabilidade de capital natural em nossos parlamentos;
- Melhorar a comunicação entre os parlamentares, especialistas e outras partes interessadas sobre a contabilidade do capital natural;
- Apoiar o trabalho da Facilidade Ambiental Global (GEF na sigla em inglês), na qualidade de mecanismo oficial de financiamento destes assuntos para as Nações Unidas;
- Demandar a prestação de contas por parte de nossos governos sobre a qualidade e quantidade de apoio ofertado pelos mesmos a órgãos internacionais como bancos e agências de desenvolvimento;
- Demandar a prestação de contas por parte de nossos governos sobre a gestão do capital natural dos nossos países;
- Fiscalizar os orçamentos, políticas e legislações relevantes sobre o estoque de capital natural dos nossos países;
- Organizar reuniões e debates em nossos respectivos parlamentos com os Ministros do Meio Ambiente e da Fazenda para discutir os benefícios e métodos de incorporação da valoração do capital natural nas contas nacionais e empresariais e apresentar o Estudo GLOBE sobre Legislação de Capital Natural.

15. Por conseguinte, convidamos os parlamentares de todo o mundo a reunir-se na Cidade do México, de 6 a 8 de junho de 2014, na ocasião da 2ª Cúpula Mundial de Legisladores, para relatar o progresso na valoração do capital natural tendo em vista os objetivos estabelecidos nas Convenções das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica e Mudanças Climáticas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senadora Vanessa, V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento, quanto ao pedido que fez.

Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Casildo Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres colegas, além de renovar aquilo que o Senador Francisco Dornelles há pouco expressou da tribuna, pelo aniversário do nosso Presidente em exercício, Mozarildo Cavalcanti, Senador Cyro Miranda, faço minhas as suas palavras quando ele diz: “pelo que se vê, pelas aparências, é um jovem; mas, pela experiência, pelo trabalho, pela sabedoria, representa 200 anos”. Quero me associar a essas expressões, sem dúvida alguma.

Mas eu quero, neste instante, trazer um breve relato sobre algo que nós temos em Santa Catarina; algo ainda jovem, que começou na Serra Catarinense. Refiro-me aos vinhos catarinenses. Trata-se de um *terroir* novo que se descobriu e que vem, mais ou menos, na altura de um paralelo que vem do Chile, passa por Santa Catarina e pega a África do Sul, produzindo, nessas regiões, vinhos que os melhores enólogos mundiais, ao apreciá-los, têm lhes atribuído notas equivalentes aos melhores vinhos do mundo. É de se tirar o chapéu, como se diz na gíria. E vou trazer a V. Ex^{as} um pouco dessa atividade, que fomenta o turismo, fomenta caminhadas, fomenta novos empreendimentos – pequenos, naturalmente –, mas que estão ensejando novas oportunidades de difusão do trabalho dessas pessoas que se esforçam nesse sentido.

Na edição deste mês de junho, a revista *Viagem e Turismo*, principal publicação do segmento no País, traz uma bela reportagem sobre o mais novo polo de enoturismo do País. Sob o título “Serra Nova, Uva Boa”, a revista destaca o trabalho das vinícolas catarinenses, que, além de produzirem vinhos de excelente qualidade, têm revelado papel catalisador no desenvolvimento do turismo catarinense.

Diferente do que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde a atividade vinícola é fruto de uma tradição herdada dos imigrantes italianos, os vinhos de altitude da Serra Catarinense, cultivados a mais de 1400m de altitude, são resultado de um extenso trabalho técnico de pesquisa, realizado por profissionais que apostaram na produção.

São Joaquim é conhecida por sua temperatura, que no inverno facilmente cai bem abaixo de zero grau e a neve é uma ocorrência comum, já era reconhecida nacionalmente pela produção de maçãs – mais de 60% do total produzido no País vêm daquela região

da Serra Catarinense, pegando Freiburg. Temos, de fato, ali, uma região que produz muito.

Foi a Epagri, empresa de pesquisa agropecuária do Estado, que constatou a adaptação de cultivares vitiviníferas na região. Diante dos dados apresentados, no ano de 1999, instalou-se em São Joaquim o primeiro empreendimento vitivinícola para produção comercial de vinhos finos de altitude.

Com muita paixão, mas, principalmente, profissionalismo, logo surgiram outras vinícolas, que estão transformando a região. Em 2005 foi criada a Acavitis – Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude, que hoje congrega mais de 20 produtores. Com a vital participação do Sebrae – que, além de contribuir para a organização do setor e fortalecimento da marca, hoje trabalha na criação de toda uma cadeia produtiva associada ao turismo –, a Acavitis hoje celebra os resultados.

Aliás, quando Presidente do BRDE, o banco de desenvolvimento, participamos diretamente disso. Principalmente o Senador Luiz Henrique, então Governador, motivou a caminhada nesse *terroir* novo com a redução do ICMS.

Atualmente, são centenas de hectares de vinhedos plantados na Serra Catarinense, em altitudes que variam de 900 a 1,4 mil metros, não somente em São Joaquim, mas também em Campo Belo do Sul, Água Doce, Caçador, Videira e outras regiões. São dezenas de espécies cultivadas, como cabernet sauvignon, merlot, pinot noir, cabernet franc, sangiovese, sauvignon blanc, chardonnay, tinta roriz, touriga nacional, trincadeira e malbec, entre outras, que se transformam em vinhos tintos, brancos, *rosés* e espumantes de excelente qualidade.

O reconhecimento nacional não tardou a chegar. Os rótulos catarinenses já ganharam uma série de prêmios e estão classificados entre os melhores vinhos produzidos no País, igualando-se em qualidade com concorrentes tradicionais, como Chile e Argentina.

A atividade vinícola, além de produzir seus resultados econômicos diretos, é reconhecidamente uma fonte de atração turística internacional. A exemplo do que acontece na França, Portugal, Itália e nos vizinhos já citados (Chile e Argentina), milhares de turistas viajam para as regiões produtoras atrás das belas paisagens e de todo o clima que envolve o plantio e processamento das uvas.

Essa indústria, que oferece tantas oportunidades e traz consigo um imenso potencial agregador, com capacidade de promover o desenvolvimento social e econômico das regiões em que está instalada, não tem recebido, eu diria, o melhor apoio ou o apoio necessário.

A carga tributária, por exemplo, que castiga de forma implacável empreendedores de qualquer setor da economia brasileira, é particularmente cruel com os produtores de vinhos. O consumidor que se depara com uma garrafa de vinho no supermercado deve saber que, do valor total do produto, aproximadamente 65% são impostos, tributos e taxas.

Finalmente, agora, compulsoriamente, todos terão o direito de conhecer os valores que serão recolhidos a título de imposto sobre quanto se paga em qualquer produto neste País. É uma norma que entrou em vigor agora. E isso, sem dúvida alguma, vai ajudar a esclarecer o consumidor sobre o quanto está pagando.

Para piorar, pelo fato de tratar-se de uma bebida alcoólica – a despeito de seu enquadramento tributário em muitos países europeus ser o mesmo de qualquer alimento –, os produtores de vinho não podem ter acesso ao Simples Nacional, programa que reduz a carga e simplifica bastante a forma de arrecadação de impostos para micro e pequenos empresários.

Mesmo tendo produções pequenas, os vinicultores pagam impostos de “gente grande”, tornando a atividade extremamente onerosa, custo que, obviamente, é repassado ao consumidor. Como consequência, temos uma aberração mercadológica: os consumidores encontram, nas prateleiras dos supermercados, vinhos importados do Chile, por exemplo, com preços muito inferiores ao dos concorrentes nacionais.

É que o Chile isenta, na saída de lá, de quaisquer impostos os seus produtos de exportação.

O mesmo fenômeno acontece com os produtores artesanais de cerveja, outro mercado que está florescendo em nosso Estado, com o mesmo potencial de benefícios do vinho.

Os pequenos produtores, que trabalham com produtos de alta qualidade, em processos artesanais que resultam em poucos litros mensalmente, pagam os mesmos impostos que as multinacionais do ramo. Ou seja, não é só do vinho; isso ocorre mesmo para os que fazem o chope artesanal, a cerveja artesanal, produtores familiares de pequenas quantidades, que geram emprego, motivam o turismo, fazem casas de enxaimel, fazem pousadas, promovem a circulação de turistas para visitar as altitudes, para visitar os *canyons* daquela região. Quer dizer: fomentam essas atividades, mas, infelizmente, têm que pagar pesados impostos, não podem se enquadrar ao Simples, têm que pagar impostos como os grandes produtores multinacionais.

(Soa a campanha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Já encerro, Sr. Presidente.

Para corrigir essa distorção, propusemos, no ano passado um projeto de lei que permite a inclusão dessas empresas no Simples Nacional, ou seja, tão somente igualando seus direitos aos de qualquer outro empreendedor nacional.

Esperamos que o Brasil não dê as costas para essa – com o perdão do trocadilho – frutífera oportunidade, que alia perfeitamente o desenvolvimento econômico e social com preservação do meio ambiente.

Acho que é uma proposição que facilita, que vai ao encontro, que protege. Não é porque tem um pouco de álcool o vinho produzido artesanalmente – o mesmo da cerveja -, mas é que a produção é em pequenas quantidades e estimula o turismo, estimula o emprego, gera oportunidades de desenvolvimento, não só no meu Estado, não só no Rio Grande do Sul ou no Paraná, mas no Brasil inteiro. Pequenos negócios, com isso, poderiam ser enquadrados no Simples, visto que não são grandes produtores.

Por isso, vale a pena lutarmos por esse encaminhamento, que ajudará, e muito, sem dúvida alguma, a dar oportunidades, inclusive interiorizando o desenvolvimento, desenvolvendo as menores localidades deste País, oportunizando a sustentabilidade do meio ambiente e, ao mesmo tempo, a geração de emprego e renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Lídice da Mata do PSB da Bahia.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores e Senadoras, caros ouvintes que nos acompanham pelos veículos de comunicação do Senado, desde meados de 1990, Presidente, quando o Brasil começou a conquistar a estabilidade econômica e viu aumentada a sua competitividade externa, o País vem colhendo safras recordes de grãos.

As divisas geradas por esse setor têm ajudado a transformar o campo, trazendo progresso a diversas regiões do Brasil, e sendo também importante esteio para os avanços sociais verificados nos últimos anos, que têm beneficiado a população brasileira como um todo.

Caso as expectativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) se confirmem, o Brasil colherá, na safra 2012/2013, algo em torno de 184,3 milhões

de toneladas de grãos, quase 11% a mais do que a safra 2011/2012.

Chegamos a um estágio, entretanto, em que os gargalos no escoamento da produção começam a criar obstáculos ao desenvolvimento do setor, o que não é bom para o Brasil nem para os brasileiros. Nesta oportunidade, gostaria de abordar um desses gargalos, que é a questão da armazenagem de grãos, e o farei rapidamente.

Semana passada, na quarta-feira última, participamos do lançamento do Plano Safra no Palácio do Planalto. A Presidente da República anunciou como meta R\$25 bilhões para a construção de armazéns privados no País, nos próximos cinco anos, e anunciou ainda que a Conab investirá R\$500 milhões para a modernização e também para a duplicação da sua capacidade de armazenamento.

Segundo a Conab, a capacidade estática de armazenagem do Brasil é da ordem de 145 milhões de toneladas. Em outras palavras, há um déficit de armazenagem de algo em torno de 35%, quando o ideal, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), é que haja folga de 20% além do volume de produção.

Para a safra 2013/2014, o Ministério da Agricultura trabalha com a previsão de crescimento de 10,8% em relação à safra atual, o que agravará ainda mais o problema já crônico de armazenagem.

Diante dessa realidade, precisamos que o País crie e defina uma Política Nacional de Armazenagem que contemple metas de curto, médio e longo prazo. Somente com a implantação de uma política específica será possível eliminar esse gargalo.

É preciso lembrar que a capacidade de armazenagem é uma variável importantíssima, tanto para o agronegócio quanto para o aperfeiçoamento da política de estoques reguladores do governo.

Para o setor, armazenar é vital, tendo em vista que permite ao produtor vender sua safra quando o mercado alcançar preços competitivos. Sem armazéns suficientes, o agricultor é obrigado a vender logo seus grãos. Se não o fizer, corre o risco de perder a produção.

Portanto, essa concessão de crédito que a Presidente da República anunciou é extremamente importante. Ela será de crédito a juros menores e irá apoiar novos investimentos na estrutura de armazenagem. Trata-se, portanto, de investimento no futuro do País. Também visa tornar a rede de armazenamento mais eficiente, pela qual os agricultores poderão otimizar a distribuição e fazer com que os alimentos cheguem mais rapidamente aos consumidores, reduzindo a inflação e os efeitos da seca no Nordeste, especialmente.

Além do apoio para a construção de novos armazéns privados que já se encontram contemplados no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, considero importante que também sejam realizados investimentos na construção de novos armazéns da Conab. Esses armazéns são fundamentais para a política de estoques reguladores do Governo, uma vez que permitem à Conab estocar grãos em regiões estratégicas do País, comprando a safra quando os preços do produtor forem insatisfatórios e vendendo-a quando os preços aumentarem demasiadamente.

Os estoques reguladores são fundamentais para a manutenção da competitividade da agricultura, uma vez que contribuem para gerar estabilidade de preços. Em outras palavras, diminuem os riscos da produção agrícola, que já são grandes por natureza, pois garantem ao produtor uma remuneração minimamente aceitável e também beneficiam o pequeno produtor, que pode adquirir produtos a custos mais acessíveis.

Sr. Presidente, ao defender a elaboração de uma Política Nacional de Armazenagem, eu gostaria de destacar o exemplo da Bahia. Nesta safra 2012/2013, meu Estado foi um dos mais castigados pela seca, o que acarretou uma diminuição de 7,93% na colheita de grãos em relação à safra 2011/2012.

(Soa a campanha.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Já finalizo Sr. Presidente.

Teremos uma produção de aproximadamente 6,3 milhões de toneladas de grãos. A recuperação da produção que esperamos que ocorra na próxima safra deve agravar o problema de armazenagem.

Por isso, na semana passada encaminhei solicitação ao Presidente da Conab no sentido de viabilizar a instalação de dois novos armazéns desta companhia no Estado da Bahia, sendo um no Município de Luís Eduardo Magalhães, no oeste baiano, de grande capacidade, em torno de 100 mil toneladas, e outro em Juazeiro, Município do norte do Estado, de capacidade menor.

Defendo que é preciso, ainda, aumentar os investimentos na construção de armazéns da Conab, tão importantes para a política de estoques reguladores e para a distribuição de alimentos aos mais pobres.

Quero ressaltar...

(Interrupção do som.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Rapidamente, Sr. Presidente. Já termino. *(Fora do microfone.)*... que a situação que vivemos agora, na seca, com a dificuldade de abastecimento de milho, pode ser muitas vezes diminuída se nós tivermos a possibilidade desses armazéns.

O oeste baiano possui uma posição geográfica privilegiada para o escoamento da produção de grãos, quando comparada às regiões produtoras como Mato Grosso. Enquanto este Estado dista 2 mil quilômetros do Porto de Santos, metade dessa distância separa a região oeste da Bahia dos portos localizados no litoral de nosso Estado.

Em termos de frete, estima-se que o transporte da soja baiana custe 30% menos do que o da soja de Mato Grosso para o Porto de Santos. Uma forma complementar de melhorar o planejamento e o escoamento da produção baiana seria investir pesadamente em armazenagem, até mesmo dentro das propriedades rurais, o que permitiria aos produtores vender sua produção no momento certo, gerando benefícios econômicos e sociais para a região, para a Bahia e para o Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, o fundamental é que nós possamos aqui, mais uma vez, destacar a necessidade de se planejar e a necessidade de termos uma política nacional de armazenagem, para que nós possamos prevenir que esse Brasil que tanto produz grãos tenha regiões bastante desabastecidas. Portanto, necessitamos de um planejamento racional da armazenagem da nossa produção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Antes de anunciar o próximo orador inscrito, a Presidência lê expedientes que se encontram sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Presidência designa, como membro titular, o Deputado Mandetta, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 618, de 2013**, conforme o **Ofício nº 163, de 2013**, da Liderança do Democratas na Câmara dos Deputados.

O ofício será encaminhado à Comissão Mista para ser juntado ao processado da matéria.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 163-L-Democratas/13

Brasília, 10 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência os deputados do Democratas que integrarão a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 618/13, que “Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Fe-

deração; autoriza o aumento do capital social da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômicos e Social – BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências”, em vagas existentes.

TITULAR

Deputado Mandetta

SUPLENTE

Deputado Rodrigo Maia

Respeitosamente, – Deputado **Ronaldo Caiado**,
Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – A Senhora Presidente da República adotou, em 6 de junho de 2013, e publicou no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2013, a **Medida Provisória nº 619, de 2013**, que *autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; e dá outras providências.*

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Bloco Parlamentar da Maioria
(PMDB/PP/PSD/PV)****TITULARS**

Eunício Oliveira
Francisco Dornelles
Sérgio Petecão
Paulo Davim
Ricardo Ferraço

SUPLENTE

1. Ana Amélia
2. Kátia Abreu
3. Romero Jucá
4. Vital do Rêgo
5.

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL)****TITULARS**

Wellington Dias
Acir Gurgacz
Rodrigo Rollemberg
Inácio Arruda

SUPLENTE

1. Eduardo Lopes
2. Randolfe Rodrigues
3. Walter Pinheiro
4. Zezé Perrella

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)**TITULARS**

Aloysio Nunes Ferreira
Cássio Cunha Lima
Jayme Campos

SUPLENTE

1. Alvaro Dias
2. Paulo Bauer
3. Wilder Moraes

**Bloco Parlamentar União e Força
(PTB/PR/PSC/PPL)****TITULARS**

Eduardo Amorim
Gim Argello

SUPLENTE

1. Alfredo Nascimento
2. Armando Monteiro

**Deputados
PT****TITULARS**

José Guimarães
Valmir Assunção

SUPLENTE

1. Sibá Machado
2. Luiz Couto

PMDB**TITULARS**

Eduardo Cunha
Marcelo Castro

SUPLENTE

1. Darcísio Perondi
2. Edinho Araújo

PSD**TITULARS**

Eduardo Sciarra
Eleuses Paiva

SUPLENTE

1. Guilherme Campos
2. Heuler Cruvinel

PSDB**TITULAR**

Carlos Sampaio

SUPLENTE

1. João Campos

PP**TITULAR**

Arthur Lira

SUPLENTE

1. Roberto Britto

DEM

Abelardo Lupion

1. Ronaldo Caiado

PR**TITULAR**

Anthony Garotinho

SUPLENTE

1. vago

PSB**TITULAR**

Beto Albuquerque

SUPLENTE

1. Glauber Braga

PDT**TITULAR**

André Figueiredo

SUPLENTE

1. Salvador Zimbaldi

Bloco (PV/PPS)**TITULAR****SUPLENTE**

1.

PTB**TITULAR**

Jovair Arantes
1. Antonio Brito

SUPLENTE**PRTB****** Rodízio nos termos do
art. 10-A do Regimento Comum****TITULAR****SUPLENTE**

Aureo

1.

O calendário de tramitação da Medida Provisória será publicado.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no Diário Oficial da União: 7-6-2013
- Designação da Comissão: 11-6-2013 (SF)
- Instalação da Comissão: 24 horas após designação.
- Emendas: até 13-6-2013 (6 dias após a publicação).
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -
- Prazo na Câmara dos Deputados: até 4-7-2013 (até 28º dia).

- Recebimento previsto no Senado Federal: 4-7-2013.
- Prazo no Senado Federal: de 5-7-2013 a 1º-8-2013 (42º dia).
- Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 1º-8-2013.
- Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 2-8-2013 a 4-8-2013 (43º ao 45º dia).
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 5-8-2013 (46º dia).
- Prazo final no Congresso: 19-8-2013.

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os ofícios das lideranças:

Of. nº 128/2013 – BLUFOR

Brasília, 7 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Eduardo Amorim e Gim, como membros titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e Armando Monteiro, como membros suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 619, de 2013, que “Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S. A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 28 de junho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares, institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC.

Of. nº 32/13-GLDEM

Brasília, 10 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Sr. Senador Jayme Campos, como titular e o Senador Wilder Moraes, como suplente, para integrarem a Comissão Mista, incumbida de estudo sobre a Medida Provisória nº 619, de 2013.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas.

Ofício nº 164-L-Democratas/13

Brasília, 10 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que integrarei, como membro suplente, e o Deputado Abelardo Lupion, como membros titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 619/13, que “Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S. A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras, por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas; e dá outras providências”, em vagas existentes.

Respeitosamente, – Deputado **Ronaldo Caiado**, Líder do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, neste instante, ao Senador Cyro Miranda, como orador regularmente inscrito pelo PSDB de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de dizer que tenho o privilégio, através desta tribuna, de parabenizá-lo pelo dia de hoje, pelo seu aniversário,

e desejar-lhe uma estrada longa, bem pavimentada, com sabedoria. Que Deus o proteja!

Sr^{as} e Srs. Senadores, comunicação da nossa Casa, do Senado, Rádio, TV e Agência, amigos.

Nunca vimos tantas manchetes e matérias, ao longo de apenas uma semana, apontando um cenário tão sombrio para a economia brasileira: “Equipe econômica abandona metas”, diz *O Estado de São Paulo*; “Risco Brasil sobe 25% em um mês e é o maior em um ano”, continua mais adiante; “Alimentos voltam a subir, dólar dispara e atropela BC”, diz o *Correio Braziliense* de hoje; “Brasileiros empurram 2013 com a barriga”, dizia *O Globo* ontem. O fato é que, – lamentavelmente, uma percepção geral, tanto de especialistas quanto dos eleitores – o Governo Dilma perdeu as rédeas da economia.

É sintomático quando, diante de um grave quadro como o que vivemos, autoridades do Governo tentam minimizar a queda da popularidade da Presidente Dilma. Não conseguem entender que os problemas do Brasil não se resumem às críticas da oposição e dos pessimistas de plantão.

Aliás, há mais de um ano, estamos, Sr. Presidente, através desta tribuna, alertando o Governo desse problema e desse caos econômico de que estamos à beira.

A equipe econômica precisa cair na real e analisar com a devida atenção as razões que levaram a Standard & Poor's a rever a nota do Brasil. Talvez entendam que a forma como a economia está sendo conduzida levará o País a jogar por terra o esforço de duas décadas no sentido da estabilização. A agência justificou o rebaixamento diante do crescimento fraco do País, do investimento declinante do setor privado e da deterioração da política fiscal do Governo.

É exatamente esse aspecto que nos preocupa mais, como um brasileiro, que, mesmo em campo político oposto, não torce pelo fracasso do Governo Dilma. Se a Presidente fracassar, será o fracasso do Brasil.

Mas será que a equipe econômica e a própria Presidente têm consciência de que estão no rumo errado, ou pensam que apenas alguns ajustes poderão salvar o Governo de um fiasco?

O quadro negativo da economia não é momentâneo, tampouco pode se justificar por cenários externos. O Brasil foi conduzido à situação atual por uma sucessão de erros de natureza macroeconômica. O maior de todos foi acreditar nesse mito do Estado forte, que interfere nos setores produtivos de forma arbitrária e sem lógica, quebra regras contratuais e assusta os investidores; gasta a rodo criando novos ministérios e secretarias e parece acreditar que ninguém está vendo a queda acentuada das condições de estabilidade e do poder aquisitivo.

A gigantesca máquina pública fez encolher o superávit primário de 4,33% do PIB no primeiro quadrimestre de 2012 para 2,7% no mesmo período de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Senador Cyro, V. Ex^a me permite uma interrupção breve? É para anunciar a presença nas nossas galerias dos alunos do Ensino Fundamental da Escola Classe da 314 Sul, Asa Sul, daqui de Brasília, Distrito Federal. Sejam bem-vindos à nossa sessão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Que sejam muito bem-vindos.

Em um ano, Presidente, perdemos mais da metade do superávit.

Senador Lindbergh, nesse ritmo, em mais um ou dois anos, já não teremos a economia necessária para o pagamento dos juros de dívida pública.

O déficit externo, por sua vez, passou de US\$17,4 bilhões para US\$33 bilhões.

Senador Alvaro Dias, a balança comercial está negativa em mais de US\$5 bilhões.

Há grande probabilidade de um aumento substancial da dívida do Governo e da erosão da estabilidade.

Já ficou claro para o mundo que a elevação substancial do crédito por parte dos bancos públicos para estimular a demanda doméstica poderá apresentar problemas de qualidade e liquidez.

O BNDES terá uma conta salgada pela frente, que contribuirá para o provável desequilíbrio fiscal nos próximos anos.

Em 2009, R\$44 bilhões em empréstimos do BNDES eram passíveis de receber subsídios do Tesouro. Em 2013, esse valor saltou sete vezes e é de R\$320 bilhões.

O quadro que constatamos hoje, Sr. Presidente, em que a credibilidade do Brasil se perde, é o resultado de sucessivas manobras contábeis para tentar esconder o excessivo gasto público.

A verdade é que o Governo está passando um cheque sem fundo que vai cair nas mãos do sucessor da Presidente Dilma.

Nesse ritmo, será preciso refazer todo o percurso em direção à estabilidade econômica, há muito abandonada pelo Governo.

Vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, a que ponto chegamos: a caderneta de poupança pode voltar a render 0,5% ao mês, mais TR, a partir de agosto, quando, segundo as expectativas, a taxa de juros deve chegar a 9% ao ano.

Estamos próximos à inflação de dois dígitos!

O Governo não consegue perceber o que a dona de casa e o contribuinte já viram há muito tempo: o salário perdeu o poder de compra e ameaça, sobre-

tudo, os milhares de brasileiros que migraram para a classe média.

Tudo está subindo: os preços das mensalidades escolares, dos planos de saúde, do transporte e da compra do mês.

Não é por acaso que o aumento do consumo das famílias no primeiro trimestre foi inexpressivo em relação ao último trimestre de 2012.

Será que o Governo pensa que a dona de casa que vai toda semana fazer as suas compras de supermercado com a mesma lista não vê que, mês a mês, o seu poder de compra está sendo reduzido e que cada vez ela leva um produto a menos para a casa?

Entre os pequenos empresários, o crédito está mais caro e a demanda mais fraca, o que reduz investimentos e contratações.

As políticas de incentivos fiscais e ao consumo estão esgotadas.

Tanto as empresas quanto as famílias colocaram o pé no freio.

Só há uma maneira de reverter esse quadro: o Brasil precisa de um choque de gestão, com metas fiscais e marcos regulatórios estáveis.

Sr. Presidente, eu, como partido de oposição, torço para que a Presidente Dilma perca as eleições, mais pela vontade dos brasileiros e não pelo caos econômico.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Rodrigo Rollemberg, do PSB do Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu quero, hoje, muito rapidamente, em nome da Liderança do Partido Socialista Brasileiro, registrar, com muita alegria, o lançamento do Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília.

A UnB é uma instituição da maior respeitabilidade, uma das maiores e melhores universidades brasileiras. Hoje, conta com 2.241 professores, 400 laboratórios, 414 grupos de pesquisa, 82 cursos de graduação, 84 cursos de mestrado, 62 cursos de doutorado, e 39.917 alunos.

O Parque Científico e Tecnológico do Distrito Federal é um sonho antigo de diversos brasilienses e brasileiros que estão na UnB, há anos, e que vêm se envolvendo nesse projeto.

Eu quero aqui registrar a importância, para a implantação do Parque Científico e Tecnológico, do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT), que será o gestor desse parque, e que tem sido um grande incentivador da

inovação no Brasil e, desde 2006, vem defendendo a ideia da implantação desse parque.

É importante registrar que esse parque, lançado hoje pelo Reitor Ivan Camargo, pela Vice-Reitora Sônia Bão, com a participação do Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Wasny de Roure, e de vários outros representantes do Governo do Distrito Federal, de outras instituições, do Ministério da Ciência e Tecnologia, tem basicamente três grandes suportes.

O Centro de Biotecnologia Molecular busca criar um ambiente apropriado para promover o desenvolvimento de projetos biotecnológicos envolvendo as competências dos laboratórios de biologia molecular e de microbiologia molecular e biotecnologia com o setor empresarial. É importante registrar a competência reconhecida da Universidade de Brasília no que se refere à área de biotecnologia e também é importante registrar aqui que o prédio do Centro de Biotecnologia Molecular contou com o apoio da Bancada do Distrito Federal, que, através de emendas parlamentares, garantiu a construção desse prédio, cujo processo licitatório já está sendo concluído para ser iniciada a construção.

Mas teremos também, no Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília, um hotel de projetos tecnológicos e um laboratório de engenharia biomédica, cuja construção foi iniciada hoje, com o lançamento da pedra fundamental.

Nesse parque, contaremos com diversas áreas de atuação, a saber: biotecnologia; tecnologia de informação e comunicação; tecnologia biomédica; energia; nanotecnologia; fármacos e medicamentos; tecnologias ambientais; tecnologias de educação; e tecnologias sociais.

Nós tivemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um avanço muito grande no País com a aprovação da Lei de Inovação, que vem garantir e permitir uma interação cada vez maior entre universidades e empresas.

Sabemos que a universidade...

(Soa a campanha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... tem sido responsável pela produção do conhecimento. O Brasil está numa posição expressiva, no cenário mundial, na produção de conhecimento, em publicações científicas, mas nós não temos o mesmo desempenho no que se refere ao registro de patentes, ao desenvolvimento de tecnologias.

Daí a necessidade de uma integração cada vez maior – integração essa prevista na Lei de Inovação – entre as universidades e as empresas, compartilhando laboratórios, compartilhando espaços, garantindo a incubação de empresas de base tecnológica na área da

universidade, e, com isso, agregando valor, agregando conhecimento às universidades e cumprindo aquela missão fundamental da universidade de unificar, de unir ensino, pesquisa e extensão.

Por isso, foi com muita alegria...

(Interrupção do Som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Foi com muita alegria que participei, hoje, do lançamento do Parque Científico e Tecnológico da Universidade de Brasília. Sabemos que essa é a grande vocação de Brasília.

Nós temos, como disse, uma instituição âncora, fundamental, de vanguarda: a Universidade de Brasília. Nós temos aqui cinco centros da Embrapa, nós temos uma sede da Fiocruz. Temos universidades importantes como a Universidade Católica...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... que também vem-se destacando na produção de conhecimento científico.

A articulação de todas essas instituições pode e deve fazer do Distrito Federal um grande polo de conhecimento científico e tecnológico, ajudando a capacitar nossos gestores, a melhorar a qualidade do ensino no Distrito Federal e a produzir riqueza, agregando valor a nossa produção.

Portanto, parabéns à Universidade de Brasília! Parabéns ao Reitor Ivan Camargo, parabéns à Vice-Reitora Sônia Bão por essa iniciativa da maior importância para o futuro da UnB e para a inserção cada vez maior da UnB no campo produtivo no Distrito Federal e em toda a região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Rodrigo Rollemberg, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Rollemberg.

O próximo orador inscrito é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cyro Miranda, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o Senador Cyro Miranda, há pouco, apresentou desta tribuna um diagnóstico sobre o desempenho do Governo e as consequências desse desempenho claudicante, inseguro e incompetente.

A população começa a sofrer as consequências e começa também a abrir os seus olhos, Senador.

Veja a conclusão da pesquisa CNT, divulgada hoje.

De forma geral, nota-se queda do otimismo em relação a temas centrais como emprego, renda mensal, além de piora em temas como saúde, educação e segurança.

Saúde, educação e segurança são setores da Administração Federal condenados reiteradamente pela opinião pública brasileira nas mais diversas pesquisas realizadas, e, nesta, há um aumento da insatisfação em relação ao desempenho do Governo nessas áreas essenciais para a vida de todos os brasileiros.

Os números indicam oscilação negativa dos índices de popularidade da Presidente Dilma Rousseff, tanto na avaliação quanto na aprovação pessoal, em consequência da percepção do aumento da inflação, que impacta de forma moderada e elevada a renda familiar do brasileiro. V. Ex^a fez referência, no seu discurso, ao impacto que produz agora o recrudescimento da inflação, sobretudo nos alimentos, que afeta especialmente a vida dos mais pobres neste País.

É importante também alertar que, além da inflação, temas como baixo investimento público, paralisação do Governo Federal com obras, balança comercial e alta do dólar, que afeta principalmente as classes média e média alta, podem se tornar um problema para o Governo.

Portanto, quando se faz uma pesquisa, é preciso que se interprete, que se leia e, sobretudo, que se faça a leitura correta dos números que são apontados pelos institutos de pesquisa.

Nessa pesquisa, por exemplo, a manchete do jornal diz que Dilma se elege no primeiro turno. Mas como se elege no primeiro turno? Se essa pesquisa indica que 73% dos eleitores não possuem candidato para a Presidência da República, como pode alguém se eleger no primeiro turno?

Este índice é o mais importante da pesquisa, no meu entendimento: 73% afirmam não possuir candidato à Presidência da República neste momento. É um índice que condena o desempenho do Governo. É um índice que condena o desempenho da Presidente da República.

É natural que quem está exercendo o poder circunstancialmente tenha o benefício do conhecimento pleno da população – Dilma Rousseff é conhecida por 95,5% dos brasileiros. Além disso, há uma tendência natural, especialmente daqueles eleitores mais tímidos, ao serem consultados sobre a intenção de voto, de afirmarem com a maior facilidade que votam em quem já está na Presidência da República.

Portanto, esse percentual de 73% de brasileiros que afirmam não possuir candidato a Presidente da República é a maior condenação explícita ao governo Dilma nessa pesquisa de opinião pública.

Mas, Sr. Presidente, hoje a Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle aprovou requerimento, de minha autoria e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que convoca o Presidente da Caixa Econômica, Jorge Hereda, para que preste esclarecimentos sobre a babel em que se transformou o programa Bolsa Família. Na verdade, o Sr. Hereda deve explicações – e muitas explicações – nesta sua vinda ao Senado.

O apelo que fazemos é para que a Presidência da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle o convide rapidamente, porque nós já estamos acostumados. Requerimentos são aprovados e não há providência para que o convidado venha ao Congresso, e ao Senado especialmente. Nesse caso, é importante.

Há poucos dias, nós tivemos essa enorme lambança, inclusive com a tentativa de incriminar a oposição, quando, na verdade, a responsabilidade por aquele episódio lastimável, com milhares de pessoas acorrendo às agências da caixa Econômica Federal para retirar o Bolsa Família, aquela lambança enorme teve origem exatamente entre os gestores do programa Bolsa Família, e foi a razão primordial para esse convite ao Presidente da Caixa Econômica Federal.

Hoje, notas veiculadas no UOL, com base em relatórios de fiscalização da Controladoria-Geral da União, mostram que “servidores, empresários, produtores rurais, alunos de escolas particulares, familiares de autoridades e até pessoas falecidas constam na lista de beneficiários do Bolsa Família.” Pasmem, Srs. Senadores! Empresários, proprietários rurais e fantasmas. Falecidos continuam recebendo os recursos do Bolsa Família.

Esse que é o programa que alavanca o prestígio popular da Presidência da República, antes e agora. É esse o programa que o PT usa como mote da sua popularidade, como esteio maior da sua gestão. Esse é um programa que apresenta um festival de irregularidades. Servidores, empresários, produtores rurais, alunos de escolas particulares, familiares de autoridades e até pessoas falecidas recebendo o Bolsa Família!

Há poucos dias, todos nós vimos no Jornal Nacional, o jornal de maior audiência no País, uma senhora elegante, com um brinco vistoso, uma bijuteria de bom gosto, essa senhora afirmando: “Olha, eu fui depositar o dinheiro do meu marido na caderneta de poupança e aproveitei para retirar o Bolsa Família, e retirei dois meses. Saquei dois meses com o cartão”. Portanto, essa senhora denunciava para todo o Brasil, sem pretender, mais de uma irregularidade.

No programa de fiscalização, 58 relatórios de Municípios – nós estamos nos referindo, apenas, a 58 relatórios de Municípios. Portanto, imaginemos que isso ainda é pouco diante do que há de irregularidades

no Programa Bolsa Família. A fiscalização foi feita no final de 2012.

Como destaca o UOL, a CGU identificou mais de 5.000 benefícios pagos a pessoas que supostamente teriam renda *per capita* familiar superior ao limite estabelecido pelo programa.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Alguns casos: em Belford Roxo, 1.512 famílias beneficiárias constam na folha de pagamento na situação de benefício liberado, e que apresentam renda mensal *per capita* superior a meio salário mínimo.

“Os relatórios apontaram para uma série de problemas, como falta de controle da frequência escolar e do cartão de vacinação das crianças, inexistência de comissão gestora do programa e até desvios de recursos enviados para atividades complementares.”

O meu tempo está se esgotando, mas reproduzo outras anomalias: em Olindina, Bahia, por exemplo – a nossa homenagem aos baianos –, cinco servidores públicos, entre eles dois estaduais da Secretaria da Educação e da Assembleia Legislativa da Bahia, estavam na lista.

“Em Vazante (MG), vários servidores com renda superior a R\$1.000 mensais recebiam o benefício. Um deles ganhava R\$ 134 de Bolsa Família, mesmo com salário de R\$ 2.279,05.”

Em Xexéu (PE), pessoas mortas na lista paga até o final do ano passado.

Segundo a inspeção, o problema foi causado por deficiência no controle do cadastro.

Enfim, são informações importantes publicadas hoje e que, certamente, serão importantes para esse questionamento ao presidente da Caixa Econômica Federal.

Segundo a Controladoria-Geral da União, as pessoas que solicitam o benefício assinam um termo de confirmação das informações prestadas, mas não têm obrigação de apresentar documentos que comprovem os dados.

Enfim, Sr. Presidente, concluindo, para encerrar e agradecendo a V. Ex^a, a fiscalização dos cadastros do programa e Municípios é falha, precisa ser revista. São ostensivas as deficiências no controle do cadastro do programa. Esses relatórios da CGU demonstram isso. Os problemas organizacionais comprometem a eficiência e a lisura do programa.

A corrupção, lamentavelmente, instalou-se em todos os órgãos da administração federal, como mostram as ocorrências no programa Minha Casa, Minha

Vida e também no programa Bolsa Família. Não há sensibilidade humana diante do drama vivido pelas pessoas mais pobres do País. Roubam em todas as áreas, não importa que o roubo comprometa a qualidade de vida de pessoas já extremamente sacrificadas, que vivem na penúria. O roubo está afetando milhares de brasileiros sem condições de exercitarem na plenitude a cidadania.

Nós lamentamos profundamente e queremos ouvir, neste caso, o presidente da Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias. Como bem V. Ex^a colocou, a estabilidade tão querida pelos brasileiros está em um momento muito delicado.

Passo agora a palavra ao Senador Acir Gurgacz, que falará como Líder do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, quero cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti pelo seu aniversário, desejando-lhe felicidades, saúde e muita paz para V. Ex^a, que é grande parceiro nosso e atuante em favor da Região Amazônica, em especial do seu Estado de Roraima. Meus cumprimentos, Senador Mozarildo.

Senhoras e senhores, o Governo Federal anunciou a contratação de médicos estrangeiros, principalmente de Portugal, da Espanha e de Cuba, para suprir a deficiência de médicos no interior do Brasil. Esses médicos devem atuar no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica, o ProVAB, e serão pagos pelo Ministério da Saúde.

A informação foi divulgada pela Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti, e causou apreensão entre os médicos brasileiros, estudantes que estão para se formar em nossas universidades, bem como entre os profissionais que se formaram em universidades no exterior e até hoje aguardam a revalidação do diploma e uma oportunidade de trabalho no nosso País.

O Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse, na última terça-feira, que o programa em estudo pelo Governo para trazer médicos formados em outros países deve prever que os profissionais permaneçam pelo prazo máximo de três anos no Brasil, atuando apenas na rede pública de regiões carentes. O Ministro Mercadante disse que o Brasil não vai aceitar médico sem registro profissional no país de origem.

Sr. Presidente, entendo a dificuldade que o Governo Federal encontra para levar médicos a regiões remotas do nosso País e conheço bem este problema, pois vivemos esta realidade no meu Estado de Ron-

dônia. Nosso Estado tem a quinta mais baixa quantidade de médicos por habitantes do País. Ou seja, não atingimos a quantidade ideal de médicos por habitante recomendada pela Organização Mundial de Saúde, que é de 1 médico para cada 1.000 habitantes.

Pelos dados de 2012 do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), Rondônia possui 1 médico para cada 1.250 habitantes. A maior parte desses médicos está concentrada na capital, Porto Velho, e nas cidades-polos, como Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Esses Municípios ficam no eixo da BR-364, mas nós temos pequenos Municípios, no interior do Estado, mais distantes da BR-364 e mais distantes da nossa capital, Porto Velho, onde as prefeituras oferecem até R\$15 mil de salário por mês para médicos generalistas recém-formados, e não há quem se disponha a atender àquela população.

De fato, está muito difícil conseguir médicos que queiram atuar no interior do país e nem todas as prefeituras possuem condições financeiras de pagar um bom salário aos médicos. Esta, aliás, é uma justificativa usada pelo Governo para a contratação de estrangeiros, uma vez que seria uma forma de reduzir o custeio dos prefeitos, já que o Ministério da Saúde irá pagar os benefícios desses médicos estrangeiros.

No entanto, creio que a busca por médicos estrangeiros não irá resolver essa situação, até mesmo porque a proposta nasce como uma medida temporária, como anunciou o Ministro Mercadante.

No lugar de trazer estrangeiros, vejo duas alternativas bem mais a mão do Governo e de fácil implementação: uma delas é o Ministério da Saúde reabrir o PROVAB, aumentando o valor da bolsa oferecida aos médicos brasileiros que optarem em trabalhar no interior do País e realizarem o curso de pós-graduação em Saúde da Família, que hoje é de R\$8 mil; e a outra seria o Ministério da Educação acelerar o processo de revalidação do diploma de brasileiros que estudaram Medicina no exterior.

Faço esta sugestão, Sr. Presidente e colegas Senadores, porque mais de 3 mil rondonienses, hoje, cursam Medicina nas cidades de Santa Cruz de La Sierra e em Cochabamba, duas importantes cidades universitárias da Bolívia, e, pelo menos outros 500 rondonienses já se formaram nestas universidades nos últimos anos e estão na luta pela revalidação do diploma e para poder atuar no nosso Estado de Rondônia e nos demais Estados do Brasil.

São futuros médicos que, por certo, gostariam de trabalhar em Rondônia, perto de suas famílias, fazendo bem à sua gente, mas ainda não tiveram a oportunidade de prestar o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, o Revalida.

Isso porque o nosso estado ainda não foi contemplado pelo Revalida, o que deverá ocorrer este ano, segundo informações do Ministério da Educação. O exame deverá ser aplicado pela Universidade Federal de Rondônia, a UNIR, e seguirá o padrão nacional. De todo modo, fica aqui o apelo ao Governo Federal que dê uma atenção especial a estes brasileiros que buscam formação no exterior.

Só na Bolívia, cerca de 15 mil brasileiros cursam Medicina. Se contarmos os estudantes que estão em Cuba, na Argentina e no Equador, os países mais procurados pelos brasileiros, são mais de 20 mil estudantes.

Além disso, existe uma demanda reprimida de 5 mil médicos aguardando a revalidação de seus diplomas, enquanto inúmeros Municípios brasileiros carecem de pelo menos um médico para cuidar da saúde de sua gente. Portanto, no lugar de trazer estrangeiros, nada mais justo do que regulamentar a situação dos estudantes brasileiros por meio da revalidação dos diplomas.

Até pouco tempo, era preciso encarar a falta de padronização dos exames, as dificuldades de uma prova que era vista como “feita para reprovar”, entre outros problemas. Atualmente, o Revalida está em fase de implantação e promete ser uma boa solução para esse problema.

Criado pelo Ministério da Educação em 2011, o Revalida, que teve o primeiro exame aplicado no ano passado, em apenas cinco capitais, veio para resolver as dificuldades e agilizar o processo de regularização de médicos brasileiros que realizaram o curso no exterior, bem como, para regularizar a situação dos médicos estrangeiros que queiram trabalhar no Brasil. Entretanto, como ainda está em fase de implantação, alguns ajustes ainda estão sendo feitos pelo Governo e a tendência é que ele atenda, nos próximos anos, à demanda reprimida de profissionais que aguardam uma oportunidade menos burocrática para revalidar o diploma e prestar um importante serviço de saúde ao nosso País. Como já disse, esses jovens médicos recém formados podem – e muito – contribuir para minimizar a crise da falta de profissionais no interior do nosso País.

Além disso, é preciso ampliarmos a discussão sobre a integração do Brasil no Mercosul, também no âmbito educacional, cultural e do mercado de trabalho. As atuais discussões sobre o Mercosul estão mais no campo econômico e nos esquecemos das questões que de fato interessam aos brasileiros e aos sul-americanos. Mais do que a revalidação do diploma, precisamos avaliar a formação do médico, a grade curricular, a estrutura de ensino e a importância dessa troca cultural e profissional para a América do Sul e

Latina. Temos que pensar em maneiras de qualificar melhor, aqui no Brasil, os nossos médicos, mas sem inviabilizar essa troca cultural e de conhecimento que é importante para os profissionais, para os estabelecimentos de saúde e para o Brasil.

De todo modo, as soluções precisam ser implementadas com urgência, pois a doença não aguarda decreto, revalidação do diploma ou a contratação de médicos.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Precisamos melhorar já o atendimento em saúde à população do interior do Brasil, que carece de cuidados básicos, como o atendimento pré-natal, ambulatorial e clínico. As nossas crianças ainda estão morrendo de uma simples virose ou por desidratação. Isso não combina mais com o Brasil, que é a sexta potência econômica do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Acir Gurgacz, obrigado pelo seu pronunciamento e por tocar num assunto extremamente relevante, principalmente no seu Estado.

Realmente, o MEC precisa dar celeridade ao Revalida. Agora, nós temos uma informação de que 94% dos médicos que fazem o Revalida estão sendo reprovados. Então, eu acho que aí há necessidade de uma celeridade ainda maior, para que nós aproveitemos essa leva de fora para suprimos as nossas necessidades.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. *Fora do microfone.*) – Por isso a importância do Revalida.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. E deve acontecer com celeridade para que (...)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. *Fora do microfone.*) – Para separar aqueles que têm condições de atuar daqueles que não têm.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Comungo com o pensamento de V. Ex^a.

Chamo agora o próximo inscrito, Senador Jorge Viana, por permuta com o Senador Paulo Paim.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, ocupo a tribuna hoje para relatar uma audiência que toda a Bancada do Acre, tendo à frente o Senador Sérgio Petecão, que é o Coordenador da Bancada este ano, com minha presença, a do Senador Anibal Diniz e dos oito Deputados e Deputadas Federais, teve no Supre-

mo Tribunal Federal com a Ministra Carmem Lúcia e com o Ministro Marco Aurélio.

Tratamos de um tema que leva grande aflição a toda população do Estado – são quase 50 mil pessoas envolvidas –, especialmente a um número enorme de servidores, e me refiro a um número de 11 mil servidores; parte deles está sendo afetada por uma decisão do Supremo, ainda não concluída. Está se votando uma modulação, e ainda temos alguns votos a serem colhidos, em que se estabelece uma situação de muita preocupação por parte dos servidores, que significa, dependendo da decisão a ser tomada, a retirada de 11 mil servidores do Estado e a abertura de concurso público.

Mas o problema, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, todos que me acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, é que eu mesmo fui governador por 8 anos, de 1999 até 2006, e nós tivemos, nesse período, esse assunto levantado. Eu, na condição de governador, me deparei com uma situação que tinha uma interpretação da Justiça do Trabalho de que os servidores deveriam ser demitidos sumariamente e que um concurso público deveria ser aberto.

Fui me aconselhar com a área jurídica do governo e com a Assembleia Legislativa da época. Trabalhamos juntos e resolvemos apresentar uma emenda constitucional defendendo o direito das pessoas de seguirem trabalhando, até porque boa parte desses 11 mil servidores foi contratada antes da Constituição de 1988 e todos eles estavam na situação de contratados antes de 1994.

Eu só assumi o governo em janeiro de 1999 e relatamos à Ministra Cármen Lúcia e ao Ministro Marco Aurélio que o Estado do Acre, como outros Estados do Brasil, viveu, durante longos anos, a contragosto do nosso povo, numa situação de território. Depois, sem as condições necessárias – mas foi uma conquista para todos nós –, viramos Estado e, na condição de Estado, as atribuições aumentaram e os recursos escassearam. Então, com menos dinheiro e mais atribuições, o Executivo acreano conviveu com um período de muita dificuldade.

Passados alguns anos da criação do Estado do Acre, em 1962, nós tivemos a Emenda Passos Porto, que criou uma melhor distribuição de recursos na Federação.

O governador, na época, e ex-Senador Nabor Júnior fez contratação de um conjunto enorme de servidores, criando uma melhor condição para a prestação de serviços em áreas essenciais, como saúde e educação, para o Estado do Acre.

O certo é que uma parcela grande desses servidores e também dos contratados, posteriormente, no

governo de Édison Cadaxo e Iolanda Lima, Flaviano Melo e Édison Cadaxo, entrando inclusive no governo Edmundo Pinto, esses servidores foram chamados, assinaram contratos de trabalho, prestaram serviços e agora estão sob ameaça de uma decisão que muda completamente a vida depois de quase três décadas de trabalho de alguns. E nós todos da Bancada estamos unidos num propósito de criar uma alternativa, uma condição para encontrar uma solução para esse problema.

O Governador Tião Viana, através da Procuradoria do Estado, tem feito o possível e o impossível nesse sentido e estamos todos juntos na busca de fazer algo que não está à margem da lei; ao contrário, boa parte desses servidores, como falei, foi contratada antes da Constituição de 1988 e, quando eu estava no governo, o que exigiu foi que todos estivessem trabalhando, prestando um serviço público.

Uma parcela enorme deles já se aposentou, outros estão em vias de e outra parcela segue trabalhando, prestando um serviço, à espera de cumprir o tempo de serviço e terem uma tranquila aposentadoria. E vem essa notícia que nos deixou, todos, preocupados. Mas, hoje, vi a sensibilidade de Ministros do Supremo que têm a responsabilidade, são guardiões da Constituição e que precisam ter um olhar para a realidade. Nós não estamos pedindo medidas fora da lei; ao contrário. Nós não estamos pedindo apenas um gesto de favor; nós estamos querendo que uma realidade seja levada em conta.

É fato que a transição do Acre território para o Acre Estado implicou muitas dificuldades para os dirigentes à época e para aqueles que atuaram no serviço público. E o que nós queremos é que o bom senso prevaleça.

Quero aqui de público agradecer a gentileza da Ministra Cármen Lúcia, do Ministro Marco Aurélio Mello. Estamos ainda procurando outros Ministros do Supremo, todos juntos, a Bancada inteira, numa ação também coordenada com o Governo do Estado. E eu, particularmente, queria, falando para todos os servidores, alguns que podem estar nos acompanhando pela Rádio Senado, pela TV Senado e mesmo pela Internet, que nós estamos unidos nessa luta.

Eu, como governador, trabalhei, lutei; conquistamos bons anos de tranquilidade e, agora, como Senador, sinto-me na obrigação, no dever de me somar aos colegas, ao Governo do Estado e seguir nessa luta, como bem anunciei, ainda há pouco, nas redes sociais. No caso, anunciei na minha *fan page* e relatei, também, a reunião e esse otimismo que tenho para uma solução complexa, difícil, mas que nos une a todos no Acre; e, especialmente, quero mandar um

recado para todos os servidores – 11 mil servidores – que se uma boa solução depender do nosso trabalho, do nosso esforço, da nossa união, então nós já alcançamos, porque estamos trabalhando muito, estamos unidos e oferecendo os nossos mandatos para essa causa, que é de todo o povo do Acre.

O Acre é um Estado que já deu uma enorme contribuição para o Brasil, com a produção de borracha, e segue dando essa contribuição. É um Estado que muito nos orgulha e que, nesse momento, precisa de uma compreensão para uma fase que viveu, entre a transição de Território para Estado que não depende dos acreanos, (...)

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – (...) mas que pode ser compartilhada pelas autoridades da República. E é isto que queremos: que o Supremo Tribunal Federal, a mais Alta Corte da República, possa levar em conta as peculiaridades, as condições, o medo, a insegurança que tomou conta de servidores; tudo isso precisa ser substituído pela tranquilidade e por uma ação justa de garantir a esses servidores públicos seguir em frente com as suas famílias e com o seu trabalho.

Presto aqui a minha solidariedade a todos e, ao mesmo tempo, cumprimento todos da Bancada que se uniram; juntamente com o Governo do Estado, estamos trabalhando em defesa dos servidores públicos do Estado, que sofrem a ameaça de uma decisão judicial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Pela Liderança do PTB, o Senador Mozarildo Cavalcanti, o aniversariante do dia.

(Interrupção de som.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria aproveitar para dar os parabéns ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que muito nos orgulha.

Eu, na qualidade de Vice-Presidente – hoje excepcionalmente na presidência da Casa –, queria dizer a todos que estão nos acompanhando que há um *cumpleaños* do nosso Senador, mais um aniversário do Senador Mozarildo, que é um bom colega, que defende a Amazônia, defende o Estado de Roraima e que nos orgulha a todos com sua companhia e sua labuta permanente, chegando cedo e saindo tarde do Senado Federal. Então, desejo saúde e felicidade a V. Ex^a e a sua família, querido colega, Senador Mozarildo.

Falo da tribuna, mas, na condição de Presidente da Casa, pelo menos interinamente, queria desejar votos de saúde e felicidade. Parabéns pelo seu aniversário!

Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Jorge Viana!

Quero também agradecer a todos os colegas que já me cumprimentaram por este dia e quero dizer que fico cada dia mais feliz quando vejo que o nosso trabalho aqui, no Senado, embora muitas vezes mal entendido, tem realmente produzido, ao longo do tempo, significativas melhorias no que tange às instituições, ao respeito à vontade popular – lógico que com as dificuldades de sempre.

Mas, hoje, quero falar exatamente porque, no dia 20, se fosse ainda território, iria completar 70 anos o nosso Estado de Roraima. Onde é o Estado de Roraima hoje era, na verdade, uma parte do Município do Amazonas, e Getúlio Vargas, com a sua visão de estadista, de um homem realmente preocupado com o Brasil, com a defesa da Amazônia e das nossas fronteiras, criou, em 1943, exatamente no dia 13 de setembro, vários territórios federais, entre os quais o Território do Acre, do meu amigo aqui presente, o Território do Amapá, do Senador Randolfe, e o Território de Rondônia. Aliás, o Acre foi antes território.

Pois bem, em 1943, quando da criação do território, todos foram pegos de surpresa, porque foi um decreto do Presidente que resolveu desmembrar aquelas áreas dos Estados do Amazonas e do Pará e criar esses territórios, mas também criou dois outros territórios, que, depois foram reincorporados aos Estados de origem: Ponta Porã e Iguaçu, que, na Constituinte de 1946, foram reincorporados aos Estados de origem.

Mas, como Amapá e Rondônia, Roraima viveu 45 anos como território, mais exatamente Roraima e Amapá, que foram os últimos a serem elevados à categoria de Estado. Aliás, Roraima e Amapá só foram realmente elevados à categoria de Estado na nossa Constituinte de 1988. Este, inclusive, é um orgulho que eu tenho, como roraimense, de ter participado desse trabalho constituinte, que incluiu justamente na nossa Constituição, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a transformação de Roraima e Amapá em Estados.

Passados 25 anos, apesar de todos os percalços e até das injustiças cometidas com os funcionários do ex-Território Federal de Roraima, nós temos avançado bastante, pelo menos fazendo uma análise global desses 25 anos.

Nós tivemos a instalação da Universidade Federal de Roraima. E é também mais uma honra que eu tenho ter sido o autor da lei autorizativa.

Esteve ainda há pouco, aqui, no plenário, conversando comigo, o Senador Sarney, que era Presidente da República e que, na época, não só sancionou a lei

autorizativa que criava a Universidade Federal e também uma outra lei que criava a escola técnica, como enviou ao Congresso a mensagem constituindo o corpo de funcionários técnico-administrativos e professores. Então, nós realmente temos evoluído muito.

O Território de Roraima foi instalado nove meses depois da sua criação, exatamente no dia 20 de junho. Por isto que eu estou fazendo hoje este pronunciamento: visto que no dia 20 de junho não vou estar aqui. Eu gostaria de fazer o registro na data, mas estou me antecipando para dizer que, primeiro, graças a essa visão de Getúlio Vargas, nós deixamos de ser, digamos assim, um rincão esquecido do Estado do Amazonas para nos transformar numa unidade da Federação. Inicialmente, era uma semiunidade, porque o Território Federal, na verdade, não funciona como uma unidade efetiva da Federação. Havia os governadores nomeados. O povo não elegia nem prefeito, nem governador, nem senador. Elegia um número pequeno de deputados federais – inicialmente, um; depois, dois; e, depois, quatro, a metade do que estabeleceu a nossa Constituição como mínimo por Estado.

Nós, roraimenses, e nós também que fomos de outros Estados para lá, como foi o caso do meu pai, que foi para lá em 1943, antes da criação do Território, e foi como funcionário público federal, do Serviço Especial da Saúde Pública; os meus avós maternos foram da Paraíba para lá, na década de 1930, foram para o Estado do Amazonas, portanto.

Então, tanto os que nasceram lá como os que foram para lá e os que estão indo para lá, e muita gente tem ido espontaneamente ido para Roraima em busca de melhores condições de trabalho... E, aqui, inclusive, aproveitando, porque eu falei da universidade – e o Senador Acir tratou do assunto dos médicos –, na nossa Universidade, depois de uns anos de criada, o Reitor Hamilton Gondim, na época eu estava sem mandato, era membro do Conselho Universitário, resolveu criar um curso de Medicina lá.

E eu e outros dois professores cuidamos de elaborar o projeto, que, logicamente, foi baseado em outros projetos, e propusemos a criação do curso de Medicina. E esse curso de Medicina já está, há mais de uma década, funcionando, formando várias turmas, e nós temos a felicidade de dizer que a realidade mudou com a formação de médicos lá em Roraima.

É verdade que nós ainda temos muitos lugares no interior onde o médico não se fixa? É, mas é verdade também que isso se dá não só pelo simples fato de, às vezes, ele estar num Município em que a unidade hospitalar não tem equipamento nenhum e que ele se sente inseguro para atender a população e não colocar em risco a vida dessa população.

Então, muito mais do que só criar novos cursos ou ampliar o número de vagas, que é uma coisa que já foi feita, inclusive, para Roraima, e vai ser ampliado, tem que se criar, em vários Estados, principalmente nos pequenos, os cursos de Medicina. Hoje já tem no Acre também, não tinha no Acre, Roraima foi primeiro até do que o Acre e do que o Amapá, mas, felizmente, com essas faculdades de Medicina dentro das nossas Universidades Federais, e até facilitando que universidades estaduais ou mesmo privadas possam abrir cursos de Medicina adequados, porque quando foi para instalar o nosso, havia uma reação total das entidades médicas e de outros vários representantes junto ao Conselho Nacional de Saúde contra a criação do curso, porque achava que Roraima não tinha condição de ter um curso de Medicina, e hoje, nós vemos autorizado o curso, hoje nós temos o curso como uma realidade e muito bem avaliado pelo Ministério da Educação.

Então, eu quero encerrar, Sr. Presidente, cumprimentando todos os roraimenses, tanto aqueles que nasceram lá como aqueles que foram para lá, como meu pai e meus avós, porque nós, felizmente, demos dois passos importantes: um, graças a Getúlio Vargas, passando para Território Federal; e outro, graças à Constituinte de 1988, da qual eu tive a honra de participar junto com os Deputados de Roraima e do Amapá, transformando aquele Território em Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui consultado pelo Líder do Governo, assim como os demais Líderes também o foram, para que pudéssemos, no interesse da continuidade de audiências públicas que estão ocorrendo agora, deixar para votar amanhã a medida provisória que está na Ordem do Dia de hoje trancando a pauta.

Eu, por exemplo, estou agora participando de uma comissão – e o Senador Eduardo Amorim também – que está discutindo a reforma do Código Penal, especialmente o tema das penas alternativas. Seria uma pena deixar essa comissão, uma vez que convidados que vieram de longe estão aqui conosco.

Assim, há outras comissões funcionando.

Então, a ideia, ou a proposta do Senador Eduardo Braga, com a qual eu concordo, é deixar para votar essa medida provisória amanhã.

Por outro lado, existe um requerimento para prorrogarmos o prazo para os trabalhos de uma comissão especial sobre o financiamento do sistema de saúde, que penso que não causa nenhuma controvérsia entre nós.

A sugestão que faço a V. Ex^a é que possamos votar esse requerimento e, em seguida, encerrarmos a Ordem do Dia para que possamos retomar as comissões que estão em funcionamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Consulto se os demais Líderes estão de acordo. (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, da parte do Partido dos Trabalhadores, há concordância.

Apenas, aqui, o Senador José Pimentel faz um apelo para que possamos votar dois créditos que há no Estado do Ceará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É um crédito do Ceará e um outro crédito para a União estruturar o combate à corrupção.

Esses dois créditos, Sr. Presidente, foram aprovados por unanimidade. Na CAE, hoje pela manhã, aprovamos o pedido de urgência. E eu pediria a V. Ex^a que nós pudéssemos votar os dois créditos, e as outras matérias nós deixaríamos, por acordo, para amanhã.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Quais são os créditos?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Consulto o Senador Aloysio e o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Eu não ouvi quais são os créditos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É um crédito no valor de US\$18 milhões feito entre o Bird e o Governo Federal para estruturar o processo de combate à corrupção no País.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não!

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O segundo crédito é de US\$112 milhões, do Governo do Estado do Ceará, com o aval da União, para fazer investimentos na infraestrutura turística do Estado do Ceará.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Consulto aos Líderes se há acordo.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Estou plenamente de acordo. Só não sei se essa quantia de US\$18 milhões será suficiente para o programa que ele visa implementar. Combate à corrupção precisa de muito mais coisas.

Mas, enfim, estamos de acordo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Lá no Nordeste costumamos dizer “de grão em grão a galinha enche o papo”.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Isso é uma fiscalização em cima de outra fiscalização.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É que tem gente que já está com o papo muito cheio!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Então, ficou entendido que votaremos o Item 10 da pauta e mais os dois Projetos de Resolução nºs 36 e 37.

V. Ex^{as} estão de acordo? (*Pausa.*)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já estamos na Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ainda não, Senador Mário Couto. Estamos consultando sobre isso.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a me permitiria ler um requerimento? Levará apenas 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não Senador.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se do requerimento de 2013.

É sobre o que aconteceu na semana passada na Ilha do Marajó, especificamente no Município de Santa Cruz do Arari.

Pasmem, senhoras e senhores: o Prefeito Marcelo Pamplona prendeu 300 cachorros, colocou-os em um barco, levou-os à Ilha do Marajó e jogou na Baía do Marajó os animais.

Eu entro com um requerimento, Sr. Presidente, censurando a atitude do Prefeito e pedindo às autoridades do meu Estado, principalmente ao Ministério Público Federal, que determinem uma punição ao Prefeito pela atitude truculenta, raivosa. Foi uma atitude para quem não está em seu estado normal. Acredito que o Prefeito Marcelo Pamplona tenha estado sob o uso de algo que não seja normal e que tenha afetado a sua cabeça. Tomar uma atitude como essa merece o repúdio do Senado Federal.

Por isso faço o requerimento ao qual já dei entrada junto à Mesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2013

Fundamentado no que preceitua o Art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de censura ao Senhor Marcelo Pamplona, Prefeito Municipal de Santa Cruz do Arari, por ter determinado a captura de cerca de trezentos cães, que foram torturados e jogados no rio.

Justificação

Impõe-se como medida de extremada importância manifestar votos de repúdio à ação do Prefeito Marcelo Pamplona, que determinou aos servidores municipais a captura de cães que, segundo ele, provocavam sujeira nas ruas e transmitia doenças para a população.

Essa atitude do prefeito desagradou os moradores que, segundo denúncias, até mesmo animais com donos foram recolhidos e muitos teriam morrido por maus-tratos. Vídeos registram cachorros sendo laçados e levados para um curral, presos por cordas. Outros, levados até às canoas e amontoados em um pequeno porão da embarcação. O vídeo registra, ainda, animais sendo agredidos e mortos, outros sendo jogados no rio, e alguns sobreviventes, que tentavam sair da água.

Esse fato causou indignação a todos os moradores do município, pela desumanidade e truculência com que foram tratados os animais.

Sala das sessões, – Senador **Mário Couto**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 600, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 258 combinado com o art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 397, 413, 457 e 458, de 2012, com os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que se encontram tramitando no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO Nº 601, DE 2013

Solicita, nos termos do art. 374, inciso II, em consonância com o art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 459, de 2012; 464, de 2012; 5, de 2013; 22, de 2013; e 24, de 2013 com os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, todos de 2012 – Reforma do Código de Defesa do Consumidor.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 374, inciso II, em consonância com o art. 258 do Regimento Interno, requeremos a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 464, de 2012; 457, de 2012; 458, de 2012; 459, de 2012; 5, de 2013; 22, de 2013 e 24, de 2013 com os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, todos de 2012 – Reforma do Código de Defesa do Consumidor para que os mesmos sejam analisados no âmbito daquela Comissão.

Sala das Sessões, – Senador **Delcídio do Amaral**, (PT-MS).

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não, pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de o senhor anunciar a Ordem do Dia, porque senão eu nem poderia fazer o pedido que vou fazer, eu queria contar com a gentileza e contar com os Líderes, para que pudéssemos colocar na Ordem do Dia de hoje o PLC 30, que veio da Câmara, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Esse projeto veio ao Senado em abril e foi apreciado e aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, em 7 de julho de 2010.

Se pudéssemos colocá-lo em votação até para promover o debate, para discutir...

Queria contar com a anuência dos Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Senador, vai ficar para amanhã, porque, pelo acordo das Lideranças, apenas o requerimento e dois projetos de resolução, mas tomaremos as providências para que seja incluído na pauta de amanhã.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sim. Peço para incluir na Ordem do Dia, então, conforme o art. 167.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo entendimento com a Liderança.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – O.k. Aproveitando, peço minha inscrição, como Líder, para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não. V. Ex^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) –

ORDEM DO DIA

Requerimento em votação.

Item 10:

REQUERIMENTO Nº 561, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 561, de 2013, da Comissão Temporária destinada a propor soluções ao Financiamento do Sistema de Saúde do Brasil, solicitando a prorrogação de seu prazo por mais noventa dias.

Votação do requerimento.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Será aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco/PSDB – GO) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 2013

Projeto de Resolução nº 36, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 509, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francisco Dornelles), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

Para discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

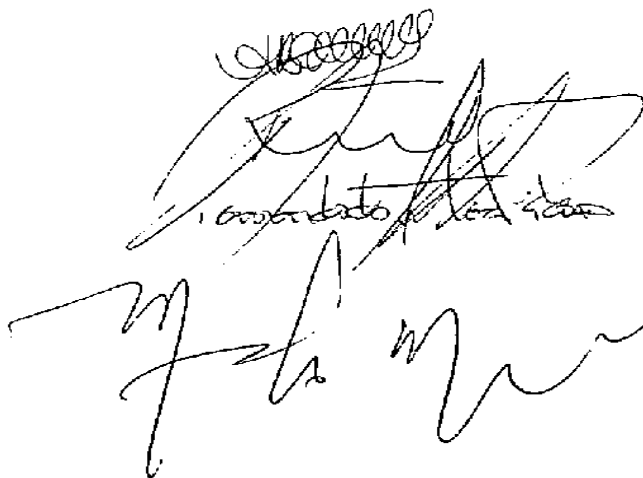
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final.

PARECER
Nº 511, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de
Resolução nº 36, de 2013.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 36, de 2013, que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).*

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de junho de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 511, DE 2013

Redação final do Projeto de Resolução
nº 36, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2013

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Fortalecimento da Prevenção e Combate à Corrupção na Gestão Pública Brasileira (Proprevine)”.

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito referida no art. 1º são as seguintes:

- I – devedor: República Federativa do Brasil;
- II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – valor total: até US\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares norte-americanos);
- IV – modalidade: empréstimo do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na *Libor*;
- V – prazo de desembolso: 5 (cinco) anos, contado a partir da data de vigência do contrato;
- VI – amortização: em parcela única, a ser paga no prazo de até 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos, contado da data de assinatura do contrato;
- VII – juros: exigidos semestralmente, em 15 de maio e em 15 de novembro de cada ano, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela *Libor* trimestral para dólar norte-americano, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na *Libor*, mais a margem (*spread*) para empréstimos do capital ordinário;
- VIII – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo e exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamento dos juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a data de assinatura do contrato;
- IX – despesas com inspeção e supervisão geral: até 1% (um por cento) sobre o valor do empréstimo, sendo que, em um semestre determinado, se assim requerer o BID, o valor devido para atender a essas despesas não poderá ser superior ao referido 1% (um por cento) do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

§ 2º É facultado ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, solicitar a conversão da taxa de juros do empréstimo, de variável para fixa e vice-versa, de parte ou da totalidade de seus saldos devedores, com pagamento de comissão ao BID.

§ 3º O cronograma de amortização poderá ser alterado, desde que o prazo final de até 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos, contado a partir da vigência do contrato, e a vida média ponderada do contrato, a ser estabelecida na data de sua assinatura, não sejam extrapolados.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – **Item extrapauta:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 37, DE 2013

Projeto de Resolução nº 37, de 2013 (apresentado como conclusão do Parecer nº 510, de 2013, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América.*

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

O projeto está em discussão.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Para discutir, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Para

discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero registrar a presença do nosso Secretário de Turismo do Estado do Ceará, nosso Deputado Federal Bismarck Maia, que acompanha de perto esse tema.

Esse empréstimo de US\$112 milhões se destina a investimentos na infraestrutura turística do Estado do Ceará, na duplicação de rodovias, na melhoria das rodovias e da infraestrutura.

Portanto, eu quero pedir aos nossos pares o apoio, porque é muito importante para um Estado que se dedica ao turismo, como é o nosso Estado, o Estado do Ceará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Secretário, seja bem-vindo.

Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a discussão está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

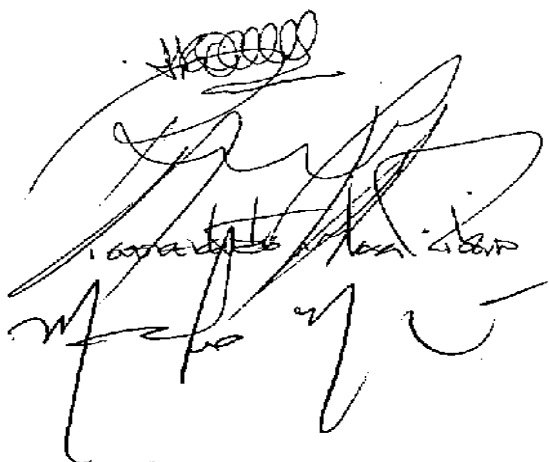
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final.

PARECER
Nº 512, DE 2013
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de
Resolução nº 37, de 2013.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 2013, *que autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Sala de Reuniões da Comissão, 11 de junho de 2013.



ANEXO AO PARECER Nº 512, DE 2013

Redação final do Projeto de Resolução
nº 37, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2013

Autoriza o Estado do Ceará a contratar
operação de crédito externo, com
garantia da União, com a Corporação
Andina de Fomento (CAF), no valor de
até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze
milhões de dólares norte-americanos).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Ceará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares norte-americanos).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Valorização Turística do Litoral Oeste – Ceará (Proinfur)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Ceará;

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de dólares norte-americanos);

V – prazo de desembolso: 3 (três) anos, contado a partir da vigência do contrato de empréstimo;

VI – amortização: 16 (dezesesseis) parcelas semestrais e consecutivas, de valores preferencialmente iguais, vencendo-se a primeira aos 54 (cinquenta e quatro) meses a contar da data de assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente e calculados sobre o saldo devedor, com base na taxa de juros *Libor* semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem (*spread*) anual de até 2,55% a.a. (dois inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento ao ano), sendo admitido o financiamento pela CAF, nos primeiros 8 (oito) anos de vigência do contrato, de parcela correspondente a até 1% (um por cento) da taxa de juros, a critério da CAF;

VIII – comissão de compromisso: até 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura do contrato;

IX – comissão de financiamento (*flat*): 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato e, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;

X – despesas relativas ao custo de avaliação: US\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil dólares norte-americanos), debitados do financiamento no momento do primeiro desembolso;

XI – juros de mora: 2,00% a.a. (dois por cento ao ano), acrescidos aos juros em caso de mora.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Ceará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Estado do Ceará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, na forma do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Ceará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB

– GO) – Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 13, DE 2013

**(Proveniente da Medida Provisória
nº 606, de 2013)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *altera as Leis nºs 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o câmputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUN-DEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implementação de Redes de Telecomunicações – REPNBL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.513, de 26 de outubro de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 606, de 2013).*

Parecer sob nº 18, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Senador José Pimentel (PT-CE) e Relator Revisor: Deputado Zé Geraldo (PT-PA); favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 33 e 37, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013, que oferece; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 18, 19, 22, 25 a 28, 38, 39 e 45; e pela prejudicialidade das demais emendas.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 57, DE 2010

**(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 428, de 2013)**

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho,*

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.* Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.* Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aníbal Diniz.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)
(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região,*

com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins*. Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza*. Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Se-

nador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 123, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham*.

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

9

REQUERIMENTO Nº 462, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2013, da Senadora Lídice da Mata, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 401, de 2011; e 129, de 2012, por regularem matéria correlata (direitos autorais)*.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 602, DE 2013

Requer, nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, c/c art. 99, I, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2012, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre a extensão do salário-maternidade, sob a denominação de salário-paternidade, ao pai na hipótese de óbito da mãe durante o parto; rejeição do filho por parte da mãe; ou

nos casos de adoção onde o pai é o único adotante; e, modifica o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para ampliar o período de licença-paternidade nesses casos, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, em razão das repercussões econômicas que o projeto pode acarretar.

Sala das Sessões, – Senador **Francisco Dornelles**, PP – RJ.

REQUERIMENTO Nº 603, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 258 combinado com o art. 260 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 52 de 2010, que trata da licença maternidade e paternidade, com o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2012, por versarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

REQUERIMENTO Nº 604, DE 2013

Requeiro, na forma do disposto no caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 142, de 2003; do PLS nº 341, de 2012; do PLS nº 162, de 2013; e do PLS nº 175, de 2013, por versarem sobre matérias correlatas.

Sala das Sessões, – Senador **José Pimentel**.

REQUERIMENTO Nº 605, DE 2013

Solicita, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 129, de 2007 e 278, de 2012 (atendimento a deficientes visuais e auditivos por instituições financeiras).

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requeiro a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 129, de 2007 e 278, de 2012, em função de compartilharem o mesmo propósito, qual seja o atendimento a deficientes visuais e auditivos em instituições financeiras.

Sala das Sessões, de junho de 2013. – Senador **José Agripino**, (DEM-RN).

REQUERIMENTO Nº 606, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal a tramitação conjunta do PLS 392 de 2007, que “Altera a Lei nº 9.496, de 1997, para autorizar a União e os Estados, no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal, a abater do cálculo do resultado primário despesas dos Estados com investimentos em obras de infra-estrutura”, com

o PLS 335 de 2011, que “Acrescenta artigos na Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para autorizar a União a abater do saldo devedor da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, valor equivalente a até 20% (vinte por cento), para programas de investimentos”.

Sala das Sessões, – Senadora **Lúcia Vânia**.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 607, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja inserido em ata, e perante os anais do Senado Federal, VOTO DE PESAR em razão do falecimento, em São Paulo, do ex-vereador de João Pessoa e Superintendente do SEBRAE-PB, Júlio Rafael Jardelino da Costa.

Fundador do PT – Partido dos Trabalhadores no Estado da Paraíba, Júlio Rafael foi sempre muito respeitado por sua atuação como homem público; economista de profissão, também foi vereador em João Pessoa, Diretor da SUDENE, Gerente de Planejamento da ADENE – Agência de Desenvolvimento do Nordeste e Superintendente do SEBRAE-PB, por três mandatos.

Portanto, diante de sua história de dedicação ao bem público, é, seguramente, merecedor dos votos de pesar desta Casa legislativa.

Sala das Sessões, 10 de junho de 2013. – Senador **Cássio Cunha Lima**.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 102, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele Órgão técnico do inteiro teor do **Aviso nº 22, de 2013**, e recomendando o seu arquivamento.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 102/2013/CAE

Brasília, 14 de maio de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 14 de maio, foi dado

conhecimento à Comissão do Aviso nº 22 de 2013 (nº 500-Seses-TCU-Plenário), de 24 de abril de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021/2012-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 21/2013-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – O **Aviso nº 22, de 2013**, vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pela Liderança... (*Pausa.*)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Da oposição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu queria pedir inscrição, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Após a Ordem do Dia, está inscrito o Senador Mário Couto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu queria só pedir inscrição pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna falar novamente de corrupção, o tema que escolhi para, na maioria das vezes, falar, comentar, pedir às autoridades providências para o combate à corrupção. E acabamos de votar um requerimento pedindo verbas para combater a corrupção.

Quero iniciar na tarde de hoje dizendo que vou falar ao povo da minha terra, vou falar ao Estado do Pará, ao Estado querido do Pará, ao grande Estado do Pará, cujo potencial é maravilhoso, mas que muitas vezes foi saqueado, saqueado por pessoas que se acostumaram, durante toda uma vida, a roubar a Nação.

Quero, ao iniciar, Sr^a Presidenta, parabenizar o Governador do meu Estado, que não tem medido esforços para combater a criminalidade e a corrupção em defesa do povo paraense. Externou o Governador no último sábado, em pronunciamento feito no lançamento de um programa que combate a criminalidade no Estado do Pará, uma frase que serviu para mostrar a todo o meu Estado o quanto o meu Governador não aceita conviver com a corrupção no Estado do Pará ou em qualquer lugar do nosso País. Fiquei feliz ao observar a atitude séria do nosso Governador Simão Jatene ao pronunciar a seguinte frase: “Será que não

é violência alguém que vai para a vida pública sem eira nem beira e acaba cheio de beiras e de eiras?”. É verdade, Governador Simão Jatene, o povo do Pará sabe exatamente do que se trata e para quem é feita essa frase.

Como sempre digo desta tribuna, jamais virei aqui apresentar denúncias, minha nobre Presidenta, sem trazer documentos que as comprovem. Estão aqui em minhas mãos documentos que comprovam a denúncia que vou fazer hoje à tarde, nesta tribuna.

Vou mostrar que o PMDB do meu Estado no ano de 2010, no ano das eleições, usou o Departamento de Trânsito para fazer a sua campanha. Eu demorei a chegar a esses dados, eu demorei a conseguir esses dados, mas todos são oficiais, Sr^a Presidenta. Eles não vieram às minhas mãos mandados por alguém, não vieram às minhas mãos sendo uma denúncia que não está protocolada, oficializada. Esses documentos foram pedidos por mim, através de requerimento, ao Departamento de Trânsito.

A família Barbalho, mais uma vez, está aqui no meio dessas corrupções, no meio desses desvios de dinheiro. Aqui está um irmão – irmão! – do Senador Jader Barbalho. Aqui se mostram desvios feitos à empresa RBA, ao *Diário do Pará*, ao jornal *Vanguarda*, e a todos os apadrinhados do Grupo Barbalho no Estado do Pará.

Esta denúncia é a pior que já fiz neste ano; esta denúncia é de arrepiar os cabelos; esta denúncia mostra o cinismo tão grande desta família.

E Sr^a Presidenta, é preciso ter coragem, porque o grupo é poderoso.

O ex-promotor Fonteles declarou num filme feito por uma produtora americana premiado, e hoje, Presidenta, recebi mais de trezentas correspondências – só hoje – pedindo o acesso a este filme. O próprio Procurador-Geral da República diz que ele estava enfrentando um grupo forte e não conseguiu colocá-los na cadeia.

Mas vamos à denúncia: A denúncia entristece o paraense, porque foi de você paraense, foi seu paraense o dinheiro que vou mostrar que foi roubado agora. E é comprovado com documentos que não podem dizer que são documentos inventados ou documentos falsos como faz aquele jornaleco o *Diário do Pará*. Aqui são documentos pedidos por mim e encaminhados pelo Detran no dia de hoje.

Olha meu Estado, olha meu querido Estado do Pará, eu vou fazer uma comparação, primeiro, do montante de dinheiro gasto só nesse ano de 2010. O dinheiro repassado para o Grupo do jornal *Diário do Pará* e da RBA pertencente à família Barbalho. Eles

repassaram, em 2010, R\$3 milhões, só investidos em funcionários encaminhados por esta família.

Em *bus-door*, aquela propaganda de ônibus que fica atrás dos ônibus, foram gastos só no ano de 2010, meu caro Senador Cássio, três milhões, duzentos e setenta mil. Com um detalhe importante meu paraense. Não tem registro de que foi recebido nada, de que foi feito serviço, ninguém atestou. Esta é a mais pura roubalheira que vi na minha vida. O serviço foi pago e não foi prestado, Brasil!

Olhem como eles continuam agindo! Não foi só no tempo da Sudam. Eles continuam roubando meu Estado. Eu não posso ficar calado. Eu não posso me calar. Nem sendo ameaçado de morte eu posso me calar. Posso até cair, mas caio defendendo o povo do meu Estado.

Por impressos, só no ano da política, sem justificativa, sem dizer o que era que se estava pagando, sem dizer o que foi feito, eles pagaram R\$4.467.125,00. Na mais dura cara de pau, sem nenhum atestado e documento nenhum. Fôlder, *banner*, cartazes, para patrocinar a campanha dos Barbalho em 2010.

Ministério Público do meu Estado, que foi com tanta sede à Assembleia, veja o que está acontecendo no Detran do Estado do Pará no ano de 2010. Só em cartazes e fôlder, quase R\$800 mil, sem a prestação do serviço. Nada foi feito.

Vou fazer um comparativo, meu querido Pará, de quanto eles se favoreceram durante os três ou quatro anos que ficaram, no Governo da Ana Júlia, no Detran do Pará. A RBA recebeu R\$1 milhão. Isso nos primeiros levantamentos. Vem mais. São os primeiros levantamentos. A televisão dos Barbalho recebeu, em 2010, 2009 e 2008, R\$1.813.647,96. Sabe quanto recebeu a concorrente da Globo? Sabe quanto recebeu a concorrente da Globo, a Liberal? Recebeu R\$345 mil!

Brasil querido! Ministério Público! Supremo Tribunal Federal! Supremo Tribunal Federal! Onde estão os processos, meus queridos Ministros? Olhem! Como não põem na cadeia, eles continuam roubando. Olhem, Ministros! Olha, Joaquim Barbosa! Tu não tomas nenhuma providência, Joaquim! Tu és idolatrado pelo povo brasileiro! Os corruptos da Sudam continuam agindo à luz do dia.

O jornal *A Vanguarda* nem circula. Esse jornal não existe. É um ou outro que se vê. E recebeu, em 2009, mais do que o jornal *O Liberal*. Em 2009, o jornal *O Liberal* recebeu R\$156 mil e *A Vanguarda* recebeu R\$158 mil. Sabem de quem é esse jornal? De Luiz Guilherme Barbalho.

É a família, é o grupo. Todos sabem fazer. São especialistas em ladroagem. Não estou falando aqui

aleatoriamente. Não estou inventando nenhum fato. Eu estou falando a verdade comprovada.

Busdoor: R\$3,27 milhões. Nada foi feito. Só se fez passar o dinheiro para o grupo.

Impressos. Impressos diversos. Não se sabe o que foi, não se sabe o que foi feito. É uma vergonha! É uma vergonha, Brasil! Onde nós chegamos? O País tem que tomar rumo.

Quando eu voto requerimento do Governo pedindo dinheiro para combater a corrupção... O Governo tem que olhar para isso. O Governo ainda fica no seu grupo com pessoas que cometem esse tipo de crime no maior cinismo que pode existir neste País.

Brasileiros e brasileiras, meus queridos paraenses, nenhum... Preste atenção, Pará! Preste atenção! Nenhum, nenhum documento foi atestado desses R\$9 milhões que foram gastos em impressos.

Não entraram no Detran esses serviços, minha terra querida! O dinheiro só foi repassado. O Detran não recebeu esses serviços porque não estão atestados e não existe entrada de nenhum serviço lá.

Era só pagar! Era só pagar! Em 2010, a coisa ficou feia porque aí foi a campanha. E aí eles gastaram o dinheiro, bancaram o partido. Assim fica fácil ganhar. Olha como eles burlam a proibição eleitoral! Olha como eles fogem! Olha como eles são professores de corrupção!

A CPI da Assembleia Legislativa tem que tomar conhecimento disto aqui. A CPI pode pedir cadeia para isto aqui. Ela tem autoridade para pedir. Ela pode enquadrar todos esses elementos que receberam dinheiro sem prestar serviços ao Detran. Essa CPI não pode parar. Essa CPI tem que mostrar ao povo paraense que os Barbalho continuam metendo a mão no bolso de cada filho dessa terra da querida Nossa Senhora de Nazaré.

É incrível como acontecia, paraenses! E ainda querem ter moral para quererem se igualar a grupos sérios. E ainda querem ter moral para me acusar.

Olhem um item! Olhem um item: "Diversos". Em "Diversos", ele usa R\$714 mil, e não se sabe o que é. Pior, pior é quando se olha mais embaixo dessa tabela e o Detran informa: O Detran pagava para Castilho, e eu tenho informações de que o filho do dono dessa empresa ...

(*Soa a campanha.*)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ... vivia nos Estados Unidos, vivia na Europa, vivia esbanjando dinheiro entre 2009 e 2010, comprava carro importado como se compra um alfinete. O Detran pagava, paraenses!

Olha o mais absurdo, meu querido chefe do Ministério Público do meu Estado! Tivemos aquela sensação, na folha de pagamento da Assembleia Legislativa, sensação, porque muitos casos foram comprovados.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – O Detran, paraenses, pagava para a empresa Castilho ...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ... R\$45 mil por mês, para o funcionário, para o trabalhador da empresa Castilho. Não era funcionário do Detran, não!

Vocês podem estar perguntando “o que é que tem?” Não era funcionário do Detran, não! O Detran pagava R\$45 mil para o funcionário da empresa Castilho, para agradar, porque a empresa Castilho era ligada aos Barbalho. Era para agradar os Barbalho. Mais: pagava à empresa...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Senador Mário Couto, 22 minutos. Mais um minuto final para V. Ex^a, por favor.

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Mais dois minutos e eu fico satisfeito com V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Deu os dois minutos? Dê-me dois minutos. Estou falando de um assunto muito sério, talvez um dos assuntos mais importantes, este ano, nos meus pronunciamentos. Se a senhora me der dois minutos, eu fico satisfeito.

Mas não é! Como eu ia dizendo, paraenses, não é funcionário do Detran. Eles tiravam dinheiro do cofre para satisfazer a vontade dos Barbalho. Eles tiravam dinheiro do cofre, dinheiro público, para pagar a um funcionário que não era funcionário público, que era funcionário de uma empresa! Nós não podemos...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ... concordar, Ministério Público do meu Estado, não podemos concordar, membros da CPI do Detran, com os absurdos que essa família ainda faz no meu Estado. Olha a diferença do *(Fora do microfone.)* ano de 2010 para 2011...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – Já vou descer. O jornal *A Vanguarda* não recebeu mais quando o PSDB entrou. Os *busdoor*, aqueles que gastaram R\$3 milhões, no Governo de Simão Jatene só foi R\$41 mil; impressos, onde gastaram R\$9 milhões,

no Governo do Simão Jatene só foi \$187 mil. Não teve mais dinheiro para a RBA, nem um tostão a mais. Nem para jornal nenhum, nem para Castilho. Os números são estupidamente diferentes. A diferença é monstruosa da corrupção para a seriedade.

Espero, ao descer desta tribuna, que o Ministério Público do meu Estado ponha...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (Bloco/PSDB – PA) – ...sim, na cadeia, na Justiça, aqueles que continuam de cara cínica roubando no meu Estado *(Fora do microfone.)*.

Durante o discurso do Sr. Mário Couto, o Sr. Cyro Miranda deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Kátia Abreu.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Com a palavra a Senadora Angela Portela.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr^a Presidenta Senadora Kátia Abreu; Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, na semana passada, nós falamos aqui de um ano do novo Código Florestal, da lei que regulamenta o uso da terra em nosso País, em nosso Estado de Roraima. O ano do novo Código Florestal coincidiu com os indícios de conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico que o Governo do Estado de Roraima está concluindo até o final deste ano.

Então, esse é um momento de extrema importância, de extrema relevância, porque conseguimos incluir, nesse novo Código Florestal, uma medida, um dispositivo legal que, sem dúvida nenhuma, beneficia muito o nosso Estado de Roraima, beneficia muito os produtores rurais, os agricultores, que criaram expectativa muito grande em torno da possibilidade de o nosso Estado crescer, de desenvolver-se, de usar a terra com segurança jurídica, para que Roraima, enfim, tenha a possibilidade de sair para um novo modelo econômico. Um modelo econômico que vise à produtividade, à inclusão do homem do campo numa vida melhor, à inclusão das famílias de Roraima numa vida mais digna, a fim de que o Estado saia da condição de economia do contracheque, da condição de dependente dos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal.

Por essa razão, Sr^a Presidenta, registramos, na semana passada – e, neste momento, fazemos um *link* –, o novo Código Florestal, que foi aprovado há um ano; os indícios de elaboração e de conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico e a regularização fundiária do nosso Estado de Roraima.

Quando o nosso Estado recebeu 6 milhões de hectares de terra da União, repassadas em 2009 pelo Presidente Lula – mais de três anos atrás, obviamente

te –, falou-se até que ocorreria uma revolução agrária em nosso Estado. Com efeito, tudo indicava a abertura de uma nova fronteira agrícola no País, lá no extremo Norte, na fronteira com a Venezuela.

Desses 6 milhões de hectares, 4 milhões se compõem de áreas de Cerrado com enorme potencial. São terras aptas a qualquer tipo de cultura, sem necessidade de desmatamento. Proporcionam, portanto, o melhor dos mundos, que é a produtividade elevada sem necessidade de agredir o meio ambiente amazônico.

Entretanto, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, o tempo passou, e as expectativas não se cumpriram. Pretendia-se desencadear um grande processo de regularização de terras, que chegaria a 28.500 propriedades, com área entre 80 e 1.500 hectares cada uma. Nada disso aconteceu. Pior: o próprio Instituto de Terras e Colonização de Roraima (Iteraima) admite que serão tituladas, no máximo, entre 18 mil e 20 mil propriedades.

A verdade, Sr^a Presidenta, é que o processo de titulação das terras de Roraima foi interrompido, e interrompido por determinação da Justiça Federal. O Poder Judiciário mandou não apenas suspender esse processo, mas também cancelar todos os títulos emitidos até esse momento, cinco meses atrás. Atendeu, assim, a um pedido do Ministério Público em Roraima, que apontava irregularidades na titulação. De acordo com a denúncia, o Governo Estadual não fizera o georreferenciamento das áreas, e, com isso, títulos transferidos a particulares estavam englobando áreas ainda pertencentes à União. Traduzindo, as terras agora regularizadas e tituladas estavam, na realidade, sobrepondo-se a áreas de preservação. Entravam em reservas florestais, em terras indígenas e até mesmo em assentamentos do Incra. Até mesmo a Floresta Nacional de Roraima foi vítima desses procedimentos.

Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, apesar da grande parcela do território de Roraima, que se destina à conservação e à proteção ambiental, tornando nosso Estado uma reserva ecológica de importância mundial, a agricultura permanece como uma importante atividade econômica em nosso Estado, em nossa região.

Um grande passo para o aumento do nosso potencial agrícola deu-se com a aprovação da proposta de redução do percentual da Reserva Legal, que apresentei na Comissão de Meio Ambiente do Senado e que hoje faz parte do nosso novo Código Florestal. Contamos, para isso, com a inestimável colaboração do eminente Senador Jorge Viana, Relator do Código na Comissão de Meio Ambiente, e com a compreensão da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que aprovou a nossa iniciativa. Contamos, Srs. Senadores, acima de tudo, com a Presidenta Dilma Rousseff, que

manteve o texto – embora tendo aplicado diversos vetos ao Código Florestal – aprovado neste Congresso Nacional. A Presidenta Dilma reconheceu a importância da aprovação desse dispositivo legal para o desenvolvimento do Estado de Roraima. Somos muito gratos pela compreensão da Presidenta Dilma em relação ao nosso Estado.

Refiro-me, Sr^a Presidenta, ao Capítulo IV, Da Área de Reserva Legal, Seção I, que trata da delimitação da área de Reserva Legal, art. 12. Nossa proposta visava, sim, a promover o desenvolvimento do nosso Estado de Roraima. Porém, sem causar prejuízos à natureza da Amazônia Legal, cujo percentual de 80% da área a ser preservada mantém-se em vigor para os demais Estados.

Poderemos, dessa forma, incorporar novas áreas à fronteira agrícola que se abre ante nossos olhos, ao mesmo tempo em que mantemos nossa missão de preservar o meio ambiente. Serão, meus amigos, Senadores e Senadoras, mais 150% de terras destinadas à agricultura em nosso Estado de Roraima. Isso representa um ganho para o setor produtivo.

Não podemos, porém, Sr^a Presidenta, conviver com práticas clientelistas e distorcidas, como as aplicadas no decorrer desse processo de regularização fundiária, de titulação, que foi suspenso pela Justiça Federal em nosso Estado. A regularização deve ser feita, sim, nos moldes propostos, para permitir o aproveitamento da nossa terra e o avanço da justiça social. Para isso, porém, é preciso corrigir os erros do passado recente. Só assim atingiremos o objetivo de aumentar nossa produção agrícola, criar empregos e elevar a renda do povo de Roraima.

Sr^a Presidenta, esse é um tema importante, que eu queria trazer hoje para o plenário do Senado Federal, destacando a importância da conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico do nosso Estado de Roraima. Após a aprovação desse zoneamento, que a Assembleia Legislativa possa aprovar a lei que assegura a redução da Reserva Legal, de 80% para 50%, no Estado que comprova – o Estado de Roraima – que tem mais de 65% de suas áreas preservadas em unidades de conservação de domínio público e em reservas indígenas devidamente homologadas. Por isso, a importância de destacarmos a aprovação dessa proposta do nosso novo Código Florestal, que beneficia imensamente Roraima.

Mas há um outro tema, Sr^a Presidenta, que eu também gostaria de abordar. A Bancada Federal de Roraima e do Amapá, todos unidos estão buscando, junto ao Ministério do Planejamento, ao Governo Federal, ao Governo da Presidenta Dilma, sensibilizá-los para a aprovação da PEC nº 111, para a Proposta de

Emenda à Constituição nº 111, de 2011, de autoria da Deputada Federal Dalva Figueiredo, do Partido dos Trabalhadores do Amapá. Queremos, com a aprovação dessa PEC, incluir os servidores que trabalharam, durante o período de 1988 a 1993, nos quadros do ex-Território. São pais e mães de família que prestaram serviços a Roraima e ao Amapá no momento da implantação desses Estados – na ocasião, eram ex-Territórios.

Então, queremos, aqui, com este nosso pronunciamento, buscar o entendimento com o Ministério do Planejamento, para que possamos já colocar a matéria para aprovação no segundo turno. Já a aprovamos em primeiro turno na Câmara Federal, e estamos, agora, em processo de discussão, de negociação e de busca de consenso junto ao Ministério do Planejamento, com o apoio do Partido dos Trabalhadores, para que possamos, efetivamente, pautar a PEC nº 111 para aprovação no segundo turno na Câmara dos Deputados. Aprovada no segundo turno, deveremos aqui, no plenário do Senado Federal, discutir e aprovar essa PEC nº 111, que gerou uma expectativa muito grande nesses servidores, que, durante o processo de implantação de Roraima e do Amapá, trabalharam, prestaram serviços a esses Estados.

Eu queria dizer aqui para todos os sindicalistas, para toda a população de Roraima e do Amapá que acompanha esse processo que, felizmente, há união entre os seis Senadores – os três de Roraima e os do Amapá –, de toda a Bancada de Deputados Federais dos dois Estados. Há uma unidade, há uma compreensão e um trabalho árduo de articulação junto ao Governo Federal, para que possamos aprovar essa proposta de emenda à Constituição e definitivamente reconhecer, o Congresso Nacional e o Governo Federal, a importância desses servidores, desses pais e mães de família, trabalhadores, que merecem o reconhecimento e merecem que nós continuemos unidos para a aprovação da PEC nº 111, em segundo turno, na Câmara dos Deputados, e, posteriormente, a aprovação da PEC nº 111 aqui, no Senado Federal.

Por isso, Srª Presidenta, eu queria aqui destacar esses dois assuntos de extrema relevância para o nosso Estado de Roraima.

Era isso o que eu tinha dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

Senador Eduardo Amorim, por 20 minutos.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, colegas Senadoras, colegas Senadores, eu gastarei muito menos que 20 minutos.

Ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, colegas Senadores, Itabaiana, minha cidade, cidade onde nasci, é conhecida não apenas no nosso Estado, o Estado de Sergipe, mas também em todo País como a Capital do Caminhão, isso por ter o maior percentual desse tipo de veículo por pessoa do País, tendo como um dos fatores preponderantes para esse fato a produção agrícola, que se intensificou principalmente a partir da implantação dos perímetros irrigados, como os de Jacarecica e Ribeira, na década de 80. No Município de Itabaiana, são produzidos frutas, verduras e cereais que abastecem não só o nosso Estado, mas grande número de cidades do Nordeste e do Brasil.

E justamente pela grande concentração de caminhões no Município que o saudoso Antônio Francisco da Cunha, conhecido por todos como Rolopecu, idealizou a Festa dos Caminhoneiros, há exatos 48 anos. Atualmente, o evento é considerado o maior da categoria realizado no Brasil, recebendo, todos os anos, caminhoneiros e turistas de todo o Estado e do País como um todo, de diferentes partes do nosso País.

Mas, outro fator importante é o aspecto religioso da festa, que acontece exatamente no período em que a Trezena de Santo Antônio – padroeiro da cidade – é realizada, ocasião em que as chaves dos caminhões e os caminhoneiros são abençoados e quando os festejos juninos têm início.

Contudo, a festa traz, ainda, uma vasta programação com *shows*, o tradicional Jogo dos Caminhoneiros, no Estádio Presidente Médici, a carreata e a eleição da Rainha dos Caminhoneiros. A propósito, aproveito a oportunidade para enviar meus parabéns à jovem Stefanny Lima, vencedora do concurso deste ano, como também à sua família. Mas a festa conta, ainda, com a Feira do Caminhão, que reúne empresas nacionais e internacionais do setor de transporte de carga, onde se realizam a prospecção e o fechamento de negócios da área.

Sra. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sou filho de Itabaiana, e como filho dessa terra, dessa cidade, reconheço a importância dos nossos caminhoneiros para a cidade, para o nosso Estado e para o País. Por isso propus o PLS 407/2012, que torna obrigatória a avaliação anual de saúde para os transportadores autônomos de carga, visando diminuir os problemas de saúde e proteger a vida desses trabalhadores que vivem em evidente situação de risco.

Dessa maneira, além do benefício direto para os caminhoneiros, toda a sociedade brasileira será indireta ou diretamente beneficiada pela medida, pois trará maior segurança e melhorará a qualidade do transporte em nossas rodovias. Essa proposição, que já foi

aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura, encontra-se, no momento, aguardando a relatoria do ilustre colega Senador Wellington Dias, a quem aproveito para solicitar o apoio para a aprovação desse importante projeto.

Entretanto, como falei no início, Itabaiana é também consagrada popularmente como a Capital do Caminhão, e, no sentido de oficializar o que já é de domínio público, propus o PLS 10/2013, que confere ao Município o título de “Capital Nacional do Caminhão”. Essa proposição já recebeu parecer favorável do seu relator e aguarda para entrar na pauta de votação da Comissão de Educação, em caráter terminativo.

Para se ter uma ideia da importância dos caminhões para o Município, Sr^a Presidente, existe hoje em Itabaiana, em média, um caminhão para cada nove habitantes. Já mencionei a produção agrícola como um dos fatores que influenciaram a forte concentração desse meio de transporte, mas não podemos nos esquecer dos produtos industrializados, que há muito são comercializados. Uma feira municipal que remonta ao ano de 1888 foi crescendo exponencialmente por mais de um século e, desde a década de 50, a cidade, que detém a segunda posição de centro comercial de Sergipe, já era, à época, considerada o celeiro do Estado.

Ademais, por sua posição estratégica nos entroncamentos rodoviários, passou a ser um polo para o transporte de cargas na região e para o Sudeste, especialmente para a capital paulista. E, assim, por trazer mercadorias diretamente dos centros produtores, o comércio de Itabaiana se sobressaiu não apenas em Sergipe, mas estendeu sua influência para os Estados vizinhos.

Tudo isso, Sr^a Presidente, sem falarmos que o setor de comércio e serviços para esse ramo de transporte é marcante em Itabaiana, pois, ao longo da BR-235, que cruza a nossa cidade, há grande concentração de lojas de autopeças, oficinas, postos, indústrias e garagens que compram e vendem caminhões usados. E, sobretudo, a maior renda da nossa cidade vem dos fretes de caminhões.

Sr^a Presidente, Srs. Senadores, a presença desses veículos é tão marcante no Município que, para se ter uma noção do que representam, influenciam diretamente a arquitetura das nossas casas, já que em grande parte delas o pé-direito é mais alto que o comum, para poder abrigar uma garagem proporcional a um caminhão.

Na quinta-feira próxima, inclusive, o *link* do programa Encontro, com Fátima Bernardes, transmitido pela Rede Globo de Televisão, estará em Itabaiana mostrando a Festa do Caminhoneiro.

Diante do que foi falado aqui, Sr^a Presidente, do plenário desta Casa, fica muito claro que os caminhões e os caminhoneiros permeiam a vida e a história do nosso Município, do nosso Estado, e nada mais justo que Itabaiana receba de fato o título de “Capital Nacional do Caminhão”. Afinal, Sr^a Presidente, o nosso principal sistema de transporte é o rodoviário, e tem no caminhão esse grande veículo de transportar nossas produções para todos os cantos do País.

Era só isso, Sr^a Presidente. Gastei muito menos do que tinha direito, como prometi.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra, o Senador Romero Jucá, por dez minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pelas redes sociais, pela Rádio Senado, pela TV Senado, pedi a palavra para fazer um protesto aqui e, de certa forma, um apelo para que o Governo Federal tome providências urgentes. E que também o Ministério Público Federal do País, a Procuradoria-Geral da República, avalie melhor uma ação ou uma recomendação do Ministério Público Federal do Amazonas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao Ibama para que paralise a obra de interligação da construção da linha de transmissão que liga Manaus a Boa Vista.

Sr^a Presidenta, há anos que trabalhei e trabalho por essa interligação. Roraima e Boa Vista, hoje, possuem um sistema isolado de energia. Nós recebemos uma parte da energia que consumimos da Venezuela, e o restante da energia que Roraima consome, no interior, é produzido por motores a óleo *diesel*, que consomem combustível, que poluem, que dão um atendimento de má qualidade à população.

Nós trabalhamos junto ao Ministro Edison Lobão. Nós trabalhamos junto ao Governo. Colocamos no PPA (Plano Plurianual) da energia brasileira a construção dessa interligação. O Brasil está interligando Tucuruí a Manaus, e o próximo passo seria agora a interligação entre Manaus e Boa Vista. Interligação fundamental, porque vai possibilitar inclusive a interligação de Boa Vista com a Guiana e com a Venezuela. Portanto, nós teremos tanto a facilidade de receber energia do restante do Brasil como de vender energia produzida na Guiana, na Venezuela ou em Roraima para o Brasil. Portanto, haverá aí um sistema de mão e contramão no sentido de encaminhar e comprar ou receber energia desses países.

A licitação foi feita. A Eletronorte, empresa brasileira, empresa do Governo brasileiro, tem 49% do consórcio e está há um ano e meio solicitando à Fu-

nai autorização para entrar na área Waimiri Atroari e fazer o laudo ambiental necessário para que a obra seja iniciada.

A Funai vem postergando essa autorização.

É importante ressaltar que os postes – a linha de transmissão – passarão a 123 quilômetros da terra Waimiri Atroari, no leito da estrada, na área de servidão da BR, portanto, sem nenhum contato com a comunidade indígena, sem nenhum desmatamento, sem nenhum tipo de impacto ambiental, porque a BR-174 já está aberta, já está com trânsito, interliga o Brasil a Venezuela, passando por todo o Estado de Roraima.

Pois bem, há tempos cobramos da Funai essa autorização, que não sai. E agora somos surpreendidos pela posição do Ministério Público do Amazonas, que não leva em conta o interesse nacional, não leva em conta a questão ambiental de Roraima, não leva em conta a necessidade de gerar energia limpa ao nosso Estado, não leva em conta a necessidade de desenvolvimento do Estado, inclusive de 30 mil indígenas que dependem de energia em Roraima para serem atendidos em hospitais, em escolas, em atividades produtivas, em sedes de vilas, no programa Luz para Todos, que atende à população indígena. Tudo isso o Ministério Público não vê, e diz que não houve a consulta à população Waimiri Atroari.

Portanto, o leilão, o edital feito na Bolsa de Valores e a obra que já foi iniciada, tendo sido contratados equipamentos e materiais para iniciar a construção da linha, tem que ser anulada. Isso é, sinceramente, um absurdo. Isso é um prejuízo e uma afronta ao povo de Roraima.

Quero aqui protestar contra a posição do Ministério Público e contra a posição da Funai, que não autoriza a entrada para o licenciamento ambiental. Parece até um jogo combinado. Parece que Ministério Público e Funai estão atuando no sentido de barrar o desenvolvimento de Roraima, de barrar o desenvolvimento da nossa região.

Por isso quero aqui fazer um apelo à Presidenta Dilma, à Casa Civil da Presidência da República, que coordena a ação dos outros ministérios, e ao Ministério da Minas e Energia, para que tomem providências urgentes a respeito dessa ação. E faço um apelo ao Procurador-Geral da República, para que efetivamente chame às ordens essa postura e essa posição do Ministério Público Federal do Amazonas, que está interferindo numa ação benéfica aos índios, benéfica ao Estado de Roraima e benéfica ao Estado do Amazonas.

Fica aqui então, Sr^a Presidenta, o meu protesto.

Concedo um aparte à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Agradeço e quero me somar à preocupação de V. Ex^a, nobre Senador. Nós teremos, em breve – era para ter acontecido domingo, mas não aconteceu –, o teste da geração de energia em Manaus, com o Linhão de Tucuruí, que é uma obra fantástica, uma obra maravilhosa, como V. Ex^a diz. A necessidade de levar a Boa Vista a energia que chega a Manaus pelo Linhão de Tucuruí é algo incontestável também. Eu tomei conhecimento da notícia de que o Ministério Público estaria embargando, como V. Ex^a diz aqui. Entretanto, nobre Senador, procurei me certificar. O que o Ministério Público quer é apenas que se cumpra a lei no que diz respeito à audiência com a comunidade indígena daquela área.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senadora Vanessa, só para complementar.

A Sra. Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A audiência está sendo solicitada há um ano e meio pela Eletronorte e pelo consórcio. O que o Ministério Público quer é que se cancele a licitação, o edital e a obra para, primeiro, fazer – não se sabe quando –, a reunião com os índios Waimiri Atroari, que não têm nenhum tipo de interferência na estrada, na BR, para, depois, novamente, lançar edital e fazer licitação. Portanto, atrasar em quatro ou cinco anos a obra. Isso é um despatúrio.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador, nós poderíamos ir ao Ministério Público e dialogar com ele.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Claro, claro.

A Sra. Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Acho que nós poderíamos ajudar na solução. Eu concordo com V. Ex^a: nós temos uma estrada asfaltada que liga Manaus a Boa Vista. O trecho do Linhão vai ser exatamente esse. A obra não pode sofrer atraso porque será um prejuízo até para as comunidades indígenas se a energia não chegar lá. Apenas para me colocar à disposição de V. Ex^a, Senador Jucá, para que possamos ir ao Procurador-Geral da República no Estado do Amazonas e ter um diálogo com ele a respeito dessa questão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Fica aqui o meu registro. Espero o bom senso do Ministério Público Federal do Amazonas, o bom senso do Chefe do Ministério Público do Brasil, do Procurador-Geral da República, e o bom senso da Funai e do Ministério da Justiça para que tomem as providências para que uma obra importante como essa, para a interligação... Inclusive para o Estado do Amazonas,

porque o Governo brasileiro negocia com o governo da Guiana a construção de três hidrelétricas de 4.500 megawatts, o que fará com que energia da Guiana chegue também, em determinado período, a Roraima e ao Estado do Amazonas. Portanto, toda a região é interessada no processo de interligação energética. Espero que o bom senso prevaleça e que possamos continuar essa obra, que é importante para todo o País.

Muito obrigado. Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Senador Jucá, gostaria de me solidarizar com essa questão terrível em Roraima.

Com certeza, esse cidadão do Ministério Público mora em casa com boa energia, trabalha com uma ótima energia em casa, enquanto impõe a outros cidadãos brasileiros que permaneçam no escuro, nas trevas.

Com a palavra, o Senador Roberto Requião, por vinte minutos.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, pela ordem.

Queria saber de V. Ex^a – eu estava inscrita e fiz uma permuta com a Senadora Angela Portela – em que lugar estou como oradora inscrita, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Vou ler toda a lista.

Após o Senador Roberto Requião, Kátia Abreu, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Walter Pinheiro, Wellington Dias, Ana Amélia, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Pedro Taques, Eduardo Braga e Humberto Costa.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Kátia Abreu. Bloco/PSD – TO) – Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romero Jucá, anauê!

A democracia reclama o contraditório. Eu vim à tribuna, neste momento, para falar um pouco da questão dos índios.

O Brasil está em guerra, Senador Jucá. Uma longa, cinco vezes centenária guerra: a nunca sobrestada guerra contra os índios. O assassinato do terena Oziel Gabriel, no dia 30 de maio, em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul, Estado que concentra mais de 50% dos assassinatos de índios no País, nada mais é que um trivial, corriqueiro episódio desse conflito. Afinal, matar índio faz parte dos usos e costumes nacionais desde que Cabral aqui aportou.

Era de esperar que, com o passar dos tempos, com a civilização e com o refinamento de nossas elites fazendeiras, nesse processo contínuo de aquisição de valores humanitários, culturais e sociais, era

de esperar que o velho costume de matar índios fosse superado. Como um dia superamos a antiga usança de escravizar negros, que, ressalve-se, só foram caçados e sequestrados na África, porque nossos índios se revelaram “mão de obra antieconômica”, pois morriam incontrolavelmente no cativeiro.

Aprendemos nos livros escolares que o ponto alto da chegada da família real portuguesa à colônia brasileira, em 1808, foi a decretação da abertura dos portos pelo príncipe regente D. João. No entanto, dois meses depois de instalado no Rio de Janeiro, D. João toma outra decisão que os nossos livros e a nossa memória seletiva dos fatos escondem.

No dia 13 de maio de 1808, por Carta Régia, o príncipe declara guerra aos índios botocudos por resistirem à expansão das fazendas e áreas de exploração de minas, na Capitania de Minas Gerais. No entanto, proprietários de terras, minas e tropeiros de toda a Colônia expandiram o alcance da Carta Régia e consideraram-se licenciados a empreender guerra contra todos os índios que habitavam o território brasileiro.

Em meu Estado, o Paraná, a Carta Régia cancelou um antigo costume que subsistiu até o final do século XIX, o costume dos fazendeiros das regiões dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava e Palmas organizarem, anualmente, uma expedição guerreira contra os índios.

A cada sortida, eles eram mais e mais empurrados em direção às fronteiras com o Paraguai e a Argentina, e tinham suas terras apossadas para a expansão da agricultura, da pecuária, da apanha da erva mate e exploração da madeira.

A Carta Régia declarando guerra aos botocudos contém as mesmas justificativas hoje usadas para usurpar a terra dos índios. Estão lá os argumentos em defesa da produção, estão lá os apelos para que os índios submetam-se aos brancos para – abro aspas – “gozarem os bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce, debaixo de justas e humanas leis”.

Como estão lá as acusações aos índios de violência, crueldade e perturbação da ordem, como se fossem eles, ontem e hoje, os causadores dos conflitos. E a Carta Régia chega ao mais alto grau de mistificação ao acusar os botocudos de antropofagia e vampirismo. Segundo o príncipe, além de esquartejar e devorar os – abro aspas – “tristes restos” – fecho aspas – de suas vítimas, os índios abriam feridas nelas – abro aspas – “para depois sorver o sangue”.

Quanto à antropofagia, grande parte de nossos autores negam-na; foi pretexto para reforçar a declaração de guerra; já o “vampirismo” dos botocudos fica à conta da ignorância, superstição e fantasias europeias de nossos colonizadores.

A oficialização da matança desenfreou tal violência e crueldade que, citam historiadores, obrigou o próprio Governador da Capitania de Minas Gerais, beneficiária imediata da decretação de guerra, a intervir e adotar outros métodos para submeter os rebeldes. Mesmo porque a “solução final” do genocídio não surtira os resultados esperados.

A Carta Régia de 1808 faz uma declaração de guerra permanente contra os índios.

Diz o futuro D. João VI – abro aspas:

Que desde o momento em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada guerra contra estes índios antropophagos uma guerra ofensiva que continuareis sempre em todos os annos nas estações seccas e que não terá fim, senão quando tiverdes a felicidade de vos senhorear de suas habitações [quer dizer, de suas terras] e de os capacitar da superioridade das minhas reaes armas de maneira tal que movidos do justo terror das mesmas, peçam a paz e sujeitando-se ao doce jugo das Leis e promettendo viver em sociedade, possam vir a ser vassallos uteis, como já o são as immensas variedades de Índios que nestes meus vastos Estados do Brazil se acham aldeados e gozam da felicidade que é consequência necessária do estado social” [fecho aspas].

Enfim, a velha máxima de que índio bom é índio morto. Ou, quando muito, por generosidade das autoridades e dos fazendeiros, índios submissos aos seus interesses; índios aldeados, vivendo longe de suas terras, sem terras.

Foram-se os tempos da Colônia, foi-se o Império, veio a República – a velha e depois a dita nova – e a Carta Régia de 1808 continua vigendo, impávida, soberana, imutável. Ouço aqui, neste plenário, leio nos jornais, vejo nas televisões e ouço nos rádios a mesma defesa do aldeamento ou urbanização dos índios, “civilizando-os”, privando-os de suas terras, exterminando sua cultura, sua língua, sua crença, sua identidade.

Os gregos Heródoto e Tucídides, e o romano Cícero talvez tenham sido os primeiros a divulgarem o conceito de *historia magistra vitae*, a história como mestra da vida, expondo pragmaticamente os fatos para que o homem aprendesse com os erros do passado.

Não é só o caso das relações do Governo e da sociedade brasileira com os índios. O assassinato do terena Oziel mostra que pouco aprendemos com o passado, com os erros acumulados por tantos séculos. A antropofagia e o vampirismo de ontem são atualizados por toda a sorte de pretexto, hoje, para a invasão das

terras não apenas dos índios e também das populações tradicionais dos quilombolas.

O príncipe justificava a declaração da “guerra permanente” contra os índios por causa dos graves prejuízos por eles causados aos fazendeiros e – abro aspas – “à minha Real Coroa”. Isso é governo colonial. As *rationes lupi* de ontem são as razões do lobo de hoje, porque a guerra continua permanente, sem trégua, impiedosa. Uma guerra de extermínio.

E como se comporta o nosso Governo, hoje? Como se comporta o Governo que nós elegemos?

Este Governo retrocedeu em relação aos governos de Sarney, Fernando Henrique e Lula no tratamento da questão indígena.

De todos os governos desde a redemocratização, este Governo foi o único que não recebeu os índios. Recebe todo mundo, Senador Taques, até o Carlinhos Brown e sua ridícula caxirola, mas não recebe os índios. Os representantes do agronegócio tornam-se, como se diz, figurinhas carimbadas dos eventos palacianos, e tem na Ministra-Chefe da Casa Civil um interlocutor privilegiado. Já os índios mendigam ouvidos e corações abertos pelos corredores legislativos, pelos jardins da Esplanada dos Ministérios, expondo-se à indiferença, ao escárnio e ao preconceito.

O antropólogo Gilberto Azanha, um de nossos melhores especialistas, deplora: “O Governo Dilma retrocedeu neste debate e interpreta as questões indígenas com o olhar do agronegócio”.

Na mesma linha, o coordenador da Comissão de Assuntos Indígenas da prestigiosa Associação Brasileira de Antropologia, João Pacheco de Oliveira, diz que nos últimos anos foi paralisado o processo de reconhecimento dos direitos dos índios; e, segundo ele, a investida do agronegócio afeta também as populações tradicionais e as terras dos negros descendentes de escravos africanos.

Pelo que se vê, não é apenas a economia do Brasil que se vê refém das *commodities*, o Governo Federal também foi sequestrado pelos interesses das *tradings* e dos produtores internacionais de carnes e de grãos.

De 2003 a 2011, informam estatísticas medianamente confiáveis, foram assassinados no País mais de 500 índios. Nesse último ano da macabra medição, 62% dos assassinatos aconteceram no Mato Grosso do Sul.

Com uma taxa de homicídios de 100 por 100 mil pessoas, maior que a do Iraque e quatro vezes maior que a taxa nacional, o povo Guarani Kaiowá, do Mato Grosso do Sul, enfrenta uma verdadeira guerra contra o agronegócio, diz relatório do Conselho Missionário Indigenista – o hoje tão vilipendiado Cimi, alvo de todas as maldições de parte dos interesses das *commodities* e do comércio internacional da carne.

Mas bendito seja o Cimi. Benditos sejam D. Tomás Balduino e D. Pedro Casaldáliga. Benditos sejam todos aqueles que, ao longo de nossa história, confrontaram os ditames da Carta Régia de 1808, que oficializou uma prática que, na verdade, desembarcou nas terras de Santa Cruz com os europeus.

Prática essa que alçou a heróis da Pátria genocidas como Raposo Tavares, Borba Gato e outros aventureiros que se distinguiram pela preação de índios, para fazê-los escravos.

Além de destruírem as reduções jesuíticas, que abrigavam milhares de índios, duma só feita, bandeirantes como Raposo Tavares capturaram no Paraná e levaram para São Paulo mais de 200 mil índios, contam os historiadores da minha terra.

Se glorificamos os genocidas do passado, como punir os torturadores do presente?

Quem serão os heróis do genocídio de hoje?

Saímos por Brasília e encontramos os magotes de índios pintados e descalços à espera de uma audiência com o Governo, que nós, da Base, elegemos.

Muito obrigado, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, a Srª Kátia Abreu deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Lúcia Vânia.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Kátia Abreu, que falará como Líder, por 20 minutos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, muito obrigada; colegas Senadores, a minha avó costumava dizer que é melhor ouvir certas coisas do que ser surdo.

O PIB deste trimestre, Srª Presidente, do Brasil inteiro, foi de 0,6% o crescimento do PIB no Brasil, mas as elites fazendeiras, como foram aqui mencionadas, inclusive do Estado do Paraná, produziram 9,5% do PIB no Brasil.

O Paraná contribuiu, com o terceiro lugar no valor bruto da produção, com o setor agropecuário, sendo um dos grandes responsáveis pelo sucesso do Estado do Paraná, graças aos produtores rurais, que não são elites fazendeiras de forma pejorativa, não. Os produtores do Brasil, assim como os do Estado do Paraná, merecem todo o nosso respeito, pois ajudam a empregar, junto com os produtores do meu Tocantins e de todo o Brasil, 37% da mão de obra deste País, garantem 40% das exportações brasileiras, produzem 25% do PIB do Brasil, e nós ainda temos que ouvir preconceito. Preconceito, na lei, é crime. E o que foi feito agora há pouco nesta tribuna é crime, tendo preconceito e usando palavras abusivas. Não parece que é Sena-

dor de um Estado como o Paraná. Não parece que representa o agro tão fortemente como aquele Estado.

Matar índios! Eu quero dizer ao senhor que os números do Ministério da Justiça e da Secretaria de Segurança Pública indicam que 92% das mortes dos índios no Mato Grosso do Sul foram causadas pelos próprios índios, numa guerra entre eles, estimulados por brigas de ampliações e demarcações de terras. Produtores rurais do Mato Grosso do Sul não são vândalos, irresponsáveis, nem bandoleiros. São homens de respeito e mulheres que ajudam a contribuir com 9,5% do PIB, que nós crescemos neste primeiro trimestre. Mato Grosso do Sul é um dos maiores produtores de pecuária deste País.

Nós não podemos aceitar calados. Esta Casa representa o Estado brasileiro, em que pese cada um de nós ter sido eleito por um Estado. Nós estamos vivendo uma volta à Idade Média, quando seres humanos se atracavam por conta de terras. Um Brasil continental, de 850 milhões de hectares, e sobram para os produtores rurais, menos de 30% é ocupado pelos produtores rurais; 27,7% é ocupado pela produção agropecuária do País. Mas o Cimi, a Funai, os santos e as ONGs querem exatamente as áreas de produção, do sul do Mato Grosso do Sul, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, do seu oeste do Paraná, do sul da Bahia, que são as terras mais agricultáveis do País. Pergunte se não demandam terras no Semiárido Nordeste, onde sofrem tanto aqueles produtores do Nordeste por falta de água e enfrentam a seca todos os dias.

Esse é um movimento manipulado, organizado contra a produção brasileira. Nós já tivemos um dia o MST; depois, nós tivemos o Código Florestal, e agora a questão indígena.

Nós só queremos perguntar aos brasileiros, aos nossos amigos brasileiros, irmãos: quando os homens e as mulheres do campo terão paz para trabalhar? É a única coisa que nós queremos, nada em troca. Não queremos medalhas pelo PIB; não queremos subir no pódio pelo PIB. Nós só queremos paz. Nós só queremos que o nosso direito de propriedade seja respeitado e que nós não possamos usar e ouvir da tribuna do Senado um ataque frontal ao setor e aos Estados que trabalham para contribuir com esses números que acabo de citar.

Srª Presidente, nós temos interlocução privilegiada na mesma altura do que representamos para a economia nacional. Esse é o tratamento que o Palácio do Planalto nos dá, esse é o tratamento digno que o agro merece. Se está com saudade do passado, é só dormir e sonhar para ver se volta ao passado! Porque este Governo, em que não votei, que não apoiei, mas

sou honesta e humilde o suficiente para dizer, tem dado a mão ao agro, tem compreendido o agro, não com benesses, não com bajulações; o Governo tem atendido o setor naquilo que ele precisa para continuar crescendo e produzir PIBs como nós produzimos no primeiro trimestre: 9,7% de crescimento, contra 0,6% do Brasil inteiro.

Sr^a Presidente, nós estamos vivendo uma repetição. Nós tivemos um período em que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama se tornaram órgãos não republicanos, defendendo e fazendo militância pró-ONGs e os Greenpeaces da vida. Deixaram de representar o Brasil e sucumbiram ao desejo e ao monopólio das ONGs, governaram por anos este País sem ordem, sem comando, sem direção; conseguimos reverter, e o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama retornam normalmente como órgãos republicanos. Nós tivemos um período em que o Incra era outro órgão militante, que representava o MST e a invasão de terras no País; nós estamos assistindo ao resgate do Incra como um órgão republicano. É apenas o que queremos da Funai, que a Funai continue cuidando, que continue zelando pelos índios, mas não pode virar militante do Cimi, militante de ONGs, militante dela própria, numa reserva de mercado, usando seres humanos humildes, muitos que sequer aprenderam a ler, com índices indicadores de mortalidade infantil, com gravidez na adolescência, com alcoolismo, com abandono promovido pela Dona Funai, que se acha um santuário intocável. Os dias da Funai, dessa maneira intocável de ser, estão chegando ao fim, porque o Brasil já chegou aqui com a Funai. Não são só os produtores de Mato Grosso do Sul, do sul da Bahia, de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul que já perderam a paciência e não aguentam mais tanta violência e truculência.

É a solução, é o Brasil inteiro, e vamos realizar a pesquisa nos próximos dias: o que o brasileiro das grandes cidades pensa das invasões de terra pelo MST, das invasões de terra pelos índios, provocando violência e morte. Nem os índios aguentam mais a Funai, nem os índios aguentam mais uma política falida, que não faz o seu dever de casa.

Por que não quer abrir a porta das aldeias para que possamos entrar? Tentem fazer uma pesquisa nas aldeias para saber se a Funai autoriza. Temos que entrar como clandestinos, porque é uma cortina de fumaça, uma barreira para que ninguém veja como os nossos irmãos índios estão vivendo. Nunca vi os defensores que estiveram nesta tribuna promoverem uma audiência pública no Senado para discutirem a saúde dos índios, para discutirem a educação dos índios, para perguntarem aos índios o que eles querem, porque nós, brancos, já moramos nas cavernas. E eu

sugiro a esse Senador que desceu daqui agora, porque também ele foi civilizado, ainda está em tempo de ele voltar para as cavernas, sem água, sem energia elétrica, sem esgoto sanitário, sem água tratada. Por que vamos querer um museu vivo no Brasil? Os índios merecem o nosso respeito, a nossa admiração como irmãos brasileiros, como qualquer um, mas eles querem o que toda pessoa inteligente quer: eles querem ser tratados com dignidade.

Eu recebi a Funai do Tocantins, que administra cinco Estados: Tocantins, Goiás, Maranhão, Pará e Mato Grosso. Entraram no meu gabinete em Brasília solicitando casas rurais para os índios, pedindo instrumento de trabalho para os índios, e eu não recusei. Ao contrário, fiquei emocionada com o pedido e vamos trabalhar para colocar as casas rurais, como os índios querem e a Funai da Regional do Tocantins.

Sr. Presidente, quero dizer que, no dia 14, sexta-feira, na cidade de Nova Alvorada, Mato Grosso do Sul, onde aconteceu toda a violência, nós estaremos lá fazendo um grande movimento, chamado Onde há Justiça há Espaço para Todos, promovido pela Federação da Agricultura, com apoio total do Governo do Estado, com todas as entidades de classe do Estado, não só rurais, mas as entidades urbanas, os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os Senadores da República que aqui estão, e vou dar o aparte neste momento.

Irão dezenas de produtores do Rio Grande do Sul, dezenas de produtores do Paraná e de Santa Catarina. Nós apresentaremos mais de 10 mil pessoas, num movimento civilizado, democrático, ordeiro, dizendo que nós não aguentamos mais! A única troca que nós pedimos: continuaremos produzindo mais PIB, mas nos dê de troco paz, nos dê de troco segurança jurídica.

Os documentos dos produtores estão em suas mãos. São titulados, escriturados pelo Poder Público. Ou será que a palavra do Estado brasileiro não vale nada?

Sr. Presidente, quero cumprimentar Eduardo Riedel, Presidente da Federação de Mato Grosso do Sul, que coordena os produtores daquele Estado, que está no sofrimento com todos os seus companheiros, dias e dias, semanas e semanas sem dormir, preocupado com a violência, porque não é isso que nós queremos.

Quero conclamar o Sr. Ministro da Justiça, Sr. Eduardo Omissso Cardozo, a cumprir a determinação da Casa Civil, que já pediu a suspensão das demarcações no Mato Grosso do Sul, e ele ainda se nega, depois das mortes, da violência, da queimação de casas, de máquinas e implementos. Ele ainda se recusa a cumprir o pedido e a determinação da Casa Civil. Já foi suspenso no Rio Grande do Sul. Já foi suspenso em Santa Catarina. Já foi suspenso no Paraná. É

terrível o sofrimento que viveram aqueles produtores! E o Senador pelo Paraná, que esteve aqui há pouco, nem sequer comentou o sofrimento dos paranaenses com as invasões indígenas.

Eu exijo, Sr. Eduardo Cardozo, que, antes do dia 14, eu lhe imploro que, antes do dia 14, o senhor tome as providências porque nós não vamos dar conta de segurar o movimento. As pessoas estão indignadas e revoltadas e não sabem para onde ir. São dezenas de fazendas sem reintegração de posse, invadidas por índios dentro das suas casas, usurpando o direito das pessoas. E, ainda por cima, a AGU e a própria Funai solicitam à Justiça Federal que suspenda a reintegração de posse. E a Justiça Federal resolve atender a AGU, resolve atender a Funai.

Pergunto onde estava a AGU, Sr. Ministro Adams, onde estava o Sr. Ministro Eduardo Cardozo, da Justiça, no dia em que desapropriaram Suiá-Missu, no Mato Grosso, onde oito mil pessoas, brasileiros não índios, foram colocadas na estrada, de forma desolada, agressiva, sem perspectiva, e estão morando até hoje debaixo de lona?! Não apareceu o Ministério Público para pedir a suspensão! Não apareceu o Sr. Eduardo Cardozo pedindo a suspensão!

O senhor não é Ministro da Justiça indígena. O senhor é Ministro da Justiça de todos os brasileiros. Cumpra sua obrigação, porque o senhor recebe salário do povo, salário público, para ser imparcial, para promover a ordem e a justiça no País. O senhor precisa responder aos brasileiros, que estão se sentindo injustiçados, Sr. Ministro da Justiça.

Quero aqui dar um aparte ao Senador Waldemir Moka, de Mato Grosso do Sul, que é um dos Senadores, assim como os demais, que têm acompanhado todo esse processo e feito um trabalho extraordinário, sobre-humano, para tentar resolver a situação.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Kátia Abreu, faço este aparte com tristeza, com tristeza porque isso era uma tragédia anunciada. Quero lamentar, inicialmente, a morte do índio e o outro que foi ferido. Mas também temos de nos lembrar dos produtores. Temos um vídeo em que um produtor foi amarrado, cortaram-no e ele se esvaiu em sangue. Aí não se dá a mesma repercussão; é isso que lamento. Há um estímulo nesse sentido. Agora há pouco, um colega, aqui da tribuna, fez esse papel. Parece que o produtor rural é o grande vilão dessa história. Estamos falando de Mato Grosso do Sul, onde não há grilagem de terra, não há invasão. São produtores que estão lá há 50, 60, 70 anos, são já a terceira geração. Eu vi isso. Uma vez me disseram-me: “Senador Moka, esta terra era do meu bisavô, passou para o meu avô e para o meu pai. Nós estamos aqui e não vamos sair.” Esse é

o medo que tenho. Algumas instituições – e o Cimi é uma delas – estimulam esse tipo de invasão, estimulam esse tipo de agressão. Invadem a propriedade e queimam a sede. Está bom, a sede é do produtor rural. Agora, queimar casa de peão, de capataz, queimar a casa de pessoas que trabalharam 20, 30 anos, para mobiliá-la: “E vai ficar por isso mesmo?” Nesse caso aí, não pode porque é índio, é intocável? Vá alguém fazer isso! Vamos ver o que vai acontecer. É isso que está errado. Vivemos no império da lei, tem de ter lei para todo mundo. A forma de acabar com isso, Senadora Kátia... Desde o ano passado, aqui, aprovamos uma emenda de R\$100 milhões, na Comissão de Constituição e Justiça. Sou um daqueles que acham que se cometeu uma injustiça com a população indígena, que acham que sim. Houve uma injustiça com os povos indígenas, mas essa injustiça, essa dívida é de toda a sociedade brasileira, e não de um único segmento, ou seja, do produtor rural. Não se pode, querendo fazer justiça, cometer uma injustiça. Então, é disso que estamos falando. Quero dizer a V. Exª que me sinto representado no seu discurso. Estou autorizado a falar pelo Senador Ruben Figueiró, e nós dois, aqui, estamos lhe hipotecando apoio neste seu discurso e agradecemos. Na verdade, farei um discurso amanhã – já estou inscrito para falar amanhã – para abordar a mesma tese. E digo mais: na sexta-feira, faremos uma grande mobilização de produtores, ordeira, mostrando que não queremos esse tipo de conflito; queremos uma solução. E a solução, se querem fazer com que as aldeias sejam aumentadas, é simples: coloca-se dinheiro no orçamento, desapropriar-se, e nós, os produtores rurais, poderemos ir para outros lugares para continuarmos produzindo, porque é isto que sabemos fazer: produção rural. Agradeço a V. Exª pelo aparte.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Senador Moka.

Sei o que V. Exª, o Senador Figueiró e o Senador Delcídio do Amaral estão passando, neste momento, com relação à insegurança no seu Estado. Quero aqui anunciar que, no Mato Grosso do Sul, hoje, há 66 fazendas invadidas por índios – 66 fazendas! Estamos aqui suplicando, porque isso vai virar uma guerra civil.

Num País deste tamanho, estamos agindo como primitivos, como bárbaros, graças à ausência da justiça do Ministério da Justiça. Quero lembrar que, de 1988, quando promulgamos a Constituição, para cá, já foram aumentadas as terras indígenas em 850%, são 14% do território nacional – 14% do território nacional! Não estou discutindo nem quero entrar no mérito se é pouco ou se é muito. Agora, com um Brasil deste tamanho, por que a União, com tantas terras devolutas, com tantas unidades de conservação, não pode desapropriar,

entregar para os índios essas áreas? Por que tem que ser uma guerra contra as elites fazendárias, como aqui disse o Senador Requião? Lembrando que, repito, no Estado dele, apenas o setor primário representa quase 20% de tudo o que o Paraná produz, sem considerar o agronegócio. É esse o troco, é essa a agressão que ele faz ao seu Estado.

O Estado do Tocantins, que faz 25 anos hoje, foi criado com a Constituinte. Nunca tivemos problemas com os índios na nossa terra. São dez tribos, muitos índios, dezenas e dezenas de índios, e nós nunca tivemos um problema. De 20 dias para cá, nós estamos assistindo, na nossa capital, Palmas, a passeatas, a movimentos dos indígenas do meu Estado, o Tocantins, a que nós temos o maior respeito, reivindicando a ampliação de áreas. Áreas que estão todas ocupadas pelos produtores rurais.

Eu não sei onde isso vai parar. No Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, com quatro ampliações neste momento, áreas invadidas. Nós estamos assistindo, de braços cruzados, ao início...

(Interrupção do som.)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – ... de um movimento e de uma situação sobre a qual nós estamos perdendo o controle.

Sr. Eduardo Cardozo, se acontecer mais uma morte, *(Fora do microfone.)*, eu vou atribuir a V. Ex^a essa responsabilidade. O senhor não pode ficar com esse ônus nas suas costas. O senhor é um homem político e tem carreira política. Tome uma atitude! Suspenda as demarcações em todo o País, coloque ordem na casa, obedeça à Casa Civil, que já determinou pelos estudos da Embrapa.

É tão simples, gente: o satélite identifica tudo! Existe uma leitura de satélite de 1960. Com a leitura do satélite, ano a ano, nós vamos saber se lá havia índio ou não. É tão simples!

Se, em 88, no dia 5 de outubro, aqueles índios estavam lá, a terra é deles! Qual o problema? Agora, graças a um laudo antropológico de um antropólogo, define-se e destrói-se a vida de centenas de pessoas num Estado que produz há 40, 50, 100 anos? Não, Sr^a Presidente, nós não podemos permitir que isso aconteça no Brasil. Um antropólogo, totalmente parcial, que define como área imemorial, nessa hora, com uma caneta só, sem discutir com ninguém. Se o Governo quiser indenizar os produtores, não pode, porque este antropólogo, de forma isolada, monocrática, decidiu que um terço de Mato Grosso do Sul é área indígena. Centenas e centenas de pessoas, empregos e empregos, produção e produção, e nada é feito.

Senador Sérgio, do Paraná, que vivenciou isso há poucos dias e sabe do que nós estamos falando.

O SR. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senadora Kátia Abreu, o tempo já está esgotado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É o último aparte, eu já encerrei.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – Sr^a Presidente, minha cara Colega, Senadora Kátia Abreu, o que estamos fazendo no Brasil hoje é buscar uma solução para um conflito que vivemos há décadas. O que estamos buscando é que não haja a usurpação de direitos estatuídos na própria Constituição. Nós temos uma reivindicação perante o Supremo Tribunal Federal, e agora, com a escolha do novo Ministro, o Ministro Barroso, pedimos a ele a agilidade necessária na apreciação dos embargos apostos no acórdão que julgou a Raposa Serra do Sol. Isso traz um parâmetro para deliberarmos, pelo menos a partir dali, trazermos uma solução do ponto de vista do Poder Judiciário, uma indução de solução. Mas eu gostaria de aqui hipotectar, Senadora Kátia Abreu, a minha total solidariedade a V. Ex^a, para dizer que, realmente, o Ministro da Justiça precisa tomar pé da situação, porque é da Pasta dele a competência. Mais do que isso, eu acho que temos de fazer uma política nacional para o índio, porque não basta dar terra para o índio, não é só terra que resolve o problema dele. O que o índio quer é um sustento, uma vida digna. Agora, colocar no noroeste paranaense, terras antropizadas há mais de uma centena de anos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – O índio paraguaio.

O Sr. Sérgio Souza (Bloco/PMDB – PR) – A maioria. Dos milhares que existem lá, não há uma centena paranaense; uns 2 ou 3 mil são paraguaios. Que peixe há nos rios? Que caça? Vão morrer de fome, pois não sabem plantar nem cultivar. Então, nós temos de criar uma política nacional para o índio e também garantir o direito à propriedade, que está colocado na nossa Constituição como um direito do cidadão brasileiro. Então, quero parabenizar V. Ex^a pela coragem, pela postura na defesa dos produtores rurais brasileiros.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Senador.

Obrigada, Sr. Presidente, Colegas Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem, revisão da oradora.) – Cara Presidente desta sessão, Senadora Lúcia Vânia, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, a impunidade, a incapacidade do Poder Público de conter a violência em nosso País, principalmente nas grandes metrópoles, cada dia

mais alarmante, são motivo suficiente para impedir a exclusividade de investigação pelas Polícias Federal e Civil, prevista na Proposta de Emenda à Constituição, a famosa PEC 37, de 2011, que deve ser votada no plenário da Câmara Federal no próximo dia 26 de junho, segundo agenda estabelecida pelo Presidente da Casa, Deputado Henrique Eduardo Alves.

Falo isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque, enquanto a polícia investiga os chamados “crimes de sangue”, sobrecarregados com as estruturas disponíveis, outras instituições, como o Ministério Público, devem ajudar, por exemplo, a acelerar os processos de investigação ambiental e de defesa do consumidor. Cabe lembrar que este Plenário aprovou, recentemente, o PL nº 132, relatado pelo Senador Humberto Costa, que regula as atribuições e garante maior autonomia aos delegados de polícia, nos inquéritos respectivos, os inquéritos policiais.

Eu discordo, sim, dos privilégios de uma instituição em detrimento de outra, pois acho que o corporativismo enfraquece a democracia. A polícia é instituição e peça fundamental para ajudar na solução do complicado “quebra-cabeça” da segurança pública do nosso País. Sou favorável, portanto, à colaboração inteligente entre as instituições, cada qual com sua especialização, habilidade, competência e prerrogativa.

Esforços conjugados possibilitam maior solução de problemas, sobretudo na nossa complexa estrutura social. Por isso, defendo a autonomia do Ministério Público para realizar investigações, assim como também considero relevante o papel de investigação feito hoje por uma instituição importante, da qual participei honradamente há 40 anos: a imprensa. Estou falando de complementação de atuações, colaboração de trabalho, equipes e estruturas, sem substituições.

Sou favorável, sim, à autonomia de outros órgãos importantes para as investigações de crimes na Administração Pública. Cito os casos da Receita Federal, do Banco Central do Brasil, da Controladoria-Geral da União e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. São instituições que cumprem a lei e ajudam, dentro dos limites previstos e legais, a resolver problemas e desvendar crimes, sejam quais forem, sem partidarismo, ou corporativismo, ou ideologia.

Cito alguns exemplos. No caso, aqui, faço questão de referir os dados publicados no jornal *O Globo*, do último fim de semana, pelo colunista Merval Pereira, demonstrando a importância do trabalho do Ministério Público no combate a crimes financeiros, segundo o Procurador-Geral do Banco Central, Isaac Sidney Menezes Ferreira, citado na publicação.

A obrigação legal de informar ao Ministério Público os indícios de crimes fez com que mais de 16 mil comunicações tenham sido feitas pelo Banco Central. Além disso, a lei permite a atuação do Banco Central nas ações penais iniciadas pelo Ministério Público. Atualmente, 55 processos estão em andamento. Por isso a importância de manutenção da atuação compartilhada, colaborativa.

Outro exemplo é o caso da adulteração do leite com formol, ocorrida no meu Estado, o Rio Grande do Sul, e em outros Estados, como Goiás. A participação do Ministério Público foi fundamental para a solução do caso e a prestação de contas aos consumidores.

Ontem, recebi a visita de dois procuradores: o Chefe da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, Dr. João Carlos de Carvalho Rocha, e, do Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul, Dr^a Fabíola Dörr Caloy.

No encontro, os representantes do Ministério Público apresentaram dados sobre a sobrecarga das autoridades policiais nas investigações penais, que limita a solução de crimes e a eficiência das apurações, especialmente nas grandes capitais do País e áreas metropolitanas, onde as ocorrências são muito maiores.

Pesquisa sobre o inquérito policial, feita em Porto Alegre, capital do meu Estado, também no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e aqui no Distrito Federal, apontou deficiências da polícia nas investigações criminais. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, de 3.167 registros de homicídio em 2005, a maioria (92,5%) chegou ao Ministério Público somente quatro anos após o fato. Desses, apenas 111 (3,8%) foram levados ao Poder Judiciário por meio de denúncia. São dados preocupantes que afetam a percepção social sobre a segurança pública.

Como contraponto, cito os argumentos de Roberval Fernandes, um morador de Niterói, no Rio de Janeiro, que se manifestou em relação aos impactos da PEC nº 37 nas instruções criminais. Segundo ele, tanto o Ministério Público quanto a polícia têm péssimo desempenho na condução dos inquéritos.

A Polícia Civil não dispõe de efetivo necessário para a condução de investigações e, segundo esse morador do Rio de Janeiro, o Ministério Público, em muitos inquéritos que são devolvidos às delegacias, também enfrenta limitações que resultam em morosidade e falta de sintonia nas investigações, com graves prejuízos à sociedade.

Hoje à tarde tive uma reunião importante com membros da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, aqui em Brasília, na sede da instituição, quando agendei uma reunião com a Dr^a Cátia Gisele Martins Vergara, Promotora da 2ª Promo-

toria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social. Ali, junto com o Vice-Presidente da Associação do MP do Distrito Federal, Dr. Trajano Souza de Melo, e da Ouvidora-Geral, Dr^a Maria Rosinete de Oliveira Lima, além de outros promotores, procuradores, homens e mulheres. Aliás, Senador Pedro Taques, na instituição aqui do Distrito Federal, dos 10 presentes, eram 6 mulheres e 4 homens. Fico feliz porque, do gênero que tanto defendemos, as mulheres estão bem representadas.

O que ouvi naquela reunião do MP do Distrito Federal foi a atuação exemplar da Ouvidoria. Aliás, a Ouvidora foi da Polícia, o marido é um delegado. Ela me relatou casos de efetividade que vão bater às portas na última instância em que encontra a sociedade e o cidadão para denunciar violência contra a mulher, abuso sexual de um paciente deficiente físico dentro de um hospital público, Senador Pedro Taques, ou abuso contra o consumidor em instituição privada de ensino aqui no Distrito Federal. Ações imediatas que envolvem o direito do cidadão, a cidadania.

Se a PEC nº 37 for aprovada a sociedade vai ficar desprotegida, porque essas ações não serão feitas, Senador Pedro Taques, não serão feitas para atender à demanda da sociedade. É exatamente essa ação, que protege o cidadão, protege a cidadania, que pode estar sendo violentada, acabada, anulada, aniquilada se a PEC for aprovada.

Vemos geralmente fatos lamentáveis sobre aumento da criminalidade e da violência no País, inclusive a violência doméstica, que atinge crianças, mulheres e idosos. Basta lembrarmos o caso do auxiliar de manutenção Eduardo Paiva, de 39 anos, covardemente executado, em plena luz do dia, em bairro nobre da cidade de São Paulo, mesmo após implorar de joelhos para não ser assassinado. O fato, flagrado por câmeras, na semana passada, motivou reportagem especial da Revista *istoÉ* sobre as dificuldades das autoridades policiais e do poder público para diminuir os números da insegurança no País. O jovem assassinado deixou dois filhos órfãos e engrossou as estatísticas crescentes da violência nas grandes metrópoles. A notícia teve repercussão nacional e internacional.

Também por isso defendo o papel apartidário e republicano das instituições, seja do Ministério Público, seja da polícia.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senadora Ana Amélia, a senhora está vendo aquela parte escura do plenário ali? Imagine se um marciano desça de uma corda agora. Esse marciano vai ouvir a senhora e vai pensar: nós estamos na Suíça, nós estamos na

Irlanda, na Finlândia, onde não existe corrupção. Nós vivemos em um dos países mais corruptos do mundo. E como nós poderíamos dispensar uma instituição de investigar quando se diz, no mundo todo, da universalização da investigação? Eu não vejo outra justificativa a não ser vingança em relação ao trabalho que vem sendo feito pelo Ministério Público. O Ministério Público comete erros? Sim, como Senadores da República, como políticos, como policiais. Agora, você não pode penalizar uma instituição em razão do erro, da prática de crimes, de ilícitos por membros dessa instituição. Se isso fosse feito, nós teríamos que fechar o Congresso Nacional, porque o número de políticos que cometem crimes é muito maior que o número de membros do Ministério Público que porventura violam a lei. Nós não podemos – não podemos, Senadora Ana Amélia! – jogar a criança junto com a água suja quando lhe damos banho. Esse marciano vai subir na corda. Nós vivemos no Brasil, onde a corrupção campeia, a corrupção grassa entre as instituições. E, agora, com a justificativa de dar exclusividade à polícia, nós vamos impedir que uma instituição venha a investigar. Nós temos que nos recordar também do prejuízo fiscal, do prejuízo para os Estados, porque as Receitas Estaduais e a Receita Federal também investigam, através de procedimentos próprios, para estabelecer as multas tributárias. Elas investigam. Qual é o prejuízo que isso ocasionará nas receitas estaduais? Temos que levar isso em conta. Criminosos, quem comete ilícitos, existem em todo lugar. E nós não podemos acabar com a instituição com a desculpa de que o Ministério Público não pode investigar. Eu quero avisar ao marciano que está nos ouvindo que nós moramos no Brasil. Aqui não é a Suíça.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Pedro Taques. A pior decisão é aquela feita sob emoção e com espírito de vingança. Eu tenho dito que há muita reação política quando...

Considero a imprensa e o Ministério Público duas instituições irmãs siamesas no processo de fazer a divulgação desses atos, os chamados malfeitos da nossa sociedade. Então, penso que a defesa da PEC nº 37 vai contribuir negativamente para a restrição de direitos da sociedade.

O poder de investigação desses órgãos precisa ser mantido para a modernização e o desenvolvimento do nosso sistema democrático.

Aprovar a PEC nº 37 é o mesmo que criar um Estado policial, sem controles externos, burocrático, tornando o Ministério Público um mero repassador de provas ao juiz.

Manter a autonomia – conquistada ao longo das últimas décadas – para realizar investigações crimi-

nais, no caso do Ministério Público, é premissa para o fortalecimento do Estado democrático de direito. Não fosse essa prerrogativa, não existiria o inquérito que resultou no independente julgamento da famosa Ação Penal nº 470 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mais conhecida como Ação do Mensalão.

Ainda que tenham sido 8 dos 11 Ministros do STF indicados pelo Governo atual, do Partido dos Trabalhadores, a maioria dos magistrados da Suprema Corte deste País preferiu escolher o caminho da independência e constatou a existência, realmente, no caso desse inquérito, dessa denúncia, acolhendo-a. E está em julgamento, mesmo desagradando os autores dos crimes de lavagem de dinheiro.

Graças também ao trabalho da imprensa e do Ministério Público, 25 dos 37 acusados saíram da condição de réus para ocupar a posição de condenados. Não fosse essa colaboração democrática, não teríamos conhecimento sobre o desvio de recursos públicos, de dinheiro dos impostos do povo brasileiro, usados ilicitamente para alimentar um esquema de compra de apoio no Congresso, montado, claro, por parlamentares, banqueiros e donos de agência de publicidade.

Nos últimos dias, as interações na minha página nas redes sociais, mais especificamente na minha página e nos meus perfis no *Facebook*, demonstraram a preocupação da sociedade com o fortalecimento das instituições. Em *post* relacionado à PEC nº 37, no qual informei sobre minha presença no ato contra essa proposta, no último dia 24 de maio, mais de 25 mil internautas interagiram na página. Entre os que comentaram, mais de 90% se posicionaram contra a PEC nº 37, a PEC da impunidade, que atribui exclusividade à Polícia Federal e à Polícia Civil para investigar crimes e limitar o poder de atuação do Ministério Público.

Boa parte da população já percebeu que a autonomia para investigar crimes, por exemplo, aumenta as chances de solução de delitos. Por isso insisto no fortalecimento do Ministério Público, nas diferentes áreas de atuação do órgão (federal, trabalho, militar), e na autonomia das instituições competentes para realizar investigações criminais. Qualquer interferência contrária é um retrocesso, um descompasso em relação à lógica da cidadania e da moralidade.

Como jornalista que fui durante mais de 40 anos da minha vida profissional, não posso admitir qualquer tentativa de amordaçamento do Ministério Público nem de outras instituições fundamentais para os debates democráticos.

Investigações importantes e recentes puderam ser elucidadas, pois as autoridades competentes coletaram maior volume de dados e informações sobre crimes

bárbaros e lamentáveis. Portanto, reforço aqui meu pedido para que os Deputados Federais considerem esses argumentos antes de deliberar sobre PEC nº 37.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Ana Amélia, a Srª Lúcia Vânia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Meu caro Líder Eduardo Braga, V. Exª seria o próximo se não tivesse chegado o Senador Magno Malta, que está inscrito anteriormente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Antes de conceder a palavra ao Líder Magno Malta, pela ordem, o Líder do PT, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para ler um requerimento apresentando condolências à família do Pastor José Neto, falecido no último dia 7 de junho.

Senador Magno Malta, o Pastor José Neto foi Secretário, Vice-Presidente e Presidente do Conselho de Ética da Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Estado do Piauí. Foi também Presidente da Comissão de Temário da União de Membros da Assembleia de Deus do Nordeste e Vice-Presidente do Conselho de Ética da Convenção Geral das Assembleias de Deus do Brasil.

José Neto era natural de Campo Maior, no Piauí, e dedicou desde cedo a sua vida ao evangelismo e ao pastoreio de igrejas. Antes de assumir a liderança da Assembleia de Deus em Teresina, há 15 anos, o Pastor José Neto liderou igrejas em Parnaíba, Picos, Campo Maior, Guadalupe e União.

O Pastor faleceu aos 81 anos, por volta das 13h30, em Teresina. Ele comemoraria 82 anos no próximo dia 26. É uma pessoa com quem tive o privilégio de conviver. Um homem decente, um homem que, com certeza, estava muito além da sua missão na sua igreja.

Então, gostaria de transmitir à D. Nair, sua esposa, e a toda a sua família essas condolências em nome do Senado Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Senador Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 608, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 221, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam apresentadas condolências à família do Pastor José Neto, falecido no último dia 07 de junho.

Justificação

O Pastor José Neto foi Secretário, Vice-Presidente e Presidente do Conselho de Ética da Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Estado do Piauí (CEADEP).

Ele foi também presidente da Comissão de Temário da União de Ministros da Assembleia de Deus do Nordeste (UMADENE) e Vice Presidente do Conselho de Ética da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB).

José Neto era natural de Campo Maior (PI) e dedicou desde cedo a sua vida ao evangelismo e ao pastoreio de igrejas. Antes de assumir a liderança da Assembleia de Deus em Teresina, há 15 anos, o pastor Neto liderou as igrejas em Parnaíba, Picos, Campo Maior, Guadalupe e União, dentre outras.

O Pastor faleceu aos 81 anos por volta das 13h30, em Teresina. Ele comemoraria 82 anos no próximo dia 26.

O Pastor deixou esposa, a Srª Anair Ribeiro.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013. – Senador **Wellington Dias**, (Líder PT).

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

Com a palavra o Senador Magno Malta, pela Liderança do PR, pelo prazo regimental.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Senador Wellington, quero me juntar a V. Exª nesse voto de pesar. Esse homem de Deus, que eu conheci, estava muito além do seu tempo. Sendo um pregador do Evangelho, imaginem quantas vidas esse homem tirou do gueto, do buraco, da escuridão, a quantos devolveu a vida. São centenas de alcoólatras, de pessoas desesperadas que conheceram a vida pela instrumentalidade desse homem. Portanto, eu sei que o Estado está enlutado. Eu também me sinto enlutado, como V. Exª, e me junto a V. Exª nesse voto de pesar à família, evangélica e não evangélica, do Piauí, que chora a perda desse homem tão decente, desse homem de Deus de que V. Exª acabou de falar.

Sr. Presidente, eu vou dividir o meu tempo em duas partes. Eu vou tratar de dois assuntos absolutamente importantes.

Senador Pedro Taques, nós estávamos juntos, agora, na Comissão do Código Penal, e eu quero aqui ser testemunha do esforço que V. Exª, como Relator, tem feito para reunir essa comissão. Quando a comissão foi indicada, ficou todo mundo doido para entrar nela. Desapareceu todo mundo, sumiu tudo. É a comissão para discutir o novo Código Penal. Eu tenho que falar isto para o Brasil.

O nosso Código Penal vigente é um ancião desequilibrado. E a Comissão de Notáveis propôs um novo Código Penal que é um jovem mais desequilibrado ainda.

E V. Exª, com seu esforço... E o debate hoje foi absolutamente importante – lá estava o Senador Aloysio, o Senador Pimentel, eu, o Senador Suplicy, V. Exª – para debatermos a questão prisional no Brasil. Foi um debate absolutamente importante. Eu quero parabenizar V. Exª pelo esforço que tem feito, Senador Pedro Taques.

Volto a bater na mesma tecla. Há aqueles que dizem que eu sou músico de uma nota só. Mas eu sou um homem de causa, Senador Pedro Taques. E quando eu abraço uma causa, principalmente causas que causam dor e sofrimento à sociedade brasileira, eu ponho nela minha vida, o meu coração, as minhas energias, porque um homem é a sua crença, e eu sou as minhas crenças, eu sou aquilo em que acredito.

Eu me lembro de que, quando presidi a CPI do Narcotráfico – eu era Deputado Federal, junto com o Senador Wellington –, eu me senti como João Batista, a voz que clama no deserto. Eu falava sozinho e era, muitas vezes, ironizado pelo pessoal dos direitos humanos, gente que, para mim, entende que os humanos é que não têm direito. Quem defende as posições que nós defendemos o que está fazendo senão defender os direitos humanos?

Eu tenho cruzado o País ao longo desses anos falando da redução da maioria penal. É uma pena que aqueles que não acreditam em redução da maioria penal não apareçam para fazer o debate.

Noventa e seis por cento da população brasileira vive a sua angústia, o seu sofrimento, a sua dor, o seu choro, vive o luto, o desespero, a angústia, a agonia de não saber se volta, de não saber se pode ir, porque as ruas foram tomadas por facínoras, homens travestidos de crianças, armados até os dentes, sem piedade, sem dó.

A moda agora, em São Paulo, é um litro de álcool para botar fogo nas vítimas. Senador Armando Monteiro, V. Exª, que é empresário, sabe como vivem os geradores de honra neste País – porque quem gera emprego gera honra, gera dignidade –, com carro blindado, cheios de segurança, porque ajudaram a cons-

truir um país e a construir dignidade para as pessoas, mas perderam o direito de ir e vir.

Senador Pedro, *A Gazeta*, jornal do meu Estado, no dia de hoje, traz o Secretário de Segurança dizendo que a lei estimula menores no crime. É meio tímido, mas já é alguma coisa, porque o meu Estado é o segundo mais violento da Federação. É um Estado pequeno, e são quase 21 mil homicídios nos últimos dez anos. É muito para um Estado do tamanho do Espírito Santo.

E nós estamos como que clamando por uma política de segurança pública no meu Estado. E veja só, por que isso? Aqui, estão de costas.

Pode mostrar.

A sociedade não tem nem direito, sabem por quê? Porque a lei dá tanta cobertura, Senador Armando, que nem o rosto do assassino se pode mostrar. Um homem, um macho, como falamos no Nordeste, um macho travestido de criança, porque criança chupa chupeta, dorme no berço, faz xixi no colo da mãe, mas uma criança, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, que porta uma arma, que sequestra, que mata, que estupra... E aqui está: "Assassinos da balconista queriam dinheiro para comprar uma bicicleta". Esses três aqui. Assassinar uma balconista. Todos eles considerados pela lei como meninos de menor idade: um de treze, um de catorze e um de quinze anos. Nós vamos ficar parados assistindo a isso?

Eu tenho cruzado o País. No final de semana próximo passado, eu fiz um debate nas grandes emissoras de rádio do Rio e nas grandes emissoras de São Paulo, encerrando, ontem, numa emissora em São Paulo. Para minha surpresa, quando saí da emissora de rádio, passou uma moto e o moleque suspendeu o capacete e falou: "Olha, você tem a língua grande demais!" Falou para mim.

Isso não vai me intimidar, nem vai me parar. Mas nós vamos ficar assistindo? E eu volto a falar aqui, Senador Wellington, que ouvi uma entrevista do Ministro Gilberto Carvalho dizendo que o Governo é contra. Sim, Sr. Ministro, mas qual é a solução? O Governo é contra. "Nós somos contra". Mas qual é a solução? "Nós somos contra a redução, sim". Mas temos saída? "Nós somos contra". Isso é brincadeira!

A sociedade está chorando, sofrendo, e a angústia que me bate é a seguinte: 96% da população está dizendo "Ei, eu elegi vocês. Eu votei em vocês para me representarem, para sentirem minha dor, para sentirem o meu sofrimento. Nós estamos chorando, perdemos as ruas, estamos de luto. Há um caixão no meio da sala. Tem gente sendo enterrada hoje e vocês estão aí discutindo o sexo dos anjos!"

Não, mas o Senado está debatendo. Debatendo o quê? Reduzir de 18 para 16? Isso é brincadeira de

mau gosto. Dezesesseis anos é homem do mesmo jeito. O que é isso? Eu já tive dezesesseis anos e tive dezoito. Não mudou nada a partir dos 14, dos 13. Ora, com doze anos, na frente do computador, se desmoraliza o computador com um *mouse* na mão. Com 16 anos de idade, você muda as cores da bandeira e o hino do seu país. Aqui, pode-se votar.

Ora, ontem, em São Paulo... Cadê o Senador Suplicy? Ontem, em São Paulo, Senador Armando... Ei, Senador Wellington... Ontem, em São Paulo, invadiram uma pizzeria e saíram atirando, com as pessoas comendo, em família. A família está chorando agora, tem um caixão no meio da sala, e nós não estamos fazendo nada?

Cadê o Senador Suplicy? Aqui, em Brasília, "Professor francês é morto a paulada na Vila Planalto". Sabe quem foi? Um homem travestido de criança também.

Eu podia trazer tanta coisa aqui hoje, mas o meu coração se angustia tanto, tanto, tanto, tanto...

Eu me lembro de que, no meu Estado, na época do Governo do PT, o Governo Vitor Buaiz, Senador Wellington, o ex-Governador Vitor Buaiz, que é do seu Partido... Foi a primeira vez que eu vi um projeto de segurança pública. Eles criaram a chamada Polícia Interativa, que era uma coisa muito simples, mas que deu certo. A ONU, inclusive, faz uma menção a essa tal Polícia Interativa agora, à chamada Polícia Interativa do Espírito Santo. E, depois, o Corredor de Segurança, que foi criado no governo do então Governador José Ignácio. E o atual Governador, Renato Casagrande, era Vice-Governador de Vitor Buaiz. Ora, se essa chama toda de violência no Estado do Espírito Santo ninguém está conseguindo apagar ou aplacar, por que não copiar o que deu certo lá atrás? Ele era vice-governador. Pelo menos copia essa tal Polícia Interativa para a sociedade sentir que há uma presença ostensiva na rua.

A minha proposta — eu vou repetir para o Brasil — é esta que está na minha camisa: redução da maioria penal já!

Senador Wellington, eu estava sendo entrevistado agora pelo Armando que, como todos que me entrevistam, me fez a seguinte pergunta: "Mas o senhor não acha que pegar uma criança e colocar dentro do presídio é muito temerário?" De quem nós estamos falando? Do meu sobrinho que tem cinco anos ou de um macho de 17 que estupra, mata, sequestra? Deixa eu falar uma coisa: eu não estou falando disso. Eu não estou falando disso. Até porque o cara que está no presídio é que tem medo dessa criança, tem medo de essa criança ir para lá e matá-lo dormindo. "Mas não é disso que eu estou falando". Aí eles dizem: "Mas o senhor não sabia também que as cadeias estão cheias,

lotadas? Faz-se a redução da maioria e vai-se colocá-las onde?”

Vamos raciocinar no pior dos mundos. O senhor, que é ex-governador e um ser humano, independentemente disso, o senhor leu e está vendo essa violência toda, e é sensível, até porque eu e V. Ex^a temos debatido esse assunto pessoalmente. O sujeito estupra uma mulher dentro de um ônibus, uma mulher de 30 anos, chorando, com um revólver na cabeça, com todo mundo olhando... Eu fiquei imaginando se aquilo fosse... Imagine se fosse a mãe de um de nós! Imagine as emoções dessa mulher agora, o psicológico dela, o sofrimento da família, a angústia, sua desmoralização por um homem de 16 anos, no alto da sua lascívia, da sua concupiscência, da sua tara sexual, invadindo, violentando uma mulher dentro de um ônibus! Quando a Polícia vem, “tira a mão de mim que eu sou menor!” Menor é uma ova!

Quem comete crime tem que responder pelo crime que cometeu. Mas a lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, diz que ele tem esse direito. Deus me acuda! Diz a ele: você tem direito de estuprar. Faz isso. Mata, sequestra, invade o banco, faz a sacanagem que você quiser, porque ninguém pode com você.

Você sabe quem é que está precisando de direitos humanos, Senador Wellington? Essas famílias que estão lá velando o corpo, chorando agora. Ninguém vai visitá-las. Agora, para defender bandido, meia dúzia se apresenta.

Eu tenho a proposta. Eu tenho a proposta, Senador Armando. Eu tenho a saída. Eu não estou falando em Funabem e Febem. Não estou falando nada disso, Senador Pedro. Estou propondo o seguinte... Porque discutir reduzir de 18 para... Quero pedir à sociedade que me ouve agora que não aceite essa palhaçada. Reduzir de 18 para 16 é brincadeira, é tentar inventar uma mentira inteira como se fosse meia-verdade para a sociedade. Não aceitem! Entrem nas redes sociais, venham para o Senado, mandem *e-mail* para cá, vamos torpedear e criar um grande burburinho para que façamos isso imediatamente! “Não, mas isso é cláusula pétrea, e não se pode mexer numa cláusula pétrea.” Pode não? Quer dizer que a sociedade agora vai ficar enlutada o tempo inteiro porque o texto diz que não pode? Quem escreveu o texto? Não foi o homem? O homem que escreveu que mude o texto. A sociedade só não pode estar vivendo e passando o que está passando agora. Olha só: vai resolver? Não. A violência é um motor muito forte, que está muito acelerado no Brasil, mas, ao fazer a redução da maioria penal, nós tiramos a roda dentada mais importante desse motor e ela vai capengar daqui para a frente.

Estou propondo o seguinte... A minha proposta, repito, não tem faixa etária. “Ah, mas, nos Estados Unidos, que é desenvolvido, é 7 anos; na Bolívia, que está perto de nós, 14; em Bangcoc é 4; em quase toda a Europa é 13, 12, até 16”. Senador Armando, experiência é igual a dentadura: só cabe na boca do dono. Essa é a deles; vamos ver qual é a nossa. Nós temos uma realidade diferente da deles. Então, o que estou propondo? Qualquer cidadão brasileiro que cometer crime de natureza hedionda – há um elenco de crimes que não são hediondos, não é, Senador Pedro? Estou perguntando a ele porque ele é professor. Há um elenco de crimes que não são hediondos – perde a menoridade e é colocado na maioria para pagar as penas da lei e pronto! O que você está querendo dizer? Estou querendo dizer o seguinte: se um menino que estiver mamando no peito da mãe, com 30 dias de nascido, ainda enroladinho, der um pulo, saltar do braço da mãe, pegar uma escopeta e entrar no banco atirando, ele vai perder com 30 dias de nascido. É isso que estou falando, para que se possa entender. Mas nós vamos colocá-los onde? Nós não vamos produzir esgoto de gente que hoje só tem esgoto. Lá no meu Estado, esse negócio de prisão de menor, ressocialização, isso é conversa. Não ressocializa ninguém! É esgoto de gente mesmo. A minha proposta é a seguinte: fica o Estado obrigado, no período de um ano, após a promulgação da lei, a construir centros de ressocialização para formação de campeões de esporte de alto rendimento no País. Realmente nós vamos ressocializar.

Quem é que pode instruir esses esportes de alto rendimento? A Marinha, o Exército e a Aeronáutica, que disputam as Olimpíadas das Forças Armadas no mundo. Têm esportistas graduados em esporte de alto rendimento. Todos eles. Vamos criar um centro de esportes de alto rendimento, e três coisas vão acontecer: esses meninos serão triados de acordo com a vocação e com o biótipo para o esporte, ou seja, vôlei, vôlei; basquete, basquete; jiu-jítsu, jiu-jítsu; boxe, boxe. Eles terão um privilégio, porque o esporte de alto rendimento suga as energias, e as artes marciais têm filosofias que educam o indivíduo.

Em segundo lugar, eles vão ter grupos de terapia educacional, que será feita nos finais de semana com as famílias, ou seja, esses meninos, independentemente de serem pobres, ricos ou de classe média, porque não me venham com essa história. Toda vez que se fala disso “é porque os pobres...” Que pobre! Essa violência está no meio dos ricos, de todo mundo. Todos estão fazendo isso, e tudo quanto é desgraça querem colocar em conta de pobre!

E terão estudo obrigatório. Lá, não teremos nem cubículo e não teremos nem beliche. O que vai acon-

tecer? Se a família de um menino desses tiver envolvimento com o crime, o juiz vai determinar um tutor de formação religiosa e psicológica, que vai adotá-lo até o cumprimento da pena, juntamente com assistente social. Ele pode entrar na sexta-feira e ficar com esse menino até no domingo à tarde. Se a família não tiver envolvimento com o crime, o juiz determina esse tutor também, mas a família – a mãe, o irmãozinho, o pai – pode entrar na sexta-feira e ficar com ele até na segunda-feira, porque vamos criar um centro de ressocialização, e não esgoto, penitenciária, que faz esgoto de seres humanos. Vamos virar um exemplo para o mundo. O mundo vai querer nos copiar.

Hoje mesmo recebi um telefonema de um Ministro – vou guardar o nome dele para mim –, que disse: “Eu estava em Portugal. Lá, eles fizeram até 16 anos. Eu te dei essa dica, mas estão arrependidos. Falaram para nós, para a comitiva da Presidente. Estão lá todos doidos para tirar essa história de 16 anos e procurar uma solução muito abaixo disso.”

É verdade. Eu sei disso. E nós temos como fazer isso nesse momento. “Toda a vez que acontece uma crise, tentam fazer uma lei.” Que crise? Quando esses homens travestidos de criança começaram a matar?

O Estatuto da Criança e do Adolescente tem quantos anos de vida? Vai fazer 22, autorizando matar, sequestrar, estuprar. Isso é ocasional? Ainda que fosse, se fosse ocasional, justificaria vingar o estupro daquela mulher no ônibus no Rio de Janeiro; esses que morreram ontem, na pizzaria em São Paulo; essa balconista assassinada por dois homens, um de 13 de outro de 14 anos, no meu Estado, ontem? Isso é lamentável. Isso é lamentável!

Por isso, Senador Armando, eu pretendo cruzar o Brasil inteiro.

Eu queria solicitar a V. Ex^a, que é ligado ao pessoal da indústria: peça a eles que façam esta camisa e que mandem o povo vestir, os funcionários, a comunidade onde está a empresa. Peça a eles que façam um adesivo com isto aqui para colocar no carro: Redução da Maioridade Penal Já.

Senador Armando, V. Ex^a sabe quantos empresários já morreram disso, geradores de honra, de emprego, de dignidade, quantos funcionários em pontos de ônibus foram assassinados?

Vamos juntar aqui, irmão! Vamos juntar aqui. Vamos levantar este País. Nós precisamos fazer isso hoje, agora, em nome da dignidade humana, em nome dos nossos filhos, em nome dos filhos de todos, porque os filhos de todos são filhos nossos num momento como esse; em nome do futuro deste País, porque criança não é futuro. Criança é presente. Ou você cuida do presente, ou não teremos futuro.

Eu lamento profundamente, encerrando a minha palavra sobre isso, que o meu Estado não tenha essa política.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Ainda há esse enfrentamento, a necessidade de se ter criatividade, políticas criativas no sentido de trazer a sociedade para dentro. É muito fácil fazer discurso: “O problema do Brasil é a educação.” Não acho, não. Não acredito nesse discurso. Para mim, é falácia. É mentira. Educação, por quê? Professor não tem obrigação de educar filho meu. Professor tem obrigação de educar o dele; e eu, o meu. Escola abre janela para o conhecimento, mas professor educa o dele, e eu educo o meu. “Vou botar lá para educar na escola.” Que educar?! Que história é essa?! Nós precisamos chamar a família para dentro.

Eu quero encerrar meu pronunciamento.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Dê-me só um minuto, Sr. Presidente, em nome do pessoal lá de Curitiba, que fez uma marcha para Jesus, com mais de 100 mil pessoas, uma marcha maravilhosa.

E eu quero dar uma informação, que V. Ex^a sabe, mas, depois, parabeneze-os, quando vier à tribuna: não houve uma ocorrência policial na Marcha para Jesus em Curitiba. Na Marcha para Jesus no seu Estado, não havia um papelote de cocaína no chão. E digo mais: não havia uma latinha de cerveja no chão e não havia resto de maconha no chão. Ninguém foi desmoralizado. Não houve gesto obsceno lá, a exemplo do movimento que aconteceu aqui, na quarta-feira, Senador Wellington. Lideranças do seu Estado estavam aqui, V. Ex^a sabe, em favor da liberdade religiosa. A mídia sempre tenta distorcer. Ninguém fez evento para enfrentar homossexuais. Nada disso. O evento foi para mostrar que nós conhecemos nossos direitos, pagamos impostos e podemos ser a favor de qualquer coisa, a favor de algo ou contra.

Esse movimento que aconteceu na quarta-feira, com o comando de toda a liderança...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu quero convidar V. Ex^a. Não sei se V. Ex^a esteve na marcha de Curitiba. Se não esteve, está convidado para comparecer à próxima. V. Ex^a deve ter tido um compromisso importante para não ter estado, mas eu sei como V. Ex^a preza esse povo da paz no seu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Mas, da minha assessoria, pelos menos uns três estavam presentes.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E deram a V. Ex^a um bom relatório?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com certeza.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – No dia 29, vai acontecer a Marcha para Jesus em São Paulo. Se tudo der errado, teremos três milhões lá. Não vai haver um assassinato, ninguém vai bater carteira, não vai ficar bagana de maconha no chão, nem papete de cocaína. Nem camisinha vai ficar no chão. Não haverá um gesto obsceno e também não haverá ocorrência policial.

A Marcha para Jesus acontece há vinte e um anos.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Começou com o Apóstolo Estevam Hernandez e com a Bispa Sônia. Quero cumprimentá-los e abraçá-los.

Estive com eles no domingo, na Santa Ceia, lá na igreja. Graças a Deus! Uma multidão de jovens cantando, pulando, felizes, abraçando pai e mãe com uma Bíblia debaixo do braço, e esse povo é ridicularizado como otário, porque anda com a Bíblia debaixo do braço. Quem não é otário anda com uma arma na cintura, anda bêbado e planejando assaltar os outros. Mas quem anda com a Bíblia é otário.

Então, teremos uma marcha com três milhões de otários, dia 29. Convido o Brasil, nesses vinte e um anos. No dia 16 de outubro, a marcha vai acontecer na Galileia, em Jerusalém. Essa marcha acontece no mundo inteiro, mas a do Brasil é a maior do mundo.

Conclamo todos para a marcha pacífica, da paz; a marcha para Jesus, conclamando a vida, conclamando o enfrentamento às drogas, ao álcool, ao sofrimento, e pregando...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Encerro, agradecendo o tempo que V. Ex^a me concedeu para que eu pudesse fazer esse desabafo – que vou fazer todo dia. Esta aqui é a camisa. Todo dia.

Presidente, faça esta camisa. Mande sua assessoria vesti-la, porque V. Ex^a é da luta. V. Ex^a está engajado nisso aqui. O seu Estado sabe, e eu sei, porque temos falado nesse assunto.

João Claudino, mande o Armazém Paraíba fazer esta camisa, e empestee o Nordeste.

Senador João Claudino, está vendo aqui? Redução da Maioria Penal. E sei que V. Ex^a é a favor. V. Ex^a é a favor. Amém ou não? Coisa boa!

Senador Armando, incentive os empresários a fazer. Vamos empestear este País. Não tem essa história, não. Vamos reduzir. Cometeu crime com natureza hedionda, vai ter que pagar. Há crime que não é hediondo, mas para crime hediondo, o sujeito vai ter que responder, para devolvermos às ruas aos donos da rua; à praça aos donos da praça; a porta da escola e a porta da indústria e da empresa aos seus verdadeiros donos, que é o povo.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O povo, hoje, vive enclausurado. Os direitos humanos não valem para ele, mas para quem mata, estupra e sequestra. Vamos inverter essa lógica e provar a essa gente que, neste País, os humanos é que têm que passar a ter direito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Agora, convido a fazer uso da palavra, numa permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Eduardo Braga, como próximo orador inscrito.

V. Ex^a detém o prazo regimental.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, venho à tribuna para falar sobre uma questão extremamente importante para toda a nossa região, já abordada, ainda há pouco, pelo Senador Romero Jucá, mais pelo viés da interligação do Estado de Roraima com o Estado do Amazonas na energia elétrica.

As colocações do Senador Romero Jucá nos parecem absolutamente pertinentes. É necessário o conhecimento do Senado da República sobre uma pretensão equivocada de se interditar uma obra que passa ao longo da BR-174, que interliga Manaus a Roraima e Roraima a Venezuela. Portanto, não há nenhum impacto ambiental adicional; portanto, uma obra viável e necessária para a estruturação econômica e elétrica do Estado de Roraima.

Por outro lado, Sr. Presidente, o Amazonas vive, neste momento, uma grande expectativa, porque a obra de interligação do Linhão de Tucuruí com o sistema elétrico de Manaus, com o sistema elétrico da margem esquerda do Rio Amazonas, que atinge as cidades de Uruará, São Sebastião do Uatumã, Itapiranga, Silves, Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Manaus, está concluída do ponto de vista de engenharia e do ponto de vista de construção. Ou seja, uma linha de 3.800 kV interligará, a partir dos próximos meses, essas cidades do Amazonas e Manaus com o sistema elétrico brasileiro, tirando, de uma vez por todas, do isolamento o maior

parque industrial da Região Norte e o polo industrial da Zona Franca de Manaus.

No entanto, não é apenas esse investimento de quase R\$4 bilhões que está sendo concluído no Amazonas e em Manaus no sistema elétrico. Além desse Linhão de Tucuruí, está sendo construída em Manaus uma nova usina termogás de 600 megawatts, que irá substituir, nada mais, nada menos, do que 470 megawatts, que são produzidos por geradores de pequeno porte.

Veja, Senador Sérgio Souza, Manaus, uma cidade que tem 1,4 gigawatts de consumo de energia elétrica, tem sobrevivido desde 2003 e tem suportado a demanda, sem racionamento de energia, graças à instalação de pequenos grupos geradores de 1.400, de 1.500 kW, que foram instalados em três ou quatro pontos da cidade de Manaus. Para que os Srs. Senadores possam ter uma ideia, a cidade de Manaus possui, portanto, pequenos grupos geradores, divididos em três ou quatro usinas, que geram uma energia equivalente a 470 megawatts, num total de 1,5 aproximadamente, 1.500 megawatts, que Manaus possui instalados.

Ora, isso demonstra claramente como estava precária a situação do sistema elétrico na cidade de Manaus, que, agora, com a chegada do Linhão de Tucuruí, agora, com a construção desta usina de 600 megas, num valor de investimento de outro R\$1 bilhão, o Amazonas deixa de ser um Estado isolado, um Estado que tem um sistema de geração precário, para poder estar interligado com o sistema elétrico brasileiro, com extensão do sistema elétrico até o Estado de Roraima, que, por sua vez, está interligado com a Venezuela, mais precisamente com a Hidrelétrica de Guri.

Além dessa termoelétrica a gás que está sendo construída em Manaus, estão prontas para serem inauguradas nos próximos dias, já em regime de comissionamento, as usinas termogás de Codajás, de Anori, de Anamá e de Caapiranga, ao longo do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, construído quando estávamos no governo, numa parceria com a Petrobras e com o governo do Presidente Lula.

Ora, essas termogás no interior do Estado, somadas à da capital, somadas ao linhão que nos interliga a Tucuruí, ao linhão que nos interliga a Roraima e os linhões de extensão na região metropolitana para Manacapuru, Itacoatiara e demais Municípios, fazem com que o Amazonas se transforme num grande *hub* de distribuição, de interligação e de produção de energia. Com uma diferença, Srs. Senadores: a energia termogás produzida no Estado do Amazonas tem um custo de R\$300,00 por quilowatt produzido, enquanto as termoelétricas que acabaram de prestar um grande serviço à Nação brasileira, evitando racionamentos e

desligamentos durante a estiagem de nossas barragens, têm um custo de geração por quilowatt da ordem de R\$1,2 mil. Portanto, quatro vezes menos os gastos dessa energia com gás natural, uma energia mais limpa, ambientalmente correta e que trará uma nova competitividade econômica para a nossa região, não apenas para o Amazonas, mas também para Roraima.

Ao mesmo tempo, estamos neste momento já com um plano aprovado junto à EPE na interligação de Boca do Acre com a cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, interligando a área sudoeste do Estado do Amazonas com o Estado do Acre.

Por fim, um novo planejamento de interligação da margem direita do Rio Amazonas – desta feita, Parintins, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Urucurituba, Itapeaçu e Nova Olinda – está sendo aprovado a partir da subestação do Linhão de Tucuruí, que está no Estado do Pará.

Portanto, Sr. Presidente, é claro que o sistema elétrico de distribuição de alta potência, de alta tensão, com a chegada desses linhões, a interligação com Roraima, que nos assegura a porta de entrada da Venezuela no sistema elétrico brasileiro por Roraima e pelo Amazonas, e as usinas termogás, que nos dão competitividade, faz com que o Amazonas entre numa nova fase na área de geração de energia e deixe de ser um Estado com déficit de energia para ser um Estado exportador de energia, garantindo ao mercado brasileiro, por meio da ONS, do Operador Nacional do Sistema Elétrico, que, nas estiagens, com as usinas termogás, inclusive, uma contribuição de energia para regiões do Nordeste, do Centro-Oeste e, quem sabe, até do Sudeste.

Porém, Sr. Presidente, é preciso destacar também que, para a melhoria do sistema em Manaus, não basta o reforço do Linhão de Tucuruí e da Subestação Rebaixadora de Tucuruí, com as interligações, com as operações que já mencionamos. É preciso que um anel de alta tensão na área de distribuição também seja concluído. E isso também está em execução na cidade de Manaus, com a construção de nada mais nada menos do que oito subestações de alta potência, de 230kV e de 138kV.

Estamos chegando com as interligações na Subestação de Jorge Teixeira, a partir da Subestação de Lechuga, onde entra o Linhão de Tucuruí, com um anel de distribuição de alta tensão que vai direto até o polo industrial de Manaus, garantindo até o terminal de Mauá 3 a chegada de energia de alta potência, com 230kV, onde estaremos interligando a uma subestação, que vai de 69kV até 230kV, interligando, então, nessa primeira usina de ciclo combinado a gás que

está sendo construída em Manaus, um investimento, como eu disse, de R\$1 bilhão.

Além desse braço do anel de distribuição de Lechuga até a base de Mauá 3, passando pela Subestação Jorge Teixeira, estamos também construindo uma subestação chamada de Cachoeira Grande, próxima à Avenida das Torres, e a Subestação da Compensa, fazendo com que essa linha, em 138kV, possa garantir a entrada de um anel de distribuição de 138kV, diminuindo, portanto, o aquecimento nos alimentadores, diminuindo a sobrecarga de circuitos em 69kV, fazendo com que os desligamentos e os curtos-circuitos na cidade de Manaus sejam reduzidos substancialmente. Esse é outro investimento da ordem de R\$1 bilhão que está acontecendo em Manaus.

Além desse sistema robusto para a cidade de Manaus e desse sistema elétrico estruturante que nos interliga com o sistema nacional, há que se destacar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o esforço que está sendo feito no interior do Estado do Amazonas com o Luz para Todos.

Citei, ainda há pouco, as quatro usinas termoeletricas a gás que estão prontas, em regime de comissionamento, nos Municípios – repito – de Codajás, Anori, Anamá e Caapiranga. No entanto, o Luz para Todos está levando energia para as comunidades isoladas do interior da Amazônia e do Amazonas. E a essas comunidades isoladas não é apenas a questão de levar uma linha de transmissão. Muitas vezes, e na maioria delas, isso tem que ser resolvido através de uma usina independente, combinando-se tecnologia de energia solar com energia termoeletrica para que possamos armazenar energia e funcionar consumindo menos combustível e garantindo energia a essas comunidades.

Lá estamos também inovando, usando um sistema pré-pago de cartão para a energia elétrica, assim garantindo o uso da energia elétrica nas nossas comunidades. É uma verdadeira revolução que está acontecendo no setor elétrico, no Estado do Amazonas, seja no Luz para Todos, seja nos centros urbanos do interior, com o aumento de tancagem, evitando, portanto, a pane seca na cidade de Manaus, evitando, portanto, a pane seca nos Municípios do interior do Estado, assegurando continuidade e fornecimento intermitente de energia.

Esse era o compromisso da Presidenta Dilma com o povo do Amazonas, no setor elétrico. E fico feliz, Sr. Presidente, de podermos ver, ainda no ano de 2013, boa parte desses compromissos já cumpridos e honrados, ficando apenas a conclusão de alguns desses projetos para o ano de 2014. Com isso, o Amazonas está dando um grande salto no setor de energia elétrica.

Está dando um grande salto na competitividade para a produção da agroindústria no interior do Amazonas.

Nós poderemos, portanto, combinar, de um lado, energia elétrica, de outro lado, terminais hidroviários de carga e de passageiros, e, ao mesmo tempo, incentivos fiscais, como o que acabamos de ver a Presidenta dar com relação ao guaraná e ao açaí, para garantir emprego, renda, atividade econômica no interior do Estado do Amazonas, no interior da nossa querida Floresta Amazônica.

Portanto, quero aqui saudar, cumprimentar o Ministério das Minas e Energia, cumprimentar a Eletrobrás, a Eletronorte, a Amazonas Energia, bem como a Presidenta Dilma, por estarmos dando passos importantes a fim de tirar o Amazonas do momento difícil por que passamos por quase duas décadas, de não investimento no setor elétrico. Foi quando chegamos ao governo, o Presidente Lula na Presidência e eu no governo do Estado do Amazonas, que começamos, repito, a reverter o quadro de carência, de falta de estrutura e de falta de condições para a produção de energia elétrica de forma competitiva e de forma a assegurar o futuro da nossa economia e da nossa base industrial.

Portanto, Sr. Presidente, tendo em vista que visitei todas as obras na semana passada, testemunhando, acompanhando de perto o cumprimento dessas ações, é que venho hoje à tribuna prestar conta desses avanços e falar da importância desse planejamento estratégico para a preparação do Amazonas e da Amazônia para o futuro no setor elétrico, que abrirá grandes portas e grandes caminhadas.

Por fim, quero também acrescentar que esse linha está trazendo uma fibra ótica que vai interligar, Senador Walter Pinheiro, finalmente, a cidade de Manaus e todas as cidades já mencionadas ao Plano Nacional de Banda Larga, com eficiência, com segurança e qualidade e, ao mesmo tempo, com preço justo, seja para a educação, seja para aprimorar a gestão pública, nas Secretarias de Educação do Estado e dos Municípios, na saúde para o diagnóstico à distancia, seja para a infraestrutura econômica, para transmissão de dados de notas fiscais, de atividades financeiras, de integração da Zona Franca com o resto do Brasil e do mundo, com integração do Estado do Amazonas entre capital e interior para o mundo, seja para aprimorarmos os conhecimentos, comando e controle sobre as políticas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

É necessário, para tudo isso, evolução clara na malha e no fornecimento de fibra ótica e de espaço no satélite para que o Amazonas também seja competitivo nessa outra ação estruturante que o Governo Federal vem desenvolvendo em nosso Estado.

E é com ações estruturantes como essa e com investimentos no Aeroporto Internacional de Manaus que o Amazonas e Manaus vêm se preparando para a Copa do Mundo. Teremos um aeroporto novo, entregue e pronto até dezembro de 2013; estaremos com o linhão interligando Manaus e esses Municípios ao resto do País, do ponto de vista elétrico; inauguraremos uma nova usina termogás; e estamos avançando no anel de distribuição, no reforço desses anéis em alta potência, levando energia para o interior do Estado, apagando a lamparina e acendendo a esperança de projetos e ações inovadoras que possam assegurar a evolução, o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade de vida do povo do Amazonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Eduardo Braga, Líder do Governo no Senado Federal.

Agora, como próximo Líder inscrito, convido o Senador Wellington Dias para fazer uso da palavra, pelo tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, a Presidência designa o Senador Pedro Simon para integrar, como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do **Ofício nº 197, de 2013**, da Liderança do PMDB no Senado.

É o seguinte o ofício:

Of. GLPMDB nº 197/2013

Brasília, 11 de junho de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Pedro Simon como membro suplente, representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, na Comissão Permanente de Educação do Senado Federal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, Senador Jayme Campos – aliás, um Presidente e um Vice nesta sessão –, é um prazer muito grande tratar de alguns temas que trarei aqui.

Antes, Sr. Presidente, quero registrar, com muita alegria, a presença aqui da representação da minha querida Parnaíba, no Piauí, no nosso litoral: João Cândio Rodrigues Neto, que atua na área do Tabuleiros

Litorâneos; José Clarindo de Brito Neto, Presidente do Ditalpi; e Francisco Suassuna, Gerente-Executivo do Distrito de Tabuleiros Litorâneos, no nosso Estado.

Nós somos produtores de várias frutas, mas destaco aqui todo o carinho que temos por sermos um dos grandes produtores do mundo de frutas orgânicas.

E o grande destaque é exatamente a nossa acerola, uma acerola de uma qualidade tão grande que é utilizada para produção de vitamina C, para citar aqui um ponto.

Então, eu quero destacar e dizer do orgulho que temos do andamento da obra – está sendo retomada agora também por uma posição da Presidenta Dilma – dos canais de irrigação, dando condição de termos ali o assentamento de mais produtores, para ampliar e diversificar aquela região. Aqui tratando de investimentos lá em Parnaíba, com o nosso Prefeito Florentino Neto, nesta área vinculada a piscicultura, a equipamentos e também a produtores. Então, a nossa satisfação por esse encontro.

Sr. Presidente, eu faço ainda dois registros importantes. Nós tivemos agora em Teresina dois eventos de grande relevância no nosso Estado. O primeiro deles, a Marcha para Jesus, um evento vinculado ao povo evangélico, onde, com a presença de todas as igrejas, tivemos uma participação estimada de cem mil pessoas, num ambiente alegre, descontraído, mas principalmente levando, de forma clara, nas ruas, a palavra de Cristo.

Eu quero ainda destacar no último domingo a Caminhada da Fraternidade. É um outro evento muito grande no nosso Estado, em Teresina, que tem uma vertente especial de arrecadação social. Nesse caso, é comandada pela Igreja Católica. A Caminhada tem por objetivo a arrecadação para atendimento a pessoas que são aidéticas e fazem o tratamento acompanhado pela Arquidiocese de Teresina, também com parcerias com o Estado, com o setor privado, com o Município. Ali tive a oportunidade de ver também esse ato que, estima-se, congrega cerca de 70, 80 mil pessoas. Então, dois eventos que eu não poderia deixar de destacar aqui.

Mas o assunto que me traz à tribuna é a nossa participação, Sr. Presidente, em um momento de entrega de máquinas e equipamentos na cidade de Teresina. Estiveram presentes o Ministro Pepe Vargas, o Governador Wilson Martins, membros da Bancada Federal, da Bancada Estadual, centenas de prefeitos, na manhã de hoje, no CFAP, onde 96 Municípios receberam retroescavadeira e a patrol, como a gente chama, motoniveladora voltada para o atendimento ao homem do campo.

Destaco aqui essa política da Presidenta Dilma, através do Incra e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ali, também, a presença de Francisco Lima, pelo Incra, e do Pedro Calisto, pela Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Piauí.

O objetivo é exatamente dar condições de que atividades que são demandadas pela população, como a construção de estradas vicinais, pequenas barragens, tanques-rede para a criação de peixes, e um conjunto de outras necessidades possam ser resolvidos de forma descentralizada.

Eu fiz ali um depoimento sobre quando assumi o Governo em 2003. No primeiro ano do nosso mandato, os prefeitos chegavam com seus ofícios – guardo alguns deles como lembrança –, e os pedidos eram uma patrol para raspar a estrada, o conserto da bomba de um poço, ou seja, pedidos acanhados para tamanha demanda do nosso povo.

E vamos alcançar os 224 Municípios equipados, para garantir um atendimento descentralizado. Além da retroescavadeira e da motoniveladora – no meu Estado, faltam apenas oito Municípios para completar o atendimento com a motoniveladora e algo em torno de quarenta e poucos Municípios para que todos estejam atendidos com a retroescavadeira –, também o trator de esteira, a caçamba, o carro-pipa.

E agora estamos reivindicando, na Região Nordeste, equipamentos para perfuração de poços, para descentralizar essa ação, garantindo, de verdade, o Programa Água para Todos.

Na mesma linha, Sr. Presidente, tivemos a oportunidade, no auditório do Incra, em Teresina, com a presença de prefeitos, associações, lideranças municipais, de ver o atendimento de 82 Municípios quanto à estruturação de assentamentos. Vinte e um milhões de reais liberados como uma primeira parcela, permitindo-se a construção de casas, o abastecimento de água, as condições de equipamentos para o homem do campo, empreendimentos na área agrícola. Isso certamente fará uma grande diferença.

Hoje, quando voltava de Teresina para Brasília, com o Ministro Pepe Vargas, eu colocava para ele a importância dessas pequenas ações, Senador Jayme – que sabe o quanto isso é importante para o seu Estado –, porque é o que chega ao pequeno, ao mais necessitado, ao que mais precisa. É a condição de você poder fazer uma estrada vicinal não só para um povoado, mas para uma pequena comunidade, um assentamento.

Ali o Ministro Pepe Vargas inclusive anunciou algo que considero fundamental, porque os prefeitos dizem que estão recebendo os equipamentos, mas estão em

difficultades financeiras, ou seja, precisam de capital para fazer esses equipamentos funcionarem.

Quero dizer que foi uma iniciativa do meu Estado, o Piauí, apresentada aqui – e tive a oportunidade de estar junto com o Superintendente do Incra do meu Estado –, em que o Ministério do Desenvolvimento Agrário repassa os recursos para os Incras estaduais que, com isso, podem comprar serviços dos Municípios. Estes, por sua vez, passam a ter condições de adquirir combustível, de pagar os maquinistas, que são todos treinados, e, a partir da melhoria das estradas para os assentamentos, de fazer a integração da zona rural com a sede de cada Município.

Isso é algo que considero fundamental e importante para o desenvolvimento. Mas queremos avançar mais, e essa é uma defesa que tenho feito. Em 2013, não temos mais os mesmos problemas que o Brasil tinha no século passado, quando havia necessidade da emissão do título da dívida agrária, em que se paga por uma decisão judicial no mínimo 12%. Esse é o valor do título melhor remunerado hoje, mas é muito caro, porque é o povo que paga essa remuneração na dívida pública.

Por que não fazemos como se faz, por exemplo, para capitalizar a Petrobras, o Banco do Nordeste, a Caixa Econômica e outros bancos regionais e estatais, ou seja, a emissão de títulos com uma arrecadação a uma taxa muito menor? A Petrobras acaba de fazer um lançamento de título com arrecadação a 4,5%, Sr. Presidente.

Assim, teríamos a condição de, com dinheiro, evitar os conflitos que são causados muitas vezes pela forma do pagamento. Alguém tem uma propriedade e, de repente, chega o Governo e faz um decreto de desapropriação. Não que eu seja contra os casos de interesse social que o Governo justifica em cada desapropriação, mas a grande revolta do proprietário, a grande razão para que ele recorra à Justiça, que às vezes encarece ainda mais esse processo, é porque ele tem que se desfazer da sua propriedade e receber em títulos que serão pagos em 15 anos. Se há o pagamento à vista, ganha o Governo. Por quê? Porque passa a ter as condições de uma compra mais barata.

No meu Estado, por exemplo – é um testemunho dos próprios gestores do Incra local –, em algumas regiões, é possível, com o dinheiro em mão, como acontece com o Programa Nacional de Crédito Fundiário, comprar um hectare por algo em torno de R\$200,00, R\$300,00. Se esse mesmo hectare é pago com título da dívida agrária, para uma desapropriação do Incra nos assentamentos tradicionais, já se eleva para R\$600,00, R\$900,00, às vezes, R\$1.000,00 esse mesmo hectare. E aí, quando a gente tem taxas ele-

vadas como essas que são colocadas no pagamento dos títulos, encarece ainda mais.

Então eu acho que há, nesse caso, uma economia ao fazer a emissão de títulos colhendo recursos. Precisa de quanto? De R\$5 bilhões, de R\$10 bilhões por ano? E com isso a gente distensionaria, garante não só o recurso para a compra da terra, mas os recursos necessários para a estruturação e a produtividade desses assentamentos.

E, assim, tratamos dessa modelagem vinculada às chamadas centrais de cooperativa, que é algo que estamos, inclusive, tratando aqui com a região dos Tabuleiros Litorâneos, para que a gente tenha ali um conjunto de produtores associados a uma base industrial. Lá nós já estamos trabalhando nessa área da fruticultura. E, a partir da agregação de valor, o produtor ganha na venda do seu produto pelo preço do mercado, mais uma participação na agregação de valor que há na fruta.

Se você vende acerola a R\$0,40, a R\$1,00 – sei lá –, dependendo da época em que se faz a comercialização, a R\$1,50, se há a agregação para polpa de fruta, já consegue um preço mais elevado; se é massa para sorvete, já consegue um preço mais elevado. E assim com outras frutas; se é para vitamina C, mais agregação ainda.

Então, eu cito isso para dizer que houve, da parte do Ministro, o compromisso de trabalharmos experiências a partir da Casa Apis, da Cocajupi, que são duas experiências vitoriosas do meu Estado, na área do mel e na área do caju, e que podem perfeitamente ser adaptadas para outras áreas, tanto da fruticultura, como da piscicultura, caprino e ovino e um conjunto de outras cadeias produtivas importantes do Estado do Piauí.

O Ministro, portanto, manifestou total compromisso. Hoje, como ele disse, há o programa voltado para a industrialização no campo, e é possível perfeitamente trabalharmos nessas modalidades.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, tratar desse tema. Finalmente, hoje, tivemos um pronunciamento do Líder do PSDB, Senador Aloysio Nunes, em que ele trata de um relatório da CGU. E nesse relatório ele cita alguns casos, em que, como lamentavelmente vemos em alguns setores, demonstra-se um verdadeiro preconceito contra o programa Bolsa Família.

Eu fiz questão de me comunicar com a Ministra Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social, que coordena o programa, e ela me dizia que, na verdade, foi publicado pela CGU um relatório dos sorteios que são feitos para fiscalização dos Municípios. Todos os Municípios são investigados ali de forma integral.

Nesse caso, como todo Município tem o Programa Bolsa Família, todos os Municípios são assim investigados e, graças a Deus, há as condições dessa fiscalização.

Pois bem, ali foram citadas situações como o caso de uma família que teria o Bolsa Família, que seria usuária do Bolsa Família, e foi consultada se tinha o cartão de vacinação. E disse que não, que não tinha o cartão. Por quê? Porque tinha perdido. E isso ali é tratado como uma fraude.

Pelo amor de Deus, uma família, com certeza, de baixa renda, e isso é demonstrado, não pode ser considerada uma fraudadora porque, por alguma razão, perdeu o cartão de vacinação, de que se pode perfeitamente tirar uma segunda via a partir do Município.

Situações num programa que atende mais de 13 milhões de famílias. E, de repente, se encontram 700 famílias que estão cadastradas irregularmente. São pessoas que são servidores públicos e que, segundo consta, teriam uma renda mais elevada; um outro até que é vereador, que tem uma renda mais elevada.

Agora, o próprio relatório da CGU diz – e está publicado no *site* – que é o programa mais eficiente que há neste País. No meio de 13 milhões de atendimentos, encontrar 700? Ou seja, o que quero louvar aqui são os 12.999.300 que estão o.k., você vai ressaltar, de um lado, repito aqui, 12 milhões. Se são 13 milhões de atendimentos, estamos falando de apenas 700 casos que o próprio Governo Federal, através da CGU, foi lá e fez a fiscalização.

Por que eu cito isso? Porque, lamentavelmente, usam situações como essa para pedirem o fim do Programa Bolsa Família.

Eu vivi, Senador Suplicy, numa família muito humilde. Amanhecia o dia e não se tinha ali condição de fazer um café com leite para a família, não se tinha a condição de comprar um pão; muitas vezes, passava-se um mês inteiro sem experimentar uma fruta ou uma carne e não havia dinheiro para pagar a conta de água ou de luz. Então, quem vivenciou uma situação como essa – muitas vezes, são gerações inteiras sem alguém ter tido uma renda mensal – e, de repente, passa a ter uma renda mensal... Pelo amor de Deus, não pode, por conta de uma situação ínfima como essa, que tem que ser combatida, e é isso que faz o Governo da Presidenta Dilma, que fazia o governo do Presidente Lula, mas eu acho que a gente precisa ter muito cuidado, porque isso leva a um conceito lamentável daqueles que continuam insistindo, de forma preconceituosa, contra a pobreza, para, de alguma forma, justificar que a gente não tenha o Bolsa Família.

Aliás, há alguns dias, espalhou-se pela Internet que o programa ia acabar e ocasionou uma crise do tamanho do mundo.

Então, o que eu quero aqui deixar claro...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Wellington?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer.

Quero deixar claro que nós precisamos olhar o lado bom de um programa como esse, positivo. Aliás, o próprio relatório da CGU tece inúmeros elogios, pelo resultado na área nutricional das famílias, pelo resultado na empregabilidade, inclusive ao contrário do que muitos dizem, que vai incentivar a vagabundagem e a malandragem. Não. As pessoas adultas do programa ou trabalham ainda na informalidade ou trabalham com uma renda que é muito baixa ainda para o tamanho da família, mas têm uma atividade além daquela renda como uma forma de complementação.

Com o maior prazer, ouço o Senador Suplicy e, em seguida, o Senador Flexa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Na verdade, hoje já são quase 13,9 milhões famílias. Treze milhões, oitocentas e tantas mil, segundo os dados oficiais do MDS. Então, só para informar...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Se a gente arredondar para 14 milhões, porque eu queria apenas exemplificar, e até puxei para menos, arredondando para 13 milhões. Quer dizer, se imaginamos um número redondo de 13 milhões...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... e se temos 700 mil, aliás 700 que têm problema, eu tenho é que louvar os outros 12.999.300 que estão corretos. É disso que se trata. Se você hoje trabalha num comércio e tem uma carteira de clientes, é claro que haverá problemas com uma parte. Se trabalha em banco, tem uma carteira de clientes, é claro que haverá problemas com uma parte. Qualquer um que lida com uma quantidade grande de pessoas sempre tem problemas de alguma forma.

Era isso que eu queria reforçar, Senador Suplicy. Mas agradeço.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – No dia em que se tornar incondicional a renda básica de cidadania, esse problema estará completamente superado para os 194 milhões de brasileiros e brasileiras. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E caminhamos nessa direção exatamente para não haver problema, porque é servidor, porque é isso, porque é aquilo.

Com o maior prazer, ouço o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Senador Wellington Dias, ouço atentamente o pronunciamento de V. Ex^a neste início de noite...

(Soa a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – ... e V. Ex^a fala das pessoas que são contra o Bolsa Família. V. Ex^a deveria nominá-las. Ninguém, em sã consciência, pode ser contra um programa que vem minorar a pobreza dos brasileiros. Até porque esse programa hoje denominado Bolsa Família começou no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o Bolsa Escola. A agregação dos programas sociais do governo do PSDB é que originou o Bolsa Família. O Presidente Lula juntou os programas sociais iniciados por Dona Ruth Cardoso, no governo de Fernando Henrique Cardoso; aperfeiçoou-os, é verdade, e expandiu-os. Então, ninguém pode ser contra isso. Agora, V. Ex^a cita ao longo do ...

(Soa a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – ... pronunciamento que boatos fizeram a corrida à Caixa Econômica, trazendo um clima de terror aos brasileiros. Não existem boatos. Nós temos cobrado aqui que o Governo dê uma explicação real para o que aconteceu três semanas atrás. Até porque o próprio Presidente da Caixa Econômica já declarou que inicialmente ele teria dito que tinha sido feito o aporte de recursos após o boato. E está provado que isso não aconteceu. O aporte de recursos, Senador Jayme Campos, que ocorreu foi anterior à corrida à Caixa Econômica. Então, não há o que usar. O único problema que nós temos que reconhecer é lamentar o uso eleitoral do Bolsa Família.

(Soa a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Esse é o grande problema. Quer dizer, usar recursos, transferir recursos para os mais necessitados é importante; agora, não dá para tratar esses brasileiros como se fossem reduto eleitoral, o curral de antigamente, provocado pelo Bolsa Família. O Bolsa Família é um programa que tem que ser aprimorado e continuado. E nós continuaremos fortalecendo o Bolsa Família, mas dando... Senador Wellington Dias, V. Ex^a é de um Estado, de uma região periférica, como eu sou; V. Ex^a é do Piauí, quase vizinho do meu Estado, o Pará, então nós sabemos que temos que dar dignidade aos nossos irmãos, e a dignidade se dá pelo trabalho, pela geração de emprego e renda. Não há como sustentar permanentemente os brasileiros no Bolsa Família. Temos, sim, que tirá-los do Bolsa Família, o momento de utilizar a assistência social...

(Soa a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – ... tem que ser limitado, e dar acesso a esses brasileiros para que tenham um emprego e possam sustentar com dignidade suas famílias. Quero apenas fazer esse registro e parabenizá-lo por trazer vários temas de interesse, em especial do seu Estado, e, quando toca no Bolsa Família, fazer esses reparos à fala de V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Permita-me, primeiro, o que citei aqui é que, quando foi divulgado, aliás, quando foi feito aqui esse pronunciamento, pelo Senador Aloysio, foi feita uma enquete. Ali, vários usuários, diante daquele questionamento, se posicionaram contra. O que eu disse aqui é que, em verdade, se coloca uma informação incompleta, com base no próprio relatório, que ainda é um relatório...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... que vem para o ministério, aliás, feito pelo mesmo Governo da Presidenta Dilma e que tem uma demonstração clara, elogiosa. Aliás, o relatório vem, na essência, exatamente demonstrando a importância do Programa Bolsa Família. Esse programa, é bom dizer aqui, eu ainda era Deputado Federal quando, no governo do Presidente Fernando Henrique, foi apresentada uma proposta para universalizar o atendimento, e foi vetado. Quando não há a universalização, como há hoje, veja: qual o desafio colocado hoje? O da busca ativa. Em qualquer lugar do Brasil que alguém encontrar alguém com renda inferior a R\$70,00 por pessoa... Um exemplo: a família tem cinco pessoas, a renda está abaixo de R\$350,00 naquela família, tem direito...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... ao Bolsa Família; tem criança com menos de sete anos, tem direito ao Brasil Carinhoso, que é até um recurso maior do que é repassado pelo Bolsa Família.

Então, veja que, quando se tem a universalização, é que você acaba com o uso eleitoral, porque qualquer pessoa, de qualquer partido, de qualquer lugar, de qualquer Município, da zona urbana, da zona rural, preto, branco, amarelo, índio, japonês, enfim, qualquer pessoa que nasceu no Brasil, que vive no Brasil, que é naturalizado e que tenha essas condições da regra tem que ter o atendimento.

Sobre a situação da Caixa Econômica, também devo esclarecer aqui, o que foi dito é que, já na sexta-feira, para manutenção, como é usual – sou bancário e sempre os bancos fazem isso –, abriu-se de forma geral do sistema, porque o outro caminho seria...

(Interrupção do som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... trancar o sistema (*Fora do microfone.*) e se preferiu...

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... manter o sistema aberto para que ninguém fosse prejudicado.

Agora, foi demonstrado que na sexta-feira não teve problema nenhum; foi normal, igual aos outros dias 17 de cada mês, às outras sextas-feiras de meses anteriores. Não houve corrida e dou o meu testemunho lá do Piauí. Sim, as pessoas receberam pelo menos duas mensagens que foram muito propagadas: a primeira delas de que a Presidenta Dilma estaria pagando um bônus pelo Dia das Mães e era uma mentira. A segunda delas era de que iria acabar o Bolsa Família – era outra mentira –, e é isso que está sendo investigado.

Devo reconhecer, como bancário, que à medida em que as pessoas procuraram o banco, o pagamento era para ser dia 25 e foram lá no dia 18 e encontraram dinheiro, é claro sai espalhando por aí, é claro que isso deve ter contribuído para se dizer que é verdadeiro, que pode ir lá, porque fui lá e estava lá o meu dinheiro.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Então, Sr. Presidente, quero aqui encerrar, agradecendo a atenção de V. Ex^a. Quero chamar atenção para o fato de que precisamos ter muito cuidado, senão, daqui a pouco, criamos um ambiente em que as pessoas vão criar um verdadeiro preconceito.

Citei essa pesquisa que foi feita a partir de matéria tratando disso, mas não podemos... Para matar o carrapato, como se diz, tem que matar o boi. Não, a essência, e ouço V. Ex^a e sei a importância que isso tem para o Estado do Pará e por isso fazemos a defesa aqui, de atender, sim, aos mais pobres e atender de forma universal, que é a forma que se tem de evitar o uso eleitoral.

Era isso que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR)) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 7, sexta-feira passada, durante seminário promovido pela Associação Brasileira do Agronegócio, o Movimento Pró-Logística da Aprosoja – Associação de Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso anunciou que o escoamento da produção de grãos em meu Estado é o mais caro do mundo e que o setor chegou a pagar US\$145 por tonelada, para escoar a produção.

Domingo, dois dias depois, reportagem do programa Fantástico, volta a denunciar as lastimáveis condições de nossas lentas, esburacadas e perigosas rodovias que, diariamente, nos roubam vidas humanas e nos sabotam o progresso.

Nossas péssimas estradas, com quase 60% das cargas e 96% dos passageiros, ocupam, no *ranking* de qualidade em 144 países, a humilhante posição 123. A desastrosa gestão de investimento em infraestrutura, somada ao nível estratosférico da corrupção comprovada nessa área, é motivo de preocupação e desonra para todos nós, brasileiros.

Nos últimos dias, quando abrimos os jornais ou ligamos a TV, temos a nítida sensação de que o nosso País está andando de costas.

Nem a desenfreada expansão dos programas e ações socioeleitorais, nem o inchaço da máquina pública, para distribuição de benesses, nem os enormes esforços de propaganda e de maquiagem orçamentária, nem mesmo o mirabolante contorcionismo político de antecipação da campanha presidencial, nada disso tem sido capaz de disfarçar o indisfarçável.

A verdade, Sr. Presidente, dos números inconteste aí está para comprovar o tamanho do retrocesso.

Se compararmos os índices de 2010 com os de hoje, vamos constatar, com tristeza e decepção, que nosso PIB do primeiro trimestre despertou, vertiginosamente, de 7,5% para o vergonhoso patamar de 1,2%!

Estou concluindo, Sr. Presidente.

A inflação subiu de 5,9% para 6,5%. Nosso saldo comercial caiu de 20 para US\$7,7 bilhões. A produção industrial medida em abril, que era de 10,5%, registrou crescimento negativo em 1,1%.

As taxas de poupança e investimento caíram, a dívida bruta e o déficit em conta corrente subiram, enquanto o endividamento das famílias pulou de 39,16 para nada menos que 44% de sua renda, em meio à cegueira do faz de conta eleitoreiro que nos transformou em impotentes fantoches na roleta russa de nossa economia decadente.

Só não vê quem não quer, Sr. Presidente, que o propalado Programa de Aceleração do Crescimento convive com o atraso e a estagnação.

Em comentário no seu blog, na última quinta-feira, a Jornalista Míriam Leitão enfatiza:

A bolsa não reage... A indústria continua 1,8% abaixo de maio de 2011. O déficit em conta corrente chegou a 3% do PIB e já não é mais inteiramente financiado pelo investimento estrangeiro. Voltamos a depender de capital especulativo.

O malabarismo e os demais artifícios circenses para fantasiar o tenebroso cenário se anunciam agora nas mais flagrantes dissimulações.

Nas palavras do economista Mário Mesquita, ex-diretor do Banco Central:

De tudo, a política fiscal foi a que mais perdeu credibilidade". Mesquita lembra que hoje é preciso expurgar números para se saber qual é o superávit primário e explica que a dívida líquida deixou de ser referência: houve abalos ao tripé macroeconômico sem que se tenha colocado nada no lugar. Enquanto a dívida líquida descontava as reservas, era uma coisa. Agora, descontam-se empréstimos a entidades públicas. Começou em 2010. O Governo vai usar bônus do pré-sal para ajudar no primário. Vamos queimar poupança, nesse caso, para financiar gastos correntes. As contas estaduais, pouco a pouco, estão perdendo as amarras.

Portanto, Sr. Presidente, vamos puxar o freio de mão e corrigir os rumos da Nação. Caso contrário, Sr. Presidente, com certeza, vamos ter os olhos vendados, insistindo em andar de marcha a ré.

Espero que o Governo, realmente, recoloque a Nação nos trilhos do desenvolvimento. Sobretudo, temos de nos preocupar com o fato de a inflação estar aí crescendo. As perspectivas não são das melhores.

Entretanto, Sr. Presidente, conforme conversava com V. Ex^a com relação ao lançamento do Plano Safra, do Pronaf da agricultura familiar, queremos cumprimentar o Governo. Tive uma audiência, há poucos minutos, no Banco do Brasil, com o Dr. Walter e com outro Vice-Presidente daquela instituição, o Senador Osmar Dias, mostrando a nossa preocupação, de que não adianta o Governo lançar um Programa de R\$130 bilhões – Programa Safra – e também R\$20 bilhões para o Pronaf, e o cidadão não ter acesso, na medida em que, lamentavelmente, estamos tendo dificuldade, mesmo os que querem pagar, porque o Banco do Brasil terceirizou para uma subsidiária a cobrança. Com isso, o cidadão tem que ligar para um 0800, que praticamente é um robô que atende as pessoas que querem, muitas vezes, não só renegociar, e alguns querem, de fato, quitar para ter acesso a novos financiamentos.

De maneira que quero fazer um alerta para o próprio Governo Federal, de maneira geral, sobretudo para a instituição Banco do Brasil, a fim de que facilitemos esse acesso ao Programa Safra, a esse grande volume de recursos, ao produtor rural, seja grande, médio e, principalmente, o pequeno. E, ontem, em Cuiabá, infelizmente, tive o desprazer, posso dizer assim, de receber um grupo de pequenos produtores, ou seja,

peessoas da agricultura familiar, do assentamento São Pedro, lá na região norte do Estado, perto de Paranaíta, que querem renegociar sua dívida de R\$8 mil, R\$10 mil, mas não estão tendo acesso, Senador Suplicy, porque ligam para um 0800, que não é mais do que um mero robô e não dá nenhuma solução, inviabilizando para alguns milhares, porque temos, hoje, alguns milhões de brasileiros que dependem da agricultura familiar. Mato Grosso, particularmente, tem quase 300 mil, que, neste caso, não estão tendo acesso a esse financiamento, Senador Flexa Ribeiro, inviabilizando, com certeza, a agricultura familiar do nosso Brasil.

Muito obrigado, Senador Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Jayme Campos, nós temos hoje um Plano Safra, tanto da agricultura familiar quanto da agricultura empresarial, que traz juros interessantes jamais tidos no Brasil, inclusive subsidiados. E sabemos que o custo de dinheiro é muito maior do que o que se paga, inclusive, a inflação está em torno de 5 a 6%, e os juros praticados de 4 a 1%. No entanto, aqueles que estão inadimplentes, que pagam juros maiores dos Planos Safra anteriores, do passado, não conseguem ter acesso a esses financiamento que são dados neste momento.

Então, V. Ex^a assiste razão, quero parabenizá-lo pela colocação em favor não só do Mato Grosso, mas de todo o Brasil.

Concedo a palavra, agora, como próximo...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Estou encaminhando à Mesa um requerimento com voto de pesar pelo falecimento de Júlio Rafael, Senador Walter Pinheiro, Senador Eduardo Suplicy, que foi fundador do PT, do Partido dos Trabalhadores na Paraíba. Foi vereador em João Pessoa, Diretor da Adene e, atualmente, era o Superintendente do Sebrae no nosso Estado.

Júlio é daqueles que, quando vão para outro plano, de fato, fazem falta. Fazia política com P maiúsculo, com a sensibilidade social, uma visão econômica completa, um homem probo, honesto, digno, decente, irreverente, inteligente, crítico, com quem, mesmo nas adversidades e diferenças eventuais, construí uma relação de profunda amizade.

Fica o meu apelo para que a Mesa possa registrar e dirigir à família este voto de pesar pela trajetória deste extraordinário homem público. Júlio não precisava de mandatos para ser ouvido e respeitado na Paraíba. Portanto, o Brasil perde um grande homem público,

alguém que conseguiu dignificar a política ao longo de sua trajetória e que faleceu já na semana passada.

Perde o Partido dos Trabalhadores, perde a Paraíba, perde o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O Sr. Senador Cássio Cunha Lima...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Sim, Senador, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de cumprimentar o Senador Cássio Cunha Lima e solidarizar-me com ele.

Eu conheci também Júlio Rafael e gostaria de externar também o sentimento de todos nós do Partido dos Trabalhadores e agradecer a iniciativa do Senador Cássio Cunha Lima de prestar esta homenagem a esse valoroso companheiro, Júlio Rafael, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Senador Suplicy.

Senador Cássio Cunha Lima, o requerimento já se encontra sobre a mesa e será encaminhado, na forma do Regimento, conforme requerido por V. Ex^a.

Concedo a palavra, como próximo líder inscrito, Senador Walter Pinheiro, pelo prazo regimental.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a essa manifestação e registro que faz aqui o nosso Senador Cássio Cunha Lima da figura de Júlio, militante do Partido dos Trabalhadores na Paraíba, nós nos somamos.

Senador Cássio, essa sua manifestação é importante na medida em que V. Ex^a acentua muito bem o caráter militante, a postura ética e, fundamentalmente, a forma de fazer política, reconhecida não nos seus inimigos, como às vezes a gente costuma tratar os que pelem em ideias diferentes da nossa... Eu não costumo nem chamar de adversários porque, na verdade, nós traçamos caminhos diferenciados, mas creio que o objetivo de todos nós é o de servir o povo e à Nação.

Portanto, eu me somo a V. Ex^a, principalmente como membro do Partido dos Trabalhadores, extremamente agradecido pelas referências que V. Ex^a faz a um dos nossos companheiros, que nos deixa, mas também deixa uma coisa muito importante, a sua história, a sua vida, aquilo em que contribuiu, que foi motivo, inclusive, de receber de V. Ex^a palavras elogiosas.

Com certeza, o povo da Paraíba, principalmente os militantes do Partido dos Trabalhadores naquele Estado, têm um compromisso muito grande de tocar adiante essa grande contribuição que aquele compa-

neheiro deixou, emprestou ao povo da Paraíba durante o tempo em que pôde expressar a sua, eu diria, brilhante trajetória naquele Estado.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco/PSDB – PB) – Como o próprio Júlio diria, Senador Walter, a luta continua.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ou até como – e todos nós utilizamos – Bertolt Brecht dizia, que o tombou não lutou sozinho, a luta, portanto, continua.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui fazer referência a uma das figuras da nossa história, o baiano Jacob Gorender, autor de importantes obras. Uma delas, inclusive, é referência na minha vida, *Escravidismo Colonial*.

Jacob faleceu na madrugada de hoje. Era uma figura importante, um sujeito que, ao longo de toda a sua vida, dedicou-se a contribuir com a transformação deste nosso País.

Então, deixa-nos também o Jacob. Mas, como me referi aqui, não só através das suas obras, Jacob Gorender deixa uma grande contribuição pela experiência de vida e dedicação de todo esse legado consolidado por ele num momento difícil deste País, no enfrentamento à ditadura. Em hora nenhuma Jacob vergou e, pelo contrário, teve a coragem de enfrentar todos esses períodos dando a sua importante contribuição. Portanto, faço este registro sobre o baiano Jacob Gorender, que deu uma contribuição importantíssima para a consolidação da esquerda no Brasil e, obviamente, para aquilo que nós consolidamos hoje como políticas públicas e transformação da sociedade.

Sr. Presidente, quero aqui, no dia de hoje, neste pronunciamento, realçar um fato que nós vamos experimentar na próxima quinta-feira. Às 15 horas, a Presidenta Dilma fará a entrega de um equipamento importantíssimo para o nosso País. Obviamente, esses equipamentos serão entregues para o primeiro teste deles na Copa das Confederações. Mas esses equipamentos fazem parte de uma política de estruturação deste País, no que diz respeito à defesa civil, no que diz respeito ao atendimento a emergências.

Refiro-me – e aqui vou usar uma expressão que nós estamos utilizando na Bahia – aos Centros Integrados de Controle e Comando, que no mundo inteiro são conhecidos como centros de emergência, que no mundo inteiro ficaram conhecidos a partir dos números utilizados – o 112 europeu e o 911 americano, ou como chamam os americanos, o *Nine One One*.

Essa é uma experiência importantíssima, e quero chamar a atenção para o legado que isso deixa. Quem aqui acompanha os meus pronunciamentos, meu caro Senador Sérgio, sabe que, desde a primeira hora, desde o momento em que nós começamos a discutir isso

no Brasil, eu, ainda como Deputado Federal, venho insistindo para que pudéssemos implantar no Brasil essa experiência.

Tive a oportunidade de, como Relator do PPA, incluir recursos para esse importante equipamento. A cidade do Rio de Janeiro já havia experimentado, de forma pioneira no Brasil, a oportunidade de contar com um centro, com equipamentos de ponta, com câmeras espalhadas pelas ruas, podendo monitorar trânsito.

Esse equipamento servirá também para fazer todo o tipo de acompanhamento da área da saúde, os SAMUs, o controle das ambulâncias, a questão do atendimento ao público. Há todo um processo de monitoração para a garantia da segurança do cidadão. Volto a insistir, nós vamos já fazer a primeira experiência na Copa das Confederações. No caso específico da Bahia, foram R\$93 milhões de investimento, sendo R\$43 milhões por parte do Governo Federal e R\$50 milhões por parte do Estado da Bahia.

No caso nosso, funcionaremos provisoriamente na estrutura do parque tecnológico. Espero eu que, em um curto espaço de tempo, nós já tenhamos a oportunidade de construir o nosso Centro de Emergência, assim como o mundo inteiro faz, Senador Sérgio Souza, essa política do centro de emergência.

Espero também que a gente consiga dar outro passo: colocar um número único no Brasil para emergência. Acabar essa história de a gente ter de decorar uma dezena de números – Bombeiros, Polícia, Trânsito, Samu, INSS, Saúde, Socorro, enfim, todo tipo de coisa. Não há nenhum bicho de sete cabeças. Estou falando de algo que é extremamente suportável pela utilização de tecnologias, nos dias de hoje.

Por exemplo, no Centro de Comando, na Bahia, sob a coordenação da nossa Secretaria de Segurança Pública, nós já teremos oportunidade inclusive de ter o Comando Móvel. A Bahia contará com equipamentos móveis que vão apoiar esse Centro Integrado de Comando e Controle, de maneira a policiar toda a área, fazer a leitura, a cobertura, com a utilização de helicópteros e inclusive de robôs.

Duzentos e quinze câmeras serão espalhadas durante esse período da Copa das Confederações, legado esse que deve ficar para a cidade.

Então, nós temos que enxergar os Centros de Emergência como pontos centrais para serviço, no Brasil. E venho batendo muito na tecla de que isso tem que ser utilizado para a Defesa Civil, para a agricultura, para o trânsito.

Já imaginou o que é, meu caro Senador Sérgio, a gente poder informar ao povo, nos pontos mais distantes, o que está acontecendo? Poder inclusive re-

cepcionar, nesses centros de emergência, o pedido de socorro e ter a capacidade de chegar com essa ação.

Portanto, o objetivo nosso é sair das 12 cidades-sedes, ganhar o interior do Brasil e instalar Centros de Emergência em todo o País. Essa é a grande política. Esse é o grande desafio.

Eu me recordo inclusive de uma das primeiras reuniões com a Presidenta Dilma, ainda na Liderança do PT, em que a Presidenta insistia muito na nossa capacidade de monitorar diversas ações, orientar o agricultor, orientar quem está na rua, orientar uma ambulância que chega, por exemplo, do interior do Estado e que procura um hospital na capital. Em vez de essa ambulância ficar rodando para saber onde tem e onde não tem leito para aquele doente, ela é orientada por esse centro de regulação e, ao mesmo tempo, guiada pelo centro de comando. Então, é a oportunidade de você estabelecer, usando ferramentas desse novo tempo, as condições para que a gente monitore a cidade. Isso não é para monitorar a vida das pessoas, mas para ajudar a vida das pessoas.

Há um exemplo bem claro disso, meu caro Senador Sérgio. Todo mundo se recorda daquele episódio das bombas utilizadas nos trens da Estação Atocha, na cidade de Madri. O centro de emergência de lá é o conhecido 112. No momento daquele acidente o 112 pode tranquilamente espalhar para todo madrilenho a notícia, pedir ajuda e, ao mesmo tempo, orientar as pessoas que estavam em volta sobre o que estava acontecendo naquele momento. Portanto, essa é uma das práticas importantes.

Hoje os centros modernos ainda têm um plantão para resolver até questões de caráter pessoal.

Estive com o Senador Cyro Miranda, por exemplo, visitando os centros de emergência nos Estados Unidos. Nós fomos numa delegação do Senado, eu e o Senador Cyro Miranda, e pudemos ali constatar o importante papel. Um dos centros, conhecido como Miami Dade, durante um ano, faz a cobertura de aproximadamente 2 milhões, 2 milhões e 500 mil habitantes numa região... Aliás é o Miami Broward, não o Miami Dade.

No Miami Broward nos informaram os responsáveis que aquele centro havia recebido num ano 3 milhões de chamadas, desde a chamada mais complicada do ponto de vista de incêndio, acidente de trânsito ou coisa do gênero, até as chamadas individuais, de pessoas em dificuldade, de pessoas com problemas que se dirigiam a esse centro de emergência.

Da mesma forma, visitamos também o centro de emergência, por exemplo, na cidade de Estocolmo, para vermos exatamente como se processavam as ações de controle e comando para as áreas remotas, pontos longínquos, lugares onde as pessoas vivem e às vezes se isolam no período mais difícil, meu caro Senador

Flexa, da neve, o que a gente poderia fazer uma tradução para o Pará, de pessoas que vivem isoladas, para quem somente a ajuda por barco consegue chegar.

Então, é fundamental ter um centro de comunicação desse e uma estrutura, inclusive, com helicópteros para atender as pessoas, para socorrer. Portanto, nós temos que tirá-los do centro e colocá-los espalhados no País. Por isso é importante o legado da Copa.

O nosso Secretário de Segurança Pública, Maurício Barbosa, dizia hoje, quando da apresentação dos dados sobre o centro de emergência – costume chamar assim –, que ficou batizado de Centro Integrado de Comando e Controle, o seguinte: “Se não fosse a Copa, talvez não estivéssemos implantando esse centro em Salvador nem nas outras cidades-sedes na próxima quinta-feira.” O Governo Federal liberou 43 milhões para consolidarmos isso. Então cabe aproveitar a oportunidade da Copa para consolidarmos com políticas públicas um legado para o pós-Copa, para ficar na vida das pessoas.

Olhem a experiência da cidade de Barcelona.

Barcelona, meu caro Flexa Ribeiro, depois de 1992, dos Jogos Olímpicos, é outra Barcelona. Inclusive, eu tive a oportunidade de visitar o 112, o centro de emergência que cobre a Catalunha. É uma estrutura fantástica! No momento em que eu estava visitando o centro de emergência, na cidade de Tarragona, que responde por toda a Catalunha, um senhor de 60 anos ligava para o centro de emergência pedindo socorro, porque estava em casa sozinho e não sabia que medicação tomar. Ele estava se sentindo mal. No mesmo momento em que ele ligou, o atendente o colocou em paralelo com o médico, já no centro de emergência. Esse médico pôde, consultando o prontuário desse senhor, indicar exatamente a medicação correta que ele devia tomar, assim como chamadas de incêndio, acidentes de trânsito, orientação e a segurança do cidadão. Então, é fundamental essa política.

A Presidenta Dilma deverá estar na cidade do Rio de Janeiro. Espero, inclusive, participar na cidade de Salvador. Está marcado para quinta-feira, às 15 horas. Confesso até que fiz uma reclamaçãozinha, meu caro Sérgio. Tenho reclamado, permanentemente, dessas inaugurações, porque terça, quarta e quinta são os dias que temos que estar aqui. Quando há esses eventos, na maioria das vezes, nós ficamos de fora. Esse é, na realidade, um ato de que eu não só quero participar pela proeza, como tem sido uma bandeira que tenho, permanentemente, defendido aqui, desde outros tempos.

Quando nós discutimos aqui a política de defesa civil, que foi relatada, inclusive, pelo meu companheiro Casildo Maldaner, eu fiz questão de apartear-lo. Vim à tribuna e disse: nós não podemos perder a oportuni-

dade de estabelecer a política de defesa civil no Brasil e de instalar os centros de emergência.

Talvez, se já tivéssemos esses centros funcionando para atender às emergências na região serrana, teríamos dado outro tipo de tratamento para aquelas vidas que foram embora.

Portanto é fundamental. Essa não é mais uma política que podemos retardar. E volto a insistir: não estou falando de nada que já não seja extremamente consolidado no mundo inteiro.

Ora, se estamos hoje adentrando a esse mundo do que de mais moderno existe, no mesmo momento, Senador Flexa, em que um equipamento de última geração, desse ou daquele fabricante, é lançado, as lojas brasileiras ou as operadoras aqui no Brasil oferecem o mesmo equipamento. Por que não podemos também fazer isso entrar na linha dos serviços, para chegar ao serviço de saúde, de educação, de orientação de clima, de orientação para a agricultura, às ações de segurança pública, às ações de defesa civil?

Esse é um equipamento importantíssimo com que os baianos e, obviamente, os brasileiros de outras cidades vão ter oportunidade de ter contato a partir desta quinta-feira. É importante que nós experimentemos isso na Copa das Confederações, mas para que isso possa ser aplicado na copa da vida. A Copa do Mundo vai acabar, sei lá, no final de julho de 2014, mas a copa da vida continua todo dia. Então é fundamental que adotemos essas políticas. E é fundamental que façamos isso de maneira que se espalhe.

Na Bahia, estamos fazendo os centros de comunicação da polícia em diversos lugares do interior. A ideia é depois interligar esses centros ao Centro Integrado de Comando, na capital, para permitir uma cobertura muito mais ampla no Estado.

Esse é um desafio importante que tem de ser assumido como uma política de Nação. Espero, inclusive – tenho conversado muito sobre isso com o Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e com o Presidente da Anatel, João Rezende –, que a Anatel providencie urgentemente a fixação de um número único no Brasil para facilitar a vida do cidadão.

Eu sei que alguém pode dizer que o 190 e o 192 são fáceis, todo mundo conhece. Mas no momento da aflição, Senador Sérgio, quando o sujeito chega ao aparelho e pega o telefone, termina fazendo confusão com três ou quatro números. Então, basta ligar para um.

De forma automática, com uma simples palavra, é assim que funciona no mundo inteiro. Uma verbalização exclusiva bota em paralelo o atendente com alguém da área. Se o sujeito pede um socorro de trânsito, na mesma hora dispara, dentro do centro de emergência, o setor responsável. Assim vale para a questão de

bombeiros, para a questão da polícia, para o Samu. A técnica permite isso hoje. Não estou falando de algo similar à odisséia no espaço, mas de algo concreto, real e possível para adotarmos.

Então, espero poder participar, na próxima quinta-feira, desse importante ato no Parque Tecnológico, ao qual também dediquei boa parte do meu mandato aqui para que pudéssemos contribuir com a sua consolidação. Fico feliz em contar as horas para participar da inauguração de algo que até então parecia distante do povo brasileiro, e cada vez mais vamos dando passos para chegar a uma linha de serviços plenos. Portanto eu me preparo para esta quinta-feira com alegria, porque é mais uma grande conquista que vamos consolidando para a sociedade.

Para não ficar só nesta questão, o dia de hoje também foi importante. E mais uma vez realço a questão da nossa Bahia. Fico contente com o número de inscritos para o leilão de agosto na consolidação de parques eólicos no Brasil. A EPE divulgou hoje os dados: são 655 inscritos, meu caro Eunício, para a consolidação de parques eólicos no Brasil. E desses 655, 238 serão na Bahia, estão inscritos para prestar serviços na Bahia com mais de 5.800 MW de geração de energia.

Isso é importante para desenvolver o Estado, para levar energia e, é claro, levar as condições para espalharmos serviços e atendimento por todo o Estado.

Por isso, é fundamental essa política que nós vamos inaugurar no Brasil inteiro na próxima quinta-feira, volto a frisar, para um serviço pontualmente, eu diria, específico, mas com abrangência e com uma verdadeira amplitude do ponto de vista daquilo que a gente pode ofertar à população do Brasil em termos de segurança, em termos de orientação e, principalmente...

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) –..., em encaminhamento.

Era isto que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tivemos, esta tarde, a lamentável informação do falecimento do intelectual, historiador Jacob Gorender, que se encontrava internado em Unidade de Terapia Intensiva há um mês e meio.

O Sr. Jacob Gorender se destaca como um dos mais renomados historiadores deste País. A trajetória de Jacob Gorender se mistura a alguns dos principais acontecimentos do País no século XX. Um dos funda-

dores do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, autor de uma centena de obras sobre história e sobre a formação econômica e histórica do povo brasileiro, entre elas *A burguesia brasileira*, *Combate nas trevas*, um dos mais ricos relatos sobre a atuação das organizações da resistência armada à ditadura militar, e *O escravismo colonial*, defensor da revisão da Lei da Anistia, com muita convicção, e um dos principais denunciadores do horror que foi a ditadura militar em nosso País, Gorender completou, recentemente, 90 anos, marcados por uma trajetória de lutas, de coerência política e de coerência intelectual.

É Marx que define, que faz a definição, do termo “práxis”. Práxis é a unidade entre a teoria e a prática. Gorender, com certeza, é um dos intelectuais brasileiros que levou a cabo a prática na sua atuação e na sua militância política, as ideias que defendia e o que estudou. A obra de Gorender é fundamental, indispensável para entender a história de resistência do povo brasileiro, a formação econômica e histórica do Brasil e, em especial, para entender o horror que foi a ditadura civil-militar brasileira de 1964 até 1985.

Estamos encaminhando, Sr. Presidente, para a Mesa, voto de pesar. Registramos aqui o nosso pesar, o nosso lamento pela perda desse personagem fundamental para o Brasil, para a esquerda brasileira, para a intelectualidade e para a historiografia de nosso País.

Durante o discurso do Sr. Randolfe Rodrigues, o Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Bem, Senador Randolfe, acho que a política brasileira perde, sem dúvida nenhuma, uma grande contribuição. Mas, por outro lado, meu caro Randolfe, nós, efetivamente, vamos poder, durante muitos anos, beber muito dessa fonte deixada pelo companheiro Jacob Gorender.

Eu falei ali, da tribuna, por exemplo, que até hoje tenho como grande referência dos meus passos aquilo que ele traduziu em letras em *O Escravismo Colonial*, que é, na minha opinião, um dos tratados de economia não escritos por um economista dos mais importantes, mostrando como é possível mudar o curso da história a partir da constatação e da leitura de um verdadeiro escravismo colonial, que Jacob buscava pontuar, ao mesmo tempo, olhando a linha da frente.

Mas, com certeza, nós podemos falar isto dele: perdemos a figura, mas ganhamos dele exatamente essa grande contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento de **Ofício nº 2, de 2013**, do Presidente da Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Pro-**

visória nº 615, de 2013, comunicando a designação do Deputado Josias Gomes como Relator Revisor, em substituição ao Deputado Paulão.

Esta comunicação será feita à Câmara dos Deputados também.

É o seguinte o ofício na íntegra:

Ofício nº 2/MPV 615-2013

Brasília, 11 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a designação do Deputado Josias Gomes como Relator Revisor da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 615, de 17 de maio de 2013, em substituição ao Deputado Paulão, conforme o Ofício nº 554/GAB–LidPT, do Líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, Deputado José Guimarães.

Respeitosamente, – Deputado **João Arruda**, Presidente.

Of. nº 554/GAB-Lid/PT

Brasília, 10 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Informamos a Vossa Excelência que o indicado por esta Liderança para o cargo de Relator Revisor na Comissão Especial da MP nº 615/13 é o Deputado Josias Gomes – PT/BA.

Certo de poder contar com Vossa compreensão no sentido de sanar este equívoco, desde já antecipo meus sinceros agradecimentos.

Atenciosamente, – Deputado **José Guimarães**, – PT/CE, Líder da Bancada na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – A Presidência designa:

– como membro titular, o Deputado Jorge Corte Real, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, e, como membro suplente, o Deputado Josué Bengtson, em substituição ao Deputado Antonio Brito, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 617, de 2013**, conforme o **Ofício nº 273, de 2013**, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados;

– como membro titular, o Deputado Sérgio Moraes, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, e, como membro suplente, o Deputado Walney Rocha, em substituição ao Deputado Antonio Brito, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 618, de 2013**, conforme o **Ofício nº 274, de 2013**, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados; e

– como membro titular, o Deputado Alex Canziani, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 619, de 2013**, conforme o **Ofício nº 275, de 2013**, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados.

Os Ofícios serão encaminhados à Comissão Mista para serem juntados aos processados das matérias.

São os seguintes os ofícios:

Of. nº 273/2013

Brasília, 11 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Jorge Corte Real (PTB/PE), na qualidade de titular, em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB/GO); e, na qualidade de suplente o Senhor Deputado Josué Bengtson (PTB-PA), em substituição ao Senhor Deputado Antonio Brito (PTB/BA), para compor a Comissão Mista sobre a MP 617/2013, que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social _ COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona.”

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputad **Jovair Arantes**
Líder do PTB.

Of. nº 274/2013

Brasília, 11 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Sérgio Moraes (PTB/RS), na qualidade de titular, em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB/GO); e, na qualidade de suplente o Senhor Deputado Walney Rocha (PTB/RJ), em substituição ao Senhor Deputado Antonio Brito (PTB/BA), para compor a Comissão Mista sobre a MP nº 618/2013, que “Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.527, de 8 de agosto de 2002; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$15.000.000.000,00

(quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**,
Líder do PTB.

Of. nº 275/2013

Brasília, 11 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Alex Canziani (PTB/PR), na qualidade de titular, em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB/GO); e, na qualidade de suplente permanece o Senhor Deputado Antonio Brito (PTB/BA), para compor a Comissão Mista sobre a MP nº 619/2013, que “Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água _ Programa Cisternas; e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**
Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Portanto, eram essas duas comunicações que tínhamos a fazer na noite de hoje.

O próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro.

V. Exª tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Walter Pinheiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, abordo um tema bastante delicado, que merece uma atenção maior, sob diversos aspectos, de um fato lamentável e condenável que ocorreu, na última semana, no Município de Santa Cruz do Arari, no arquipélago do Marajó, no meu Estado do Pará.

De acordo com as denúncias veiculadas na imprensa local, regional, nacional e até internacional, o Prefeito da cidade de Santa Cruz do Arari, Marcelo Pamplona, passou a oferecer aos moradores de R\$5,00 a R\$10,00 para cada cachorro que fosse capturado na cidade.

Os animais apreendidos teriam sido mortos posteriormente, e a secretaria de Transportes do Município de Santa Cruz ainda teria cedido uma embarcação para transportar cachorros vivos para uma ilha distante, onde ficariam sem água e comida.

A denúncia, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi feita pelo diretor do Centro de Controle de Zoonoses de Belém, Altevir Lopes. Segundo ele, a preferência era eliminar as fêmeas. Em nota, a Prefeitura se justificou alegando que os cachorros estavam atacando a população, e, por isso, tomou a decisão de pedir o extermínio dos animais, verdadeiro absurdo.

A reação negativa foi imediata na mídia do Brasil e do mundo inteiro, além de criar indignação também nas redes sociais. Artistas conhecidos nacionalmente e que defendem a bandeira de proteção aos animais também usaram a Internet para repudiar o ocorrido. As imagens dos cachorros sendo arrastados pelas ruas, registradas por moradores, chocaram e ainda chocam a todos.

A Secretaria de Estado de Saúde Pública do Governo do Estado do Pará já enviou uma equipe de técnicos da Coordenação Estadual de Zoonoses ao Município para fazer um levantamento epidemiológico e determinar qual a medida mais adequada para controlar a superpopulação de cães. O Ministério Público também já investiga os responsáveis e a Delegacia de Meio Ambiente da Polícia Civil abriu inquérito para apurar os fatos.

Vamos refletir sobre o caso.

Sem dúvida alguma, esse tipo de violência contra os animais é algo repugnante e que nos dá um sentimento de revolta. Absolutamente injustificável, uma vez que existem diversas outras formas de se conter a proliferação de animais.

O mundo, como eu disse, através da imprensa internacional, ficou indignado com a situação dos cães de Santa Cruz do Arari e não poderia ser diferente.

O fato revela a profunda miséria em que vive o povo do Marajó. Que a mesma indignação ocorra, então, também com a situação precária do povo marajoara,

daqueles que vivem em municípios com baixíssimos índices de desenvolvimento humano.

A jornalista Franssinete Florenzano, em seu *blog*, adota exatamente esta linha de raciocínio ao afirmar:

(O caso) inevitavelmente remete à situação da gente marajoara, onde meninas às vezes ainda impúberes se prostituem em troca de um quilo de carne, um litro de diesel ou R\$1,00, e são levadas a isso pelas próprias famílias. A exploração de crianças é uma vergonha, uma ferida profunda. No Marajó, extremamente pobre e esquecido, não há qualquer controle. Os rios são rotas para o tráfico de madeiras, de drogas e de pessoas, é um território de ninguém, situação perpetuada pelo descaso, conivência e corrupção. Meninas ficam à beira dos rios esperando barcos que passam, não importa a hora do dia, para vender seus corpos em troca de comida, o que rendeu a elas o apelido de “balseirinhas”, o que parece ser aceito pela sociedade, que não mexe um músculo para dar um basta a essa desgraça. As famílias miseráveis se desintegram moralmente. O estado de necessidade de dinheiro faz com que as pessoas encarem qualquer coisa, achem natural e até bom o narcotráfico, porque os traficantes dão comida e remédios.

É o que diz a jornalista Franssinete Florenzano.

Dom José Luiz Azcona, bispo do Marajó, é um dos maiores defensores da gente marajoara e denuncia, há anos, os casos de violação dos direitos humanos, tráfico e prostituição na região. Prostituição e violência do corpo de milhares de crianças marajoaras. São casos terríveis e que acabam com a dignidade, a esperança e a expectativa de viver com o mínimo de humanidade.

Diz ainda a jornalista Franssinete Florenzano:

Assim como os cãezinhos de Santa Cruz do Arari, o caboclo marajoara também tem sido manietado, amordaçado, mantido doente, com fome e com sede de cidadania, desde a mais tenra idade.

E a jornalista encerra com um questionamento:

Será que as crianças e as adolescentes, os adultos e velhinhos marajoaras não merecem o carinho, a solidariedade, o ardor e a indignação a mover a sociedade exigindo que sejam tratados devidamente como gente? Ou terão que virar, literalmente, animais para ganhar atenção?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o caso dos cães é mais um dentre os vários capítulos que compõem a história do Marajó. Porém, sua gente, suas

riquezas naturais e seu potencial garantem que esta história tenha também capítulos da perseverança de seu povo, das batalhas diárias pela sobrevivência e a força da gente marajoara, sua maior característica,

Para que a história do Marajó não seja marcada apenas pelas lutas e pela esperança de dias melhores, mas, sim, por dias efetiva e realmente melhores para o povo marajoara, é preciso uma ação afirmativa, firme e estratégica do Governo Federal.

Para quem não conhece, o Arquipélago do Marajó possui mais de 3 mil ilhas praticamente inacessíveis. São 16 Municípios que abrigam quase meio milhão de seres humanos, meio milhão de brasileiros. Uma área extensa, de difícil acesso e com baixa densidade demográfica, de cerca de 4 habitantes por quilômetro quadrado. Uma área que precisa de investimentos públicos significativos em todas as áreas, especialmente na infraestrutura, pelo Governo Federal, para promover seu desenvolvimento. Um desenvolvimento efetivo e não meramente festivo. A segunda opção, o desenvolvimento festivo, apenas ela, foi feita pelo ex-Presidente Lula, que, em julho de 2006, lançou o chamado Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, em Breves.

No caderno de projetos estavam descritas pelo menos 190 ações em infraestrutura, sobretudo em rodovias, atenção básica de saúde, principalmente no combate aos surtos de malária, e todo o ordenamento territorial da região. O plano previa assistência aos 16 Municípios marajoaras e foi assinado, Senador Walter Pinheiro, por 18 instituições federais, dentre elas 12 Ministérios, sendo a coordenação, vejam só, da então Ministra da Casa Civil, hoje Presidente Dilma Rousseff. Seriam, de acordo com o anúncio, cerca de R\$2 bilhões investidos no Arquipélago do Marajó. Mas, infelizmente, apesar do tom festivo do anúncio do plano, pouco ou quase nada foi feito de efetivo.

Agora, recentemente, no dia 16 de abril deste ano, mais festa. O Ministério da Integração Nacional promoveu, no prédio da Sudam, em Belém, um encontro para reativar o plano de 2006. Mais conversas, mais promessas. Disto o povo do Marajó está cansado.

Por isso, o plano que o Marajó hoje defende é aquele que seja efetivo, e isso pode ser feito. Basta vontade política. Que o Governo Federal escolha o Marajó como sede da Base Naval da Segunda Esquadra da Marinha do Brasil. Defendemos isso e temos certeza de que é a melhor localização para a Segunda Esquadra da Marinha do Brasil. Afinal, razões técnicas não faltam para que o Município de Chaves seja escolhido.

No Marajó, uma nova Base Naval, em posição protegida, a pouca distância da linha do Delta do Rio Amazonas e totalmente voltada para o Oceano Atlântico, facilitaria ainda mais o controle estratégico da re-

gião, com maior valor defensivo para toda a Amazônia. E o Município de Chaves já foi um centro militar no final do século XVIII, quando dispôs de grande guarnição, devido à sua posição estratégica às proximidades da foz do Rio Amazonas.

Além de razões técnicas, o Estado brasileiro deve tratar de forma desigual os desiguais. Senhora Presidente Dilma Rousseff, isso é constitucional. E a Ilha do Marajó apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,63, abaixo da média nacional.

Então, Sr^{as} e Srs. Senadores, a instalação, a implantação da Segunda Esquadra da Marinha do Brasil, na Ilha do Marajó, no Município de Chaves, vai fazer com que se atenda não só à questão da segurança da Amazônia, numa situação estratégica, mas também dará àquele arquipélago a possibilidade de, efetivamente, ter uma ação do Governo Federal que venha a trazer seu desenvolvimento econômico e, em especial, social.

Assim, a região apresenta baixa densidade demográfica, reunindo as condições naturais e favoráveis à implantação da base, que irá acelerar o desenvolvimento regional não só nos seus objetivos, mas, principalmente, no combate à biopirataria, tráfico de drogas e de pessoas e à prostituição infantil. Tudo isso por conta de algo simples e fundamental: com a Base Naval, o Estado brasileiro, efetivamente, chegará ao Marajó, de onde sempre esteve, historicamente, distante.

Uma outra ação, Sr^{as} e Srs. Senadores, de maior importância do Governo Federal para o desenvolvimento econômico e social do Arquipélago do Marajó, é a criação da Universidade Federal do Marajó, com base na cidade de Breves. Tenho absoluta certeza. Já foram criadas a Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede em Santarém; a Universidade Federal recentemente do sul e do sudeste do Pará, com sede em Marabá.

Tenho certeza absoluta, Presidenta Dilma Rousseff, que V. Ex^a pode e deve recompensar o Estado do Pará por todas as condições que não lhe são dadas, por ser o Estado do Pará um dos que mais ajudam a nossa Nação, o nosso País, com prejuízo, por ter 40% da sua base econômica não tributada pela Lei Kandir, por ser um Estado exportador de matérias-primas.

Estamos discutindo aqui vários projetos de interesse do Estado do Pará que, lamentavelmente, sempre nos colocam em uma situação de desvantagem em relação aos nossos Estados irmãos da Região Amazônica.

Mas é preciso que haja uma ação efetiva do Governo Federal, no momento em que o Marajó, lamentavelmente, aparece nas manchetes, eu diria, não só do nosso País, mas da mídia internacional, no sentido de ter a sua imagem denegrada por uma ação injustificável do prefeito de Santa Cruz do Arari.

Então, são duas ações que o Senador Flexa Ribeiro vem, há muito tempo, defendendo em prol da região, do Arquipélago do Marajó: a primeira, a instalação da Segunda Esquadra Naval no Município de Chaves; e a segunda, a instalação de uma universidade federal no Arquipélago do Marajó.

Os fatos lamentáveis ocorridos com os cães do Marajó revelam a pobreza extrema em que vive o povo daquela região. É um caso que precisa ser investigado, e seus responsáveis, punidos.

Porém, para que acontecimentos tão cruéis como esses não se repitam jamais, precisamos de ações efetivas por parte do Estado brasileiro. É isso o que todos nós esperamos, cobramos e exigimos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Walter Pinheiro, que ora preside esta sessão, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso e congratulações ao ex-Ministro da Secretaria de Direitos Humanos e atual diretor do Instituto Lula, Paulo Vannuchi, pela eleição como membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, na última quinta-feira, 6 de junho.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é formada por sete membros e é uma das entidades do Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos nas Américas.

Três vagas foram renovadas no processo eleitoral. Segundo o Itamaraty, a eleição de Vannuchi à CIDH fortalece o compromisso do Brasil com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e representa uma grande vitória ao Brasil.

Em 2011, as relações entre o Brasil e a OEA ficaram estremecidas, quando a comissão da organização pediu a interrupção das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, devido às críticas das comunidades indígenas da região. Diplomatas já ponderaram que, apesar da surpresa causada pelo posicionamento da entidade em relação a Belo Monte, o episódio foi superado.

À época, o governo chegou a retirar a candidatura do próprio Vannuchi ao cargo, devido ao mal-estar diplomático causado pelo posicionamento da instituição. Ele concorreria à vaga aberta com o fim do mandato de Paulo Sérgio Pinheiro.

Autoridades do Palácio do Planalto veem a eleição de Vannuchi como sinal dos demais membros da comissão de que há vontade de ver o Brasil totalmente reintegrado ao colegiado.

Paulo Vannuchi comandou a Secretaria de Direitos Humanos entre 2005 e 2011, durante o governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Formado em jornalismo e com mestrado em Ciência Política, Paulo de Tarso Vannuchi, de 63 anos, sempre atuou na defesa e na preservação dos direitos humanos. Paulista de São Joaquim da Barra, foi preso político durante o governo militar.

O ex-Ministro foi o principal responsável pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 2010, Vannuchi defendeu que Lei de Anistia não se aplicava aos torturadores. Atualmente é diretor do Instituto Lula e responsável pelo projeto do Memorial da Democracia.

Vannuchi participou da elaboração do livro *Brasil Nunca Mais*, coordenado por Dom Paulo Evaristo Arns. Em 1975, foi um dos responsáveis pelo dossiê entregue à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a tortura praticada pela ditadura militar e os assassinatos cometidos, mencionando 233 nomes de torturadores e detalhando os métodos usados, inclusive citando unidades onde as torturas ocorriam. O documento é considerado um dos mais completos desde 1964.

De 1977 a 1985, Vannuchi trabalhou com a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral Operária e as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, promovendo cursos de formação e assessoria política para lideranças, religiosos e bispos. Vannuchi foi Deputado Federal na Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e Secretário Executivo da Coordenação Nacional da campanha de Lula, em 1994.

A Presidenta Dilma Rousseff emitiu, na sexta-feira, 7, nota em que afirma que a eleição do ex-ministro Paulo Vannuchi é motivo de orgulho para o Governo brasileiro.

No Brasil, Vannuchi consolidou o papel institucional da Secretaria de Direitos Humanos e contribuiu para o resgate da verdade histórica sobre as vítimas da ditadura. Sua capacidade de trabalho, seu empenho e dedicação asseguram que dará contribuição relevante à OEA e ao compromisso brasileiro com o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Desejo, portanto, a Paulo Vannuchi, muito boa sorte.

Quero, também, Sr. Presidente Senador Flexa Ribeiro, externar meus votos de pesar e homenagem ao historiador Jacob Gorender. Pedi ao nosso Senador que apresentou requerimento de pesar, Randolfe Rodrigues, para que também possa eu assiná-lo.

Ademais, gostaria de requerer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido na última sexta-feira, 7 de junho, aos 87 anos, do jornalista, editorialista econô-

mico do Jornal *O Estado de S. Paulo*, Robert Eugène Appy, bem como apresentação de condolências aos seus quatro filhos e esposa. Entre eles, o ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy.

Luto no jornalismo, porque, em menos de um mês, a imprensa brasileira perdeu Roberto Appy, Ruy Mesquita, Roberto Civita.

Nascido em 1º de junho de 1926, em Cavaillon, na França, Appy cursou Letras na Faculdade de Grenoble, Filosofia Escolástica na Faculdade Católica de Lyon e Economia no Instituto de Estudos Políticos de Paris.

Francês, radicado no Brasil, há seis décadas, Appy foi, ao lado de Alberto Tamer e Frederico Heller, responsável pela composição do núcleo de editoria econômica do *Estadão* nos anos 60. Sua carreira como jornalista começou no jornal *Combat*, de Paris, como redator especializado em questões universitárias, um jornal que tinha como seu principal contribuidor Albert Camus. Depois foi promovido a Secretário de Redação.

Mesmo contratado pelo *Estadão* desde 1953, Appy também colaborava com as revistas francesas *Esprit* e *Revue des Sciences Politiques* e também foi correspondente dos jornais *Le Monde* e *L'Information Économique e Financière*.

A seriedade que dedicava a cada matéria permitia que suas opiniões fossem baseadas numa ideia muito realista das questões e em dados precisos que recolhia no seu arquivo pessoal cuidadosamente organizado. Sua atuação tornou-se ainda mais efetiva com a criação, pelo Estado, em 1957, da seção Atualidade Econômica, primeira editoria de economia da imprensa brasileira.

Manteve amizade próxima com autoridades que conheceu ao longo da carreira, como o ex-Presidente francês Giscard d'Estaing, o ex-Presidente da Comissão Europeia Jacques Delors e os Diretores do FMI Michel Camdessus e Jacques de la Rosière.

Não foram poucos os Ministros da Fazenda do Brasil que procuraram conhecer sua opinião a respeito dos mais delicados problemas econômicos do País.

Appy também era um interlocutor frequente dos diretores-gerentes do FMI, a tal ponto que se tornou um dos primeiros jornalistas a antecipar que a reunião de Toronto, em 1982, mudaria de maneira irreversível a relação entre os países industrializados e os emergentes. Exerceu, durante anos, o cargo de Conselheiro Econômico do Banco Francês e Italiano para a América do Sul. Trabalhou na *Visão* e foi conselheiro do Banco Sudameris.

Recebeu uma série de comendas e condecorações internacionais e brasileiras. Entre outras, a Legião de Honra, concedida pelo governo francês, a Ordem Nacional do Mérito da França, o *Premio Presaenza d'Italia in Brasile*, do *Circolo Italiano*, o *Prêmio Abamec* e o *Prêmio BNP Paribas de Cidadania*.

Em 1987, lançou, pela Editora José Olympio, o livro *Capital Estrangeiro & Brasil: um Dossiê*, cuja apre-

sentação começava com a seguinte frase: “Este livro é a favor do capital estrangeiro, ou melhor... do Brasil”. E, ao longo da obra, explicava a aparente contradição: no sistema capitalista, o capital não tem pátria e sua função é contribuir para o desenvolvimento da economia, independentemente da localização geográfica.

Mesmo com dificuldades de locomoção, comparecia diariamente à sede do jornal para a reunião dos editoriais com Ruy Mesquita, que faleceu no dia 21 de maio. Manteve essa rotina até um dia antes de ser internado. Chegou a enviar vários editoriais do hospital e de casa.

Ainda por volta de dezembro do ano passado, Roberto Appy, que eu conheci ao longo dos anos em que colaborou com *O Estado de S. Paulo*, e por vezes nos encontrávamos em alguma palestra, em algum debate, e havia uma relação de respeito, nem sempre concordando com suas ideias, mas sempre da forma mais construtiva, telefonou-me, pedindo que eu fizesse uma visita a Antônio Pimenta Neves, que se encontrava e ainda se encontra na prisão de Tremembé. Ocorre que, em 1975, eu havia sido colega dele na revista *Visão*. Antônio Pimenta Neves foi, naquele ano, editor de economia, e ali interagíamos. Sempre tivemos uma relação próxima de amizade, mas ocorreu a tragédia na vida de Antônio Pimenta Neves, em um momento em que ele estava muito tenso com inúmeras atribuições, como um dos editores principais do jornal *O Estado de S. Paulo*, a ponto de ele próprio me dizer que artigos do *The New York Times*, publicados em inglês, ele mesmo os traduzia para publicar no dia seguinte no *Estado de S. Paulo*. Foi nesse tempo de tamanha atribuição que ele chegou a tomar alguns remédios. Houve momentos de tensão que o levaram à tragédia de matar a própria esposa, e por isso foi condenado.

Roberto Appy pediu-me que eu lhe fizesse uma visita. Achei que era um ato humanitário, Presidente Flexa Ribeiro. Às vezes, a pessoa comete um erro tão grave quanto esse, mas pede que uma pessoa como um Senador chegue lá e converse com ele. Fiz a visita, conversei por hora e meia com ele, recordamos episódios. Ele até me disse: “Bem que eu podia ter publicado, quando você me mandou a entrevista com o Milton Friedman e com o James Tobin, no *Estadão*, e acabei não publicando”. Teria sido ótimo, eram entrevistas em que eu perguntava aos dois laureados com o Nobel da Economia sobre a origem da proposta da garantia de uma renda, seja através de um imposto de renda negativo, seja através de uma renda básica incondicional. Ao concluir a visita, telefonei para Roberto Appy e disse que o havia encontrado até bem, nas circunstâncias de quem está preso.

E ele aguardava a possibilidade de, um dia, porque realiza trabalhos de faxina, de limpeza na prisão, ter reduzido o tempo de cumprimento da sua pena. Transmiti isso a Roberto Appy, e até recordei um pouco esse fato

no diálogo que mantive com Bernardo Appy, que foi um dos principais colaboradores do Ministro Palocci e do Ministro Guido Mantega, e, na equipe econômica, foi um dos responsáveis pela política econômica. Atualmente, realiza trabalho numa consultora, mas tenho uma relação de muito respeito e amizade com o economista Bernardo Appy, que muito colaborou com o governo do Presidente Lula, e fiz questão de lhe dar um abraço.

Assim, agradeço muito a atenção, Presidente Flexa Ribeiro.

Se V. Ex^a me permitir mais dois minutos, eu assinalarei um artigo do Professor Dalmo de Abreu Dallari, publicado na *Folha*, no sábado último, sobre um dos temas que foi objeto de muito debate na tarde de hoje. Posso fazê-lo?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – V. Ex^a terá o tempo necessário para concluir o seu pronunciamento, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Trata-se do texto publicado na *Folha de S. Paulo*, se deve ou não a demarcação de terras indígenas ser modificada. A opinião de Dalmo de Abreu Dallari foi no sentido contrário, mas a *Folha* publicou a palavra de outro autor, que seria a favor. Mas diz o Professor Dalmo, que é, sem dúvida, um dos mais eminentes juristas brasileiros:

A demarcação das áreas indígenas está expressamente prevista na Constituição e já foram há muito tempo estabelecidas as regras legais que devem ser observadas para esse fim. A demarcação é extremamente importante para a efetivação da garantia dos direitos decorrentes da ocupação tradicional das terras pelos índios. Ela foi determinada pela Constituição de 1988, no artigo 67, no qual se diz que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. E pelo artigo 20, inciso XI, ficou estabelecido que são bens da União “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”. Assim, pois, considerando que a demarcação das áreas federais é função de caráter administrativo, inerente, portanto, às atribuições do Poder Executivo, é este que tem o poder e o dever de proceder à demarcação das áreas indígenas.

O procedimento para demarcação das áreas indígenas foi expressamente regulado pelo Decreto nº 1.175, de 1996, não havendo necessidade de modificação dos critérios ali estabelecidos. Talvez sejam convenientes algumas mudanças sugeridas pela experiência, mas as atribuições fundamentais das demarcações devem ser mantidas, concentrando-se na Fun-

dação Nacional do Índio (Funai) o comando dos processos demarcatórios.

São absurdas e contrárias à Constituição algumas tentativas de entregar a demarcação a órgãos constitucionalmente incompetentes e a outros absolutamente despreparados para a demarcação honesta.

Assim, por exemplo, está em curso no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional, a PEC 215, que, contrariando a Constituição e com evidente má-fé, pretende transferir para o Legislativo a função de demarcar as áreas indígenas.

É evidente o absurdo dessa proposição: um órgão do Poder Legislativo teria a incumbência de executar uma tarefa que é, obviamente, de natureza administrativa e que, evidentemente, está incluída nos encargos que a Constituição atribuiu ao Poder Executivo.

A par disso, assinale-se que a demarcação é um procedimento técnico,...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

... que no tocante às áreas indígenas exige conhecimentos especializados e, em alguns casos, equipamento tecnológico sofisticado. Com efeito, a par das dificuldades que muitas vezes são encontradas por causa das peculiaridades dos locais a serem percorridos pelos demarcadores, existe a necessidade de conhecimentos especializados sobre os índios. Diz a Constituição, no artigo 231, parágrafo 1º, que os índios ocuparão as terras para vários fins, incluindo as atividades produtivas e as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários à reprodução física e cultural da comunidade indígena, “segundo seus usos, costumes e tradições”.

Com base nessas diretrizes, é feito, primeiro, o reconhecimento da ocupação da área pelos índios, o que implica, entre outros aspectos, a constatação dos limites da ocupação. Em seguida, com fundamento nesses dados, é feita a demarcação.

Assim, pois, é inaceitável a pretensão de entregar a demarcação ao Poder Legislativo ou a órgãos do Executivo absolutamente despreparados, que não têm familiaridade com as peculiaridades e tradições das comunidades indígenas e suas normas de ocupação das terras para satisfação de suas necessidades. Não existe qualquer motivo sério e respeitável para tirar da Funai um encargo que é inerente

as razões de sua existência, sob o pretexto de melhorar a regulamentação. O que falta é dar à Funai os recursos necessários para que ela possa cumprir sua tarefa. E nada impede que os legítimos interessados participem no processo de demarcação, que é público e aberto a colaborações de boa-fé e bem fundamentados.

Professor Dalmo de Abreu Dallari, 81 anos, é professor emérito da Faculdade de Direito...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... da Universidade de São Paulo.

Agradeço muito, Senador Flexa Ribeiro. V. Ex^a acompanhou, hoje à tarde, os embates por vezes entusiasmados de Senadores e Senadoras, como Waldemir Moka, Kátia Abreu e outros que aqui se pronunciaram sobre esse tema da demarcação das terras indígenas.

Avaliei que seria importante também trazer a colaboração de um eminente jurista, como a do Professor Dalmo de Abreu Dallari, para que se enriqueça o debate sobre o tema.

Agradeço muito por V. Ex^a ter me dado o tempo adicional.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Walter Pinheiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 609, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido na última sexta-feira, dia sete de junho, aos 87 anos, do jornalista editorialista econômico do jornal *O Estado de S. Paulo*, Roberto Eugéne Appy, bem como apresentação de condolências aos quatro filhos, entre eles o ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Justificação

Luto no jornalismo. Em menos de um mês a imprensa brasileira perdeu três grandes nomes: Roberto Appy, Ruy Mesquita e Roberto Cívita.

Nascido em 1º de junho de 1926, na cidade de Cavailon, na França, Appy cursou Letras na Faculda-

de de Grenoble; Filosofia Escolástica na Faculdade Católica de Lyon, e Economia no Instituto de Estudos Políticos de Paris (Sciences Po).

Francês, radicado no Brasil há seis décadas, Appy foi, ao lado de Alberto Tamer e Frederico Heller, responsável pela composição do núcleo da editoria econômica do “Estadão” nos anos 60. Sua carreira como jornalista começou no jornal *Combat*, de Paris, como redator especializado em questões universitárias. Depois, foi promovido a secretário de redação.

Mesmo contratado pelo “Estadão” desde 1953, Appy também colaborava com as revistas francesas *Esprit* e *Revue des Sciences Politiques* e também foi correspondente dos jornais franceses *Le Monde* e *L'Information Économique e Financière*.

A seriedade que dedicava a cada matéria permitia que suas opiniões fossem baseadas numa ideia muito realista das questões e em dados precisos, que recolhia no seu arquivo pessoal, cuidadosamente organizado. Sua atuação tornou-se ainda mais efetiva com a criação pelo Estado, em 1957, da seção Atualidade Econômica, a primeira editoria de Economia da imprensa brasileira.

Manteve amizade próxima com autoridades que conheceu ao longo da carreira, como o ex-presidente francês Giscard d'Estaing, o ex-presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors e os ex-diretores do FMI Michel Camdessus e Jacques de la Rosière.

Não foram poucos os ministros da Fazenda do Brasil que procuraram conhecer sua opinião a respeito dos mais delicados problemas econômicos do País.

Appy também era um interlocutor frequente dos diretores-gerentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), a tal ponto que se tornou um dos primeiros jornalistas a antecipar que a reunião de Toronto (Canadá), em 1982, mudaria de maneira irreversível a relação entre os países industrializados e os emergentes. Exerceu, durante anos, o cargo de conselheiro econômico do Banco Francês e Italiano para a América do Sul. Trabalhou ainda na revista *Visão* e foi conselheiro do banco Sudameris.

Recebeu uma série de comendas e condecorações internacionais e brasileiras. Entre outras estão a Legião de Honra, concedida pelo governo francês, a Ordem Nacional do Mérito da França, o Prêmio Presaenza d'Italia in Brasile, do Circolo Italiano, o Prêmio Abamec e o Prêmio BNP Paribas de Cidadania.

Em 1987, lançou, pela Editora José Olympio, o livro *Capital Estrangeiro & Brasil: um Dossiê*, cuja apresentação começava com uma frase polêmica: “Este livro é a favor do capital estrangeiro, ou melhor... do Brasil.” E, ao longo da obra, explicava a aparente contradição: no sistema capitalista, o capital não tem pátria e sua função é contribuir para o desenvolvimento da economia, independentemente da localização geográfica.

Mesmo com dificuldades de locomoção, comparecia diariamente à sede do jornal para a reunião dos editorialistas com Ruy Mesquita, que faleceu no dia 21 de maio. Manteve essa rotina até um dia antes de ser internado. Chegou a enviar vários editoriais do hospital e de casa.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy** – Senador **Wellington Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 610, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de aplauso e congratulações ao ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos, e atual diretor do Instituto Lula, Paulo Vannuchi, pela eleição como membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) – na última quinta-feira, dia 06 de junho.

Justificação

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é formada por sete membros e é uma das entidades do Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos nas Américas. Três vagas foram renovadas no processo eleitoral. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a eleição de Vannuchi à CIDH fortalece o compromisso do Brasil com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e representa uma grande vitória ao país.

Em 2011 as relações entre o Brasil e a OEA ficaram estremecidas, quando a comissão da organização pediu a interrupção das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte devido às críticas das comunidades indígenas da região. Diplomatas já ponderaram que, apesar da surpresa causada pelo posicionamento da entidade em relação a Belo Monte, o episódio foi superado.

À época, o governo chegou a retirar a candidatura do próprio Vannuchi ao cargo devido ao mal estar diplomático causado pelo posicionamento da instituição. Ele concorreria à vaga aberta com o fim do mandato de Paulo Sérgio Pinheiro. Autoridades do Palácio do Planalto veem a eleição de Vannuchi como sinal dos demais membros da comissão de que há vontade de ver o Brasil totalmente reintegrado ao colegiado.

Paulo Vannuchi comandou a SDH entre 2005 e 2011, durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Formado em jornalismo e com mes-

trado em ciência política, Paulo de Tarso Vannuchi, de 63 anos, sempre atuou na defesa e preservação dos direitos humanos. Paulista de São Joaquim da Barra, ele foi preso político durante o governo militar.

O ex-ministro foi o principal responsável pelo Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 2010, Vannuchi defendeu que Lei de Anistia não se aplica aos torturadores. Atualmente é diretor do Instituto Lula e responsável pelo projeto do Memorial da Democracia.

Vannuchi participou da elaboração do livro *Brasil Nunca Mais*, coordenado por dom Paulo Evaristo Arns. Em 1975, foi um dos responsáveis pelo dossiê entregue à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a tortura praticada pela ditadura militar e os assassinatos cometidos, mencionando 233 nomes de torturadores e detalhando os métodos usados, inclusive citando unidades onde as torturas ocorriam. O documento é considerado um dos mais completos desde 1964.

De 1977 a 1985, Vannuchi trabalhou com a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral Operária e as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, promovendo cursos de formação e assessoria política para lideranças, religiosos e bispos. Vannuchi foi deputado federal na Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, e secretário executivo da Coordenação Nacional da campanha de Lula, em 1994.

A Presidenta Dilma Rousseff emitiu, na sexta-feira (7), nota em que afirma que a eleição do ex-ministro Paulo Vannuchi é motivo de orgulho para o governo brasileiro.

“No Brasil, Vannuchi consolidou o papel institucional da Secretaria de Direitos Humanos e contribuiu para o resgate da verdade histórica sobre as vítimas da ditadura. Sua capacidade de trabalho, seu empenho e dedicação asseguram que dará contribuição relevante à OEA e ao compromisso brasileiro com o fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.”

Sala das Sessões, 11 de junho de 2013. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy** – Senador **Wellington Dias**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECERES

NºS 513 A 515, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 (nº 785/2011, na Casa de origem, do Deputado Onofre Santo Agostini) que obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.

PARECER Nº 513, DE 2013

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador LUIZ HENRIQUE

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 48, de 2012, que altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com a finalidade descrita na ementa.

A proposição é composta por cinco artigos. O primeiro cumpre o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, indicando o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

O art. 2º promove alterações nos arts. 11, 37 e 82 da Lei nº 10.233, de 2001. A modificação feita no inciso III do art. 11 é singela, porém significativa. Retira-se “interesses dos” do seu texto, e o princípio que deve reger o gerenciamento da infraestrutura e a operação dos transportes aquaviário e terrestre previsto nesse dispositivo passa de proteção aos interesses dos usuários para proteção dos próprios usuários.

O art. 37 da Lei nº 10.233, de 2001, estabelece obrigações mínimas do concessionário que devem estar estabelecidas no contrato de concessão. A ele está sendo acrescido o inciso IV, para determinar a obrigação de construir e manter, quando se tratar de infraestrutura rodoviária, estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, localizadas às margens da rodovia, preferencialmente nas imediações de posto de combustível, e separadas entre si por no máximo cento e cinquenta quilômetros, das quais façam parte instalações, áreas e serviços destinados a abrigo, a descanso, a higiene, a alimentação, a obtenção de informações relacionadas à concessão, a comunicação telefônica e a estacionamento e reparação de veículos.

O art. 82 define as atribuições do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Nele, a proposição modifica o inciso II, para incluir taxativamente entre essas atribuições a de estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para a elaboração de projetos e execução das estações de apoio.

O art. 3º do PLC exclui do âmbito de aplicação do novel inciso IV do art. 37 da Lei nº 10.233, de 2001, que obriga a construção e manutenção das estações de apoio, as concessões de rodovias vigentes na data de publicação da Lei.

O art. 4º determina que nos instrumentos de convênio de delegação de rodovia ou trecho rodoviário firmados entre a União e o Distrito Federal, Estado ou Município, após a data de publicação da Lei, deverá constar cláusula que exija o cumprimento da obrigação prevista no acrescentado inciso IV do art. 37 da Lei nº 10.233, de 2001, no caso de a exploração da rodovia ou do trecho rodoviário ser concedida a pessoa jurídica ou consórcio de empresas, nos termos de lei federal.

Por fim, o art. 5º define que a lei que resultar da aprovação da proposição vigorará a partir do sexagésimo dia posterior à data da publicação.

Nos termos do inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno, o Projeto foi distribuído para apreciação por este colegiado e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Considerando que haverá manifestação terminativa de comissão temática – Comissão de Serviços de Infraestrutura –, optamos por não nos manifestar quanto ao mérito.

A matéria tratada no PLC é de competência da União, a teor dos arts. 21, XII, e, 22, XXVII e art. 175 da Carta Política.

A proposição não contém vícios de juridicidade e não se identifica óbice de natureza constitucional à continuidade da sua tramitação, que segue os ditames regimentais.

No tocante à técnica legislativa, cremos ser necessário alterar a ementa, de forma a melhor explicitar o objetivo da futura lei, em consonância com o que prevê o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Nesse diapasão, considera-se constitucional, jurídico e regimental o Projeto de Lei sob análise.

III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, e, conseqüentemente, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a obrigatoriedade da construção e da manutenção de estações de apoio a condutores de veículos de transporte de carga ou de veículos de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais, e dá outras providências.

Sala da Comissão, 31 de outubro de 2012.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA , Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLC Nº 48 DE 2012ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/10/12, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</u>	
RELATOR: <u>Senador Luiz Henrique</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B. e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPLICY <i>[assinatura]</i>
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ
JORGE VIANA	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	5. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA <i>[assinatura]</i>	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES <i>[assinatura]</i>	7. HUMBERTO COSTA <i>[assinatura]</i>
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
RICARDO FERRAÇO	1. RENAN CALHEIROS
EUNÍCIO OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	2. ROBERTO REQUIÃO <i>[assinatura]</i>
PEDRO SIMON <i>[assinatura]</i>	3. TOMÁS CORREIA <i>[assinatura]</i>
ROMERO JUCÁ <i>[assinatura]</i>	4. EDUARDO BRAGA <i>[assinatura]</i>
VITAL DO RÊGO	5. LOBÃO FILHO
LUIZ HENRIQUE <i>[assinatura]</i>	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES	7. BENEDITO DE LIRA <i>[assinatura]</i>
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES <i>[assinatura]</i>	1. LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>
ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[assinatura]</i>	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	3. CÍCERO LUCENA
JOSÉ AGRIPINO <i>[assinatura]</i>	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2. CIRO NOGUEIRA
MAGNO MALTA	3. JOÃO RIBEIRO
	4. EDUARDO AMORIM
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>[assinatura]</i>	
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	1. MARCO ANTÔNIO COSTA <i>[assinatura]</i>

PARECER Nº 514, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador CASILDO MALDANER

I – RELATÓRIO

Chega para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 48, de 2012 (Projeto de Lei nº 785, de 2011, na Casa de origem), de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, que “obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais”.

O projeto contém cinco artigos. O art. 1º indica o objeto da lei proposta. O art. 2º detalha as modificações a serem introduzidas na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, especialmente no sentido de exigir a construção, a cada 150 km, de estações de parada para veículos de transporte de carga e público de passageiros nas rodovias concedidas. O art. 3º estabelece que tal obrigação não se aplica aos contratos de concessão em vigor, enquanto o art. 4º determina que a exigência deverá ser atendida mesmo no caso das rodovias delegadas pela União para estados, Distrito Federal e municípios, quando estas forem subsequentemente concedidas para a administração privada. Por fim, o art. 5º contém a cláusula de vigência, que seria de sessenta dias após a publicação da lei decorrente do projeto ora analisado.

Em sua justificação o autor relata que, tradicionalmente, os motoristas de caminhão no Brasil fizeram uso extensivo dos postos de serviço ao longo das rodovias para descansarem durante suas jornadas, ou ao fim do dia se serviço. Entretanto, mudanças tecnológicas nos caminhões teriam resultado em crescente autonomia desses veículos, que, paulatinamente, têm dispensado a necessidade de reabastecimento ao longo do trajeto. Esse fato, portanto, aliado a uma redução contínua nas margens de lucro na venda de combustíveis, têm significado menos postos de serviços ao longo das rodovias, e, segundo o autor, mesmo aqueles que ainda conseguem operar, têm adotado medidas drásticas de redução de custos, como a supressão de áreas de estacionamento e de banheiros dotados de chuveiros. Ante esse cenário, o projeto obriga a construção de estações de descanso – que se constituam em uma alternativa à rede cada vez menos densa de postos de combustíveis – nas futuras concessões rodoviárias.

Inicialmente, a matéria foi distribuída apenas à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Entretanto, após a matéria ter sido aprovada na CCJ, com a apresentação de uma emenda de relator, foi aprovado requerimento para a audiência adicional desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Após a deliberação da CAE, a matéria segue para a CI, onde deverá colher decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – ANÁLISE

Nossa análise será centrada no mérito, em especial quanto aos aspectos econômicos da matéria, uma vez que a CCJ já examinou os aspectos de constitucionalidade e juridicidade. Verificaremos também a técnica legislativa empregada, pois acreditamos que podemos contribuir com a redação do projeto analisado.

Não há dúvidas a respeito do mérito da proposta sobre a qual nos debruçamos. De fato, em um país com as dimensões continentais que caracterizam o Brasil, vencer grandes distâncias para manter a integração nacional é uma realidade constante e obrigatória.

Nesse sentido, é necessário haver pontos de parada intermediários para que os motoristas possam realizar seu necessário descanso ao longo das jornadas. Esse aspecto é fundamental para garantir uma maior segurança ao longo das vias, uma vez que motoristas descansados certamente são mais atentos que aqueles fatigados por extensos períodos de direção ininterrupta.

A proposta analisada ganhou ainda mais relevo ante à entrada em vigor do chamado “Estatuto do Motorista”, aprovado pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que determina que os motoristas profissionais são obrigados a descansar após um período de condução máximo de 4 horas. Nesse caso, entendemos que a existência de pontos de parada é imprescindível para o bom cumprimento dessa lei.

Deve-se alertar que o texto original do Estatuto do Motorista previa a implantação de pontos de parada em todas as rodovias concedidas. Esse dispositivo, entretanto, foi vetado pela Presidência da República, que considerou problemático impor novas obrigações a concessões vigentes, já que isso ensejaria, inevitavelmente, um reajuste das tarifas de pedágio praticadas. Observe-se, contudo, que o texto que analisamos determina que apenas as futuras concessões estarão sujeitas à exigência de construção dos pontos de parada, o que afasta a preocupação anteriormente manifestada pelo Poder Executivo.

Nessa mesma linha de raciocínio, entendemos que a exigência da criação dos pontos de parada não impactará sobremaneira o preço das tarifas das futuras concessões. Isso porque o concessionário, ciente da exigência que estará contida nos editais da outorga, poderá encontrar meios de criar sinergias financeiras entre os gastos incorridos na construção e manutenção desses pontos de parada e os lucros auferidos com a exploração de serviços de apoio a esses locais, tais como lanchonetes, banheiros públicos, e outros.

Em relação à técnica legislativa, entendemos que a redação do PLC nº 48, de 2012, pode ser aperfeiçoada em alguns pontos.

O primeiro deles diz respeito à supressão das alterações propostas no inciso III do art. 11 da Lei nº 10.233, de 2001, conforme contido no art. 2º do projeto analisado. A razão para essa supressão é o fato de que as leis devem conter apenas comandos claros, e sem palavras excedentes. A retirada desse texto não afeta em nada a determinação da criação dos pontos de parada e torna a lei mais clara e concisa, que é o ideal em termos de técnica legislativa.

A segunda alteração que propomos diz respeito ao excessivo detalhamento do projeto em relação ao que deve estar contido nos postos de parada, o que cria engessamentos desnecessários à futura atuação do poder concedente. Ao exigir uma série de itens na lei, como, por exemplo, facilidades para “comunicação telefônica” (que está em acelerado processo de obsolescência frente à internet sem fio), o projeto não atenta para o fato de que as necessidades atuais não serão as mesmas no futuro, e que, sem a necessária flexibilidade, os postos de parada poderão não ser capazes de atender plenamente às demandas reais de seus usuários. Nesse sentido, propomos uma redação mais genérica, que estabeleça que os postos devam oferecer serviços capazes de garantir o conforto e a conveniência dos motoristas, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo. Tal entendimento enseja a supressão das alterações propostas para o inciso II do art. 82 da Lei nº 10.233, de 2001.

Por fim, julgamos necessário eliminar do texto a ser aprovado a distinção entre motoristas profissionais e não profissionais, uma vez que outros condutores, além daqueles que estejam no exercício da profissão, também precisariam fazer uso da infraestrutura aqui proposta para a realização do necessário descanso ao longo de suas viagens. Nesse sentido, embora concordemos com a alteração do texto da ementa conforme proposta pela CCJ, será necessário adequar seu texto para suprimir a referência apenas aos veículos de transporte de carga ou coletivo de passageiros.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 48, de 2012, com as alterações decorrentes das seguintes emendas:

EMENDA Nº 2 – CAE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a obrigatoriedade da construção e da manutenção de estações de apoio a condutores de veículos, no âmbito das concessões rodoviárias federais, e dá outras providências.”



EMENDA Nº 3 – CAE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 37 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

‘Art. 37.

IV – construir e manter, quando se tratar de infraestrutura rodoviária, estações de apoio a condutores de veículos, localizadas às margens da rodovia, separadas entre si por no máximo 150 km (cento e cinquenta quilômetros), e que ofereçam serviços que garantam o conforto e a conveniência dos motoristas, de acordo com a regulamentação da ANTT.’ (NR)”

Sala da Comissão, 30 de abril de 2013.

SENADOR LINDBERGH FARIAS, Presidente

 , Relator

ASSINAM O PARECER, NA 18ª REUNIÃO, DE 30/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
 PRESIDENTE: _____
 RELATOR: _____

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Waller Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Aníbal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Raulo Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. João Vicente Cardozo (PTB)
Gim (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Blairo Maggi (PR)	3. Vicentinho Alves (PR)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Alfredo Nascimento (PR)

PARECER Nº 515, DE 2013
(Da Comissão de Serviços de Infraestrutura)

RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 48, de 2012, de autoria do eminente deputado Onofre Santo Agostini, que *obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais*. A proposta visa à alteração da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

A proposição é composta por cinco artigos. O primeiro cumpre o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, indicando o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

O art. 2º promove alterações nos arts. 11, 37 e 82 da Lei nº 10.233, de 2001, especialmente no sentido de exigir a construção, a cada 150 km, de estações de parada para veículos de transporte de carga e público de passageiros nas rodovias concedidas. O art. 3º estabelece que essa obrigação não se aplica aos contratos de concessão em vigor, enquanto o art. 4º determina que a exigência deverá ser atendida mesmo no caso das rodovias delegadas pela União para estados, Distrito Federal e municípios, quando estas forem subsequentemente concedidas para a administração privada. Por fim, o art. 5º contém a cláusula de vigência, que seria de sessenta dias após a publicação da lei decorrente do projeto em pauta.

Em sua justificação o autor relata que, tradicionalmente, os motoristas de caminhão no Brasil fizeram uso extensivo dos postos de serviço ao longo das rodovias para descansarem durante suas jornadas, ou ao fim do dia se serviço. Entretanto, mudanças tecnológicas nos caminhões teriam resultado em crescente autonomia desses veículos, que, paulatinamente, têm dispensado a necessidade de reabastecimento ao longo do trajeto. Esse fato, portanto, aliado a uma redução contínua nas margens de lucro na venda de combustíveis, têm significado menos postos de serviços ao longo das rodovias, e, segundo o autor, mesmo aqueles que ainda conseguem operar, têm adotado medidas drásticas de redução de custos, como a supressão de áreas de estacionamento e de banheiros dotados de chuveiros. Ante esse cenário, o projeto obriga a construção de estações de descanso – que se constituam em uma alternativa à rede cada vez menos densa de postos de combustíveis – nas futuras concessões rodoviárias.

Nos termos do inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno, a proposição foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Após a matéria ter sido aprovada na CCJ, com a apresentação de uma emenda de redação à

ementa, foi aprovado requerimento para que fosse distribuída, ainda, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Após deliberação, a CAE acompanhou o voto do relator, Senador Casildo Maldaner, favorável ao Projeto, com as Emendas nº. 2-CAE e nº. 3-CAE.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca de “transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes”.

A proposta já passou pelo crivo das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos desta Casa, cabendo Colegiado a análise do Mérito.

Não resta dúvida que, em um país de dimensões tão grandes, e com ainda incipientes soluções para o transporte de cargas, sobre a importância do projeto em análise. O que a proposta apresenta é reflexo do problema da excessiva jornada de trabalho que os motoristas profissionais atualmente enfrentam. A necessidade de tornar as atividades de transporte mais produtivas tem impacto direto na mão de obra, no motorista que precisa, por outro lado, trabalhar por muitas horas e longas distâncias para participar de forma dinâmica do mercado do transporte rodoviário.

A importância econômica do transporte de cargas, no entanto, não pode se sobrepor à importância da segurança das estradas e da saúde dos trabalhadores motoristas, e aí está um dos grandes pontos meritórios do projeto de lei em discussão.

Muito embora uma parte das rodovias brasileiras possua estrutura de apoio aos motoristas, o quadro geral ainda é bastante precário. Sem a intervenção legislativa, é difícil que se altere em médio e longo prazo a situação de escassez de pontos ou postos de apoio nas estradas.

A proposta analisada ganhou ainda mais destaque com a vigência do chamado “Estatuto do Motorista”, aprovado pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que determina que os motoristas profissionais, na condução de veículo, sejam obrigados a descansar após um período máximo de quatro horas. Nesse caso, entendemos que a existência de pontos de parada é imprescindível para o bom cumprimento dessa lei.

Ressalto a força argumentativa do relatório do Senador Casildo Maldaner, proferido no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, que alertava que o texto original do Estatuto do Motorista *“previa a implantação de pontos de parada em todas as rodovias concedidas. Esse dispositivo, entretanto, foi vetado pela Presidência da República, que considerou problemático impor novas obrigações a concessões vigentes, já que isso ensejaria, inevitavelmente, um reajuste das tarifas de pedágio praticadas. Observe-se, contudo, que o texto que analisamos determina que apenas as futuras concessões estarão sujeitas à exigência de construção dos pontos de parada, o que afasta a preocupação anteriormente manifestada pelo Poder Executivo.”*

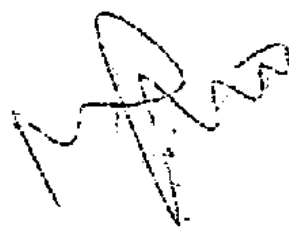
Notadamente, contribuições importantes foram discutidas na Comissão de Assuntos Econômicos, no entanto, devemos considerar que à emenda 2, da referida comissão, já foi contemplada com os ajustes redacionais e de técnica legislativa que a CCI apresentou, o que a torna, apesar de cuidadosa, desnecessária. Também consideramos que devemos restringir o público alvo das estações de apoio para que realmente sejam beneficiados os motoristas de cargas e de passageiros, mais afetados por longas e difíceis jornadas e também com maiores dificuldades para estacionar com segurança os veículos.

Já em relação à Emenda n. 3 da CAE, é meritória levando em consideração as realidades distintas de todo o território nacional, e atribui a regulamentação a ANTT – agência responsável pela referida regulamentação - sobre a construção e manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 48, de 2012, pela aprovação da emenda de técnica legislativa da CCJ e da emenda de mérito nº 3 da CAE e pela rejeição da emenda de mérito nº 2 da CAE.

Sala da Comissão, 05 de junho de 2013.



, Presidente

, Relator

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura, em Reunião realizada no dia 05 de junho de 2013 aprovou, em decisão terminativa, com onze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, que *"Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais"*, de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, e as Emendas nº 01-CCJ/CI e nº 03-CAE/CI, descritas a seguir:

EMENDA Nº 1 – CCJ/CI

(de Redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a obrigatoriedade da construção e da manutenção de estações de apoio a condutores de veículos de transporte de carga ou de veículos de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais, e dá outras providências.

EMENDA Nº 3 – CAE/CI

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:

"Art. 2º O art. 37 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

Art. 37.

IV – construir e manter, quando se tratar de infraestrutura rodoviária, estações de apoio a condutores de veículos, localizadas às margens da rodovia, separadas entre si por no máximo 150 km (cento e cinquenta quilômetros), e que ofereçam serviços que garantam o conforto e a conveniência dos motoristas, de acordo com a regulamentação da ANTT." (NR)"

Sala da Comissão, 05 de junho de 2013.

Senador **FERNANDO COLLOR**
Presidente

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 22ª REUNIÃO, DE 05/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Sen. Fernando CollorRELATOR: Sen. Sérgio Petecão

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Deicídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Adir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Enácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Clésio Andrade (FMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Leobão Filho (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Jacer Barbalho (PMDB)	6. Ivo Cassol (PP)
Ciro Nogueira (PP)	7. Francisco Dornelles (PP)
Sérgio Petecão (PSD)	8. Kátia Abreu (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	3. VAGO
Wilder Moraes (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Fernando Collor (PTB)	1. Gim (PTB)
Blairo Maggi (PR)	2. Armando Monteiro (PTB)
Vicentinho Alves (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Alfredo Nascimento (PR)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLC 48/2012.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PPS, PSB, PSD, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PPS, PSB, PSD, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LINDBERGH FARIAS (PT)					1. HUMBERTO COSTA (PT)				
DELCÍLIO DO AMARAL (PT)					2. JOSÉ PIMENTEL (PT)	X			
JORGE VIANA (PT)					3. WELINGTON DIAS (PT)				
WALTER PINHEIRO (PT)					4. EDUARDO LOPES (PR)				
ACIR GUERACZ (PT)	X				5. PEDRO TAQUES (PT)				
JOÃO CAPUENINE (PSB)					6. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)				
INÁCIO ARRUDA (PC DO B)	X				7. VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSB, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLÉSIO ANDRADE (PMDB)					1. ROMERO JUCA (PMDB)				
LOBAO FILHO (PMDB)					2. SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					3. RICARDO FERRAZ (PMDB)				
VALDIR RAUPE (PMDB)	X				4. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)				
VITAL DO RÉGO (PMDB)					5. WALDEMIR MORA (PMDB)				
JADER BARBILHO (PMDB)					6. IVO CASSOL (PP)				
CIRO NOGUEIRA (PP)					7. FRANCISCO DORNELIENES (PP)				
SERGIO PETIÇÃO (PSD/RELATOR)	X				8. KÁTIA ABREU (PSD)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSD, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Minoria (PSD, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSD)					1. AÉCIO NEVES (PSD)				
FLEXA RIBEIRO (PSD)	X				2. ALVARO DIAS (PSD)				
LUCIA VÂNIA (PSD)					3. VAGU				
WILDER MORAIS (DEM)	X				4. JAYME CAMPOS (DEM)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar Unida e Força (PTB, PSB, PPS, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unida e Força (PTB, PSB, PPS, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO COLLOR (PTB)					1. CIM (PTB)				
BLAÍRO MAGGI (PR)	X				2. ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)					3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ALFREDO NASCIMENTO (PR)	X				4. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	X			

TOTAL: SIM 1 NÃO 0 ABS 0 AUTOR 0 PRESIDENTE 1

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 11, DIA 05/06/2013

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ CONJUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132, § 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SER, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

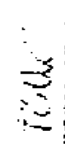
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 01.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LINDBERGH FARIAS (PT)					1. LINDBERGH COSTA (PT)				
HELÍDIO DO AMARAL (PT)					2. JOSÉ FIMMENTAL (PT)	X			
JÓRGIE VIANA (PT)					3. WELINGTON DIAS (PT)				
WALTER PINHEIRO (PT)					4. EDUARDO LOPES (PRB)				
ACIR GURGACZ (PDT)	X				5. PEDRO TAQUES (PDT)				
JOÃO CAPRIBRE (PSD)					6. RODRIGO ROLEMBERG (PSB)				
INACIO ARRUDA (PC DO B)	X				7. VANESSA CIRAZZIOTIN (PC DO B)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Minoria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Minoria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLÉSIO ANDRADE (PMDB)					1. ROMERO JUCÁ (PMDB)				
LOBÃO FILHO (PMDB)					2. SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
EDUARDO BRAGA (PMDB)					3. RICARDO FERREIRA (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)	X				4. ROBERTO REQUILÃO (PMDB)				
VITAL DO RÉGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOXA (PMDB)				
JADER BARBALHO (PMDB)					6. IVO CASSOL (PP)				
CIRÓ NOGUEIRA (PP)					7. FRANCISCO DORNELLES (PP)				
SÉRGIO PETECÃO (PROS/PLA TOR)	X				8. KÁTIA ABREU (PSB)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALEXA RIBEIRO (PSDB)	X				2. ALVARO DIAS (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					3. VAGO				
WILDER MORAIS (DEM)	X				4. JAYME CAMPOS (DEM)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar Unida e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Unida e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO COLLOR (PTB)					1. CIM (PTB)				
FLAÍRO MAGGI (PR)	X				2. AILMANDO MONTEIRO (PTB)				
VICENTIMÍO ALVES (PR)					3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ALPHEDO NASCIMENTO (PR)	X				4. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	X			

TOTAL: 12 SIM 11 NÃO 1 ABS 2 AUTOR 2 ABSTENÇÃO 1

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLANOQUILÓ N° 12, EM 05/06/2013



Senador FERNANDO COLLOR

Presidente

QUE O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ CONSTATADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 133, § 8º)

QUE O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESENHAFATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 02.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PPS, PSC, PSD, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PPS, PSC, PSD, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LINDBERGH FARIAS (PT)					1. HUMBERTO COSTA (PT)		X		
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					2. JOSÉ PIMENTEL (PT)				
JORGE VIANA (PT)					3. WELLINGTON DIAS (PT)				
WALTER PINHEIRO (PT)					4. EDUARDO LOPES (PRB)				
ALIR GURGALZ (POT)		X			5. PEDRO TAVARES (PDT)				
JOÃO CAMBURIER (PSB)					6. RODRIGO ROLLMBERG (PSD)				
INÁCIO ARRUDA (PC DO B)		X			7. VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PPV, PSD, PMDB, PT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PPV, PSD, PMDB, PT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CLELIO ANDRADE (PMDB)					1. ROMERO LUIZA (PMDB)				
LORÃO FILHO (PMDB)					2. SÉRGIO SOUZA (PMDB)				
EDUARDO DIAS (PMDB)					3. RICARDO FERRAZ (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)		X			4. ROBERTO REQUILÃO (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB)					5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
JADER BARBALHO (PMDB)					6. IVY CASSEL (PP)				
CIRO NOGUEIRA (PP)		X			7. FRANCISCO DORNELLES (PP)				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoritário (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoritário (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CICERO LUCENA (PSDB)					1. ALCIO NEVES (PSDB)				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)		X			2. ALVARO DIAS (PSDB)				
LUCIA VÂNIA (PSDB)					3. VAGO				
WILDER MORAIS (DEM)		X			4. JAYME CAMPOS (DEM)		X		
TITULARES - Bloco Parlamentar Unido e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Unido e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO COLLOP (PTB)					1. GIM (PTB)				
DE ARO MACIEL (PR)		X			2. ARMANDO MONTEIRO (PTB)				
VICENTINHO ALVES (PR)		X			3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ALFREDO NASCIMENTO (PR)		X			4. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)		X		

TOTAL: SIM = NÃO = ABSTENÇÃO = PRESIDENTE =

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N.º 13, EM 05/06/2013

Senador FERNANDO COLLOR
Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RUSE, art. 132, § 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RUSE, art. 51)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - Emenda nº 03.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PEB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PEB)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LINDBERGH FARIAS (PT)						1. HUMBERTO COSTA (PT)					
DELCEIO DO AMARAL (PT)						2. JOSÉ PIMENTEL (PT)		X			
JORGIL VIANA (PT)						3. WELLINGTON DIAS (PT)					
WALTER PINHEIRO (PT)						4. EDUARDO LOPES (PRB)					
ACIR GURGACZ (PDT)						5. PEDRO TAQUES (PDT)					
JOÃO CARPENTIERE (PSB)						6. RODRIGO KOLLERBERG (PSB)					
INÁCIO ARRUDA (PC DO B)						7. VANESSA GRAZIANO (PC DO B)					
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PT)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PT)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÉSIO ANDRADE (PMDB)						1. ROMERO JUCA (PMDB)					
LORRÃO FILHO (PMDB)						2. SÉRGIO SOUZA (PMDB)					
EDUARDO BRAGA (PMDB)						3. RICARDO FERRAÇO (PMDB)					
VALDIR RAUPP (PMDB)						4. ROBERTO RUQUJOÃO (PMDB)					
VITAL DO RÉIO (PMDB)						5. WALDEMAR MOKA (PMDB)					
JADER BARBALHO (PMDB)						6. IVO CASSEL (PP)					
CIRO NOGUEIRA (PP)						7. FRANCISCO DORNELLES (PP)					
SÉRGIO PETECÃO (PSD) (RELATOR)						8. KÁTIA ABREU (PSD)					
TITULARES - Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)						1. AÉCIO NEVES (PSDB)					
FLEXA RIBEIRO (PSDB)						2. ALVARO DIAS (PSDB)					
LÚCIA VÂNIA (PSDB)						3. VAGO					
WILDER MORAIS (DEM)						4. JAYME CAMPOS (DEM)					
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTEs - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)		SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FERNANDO COLLOR (PTB)						1. GIM (PTB)					
BLAÍRO MAGALHÃES (PR)						2. ARMANDO MONTEIRO (PTB)					
VICENTINHO ALVES (PR)						3. EDUARDO AMORIM (PSC)					
ALFREDO NASCIMENTO (PR)						4. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)		X			

TOTAL: SIM 14 NÃO 11 ABS 2 AUTOR 2 PRESIDENTE 1

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13, EM 05/06/2013

116
 Senador FERNANDO COLLOR
 Presidente

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (CISE, art. 133 § 8º)
 OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (CISE, art. 51)

TEXTO FINAL DÁS EMENDAS APROVADAS PELA
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2012,
APROVADO EM 05/06/2013

EMENDA Nº 01 – CCJ/CI

(de Redação)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a obrigatoriedade da construção e da manutenção de estações de apoio a condutores de veículos de transporte de carga ou de veículos de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais, e dá outras providências.

EMENDA Nº 03 – CAE/CI

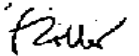
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 2º O art. 37 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

‘Art. 37.

IV – construir e manter, quando se tratar de infraestrutura rodoviária, estações de apoio a condutores de veículos, localizadas às margens da rodovia, separadas entre si por no máximo 150 km (cento e cinquenta quilômetros), e que ofereçam serviços que garantam o conforto e a conveniência dos motoristas, de acordo com a regulamentação da ANTT.’ (NR)”

Sala da Comissão, 05 de junho de 2013.


Senador FERNANDO COLLOR
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE

Art. 21. Compete à União:

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001.

Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.

Art. 82. São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

LEI Nº 12.619, DE 30 DE ABRIL DE 2012.

Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e 12.023, de 27 de agosto de 2009, para regular e disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; e dá outras providências.

Ofício nº 065 /2013-CI

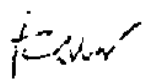
Brasília, 5 de junho de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou na reunião realizada no dia 5 de junho do ano em curso, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, que "obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais", de autoria do Deputado Onofre Santo Agostini, com as Emendas nº 01- CCJ/CI e nº 03- CAE/CI.

Respeitosamente,

*Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal*
N E S T A


Senador Fernando Collor
Presidente da Comissão

*DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO*

RELATÓRIO

RELATOR: Senador SÉRGIO PETECÃO

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 48, de 2012, de autoria do eminente deputado Onofre Santo Agostini, que *obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais*. A proposta visa à alteração da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

A proposição é composta por cinco artigos. O primeiro cumpre o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, indicando o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

O art. 2º promove alterações nos arts. 11, 37 e 82 da Lei nº 10.233, de 2001, especialmente no sentido de exigir a construção, a cada 150 km, de estações de parada para veículos de transporte de carga e público de passageiros nas rodovias concedidas. O art. 3º estabelece que essa obrigação não se aplica aos contratos de concessão em vigor, enquanto o art. 4º determina que a exigência deverá ser atendida mesmo no caso das rodovias delegadas pela União para estados, Distrito Federal e municípios, quando estas forem subsequentemente concedidas para a administração privada. Por fim, o art. 5º contém a cláusula de vigência, que seria de sessenta dias após a publicação da lei decorrente do projeto em pauta.

Em sua justificação o autor relata que, tradicionalmente, os motoristas de caminhão no Brasil fizeram uso extensivo dos postos de serviço ao longo das rodovias para descansarem durante suas jornadas, ou ao fim do dia se serviço. Entretanto, mudanças tecnológicas nos caminhões teriam resultado em crescente autonomia desses veículos, que, paulatinamente, têm dispensado a necessidade de reabastecimento ao longo do trajeto. Esse fato, portanto, aliado a uma redução contínua nas margens de lucro na venda de combustíveis, têm significado menos postos de serviços ao longo das rodovias, e, segundo o autor, mesmo aqueles que ainda conseguem operar, têm adotado medidas drásticas de redução de custos, como a supressão de áreas de estacionamento e de banheiros dotados de chuveiros. Ante esse cenário, o projeto obriga a construção de estações de descanso – que se constituam em uma alternativa à rede cada vez menos densa de postos de combustíveis – nas futuras concessões rodoviárias.

Nos termos do inciso IV do § 1º do art. 91 do Regimento Interno, a proposição foi distribuída, inicialmente, à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Após a matéria ter sido aprovada na CCJ, com a apresentação de uma emenda de redação à ementa, foi aprovado requerimento para que fosse distribuída, ainda, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Após deliberação, a CAE acompanhou o voto do relator, Senador Casildo Maldaner, favorável ao Projeto, com as Emendas nº. 2-CAE e nº. 3-CAE.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca de “transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes”.

A proposta já passou pelo crivo das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos desta Casa, cabendo a este Colegiado a análise do Mérito.

Não resta dúvida que, em um país de dimensões tão grandes, e com ainda incipientes soluções para o transporte de cargas, sobre a importância do projeto em análise. O que a proposta apresenta é reflexo do problema da excessiva jornada de trabalho que os motoristas profissionais atualmente enfrentam. A necessidade de tornar as atividades de transporte mais produtivas tem impacto direto na mão de obra, no motorista que precisa, por outro lado, trabalhar por muitas horas e longas distâncias para participar de forma dinâmica do mercado do transporte rodoviário.

A importância econômica do transporte de cargas, no entanto, não pode se sobrepor à importância da segurança das estradas e da saúde dos trabalhadores motoristas, e aí está um dos grandes pontos meritórios do projeto de lei em discussão.

Muito embora uma parte das rodovias brasileiras possua estrutura de apoio aos motoristas, o quadro geral ainda é bastante precário. Sem a intervenção legislativa, é difícil que se altere em médio e longo prazo a situação de escassez de pontos ou postos de apoio nas estradas.

A proposta analisada ganhou ainda mais destaque com a vigência do chamado “Estatuto do Motorista”, aprovado pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, que determina que os motoristas profissionais, na condução de veículo, sejam obrigados a descansar após um período máximo de quatro horas. Nesse caso, entendemos que a existência de pontos de parada é imprescindível para o bom cumprimento dessa lei.

Ressalto a força argumentativa do relatório do Senador Casildo Maldaner, proferido no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, que alertava que o texto original do Estatuto do Motorista *“previa a implantação de pontos de parada em todas as rodovias concedidas. Esse dispositivo, entretanto, foi vetado pela Presidência da República, que considerou problemático impor novas obrigações a concessões vigentes, já que isso ensejaria, inevitavelmente, um reajuste das tarifas de pedágio praticadas. Observe-se, contudo, que o texto que analisamos determina que apenas as futuras concessões estarão sujeitas à exigência de construção dos pontos de parada, o que afasta a preocupação anteriormente manifestada pelo Poder Executivo.”*

Apesar das importantes contribuições discutidas na Comissão de Assuntos Econômicos, consideramos, no entanto, que o projeto deva ser mantido, em relação ao mérito, da forma como chegou a esta Casa Legislativa, ou seja, sem as emendas aprovadas naquele Colegiado.

Em relação à Emenda nº. 2-CAE, consideramos que a CCJ já realizou o ajuste redacional e de técnica legislativa, o que a torna, apesar de cuidadosa, desnecessária. Também consideramos que devemos restringir o público alvo das estações de apoio para que realmente sejam beneficiados os motoristas de cargas e de passageiros, mais afetados por longas e difíceis jornadas e também com maiores dificuldades para estacionar com segurança os veículos.

Já em relação à Emenda nº. 3-CAE, consideramos que a pertinência temática de mérito é mais aderente a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, já que trata das especificações mínimas necessárias ao cumprimento do objetivo final da norma jurídica que é o apoio ao motorista de cargas.

A norma, quando não é clara suficientemente, abre espaço para interpretações amplas e, neste caso específico, pode implicar o não atendimento dos requisitos mínimos de apoio que se almeja conquistar para o motorista. Suprimidas as especificações mínimas, abrir-se-ia a lacuna para que a concessionária, ou a autoridade, utilizasse de sua interpretação subjetiva para implantar as estações de apoio que poderiam, nesse caso, apenas comportar espaços de estacionamento, por exemplo. A norma precisa deixar claro quais são os componentes mínimos, com o risco de, na sua ausência ou omissão, perder-se o direito.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 48, de 2012, pela aprovação da emenda de redação à ementa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, e pela rejeição das emendas nº. 2 e nº. 3 da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Sala da Comissão,

, Presidente



PARECERES

NºS 516 A 518, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, do Senador Paulo Paim, que *altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física* (tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 340, de 2007; e 90, de 2010, nos termos do Requerimento nº 763, de 2010).

PARECER Nº 516, DE 2013

(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

(1º pronunciamento, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008)

RELATOR: Senador FLÁVIO ARNS

I – RELATORIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Senador PAULO PAIM, que tem o objetivo de permitir que o aposentado ou pensionista com provento ou pensão mensal inferior a seis salários mínimos possa deduzir os gastos com medicamentos para uso próprio e para seus dependentes, desde que esses gastos sejam comprovados por receita médica e nota fiscal.

Para isso, o art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 375, de 2008, acrescenta uma alínea *h* no inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, ressaltando-se que as alíneas desse dispositivo enumeram todas as possibilidades de dedução permitidas para o imposto de renda das pessoas físicas.

O art. 2º da proposição determina, com vistas ao cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que o Poder Executivo estime o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no projeto e o inclua no demonstrativo previsto no art. 165 da Constituição Federal. Tal demonstrativo deverá acompanhar os projetos de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias da publicação da lei em que o projeto se transformar.

O art. 3º expressa a cláusula de vigência da lei, prevista para ocorrer na data de sua publicação. Seu parágrafo único, contudo, explicita que a dedução prevista no projeto só produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for efetivado, o disposto no art. 2º.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual caberá decisão em caráter terminativo. Ressalte-se que, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Considerando que o projeto seguirá à CAE, este parecer não cuidará das questões financeiras, tributárias e orçamentárias relacionadas à proposta, mas restringir-se-á aos aspectos sociais da medida.

É indubitável o mérito subjacente ao desejo de garantir que nossos aposentados e pensionistas de baixa renda sejam aliviados do peso representado pelos seus gastos com medicamentos, que, dependendo do caso, podem comprometer percentual significativo de seus vencimentos.

Tem razão o Autor da proposição ao apontar a incoerência da legislação tributária, que só permite o abatimento das despesas com medicamentos nos casos em que eles forem utilizados em regime de hospitalização. Isso, de fato, vai à contramão da tendência moderna de privilegiar o tratamento domiciliar, relegando a internação hospitalar aos casos absolutamente necessários. Ressalte-se que essa tendência reduz os gastos com o tratamento e privilegia a recuperação do paciente.


Assim, quanto ao mérito, do ponto de vista social, afirmamos integral apoio à aprovação do PLS nº 375, de 2008.

III – VOTO

Nosso voto, portanto, é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, na forma como se encontra.

Sala da Comissão, 11 de março de 2009.

, Presidente

 Relator

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2008

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 / 03 / 2009 , OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	<i>Cristovam Buarque</i> (SENADOR CRISTOVAM BUARQUE)
RELATOR:	<i>Flávio Arns</i> (SENADOR FLÁVIO ARNS)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
FLÁVIO ARNS	1 - JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	2 - SERYS SLHESARENKO
PAULO PAIM	3 - MARCELO CRIVELLA
MAGNO MALTA	4 - VAGO
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	5 - VAGO
BLOCO PMDB/PP	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	1 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
GERSON CAMATA	2 - ROMERO JUCÁ
VAGO	3 - VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	4 - MÃO SANTA
PAULO DUQUE	5 - LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO	1 - HERÁCLITO FORTES
ROSALBA CIARLINI	2 - JAYME CAMPOS
ELISEU RESENDE	3 - MARIA DO CARMO ALVES
GILBERTO GOELLNER	4 - ADELMIR SANTANA
ARTHUR VIRGÍLIO	5 - LÚCIA VÂNIA
CÍCERO LUCENA	6 - MÁRIO COUTO
VAGO	7 - PAPALÉO PAES
PDT	
	1 - SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PRESIDENTE)	1 - JEFFERSON PRAIA

PARECER Nº 517, DE 2013**(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)****(2º pronunciamento)**

(tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nº 340, de 2007; 375, de 2008; e 90, de 2010, nos termos do Requerimento nº 763, de 2010)

RELATORA: Senadora **LÍDICE DA MATA**

I – RELATÓRIO

Vêm ao exame desta Comissão os Projetos de Lei do Senado (PLS) nº 340, de 2007; 375, de 2008; e 92, de 2010, que tramitam em conjunto.

O PLS nº 340, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, *altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica.*

Por meio de seu art. 1º, o projeto insere novo dispositivo na Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para autorizar a dedução dos gastos com atividades físicas realizadas após diagnóstico e indicação de tratamento constante de laudo médico. Dessa forma, possibilita que o contribuinte deduza do montante tributável no ano-calendário os pagamentos a professores de educação física, academias de atividades físicas, desportivas, de natação, e escolas de esportes e academias de dança, de capocira, de ioga e de artes marciais.

Com vistas ao cumprimento do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o art. 2º determina que o Poder Executivo estime o montante da renúncia de receita decorrente da norma que a proposição originar.

A cláusula de vigência, prevista no art. 3º, estabelece a entrada em vigor da lei na data de sua publicação. Não obstante, a lei só produzirá o benefício fiscal previsto no art. 1º a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que houver o cumprimento do disposto no art. 2º, isto é, a estimativa da renúncia fiscal pelo Poder Executivo.

Na justificação, o autor do projeto lembra que as atividades físicas recomendadas por médicos e orientadas por profissional competente são, em muitos casos, a principal terapia para diversas patologias, sendo indicadas em substituição a tratamentos invasivos ou radicais, como os cirúrgicos.

Durante sua tramitação, na legislatura anterior, o projeto foi à CAE, onde o relatório da lavra do Senador Neuto de Conto não chegou a ser apreciado. Naquela Comissão, foi apresentada a Emenda nº 1, do Senador Gerson Camata, que altera a redação da alínea *h* do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, na forma proposta pelo PLS, para autorizar a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos gastos efetuados pelo contribuinte na aquisição de alimentos *light* ou *diet* indicados por médico ou nutricionista. No entanto, a Emenda nº 01 – CAE, não chegou a ser adotada por aquela Comissão. Diante disso, ela é considerada inexistente, por força do inciso I do art. 124 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

A segunda proposição – o PLS nº 375, de 2008 –, de autoria do Senador Paulo Paim, tem o objetivo de permitir que aposentado ou pensionista com provento ou pensão mensal inferior a seis salários mínimos possa deduzir os gastos com medicamentos para uso próprio e de seus dependentes, desde que esses gastos sejam comprovados por receita médica e nota fiscal.

Para tanto, o art. 1º da proposição acrescenta uma alínea *h* no inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. Ressalte-se que as alíneas desse dispositivo enumeram exaustivamente todas as possibilidades de dedução permitidas para o imposto de renda das pessoas físicas.

O art. 2º da proposição também determina, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que o Poder Executivo estime o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no projeto e o inclua no demonstrativo previsto no art. 165 da Constituição Federal. Tal demonstrativo deverá acompanhar os projetos de lei orçamentária apresentados após o prazo de sessenta dias da publicação da lei em que o projeto se transformar.

O art. 3º expressa a cláusula de vigência da lei, prevista para ocorrer na data de sua publicação. Seu parágrafo único, contudo, explicita que a dedução prevista no projeto só produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 375, de 2008.

A terceira proposição – o PLS nº 92, de 2010, de autoria do Senador Raimundo Colombo, – busca permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, das importâncias pagas a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, também mediante alteração do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. A dedução dos juros será graduada em proporção inversa à renda bruta anual do contribuinte, da seguinte forma:

- a) dedução integral para renda de até R\$ 26.961,00;
- b) dedução de até oitenta por cento para renda de até R\$ 35.948,20;
- c) dedução de até sessenta por cento para renda de até R\$ 44.918,48; e
- d) dedução de até trinta por cento para renda superior a R\$ 44.918,48.

Da mesma forma que as duas primeiras proposições, o projeto contém dispositivo que encarrega o Poder Executivo de estimar a renúncia de receita decorrente de sua aprovação e de adotar as providências, no campo orçamentário, destinadas ao cumprimento das exigências da LRF.

Ressalte-se, que também não foram apresentadas emendas ao PLS nº 92, de 2010.

Após o final da legislatura passada, os três projetos continuaram a tramitar, sendo, agora, encaminhados às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – na qual já houve aprovação de parecer favorável ao PLS nº 375, de 2008 – e de Assuntos Econômicos (CAE), para serem apreciados, nesta última, em caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Conforme dispõe o art. 102-E, do RISF, cabe à CDH opinar, entre outros temas, sobre garantia e promoção dos direitos humanos, proteção à família, proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência e proteção à infância, à juventude e aos idosos. Assim, de forma abrangente, é cabível que a CDH se pronuncie sobre as proposições em comento, por tratarem de direitos dos idosos, do direito à saúde e do direito à moradia.

Especificamente em relação ao PLS nº 340, de 2007, em que pese sua nobre motivação, julgamos que não merece acolhida. É fato notório que a atividade física, feita de forma equilibrada, é benéfica à saúde. A própria justificação do projeto apresentou esse argumento. Por isso mesmo, torna-se extremamente difícil e subjetiva a avaliação sobre qual atividade física será abrangida pelo benefício fiscal. A exigência de diagnóstico e a indicação de tratamento constante de laudo, prevista no projeto, não afasta essa dificuldade. Nesse sentido, lembramos que a subjetividade em matéria tributária é perigosa, pois facilita a sonegação. Ao mesmo tempo, cumpre ressaltar que a abrangência da proposição tornará praticamente inviável fiscalizar-se a utilização do benefício fiscal.

Quanto ao PLS nº 375, de 2008, tem razão o autor da proposição ao apontar a incoerência da legislação tributária, que só permite o abatimento das despesas com medicamentos nos casos em que eles forem utilizados em regime de hospitalização. Tal medida, de fato, vai na contramão da tendência moderna de privilegiar o tratamento domiciliar, relegando a internação hospitalar aos casos absolutamente necessários. Ressalte-se, também, que o tratamento domiciliar reduz os gastos com o tratamento e privilegia a recuperação do paciente. Ademais, é indubitável o mérito subjacente à proposta ao pretender garantir que nossos aposentados e pensionistas de baixa renda sejam aliviados do peso representado pelas despesas com medicamentos, que podem comprometer percentual significativo de seus proventos.

Por fim, em relação ao PLS nº 92, de 2010, reconhecemos o direito constitucional à moradia, garantido por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 2000. No entanto, esse direito deve ser sopesado frente aos demais direitos sociais dispostos no art. 6º da Carta Magna, quais sejam: educação, saúde, alimentação, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Nesse sentido, não é cabível onerar aqueles cidadãos que

não estão contemplados pelos benefícios instituídos pela proposição sob análise ou que carecem mais do atendimento a outras necessidades básicas, que não a de habitação, em face da renúncia de receita decorrente da aprovação do projeto.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, e pela **rejeição** dos Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007, e 92, de 2010.

Sala da Comissão,

, Presidente

Sídice da Mata ~~Sa~~ Relatora

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, de 2008

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 06/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: [Assinatura]

RELATOR: Lidice da Mata e Souza

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)(23)	
Ana Rita (PT) <u>[Assinatura]</u>	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) <u>[Assinatura]</u>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT) <u>[Assinatura]</u>
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB)	+ 6. Lidice da Mata (PSB) <u>[Assinatura]</u>
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Pedro Simon (PMDB) <u>[Assinatura]</u>	1. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) <u>[Assinatura]</u>	2. VAGO
Ivonete Dantas (PMDB) <u>[Assinatura]</u>	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
Paulo Davim (PV) <u>[Assinatura]</u>	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <u>[Assinatura]</u>	1. Cássio Cunha Lima (PSDB)
VAGO	2. Cyro Miranda (PSDB) <u>[Assinatura]</u>
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti <u>[Assinatura]</u>	1. VAGO
Gim Argello	2. VAGO
PR(29)	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
VAGO	1. Randolfe Rodrigues

PARECER Nº 518, DE 2013
(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

RELATOR: Senador **VITAL DO RÊGO**

I – RELATÓRIO

Chegam a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão terminativa, os projetos descritos em epígrafe, que tramitam em conjunto por força da aprovação dos Requerimentos nºs 1.101, de 2009, do Senador ROMERO JUCÁ, e 763, de 2010, do Senador BELINI MEURER.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 375, de 2008, do Senador PAULO PAIM, é estruturado em três artigos.

O art. 1º inclui alínea “h” no inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250 de 26 de dezembro de 1995, para permitir dedução da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física (IRPF) dos pagamentos efetuados, no ano-calendário, por aposentado ou pensionista cujo provento ou pensão mensal seja inferior a seis salários mínimos, relativos a medicamentos para uso próprio e para seus dependentes, desde que comprovados por receita médica e nota fiscal.

O art. 2º remete ao Poder Executivo a estimativa da renúncia de receita decorrente da aprovação da iniciativa, em atenção à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ao passo que o art. 3º estipula a cláusula de vigência.

Na justificção, o Parlamentar alerta para a incoerência da legislação tributária, que só permite o abatimento das despesas com medicamentos nos casos em que eles forem utilizados em regime de hospitalização, e clama pela adoção da moderna tendência de privilegiar o tratamento domiciliar, relegando a internação hospitalar aos casos absolutamente necessários.

O PLS nº 340, de 2007, do Senador PAPALÉO PAES, também acrescenta alínea “h” ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, 1995, mas para permitir a todos os contribuintes pessoas físicas a dedução de gastos com professores de educação física, academias de atividades físicas diversas, incluindo dança, capoeira, ioga e artes marciais, conforme leitura do seu art. 1º. À semelhança do PLS nº 375, de 2008, seu art. 2º remete ao Poder Executivo a estimativa de renúncia de receita e seu art. 3º atende à cláusula de vigência.

Para justificar a iniciativa, o Autor relata que as atividades físicas devidamente orientadas por profissionais vêm se firmando como complemento ou até como principal terapia para erradicar patologias de diversas índoles e origens.

O PLS nº 92, de 2010, do Senador RAIMUNDO COLOMBO, propõe autorizar dedução da base de cálculo do IRPF dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, integralmente ou de forma parcial, conforme a renda bruta anual percebida pelo contribuinte e de acordo com o especificado no art. 1º do projeto. O art. 2º aborda a estimativa de renúncia de receita e o art. 3º prediz a vigência da norma.

O Autor argumenta que o crédito imobiliário, embora tenha experimentado notável crescimento nos últimos anos, carece ainda de estímulos fiscais para se adequar à demanda da população brasileira.

O PLS nº 375, de 2008, foi distribuído à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à CAE, nessa última para decisão terminativa, chegando a tramitar temporariamente, também, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O PLS nº 340, de 2007, e o PLS nº 92, de 2010, foram distribuídos inicialmente apenas à CAE, tramitando na CDH em razão do apensamento ao PLS nº 375, de 2008.

Ao PLS nº 375, de 2008, não foram oferecidas emendas no prazo regimental; os demais chegaram a receber relatório com emendas na CAE, consideradas inexistentes, entretanto, pela não adoção dos respectivos textos como pareceres.

O Parecer da CDH, da lavra da Senadora LÍDICE DA MATA, é pela aprovação do PLS nº 375, de 2008, e pela rejeição do PLS nº 340, de 2007, bem assim do PLS nº 92, de 2010.

II – ANÁLISE

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito tributário e sistema tributário, haja vista o disposto nos arts. 24, I, e 48, I, todos da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

O art. 6º da CF anuncia como direitos sociais, entre outros, a saúde e a moradia.

O art. 196 da Constituição ainda preconiza que *a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.*

Os projetos atendem ao requisito de juridicidade, uma vez que o instrumento legislativo escolhido – normatização por meio de edição de lei – é adequado. As matérias inovam o ordenamento jurídico, apresentam alcance geral e são compatíveis com os princípios que norteiam o direito brasileiro. É também respeitada a boa técnica legislativa, conforme os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

A competência da CAE para deliberar sobre as proposições decorre do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

MÉRITO

O Parecer da CDH foi feliz ao recomendar a aprovação do PLS nº 375, de 2008. De fato, consubstancia-se em grave injustiça a possibilidade de deduzir do IRPF os gastos com medicamentos utilizados no ambiente hospitalar sem permitir igual benefício em relação a dispêndios semelhantes, mas ocorridos antes ou depois da internação.

O projeto do Senador PAULO PAIM soluciona a questão a contento, estendendo o alcance do favor fiscal a todas as fases do tratamento de saúde.

O único reparo que sugerimos à proposição, por meio de emenda, é o reposicionamento da nova alínea proposta ao inciso II do art. 8º, de “h” para “i”, haja vista a utilização da opção “h” por legislação anterior.

Igualmente andou bem a CDH ao decidir pela rejeição do PLS nº 340, de 2007, e do PLS nº 92, de 2010. Embora reconheçamos as louváveis intenções contidas nessas matérias, é forçoso acrescentar aos argumentos da CDH que os benefícios fiscais devem ser concedidos de forma parcimoniosa, sempre tendo em vista que sua adoção significa conferir tratamento diferenciado e privilegiado a determinado grupo social, por mais justa que pareça a medida. O restante do conjunto de contribuintes terá de, necessariamente, suportar a redistribuição da carga tributária como forma de manter equilibradas as finanças públicas.

Não nos parece razoável, data vênica, “socializar” despesas individuais com ioga, dança ou artes marciais, mesmo reconhecendo os inegáveis benefícios dessas práticas à saúde humana.

Tampouco não nos soa indispensável permitir o abatimento do IRPF de valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, pois a conta da respectiva renúncia de receita pode eventualmente atingir contribuintes que sequer conseguiram adquirir sua casa própria.

Concluimos, portanto, que, dos três projetos em análise, apenas o PLS nº 375, de 2008, tem plenas condições de se converter em lei, motivo pelo qual orientamos pela sua aprovação.

III – VOTO

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007, e 92, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 – CAE

O art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da alínea “i”, com a seguinte redação:

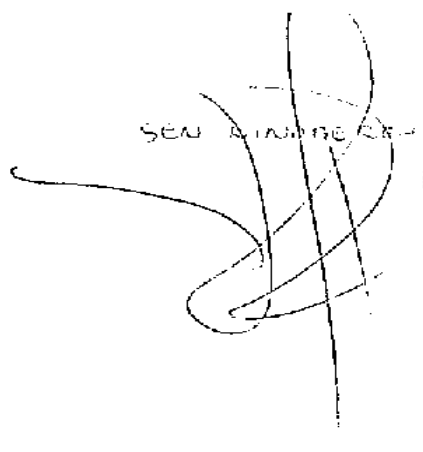
“Art. 8º.

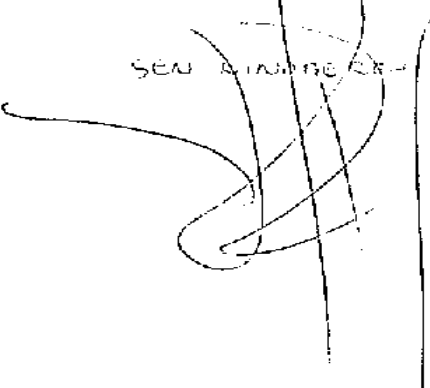
II

i) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, por aposentado ou pensionista cujo provento ou pensão mensal seja inferior a seis salários mínimos, relativos a medicamentos para uso próprio e para seus dependentes, desde que comprovados por receita médica e nota fiscal.

.....” (NR)

Sala da Comissão, 4 de junho de 2013.

 SEN. ANDERSON MACIEL, Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2007, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM: PLS 375/2008 e PLS 92/2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 29ª REUNIÃO, DE 04/06/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR:

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Afruda (PC DO B)
	9. Raulo Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PSD)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. Vicentinho Alves (PR)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PLS nº 375/2008.

TITULARES - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELÍCIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)				
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				2. WALTER PINHEIRO (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3. ANIRAL DINIZ (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)					6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTTIN (PC DO B)	X				8. INÁCIO ARRUDA (PC DO B)	X			
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)	X			
SÉRGIO SOUZA (PMDB)					2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)				
VALDIR BAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. BUNICIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÉGO (PMDB) (REL. SUBST. POR	X				5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	X				7. ANA AMÉLIA (PP)	X			
IVO CASSOL (PP)					8. CIRIO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PP)	X				9. RENEDITO DE LIRA (PP)				
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					3. PAULO BAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X				4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X				1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAIRO MAGGI (PR)					3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PT)	X				4. VICENTINHO ALVES (PR)				

TOTAL 15 SIM 14 NÃO 0 ABS 0 AUTOR 0 PRESIDENTE 1

SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, EM 04/06/2013

Senador LINDBERGH FARIAS
PresidenteOBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132, § 8º)
OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emenda nº 1-CAE apresentada ao PLS nº 375 de 2008.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCIDIO DO AMARAL (PT)					1. PEDRO TAQUES (PDT)				
EDUARDO SUPLICY (PT)	X				2. WALTER PINHEIRO (PT)				
JOSÉ PIMENTEL (PT)					3. ANIBAL DINIZ (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				4. EDUARDO LOPES (PRB)				
LINDBERGH FARIAS (PT)					5. JORGE VIANA (PT)				
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)					6. ACIR GURGACZ (PDT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					7. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	X				8. INÁCIO ARRUDA (PC DO B)	X			
					9. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)	X			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA (PMDB)					1. CASILDO MALDANER (PMDB)	X			
SÉRGIO SOUZA (PMDB)					2. RICARDO FERRAÇO (PMDB)				
VALDIR RAUPP (PMDB)					3. VAGO				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					4. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
VITAL DO RÊGO (PMDB/REL. SURST. POR)	X				5. WALDEMIR MOKA (PMDB)				
ROMERO JUCÁ (PMDB)					6. CLÉSIO ANDRADE (PMDB)				
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	X				7. ANA AMÉLIA (PP)	X			
IVO CASSOL (PP)					8. CIRO NOGUEIRA (PP)				
FRANCISCO DORNELLES (PT)	X				9. BENEDITO DE LIRA (PP)				
KÁTIA ABREU (PSD)									
TITULARES – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)					1. FLEXA RIBEIRO (PSDB)				
CYRO MIRANDA (PSDB)	X				2. AÉCIO NEVES (PSDB)				
ALVARO DIAS (PSDB)					3. PAULO RAUER (PSDB)				
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	X				4. LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)					5. WILDER MORAIS (DEM)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PPL, PR)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X				1. GIM (PTB)				
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					2. ALFREDO NASCIMENTO (PR)				
BLAIRO MAGGI (PR)					3. EDUARDO AMORIM (PSC)				
ANTONIO CARLOS RODRIGUES (PR)	X				4. VICENTINHO ALVES (PR)				

TOTAL 15 SIM 14 NÃO 0 ABS 0 AUTOR 0 PRESIDENTE 1

SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, EM 04/06/2013

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 132, § 8º)

OBS: O PRESIDENTE TERÁ APENAS VOTO DE DESEMPATE NAS VOTAÇÕES OSTENSIVAS, CONTANDO-SE, PORÉM, A SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (RISF, art. 51)

Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente

TEXTO FINAL APRESENTADO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375 DE 2008

Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido da alínea “I”, com a seguinte redação:

“Art. 8º
.....
.....

II -
.....

i) aos pagamentos efetuados, no ano-calendário, por aposentado ou pensionista cujo provento ou pensão mensal seja inferior a seis salários mínimos, relativos a medicamentos para uso próprio e para seus dependentes, desde que comprovados por receita médica e nota fiscal.

.....” (NR)

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A permissão para dedução de que trata esta Lei só produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Sala das Comissões, em 4 de junho de 2013.


Senador LINDBERGH FARIAS, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

.....

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

.....

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

.....

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

.....

II - das deduções relativas:

.....

h) (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.469, de 2011)

.....

OF. 133/2013/CAE

Brasília, 4 de junho de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 375 de 2008, que “altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir, aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física”, e a Emenda nº 1-CAE. Ficam prejudicados, nos termos dos arts. 92 e 164 do Regimento, o Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2007, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo de imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, e o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juros decorrentes de crédito imobiliário, no cálculo do imposto de renda da pessoa física”, que tramitam em conjunto com o PLS 375 de 2008.

Atenciosamente,



Senador LINDBERGH FARIAS
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Senador PAULO PAIM, que tem o objetivo de permitir que o aposentado ou pensionista com provento ou pensão mensal inferior a seis salários mínimos possa deduzir os gastos com medicamentos para uso próprio e para seus dependentes, desde que esses gastos sejam comprovados por receita médica e nota fiscal.

Para isso, o art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 375, de 2008, acrescenta uma alínea *h* no inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, ressaltando-se que as alíneas desse dispositivo enumeram todas as possibilidades de dedução permitidas para o imposto de renda das pessoas físicas.

O art. 2º da proposição determina, com vistas ao cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que o Poder Executivo estime o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto no projeto e o inclua no demonstrativo previsto no art. 165 da Constituição Federal. Tal demonstrativo deverá acompanhar os projetos de lei orçamentária cuja apresentação se der após sessenta dias da publicação da lei em que o projeto se transformar.

O art. 3º expressa a cláusula de vigência da lei, prevista para ocorrer na data de sua publicação. Seu parágrafo único, contudo, explicita que a dedução prevista no projeto só produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for efetivado o disposto no art. 2º.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), à qual caberá decisão em caráter terminativo. Ressalte-se que, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Considerando que o projeto seguirá à CAE, este parecer não cuidará das questões financeiras, tributárias e orçamentárias relacionadas à proposta, mas restringir-se-á aos aspectos sociais da medida.

É indubitável o mérito subjacente ao desejo de garantir que nossos aposentados e pensionistas de baixa renda sejam aliviados do peso representado pelos seus gastos com medicamentos, que, dependendo do caso, podem comprometer percentual significativo de seus vencimentos.

Tem razão o Autor da proposição ao apontar a incoerência da legislação tributária, que só permite o abatimento das despesas com medicamentos nos casos em que eles forem utilizados em regime de hospitalização. Isso, de fato, vai à contramão da tendência moderna de privilegiar o tratamento domiciliar, relegando a internação hospitalar aos casos absolutamente necessários. Ressalte-se que essa tendência reduz os gastos com o tratamento e privilegia a recuperação do paciente.

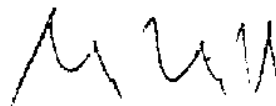
Assim, quanto ao mérito, do ponto de vista social, afirmamos integral apoio à aprovação do PLS nº 375, de 2008.

III – VOTO

Nosso voto, portanto, é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, na forma como se encontra.

Sala da Comissão, 11 de março de 2009.

, Presidente



Relator

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2008

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 / 03 / 2009 , OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	<i>Malta</i> (SENADOR CRISTOVAM BUARQUE)
RELATOR:	<i>Flávio Arns</i> (SENADOR FLÁVIO ARNS)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
FLÁVIO ARNS	1 - JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	2 - SERYS SLHESSARENKO
PAULO PAIM	3 - MARCELO CRIVELLA
MAGNO MALTA	4 - VAGO
JOSÉ NERY (vaga cedida ao PSOL)	5 - VAGO
PMDB, PP	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	1 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
GERSON CAMATA	2 - ROMERO JUCÁ
VAGO	3 - VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	4 - MÃO SANTA
PAULO DUQUE	5 - LEOMAR QUINTANILHA
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO	1 - HERÁCLITO FORTES
ROSALBA CIARLINI	2 - JAYME CAMPOS
ELISEU RESENDE	3 - MARIA DO CARMO ALVES
GILBERTO GOELLNER	4 - ADELMIR SANTANA
ARTHUR VIRGÍLIO	5 - LÚCIA VÂNIA
CÍCERO LUCENA	6 - MÁRIO COUTO
VAGO	7 - PAPALÉO PAES
PTB	
	1 - SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PRESIDENTE)	1 - JEFFERSON PRAIA

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 375, de 2008, ora submetido ao exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo, busca permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF), das despesas efetuadas por aposentado ou pensionista cujo provento ou pensão mensal seja inferior a seis salários mínimos, relativas a medicamentos para uso próprio e para seus dependentes, desde que comprovadas por receita médica e nota fiscal.

A mudança é feita no art. 1º do PLS por meio do acréscimo de alínea *h* ao inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995. O art. 2º e o parágrafo único do art. 3º, por sua vez, compõem medidas de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na sua Justificação, o eminente Senador PAULO PAIM, signatário do projeto, enfatiza a necessidade de *corrigir uma grande incoerência da legislação do imposto de renda*, autorizando a referida dedução, em um primeiro momento, aos aposentados e pensionistas com renda até seis salários mínimos, os quais são, *reconhecidamente, os que têm mais urgência de amparo da lei, numa fase da vida em que é usual a ocorrência de males degenerativos cujo tratamento exige medicação constante e de alto custo.*

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O inciso IV do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal impõe à CAE a oferta de parecer em projetos que tratem de tributos, no caso, do imposto de renda das pessoas físicas (IRPF).

A iniciativa parlamentar para proposições dessa natureza tem respaldo nos arts. 48, I, e 61, da Constituição Federal (CF), já que, segundo o art. 24, I, também da CF, a União é competente para legislar sobre direito tributário, especificamente quanto aos tributos que lhe sejam constitucionalmente reservados, caso do IRPF (art. 153, III, da CF). A proposição atende ainda à exigência constitucional do § 6º do art. 150 da CF, que determina que reduções da base de cálculo de tributos sejam tratadas por meio de lei específica.

No entanto, é nosso dever apontar um conflito material entre o PLS nº 375, de 2008, e a regra constitucional prevista na parte final do inciso IV do art. 7º da CF. Ao relacionar a fruição da dedução aos rendimentos percebidos pelo aposentado ou pensionista, o projeto incorre em indevida vinculação ao salário mínimo, vedada pelo referido dispositivo constitucional.

A propósito, recentemente o Supremo Tribunal Federal reafirmou a vigência daquela regra constitucional ao editar a Súmula Vinculante nº 4, que proíbe a utilização do salário mínimo para o cálculo do adicional de insalubridade.

É possível, no entanto, corrigir esse vício sem comprometer a eficácia do projeto, mediante emenda que apresentaremos ao final.

O mérito da proposição, por outro lado, parece-nos inegável. O Senador PAULO PAIM, seu autor, apresenta, em sólida justificação, argumentos que demonstram a gritante contradição existente em nossa legislação, que permite dedução das despesas de saúde, mas exclui do benefício os medicamentos que complementam o tratamento. A incoerência é ainda maior quando se constata que os medicamentos administrados durante internação hospitalar são dedutíveis, mas aqueles adquiridos em decorrência de tratamento ambulatorial, ou em regime de internação domiciliar, não o são.

Ousamos, no entanto, sugerir alteração no alcance do projeto, aproveitando para sanar a já mencionada inconstitucionalidade.

O projeto, em razão do atual regime de incidência do imposto de renda, teria pouca eficácia, uma vez que, no universo potencial de beneficiários (aposentados com proventos de até seis salários mínimos), a alíquota efetiva de imposto de renda é zero, ou próxima de zero, com ou sem o benefício que ora se pretende criar.

Isso ocorre porque o inciso VI do art. 4º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, já isenta parcela significativa desses proventos quando o contribuinte tem mais de 65 anos. Da forma como está redigido o projeto, portanto, a dedução somente beneficiaria os aposentados com menos de 65 anos, presumivelmente menos necessitados de medicamentos, ou os que tivessem outras receitas além da previdenciária, que dispensariam, pois, ajuda estatal.

Além disso, condicionar o benefício à situação de inatividade do contribuinte não sanaria de maneira satisfatória a apontada contradição, que consiste em tratar distintamente os gastos com saúde e as despesas com medicamentos associados ao tratamento.

Em razão disso, sugerimos retirar a referida condicionante e substituí-la por um limite anual equivalente ao existente para a educação. Com isso, mantemos o espírito da proposição e os parâmetros de responsabilidade fiscal que orientaram o autor da proposição.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil estima, para o ano de 2009, gastos da ordem de R\$ 3,1 bilhões com deduções de saúde. Se considerarmos que as despesas com medicamentos correspondam a 10% do custo do tratamento, chegamos a uma renúncia de receita de R\$ 300 milhões. Em complementação, o estabelecimento de um teto individual impedirá que esses gastos não impactem de maneira desarrazoada as contas públicas.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, com as seguintes emendas:

Emenda nº – CAE

Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 375, de 2008, a seguinte redação:

“Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.”

Emenda nº – CAE

Dê-se à alínea *h* do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, na forma proposta pelo art. 1º do PLS nº 375, de 2008, a seguinte redação:

“Art. 8º

.....

II –

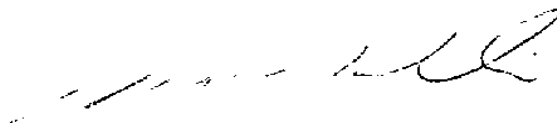
.....

h) aos pagamentos, no ano-calendário, de despesas com medicamentos para uso do contribuinte e de seus dependentes, comprovados por receita médica e nota fiscal, até o limite anual individual de R\$ 2.830,84 (dois mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e quatro centavos);

.....(NR)”

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 65, de 2013**, do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012**.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 65/2013-CI

Brasília, 5 de junho de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou na reunião realizada no dia 5 de junho do ano em curso, em Decisão Terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 que “Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais” de autoria do Deputado Onofre Santo Augustini com as Emendas nº 1 – CCJ/CI e nº 3-CAE/CI.

Respeitosamente, – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com referência ao **Ofício nº 65, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 133, de 2013**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 340, de 2007; 375, de 2008; e 92, de 2010**, que tramitam em conjunto.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 133/2013/CAE

Brasília, 4 de junho de 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, o Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2008, que “Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir aos aposentados de baixa renda, a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física”, e a Emenda nº1 – CAE. Ficam prejudicados, nos termos dos arts. 92 e 164 do Regimento, o Projeto de Lei do

Senado nº 340 de 2007, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física, dos pagamentos efetuados a profissionais e estabelecimentos de atividade física após recomendação médica”, e o Projeto de Lei do Senado nº 92 de 2010, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução dos valores pagos a título de juro decorrentes de crédito imobiliários, no cálculo do imposto de renda da pessoa física”, que tramitam em conjunto com o PLS nº 375 de 2008.

Atenciosamente, – Senador **Lindbergh Farias**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com referência ao **Ofício nº 133, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do Art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2013 (Proveniente da Medida Provisória nº 606, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013, na forma do texto aprovado na Câmara dos Deputados, que *altera as Leis nºs 6.704, de 26 de outubro de 1979, para dispor sobre o Seguro de Crédito à Exportação nas operações relativas a exportações do setor aeronáutico, 11.494, de 20 de junho de 2007, para dispor sobre o câmputo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB das matrículas em pré-escolas conveniadas com o poder público, 12.715, de 17 de setembro de 2012, para estender a data-limite para adesão ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implementação de Redes de Telecomunicações – REPBNL-Redes, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e*

12.513, de 26 de outubro de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 606, de 2013).

Parecer sob nº 18, de 2013, da Comissão Mista, Relator: Senador José Pimentel (PT-CE) e Relator Revisor: Deputado Zé Geraldo (PT-PA); favorável à Medida Provisória e às Emendas nºs 33 e 37, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2013, que oferece; e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 18, 19, 22, 25 a 28, 38, 39 e 45; e pela prejudicialidade das demais emendas.

(Lido no Senado Federal no dia 05.06.2013)

(Sobrestando pauta a partir de 05.04.2013)

Prazo final prorrogado: 18.06.2013

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2010

**(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 428, de 2013)**

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010, de autoria do Deputado Gilmar Machado, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares.*

Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2012

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal.*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta §*

2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda
à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)**

**(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do
Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**

**(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

8**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 123, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otavio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham*.

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a

Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

9**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2010**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência*.

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

10**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2013**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus*.

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

11**REQUERIMENTO Nº 462, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 462, de 2013, da Senadora Lídice da Mata, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 401, de 2011; e 129, de 2012, por regularem matéria correlata (direitos autorais).

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Está encerrada a sessão do Senado Federal.
(Levanta-se a sessão às 20 horas e 43 minutos.)

CONVÊNIO Nº 0008/2010
(Processo nº 023.300/09-4)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO
MATONE S/A., PARA EMPRÉSTIMOS A
SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, HAROLDO FEITOSA TAJRA, e, do outro lado, o BANCO MATONE S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 92.894.922/001-08, com sede na Rua Mariante, 25, Moinhos de Vento, Porto Alegre-RS, CEP: 90.430-181, Telefax nº (51) 3511-0123, Call Center: 0800 724 0123, site: www.bancomatone.com.br, e-mail: ouvidoria@matone.com.br, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos à consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O **CONVENIADO** se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente ressarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no caput desta cláusula for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

I - diárias;

II - ajuda-de-custo

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - gratificação natalina;

VI - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;

VII - auxílio-natalidade;

VIII - auxílio-moradia;

IX - auxílio-funeral;

X - auxílio-alimentação;

XI - auxílio-crèche;

XII - adicional de férias;

XIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XIV - adicional noturno;

XV - adicional de insalubridade;

XVI - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e

XVII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário n.º 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.ºs 8.666/93 e 8.078/90.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

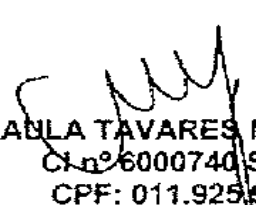
As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 25 de junho de 2010.


HAROLDO FEITOSAJARA
DIRETOR-GERAL DO SENADO


CÉLIO BRASIL DE MATTOS
CI n.º 047315312 SSP/RJ
CPF: 660.201.317-34
BANCO MATONE S/A.


JOANA PAULA TAVARES MONTEIRO FREIRE
CI n.º 6000740 SSP/PE
CPF: 011.925.934-64
BANCO MATONE S/A.


Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

ao Convênio nº 008/2010, celebrado entre o SENADO FEDERAL e o BANCO MATONE S/A.

A UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL, neste ato representado pela sua Diretora-Geral DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO, e o BANCO MATONE S/A, neste ato representado por Milena Forio, CPF nº 305.662.568-86 e Cristiane Faria Rodrigues, CPF nº 033.514.817-48, tendo em vista a solicitação do CONVENIADO, fls. 101 e 106/107, a Conferência de Minuta nº 226/2013 - ADVOSF, fls. 156/160, a autorização da Senhora Diretora-Geral, fl. 166, e as demais informações contidas no Processo nº 023.300/09-4, resolvem aditar o Convênio nº 008/2010, nos termos dos arts. 61 e 116 da Lei nº 8666/93, e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A razão social do conveniado, BANCO MATONE S/A, CNPJ nº 92.894.922/0001-08, fica alterada para BANCO ORIGINAL S/A., mantendo-se o mesmo CNPJ, consoante dispõe a Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 9 de setembro de 2011, conforme cópias de fls. 127/134 e a aprovação do Banco Central do Brasil, cópia à fl. 135.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em virtude de deliberação adotada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2012, conforme cópia de Ata de fls. 137/148, posteriormente aprovada pelo Ofício 10531/2012 – BCB/Deorf/GTPAL de 27.12.2012 a sede da conveniada fica transferida para a Rua General Furtado Nascimento, nº 66, Lote 1, Sala 5, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05465-070.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes do convênio original, não expressamente alteradas por este termo.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

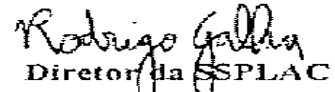
Brasília-DF, 06 de Junho de 2013.


DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO
DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL


CRISTIANE FARIA RODRIGUES
BANCO MATONE S/A

Testemunhas:



Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

**ATA DA REUNIÃO DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DO GRUPO PARLAMENTAR
BRASIL - FRANÇA, PARA O BIÊNIO 2013 / 2015.**

Aos vinte e três dias do mês de maio do ano dois mil e treze, às dez horas e trinta minutos, na Câmara dos Deputados - Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática - CCTCI - Anexo II, Térreo, Ala A, Sala 51, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 54ª Legislatura, convocados pelo Deputado Eduardo Azeredo - PSDB/MG, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - França, com o objetivo da eleição e posse da nova Diretoria do Grupo, para o biênio 2013 / 2015. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº27/90, de 17 de maio de 1990, da Câmara dos Deputados. O Projeto de Resolução nº211/89, de autoria do então Deputado Evaldo Gonçalves, da Paraíba, visava criar referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar e tinha por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Francesa. Assumiu a presidência dos trabalhos o Deputado Eduardo Azeredo - PSDB/MG. Após a verificação de quorum, o Presidente declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, e designou a Dra. Inubia Sfoggia para secretariar os trabalhos. Passando, a seguir, ao ITEM 1 da Pauta: ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA. Informou que, atualmente, o Grupo Parlamentar é composto por 22 Senadores e 54 Deputados. Apresentou a Chapa Única inscrita que passou a ser examinada e discutida, sendo a mesma aprovada por aclamação. Após, declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria para o biênio 2013/2015. **PRESIDENTES DE HONRA: Senador Renan Calheiros - PMDB/AL, Presidente do Senado Federal e Deputado Henrique Eduardo Alves - PMDB/RN, Presidente da Câmara dos Deputados. COMISSÃO EXECUTIVA: Presidente: Deputado Hugo Napoleão - PSD/PI; Primeiro-Vice-Presidente: Senador Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC; Segunda-Vice-Presidente: Deputada Cida Borghetti - PP/PR; Primeiro-Secretário: Senador Ciro Nogueira - PP/PI; Segundo-Secretário: Deputado George Hilton - PRB/MG; Terceiro-Secretário: Deputado Eduardo Azeredo - PSDB/MG e Quarto-Secretário: Deputado Paes Landim - PTB/PI. CONSELHO CONSULTIVO: Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP e Vice-Presidente: Deputado Carlos Zarattini - PT/SP, além do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, Senador Ricardo Ferraço - PMDB/ES e do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN, Deputado Nelson Pellegrino - PT/BA. A seguir, o Deputado Hugo Napoleão, agora como Presidente eleito, agradeceu a confiança de seus colegas e manifestou o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República Francesa. Após, o Presidente designou a Dra. Inubia A.C. Sfoggia para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a eleição e posse da nova Diretoria do Grupo Parlamentar, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente. A seguir, passou ao ITEM 2 da Pauta: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente disse que gostaria de, na próxima reunião, definir um plano de trabalho do GRUPO para o ano em curso, e pediu aos parlamentares que apresentem sugestões dos temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA e aos Deputados Eduardo Azeredo - PSDB/MG e George Hilton - PRB/MG que cumprimentaram o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença dos Parlamentares e assessores, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - França para, junto com a Embaixada da República Francesa, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Deputado Hugo Napoleão - PSD/PI; pelo Primeiro-Secretário, Senador Ciro Nogueira - PP/PI, e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 23 de maio de 2013.**


Deputado HUGO NAPOLEÃO
Presidente Eleito


Senador CIRO NOGUEIRA
Primeiro-Secretário


INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, BIÊNIO 2013 / 2015, DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - FRANÇA, REALIZADA EM 23.05.13

[illegible]

LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA, BIÊNIO 2013 / 2015. DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - FRANÇA, REALIZADA EM 23.05.13

[illegible]

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

PRESIDENTES DE HONRA:

Senador Renan Calheiros - PMDB/AL - Presidente do Senado Federal

Deputado Henrique Eduardo Alves - PMDB/RN - Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente: Dep. Hugo Napoleão	- PSD/PI	Gab. 414
Primeiro-Vice-Presidente: Sen. Luiz Henrique da Silveira	- PMDB/SC	3303.6446 / 6447
Segunda-Vice-Presidente: Dep. Cida Borghetti	- PP/PR	Gab. 412
Primeiro-Secretário: Sen. Ciro Nogueira	- PP/PI	3303.6185 / 6187
Segundo-Secretário: Dep. George Hilton	- PRB/MG	Gab. 843
Terceiro-Secretário: Dep. Eduardo Azeredo	- PSDB/MG	Gab. 722
Quarto-Secretário: Dep. Paes Landim	- PTB/PI	Gab. 648

CONSELHO CONSULTIVO:

- Presidente: Sen. Aloysio Nunes Ferreira	- PSDB/SP	3303.6063 / 6064
- Vice-Presidente: Dep. Carlos Zarattini	- PT/SP	Gab. 808
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	- CRE	
Sen. Ricardo Ferraço	- PMDB/ES	3303.6590
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados	- CREDN	
Dep. Nelson Pellegrino	- PT/BA	Gab. 826

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Dra. Inubia A.C. Sfoggia

Senado Federal - Ala Sen. Afonso Arinos - Gab. 8
3303.2457 - 8118.1159

Dep. Henrique Eduardo Alves - PMDB/RN - Edifício Principal

Anexo IV - Gab. 539 - 3215.5539

Dep. Nelson Pellegrino - PT/BA - CREDN: Anexo II - Pav. Superior - Ala A - Sala 125 -
3216.6739 / 6738 / 6737

Sen. Renan Calheiros - PMDB/AL - Edifício Principal - 3303.3000

Anexo I - 15º andar - 3303.2261 / 2263

Sen. Ricardo Ferraço - PMDB/ES - Anexo I - 4º andar - Gab. 1/7

CRE: Ala Sen. Alexandre Costa - Gab. 5B - 3303.3496

Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP - Anexo I - 9º andar - Salas 1 a 6

Sen. Ciro Nogueira - PP/PI - Ala Sen. Teotônio Vilela - Gab. 01

Sen. Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC - Ala Sen. Nilo Coelho - Gab. 04

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
54ª LEGISLATURA

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ANEXO	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
AFONSO HAMM	PP	RS	IV	604	3215.5604	dep.afonsohamm@camara.leg.br
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS	IV	445	3215.5445	dep.alceumoreira@camara.leg.br
ALEX CANZIANI	PTB	PR	IV	842	3215.5842	dep.alexcanziani@camara.leg.br
ALFREDO KAEFER	PSDB	PR	IV	818	3215.5818	dep.alfredokaefer@camara.leg.br
ANDRÉIA ZITO	PSDB	RJ	IV	636	3215.5636	dep.andreiazito@camara.leg.br
ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP	IV	624	3215.5624	dep.antonioscarlosmendesthame@camara.leg.br
ANTÔNIO IMBASSAHY	PSDB	BA	IV	810	3215.5810	dep.antonioimbassahy@camara.leg.br
ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	I	04	3215.5966	dep.arindochinaglia@camara.leg.br
ÁTILA LINS	PSD	AM	IV	730	3215.5730	dep.atilalins@camara.leg.br
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	IV	431	3215.5431	dep.bonifaciodeandrade@camara.leg.br
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	IV	830	3215.5830	dep.carlosalbertolereia@camara.leg.br
CARLOS ZARATTINI	PT	SP	IV	808	3215.5808	dep.carloszarattini@camara.leg.br
CÉSAR HALUM	PSD	TO	III	282	3215.5282	dep.cesarhalum@camara.leg.br
CIDA BORGHETTI	PP	PR	IV	412	3215.5412	dep.cidaborghetti@camara.leg.br
DR. ROSINHA	PT	PR	III	474	3215.5474	dep.dr.rosinha@camara.leg.br
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	IV	525	3215.5525	dep.duartenogueira@camara.leg.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	IV	703	3215.5703	dep.edinhobez@camara.leg.br
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	IV	722	3215.5722	dep.eduardoazeredo@camara.leg.br
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	IV	540	3215.5540	dep.eduardobarbosa@camara.leg.br
FÁBIO TRAD	PMDB	MS	IV	452	3215.5452	dep.fabiotrad@camara.leg.br
GEORGE HILTON	PRB	MG	IV	843	3215.5843	dep.georgehilton@camara.leg.br
GERALDO RESENDE	PMDB	MS	IV	905	3215.5905	dep.geraldorende@camara.leg.br
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	IV	618	3215.5618	dep.giovanniqueiroz@camara.leg.br
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN	IV	539	3215.5539	dep.henriqueeduardoalves@camara.leg.br
HUGO NAPOLEÃO	PSD	PI	IV	414	3215.5414	dep.hugonapoleao@camara.leg.br
JANETE ROCHA PIETÁ	PT	SP	III	578	3215.5578	dep.janeterochapieta@camara.leg.br
JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS	IV	316	3215.5316	dep.jeronimogoergen@camara.leg.br
MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	RS	IV	438	3215.5438	dep.manueladavila@camara.leg.br
MARÇAL FILHO	PMDB	MS	IV	448	3215.5448	dep.marcafilho@camara.leg.br
MARCELO CASTRO	PMDB	PI	IV	811	3215.5811	dep.marcelocastro@camara.leg.br
MARCO MAIA	PT	RS	II	28	3215.5964	dep.marcomaia@camara.leg.br
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	IV	614	3215.5614	dep.marinharaupp@camara.leg.br
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	IV	607	3215.5607	dep.maurobenevides@camara.leg.br
MAURO MARIANI	PMDB	SC	IV	925	3215.5925	dep.mauromariani@camara.leg.br
MOREIRA MENDES	PSD	RO	IV	943	3215.5943	dep.moreiramendes@camara.leg.br
NELSON MARCHEZAN JUNIOR	PSDB	RS	IV	250	3215.5250	dep.nelsonmarchezanjunior@camara.leg.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	IV	920	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.leg.br
NELSON PELLEGRINO	PT	BA	IV	826	3215.5826	dep.nelsonpellegrino@camara.leg.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	IV	845	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.leg.br
OTÁVIO LEITE	PSDB	RJ	IV	225	3215.5225	dep.otavioleite@camara.leg.br
PAES LANDIM	PTB	PI	IV	648	3215.5648	dep.paeslandim@camara.leg.br
PAULO ABI-ACKEL	PSDB	MG	IV	460	3215.5460	dep.paulocabackel@camara.leg.br
PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	IV	625	3215.5625	dep.perpetuaalmeida@camara.leg.br
ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	IV	235	3215.5235	dep.robertodelucena@camara.leg.br
ROBERTO TEIXEIRA	PP	PE	IV	450	3215.5450	dep.robertoteixeira@camara.leg.br
RONALDO BENEDET	PMDB	SC	IV	918	3215.5918	dep.ronaldobenedet@camara.leg.br
RONALDO NOGUEIRA	PTB	RS	III	570	3215.5570	dep.ronaldonogueira@camara.leg.br
RONALDO ZULKE	PT	RS	IV	858	3215.5858	dep.ronaldozulke@camara.leg.br
SEBASTIÃO BALA ROCHA	PDT	AP	IV	608	3215.5608	dep.sebastiaoobalarocha@camara.leg.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	IV	708	3215.5708	dep.valdircolatto@camara.leg.br
VANDER LOUBET	PT	MS	IV	838	3215.5838	dep.vanderlobet@camara.leg.br
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS	IV	711	3215.5711	dep.vieiradacunha@camara.leg.br
VILSON COVATTI	PP	RS	IV	228	3215.5228	dep.vilsoncovatti@camara.leg.br
VITOR PAULO	PRB	RJ	IV	422	3215.5422	dep.vitorpaulo@camara.leg.br

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ALA	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ACIR GURGACZ	PDT	RO	Teotônio Vilela	19	3303.3132	acir@senador.leg.br
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	Anexo I - 9º and	1/6	3303.6063	aloyisionunes.ferreira@senador.leg.br
ÁLVARO DIAS	PSDB	PR	Nilo Coelho	10	3303.4059	alvarodias@senador.leg.br
ANA AMÉLIA	PP	RS	Afonso Arinos	07	3303.6083	ana.amelia@senadora.leg.br
BLAIRO MAGGI	PR	MT	Anexo I - 19º and	1/6	3303.6167	blairomaggi@senador.leg.br
CASILDO MALDANER	PMDB	SC	Teotônio Vilela	14	3303.4206	casildomalданer@senador.leg.br
CICERO LUCENA	PSDB	PB	Alexandre Costa	21	3303.5800	cicero.lucena@senador.leg.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Teotônio Vilela	01	3303.6185	ciro.nogueira@senador.leg.br
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	Teotônio Vilela	10	3303.2281	cristovam@senador.leg.br
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	Anexo I - 13º and		3303.5783	fernando.collor@senador.leg.br
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	Alexandre Costa	01	3303.2342	flexaribeiro@senador.leg.br
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	Teotônio Vilela	11	3303.4229	francisco.dornelles@senador.leg.br
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	Dinarte Mariz	04	3303.3245	jarbas.vasconcelos@senador.leg.br
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	Teotônio Vilela	06	3303.3055	j.v.claudino@senador.leg.br
JOSÉ AGRIPIÑO	DEM	RN	Afonso Arinos	09	3303.2361	jose.agripino@senador.leg.br
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP	Anexo I - 6º and		3303.3429	sarney@senador.leg.br
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB	SC	Nilo Coelho	04	3303.6446	luizhenrique@senador.leg.br
PAULO BAUER	PSDB	SC	Afonso Arinos	05	3303.6529	paulobauer@senador.leg.br
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	Teotônio Vilela	17	3303.6568	randolfe.rodrigues@senador.leg.br
RENAN CALHEIROS	PMDB	AL	Edif. Principal		3303.3000	renan.calheiros@senador.leg.br
RICARDO FERRAÇO	PMDB	ES	Anexo I - 4º and	1 / 7	3303.6590	ricardoferraco@senador.leg.br
VITAL DO RÉGO	PMDB	PB	Anexo I - 18º and		3303.6747	vital.rego@senador.leg.br

PARLAMENTARES FORA DO EXERCÍCIO**54ª LEGISLATURA****CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Deputado NERI GELLER - PP/MT = Suplência

Deputado RICARDO QUIRINO - PRB/DF = Suplência

Deputado PAULO PIAU - PMDB/MG = Renunciou

Deputado MOACIR MICHELETTO - PMDB/PR = Falecido

SENADO FEDERAL

Senador JOÃO PEDRO - PT/AM = Suplência

Senador MARCELO CRIVELLA - PRB/RJ = Afastamento do Exercício

Senadora MARTA SUPLICY - PT/SP = Afastamento do Exercício

Senadora MARISA SERRANO - PSDB/MS = Renúncia

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Anibal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Graziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB/RR
Vicentinho Alves.	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99) Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Moraes (101) Ataídes Oliveira (102) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido o Ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

***. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

****. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(11,13,6,10)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 12/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- *****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
 10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).
 11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

Prazo prorrogado: 14/10/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Losekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

Prazo final: 13/10/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

*****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEFPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final: 17/11/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Unie Caminha

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013**

PRAZOS

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI Nº 8.666/1993)**Finalidade:** Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente nº 19, de 2013)

Número de membros: 8**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)**RELATOR:** Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)**RELATOR REVISOR:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)**Ato do Presidente do Senado Federal:** 28/05/2013**MEMBROS**

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PSD)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Morais (DEM)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013

PRAZOS**Secretário(a):** Keny Cristina Rodrigues Martins**Telefone(s):** 61 33033501**Fax:** 61 33031176**E-mail:** sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PSD) ^(23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(67,74)
João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares, e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares, e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares, e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Moraes (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Francisco Dornelles (PP)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- ***. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Ângela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 - GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodrê Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodrê Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) ^(9,88,90)
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,76)
Anibal Diniz (PT) ^(6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁷⁾	8. Paulo Paim (PT) ⁽⁹²⁾
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁸⁾	9. Wellington Dias (PT) ⁽⁹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,77)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,77)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁸⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(71,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,86)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁶⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,80,82)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Vicentinho Alves (PR) ^(47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,68)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(23,13)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(41,44,60,2,19)
Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(25,41,60,6,12)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
VAGO ^(41,60,74,17)	5. VAGO ^(41,44)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(41,10)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(41,44,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(59,3)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Alvaro Dias (PSDB) ^(22,59,14)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(59,70,5)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(59,4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(51,59,18)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(42,43,59,61,62,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
VAGO ^(66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(40,66,67,1)
VAGO ^(24,66,11)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoría na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012-BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(11,64)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(55,37,38,47,48)
Luiz Henrique (PMDB) ^(55,16,17,34)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(55,17,18)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) ^(55,61,68,14)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(57,28,29,31)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,55,19,21)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. VAGO ^(23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,59,65,22,46)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(51,59,65,41,42,49)	2. VAGO ^(59,65,69,70,71,39)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Armando Monteiro (PTB) ^(65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF nº 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR nº 37/2013).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
 12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).

19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).

20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).

4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,25,32,58)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(16,30,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(3,7,15,34,44,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Moraes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. VAGO ^(45,53,65)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012-BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012-BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Caberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Caberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013 - GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

***. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Anibal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,22)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Domelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012-BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(10,11,12,8,9)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. VAGO ^(4,7,51,61)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).

56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).

57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).

58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).

59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).

61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).

62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).

64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).

65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).

10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

***. Em 10.05.2012, foi lido o Of. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

*. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁵⁾	3. Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) ^(26,42)
Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) ⁽⁴²⁾	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) ^(4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) ^(40,48,50)	1. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(30,50,51,52,55)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
Vicentinho Alves (PR) ^(50,53,54)	3. ⁽⁵⁰⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) ^(4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) ^(5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(37,45)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Sérgio Souza (PR)		1.	VAGO
Valdir Raupp (RO)		2.	VAGO
João Alberto Souza (MA)		3.	VAGO
Romero Jucá (RR)		4.	VAGO
PT			
Wellington Dias (PI)		1.	Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)		2.	Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)		3.	Angela Portela (RR)
PSDB			
Mário Couto (PA)		1.	Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2.	VAGO
PTB			
Gim (DF)		1.	João Vicente Claudino (PI)
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Lídice da Mata (BA)		1.	Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM			
Jayme Campos (MT)		1.	Maria do Carmo Alves (SE)
PR			
Antonio Carlos Rodrigues (SP)		1.	VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260**E-mail:**scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 11/02/2011**5ª Designação:** 11/03/2013**6ª Designação:** 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS)
PT
Angela Portela (RR)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
VAGO
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Lídice da Mata (BA)
DEM
Maria do Carmo Alves (SE)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS)
PT
Delcídio do Amaral (MS)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
Armando Monteiro (PE)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
José Agripino (RN)
PR
Antonio Carlos Rodrigues (SP)
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Jarbas Vasconcelos (PE)
PT
Paulo Paim (RS)
PSDB
Cícero Lucena (PB)
PTB
VAGO ⁽²⁾
PP
Ana Amélia (RS)
PDT
VAGO
PSB
João Capiberibe (AP)
DEM
José Agripino (RN)
PR
VAGO
PSD
Sérgio Petecão (AC)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Luiz Henrique (SC)
PT
Jorge Viana (AC)
PSDB
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ivo Cassol (RO)
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Moraes (GO)
PR
Blairo Maggi (MT)
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)**Número de membros:** 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁸
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ⁷
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB ¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noê, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores ¹⁸ e 13 (treze) Deputados ¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013 ¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013 ²¹**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria. -
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁶
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. 2. 4 e 13
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO ¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima ²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer ²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling ²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Iris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁴
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Moraes	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercossul



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 302 páginas

(OS: 12948/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

